
REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS

N.º 59/60 — Ano XV — Julho/Dezembro — 1962

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
Contribuição à História do Municipalismo no Brasil Oracy Nogueira	105
<i>Genealogia Municipal</i>	
Brasil — 1962	Natalicio Fragozo de Alencar 138
<i>Idéias em foco</i>	
Responsabilidades dos Prefeitos Municipais ...	Heli Lopes Meireles 162
<i>Turismo</i>	
Estado do Rio — zonas e regiões turísticas 164
Vida Municipal	166
Legislação	190
<i>Notas & Comentários</i>	
1.º encontro dos municípios paulistas — Anuário 1962 — Vida brasileira — Difusão municipal — IX Congresso Interamericano de Municípios	192
<i>Estatística municipal</i>	
Imposto territorial rural	197

Publicação do Conselho Nacional de Estatística e
órgão oficial da Associação Brasileira dos Municípios.

Diretor responsável: LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO

Secretário: VALDEMAR CAVALCANTI

Assinatura anual: Cr\$ 320,00

Tôda correspondência deve ser encaminhada à Secretaria-
-Geral do Conselho Nacional de Estatística, Av. Franklin
Roosevelt, 166. Telefone 52-3605. Rio de Janeiro, GB.

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO
MUNICIPALISMO NO BRASIL

ORACY NOGUEIRA

“O governo municipal assumiu uma posição de tão elevada importância, na sociedade política moderna, não apenas devido ao fato de constituírem os habitantes da cidade, atualmente, uma parte tão considerável das populações da Europa e da América, mas, também, porque, em vista de sua complexidade, a administração urbana se revelou um problema sui generis quanto à dificuldade. Muito pouco governo exige o mundo rural; seus habitantes estão acostumados a resolver seus problemas por si mesmos. No entanto, quando uma grande massa de população se aglomera, num adensado nucleamento, inevitavelmente, se torna maior a interdependência entre seus componentes. Em proveito da segurança coletiva, da saúde e do conforto, gradualmente, investem estes maior responsabilidade nas autoridades públicas, tendência esta tanto maior quanto mais desenvolvida a comunidade urbana. As autoridades encarregadas do governo da cidade são obrigadas a aceitar, pouco a pouco, toda uma longa série de deveres e atribuições que anteriormente ficavam ao sabor das iniciativas individuais”. William Munro, “Municipal Government”, Encyclopaedia of the Social Sciences, New York, The Macmillan Company, Vol. XI, 1937.

INTRODUÇÃO

O TÉRMO “municipalismo” tem sido empregado em, pelo menos, três diferentes acepções: a) para designar o sistema de administração pública em que se concede o máximo de autonomia, compatível com a unidade nacional, aos municípios, para a solução dos problemas locais, reconhecendo-se-lhes a competência para levantar, nas respectivas jurisdições, os recursos a serem aí aplicados, definição esta que se aplica antes a uma situação idealizada que a qualquer caso concreto conhecido; b) para indicar um movimento em prol da descentralização da administração pública, em benefício dos municípios, o que pressupõe um estado de coisas discrepantes da situação idealizada, a que se refere a acepção anterior; e c) no sentido de história da distribuição de atribuições ou competência entre o Estado nacional, suas divisões político-administrativas imediatas e os municípios.

No presente trabalho, partindo-se do conhecimento da situação jurídica e da situação de fato, no que toca às atribuições municipais, no Brasil colonial e no Império e investigando-se as reações municipalistas e seus antecedentes, num município da antiga Província de São Paulo, afastado dos centros de controle político, se procurou verificar até que ponto os dados locais confirmavam ou infirmavam o que, sobre o assunto, têm ensinado os que dele têm tratado, em âmbito nacional, sob uma perspectiva de conjunto.

Escolheu-se, para o objetivo indicado, o município de Itapetininga, no sul do atual Estado de São Paulo, onde constitui o maior centro urbano, tanto por satisfazer a condição de ser uma unidade municipal cuja história remonta ao século XVIII, portanto, ao período colonial, como por se contar com o acesso a fontes documentárias já localizadas e parcialmente utilizadas em estudos anteriores.

O presente artigo compreende, pois, um resumo sobre “a tendência centralizadora e da reação municipalista no Brasil”, uma visão da “tendência centralizadora e da reação municipalista, sob a perspectiva do município de Itapetininga”; um tópico sobre “as idéias municipalistas dos republicanos locais”; e um comentário a título de “conclusão”*.

1. A TENDÊNCIA CENTRALIZADORA E A REAÇÃO MUNICIPALISTA NO BRASIL

No Brasil, enquanto os interesses do Estado, corporificados no Rei, coincidiram com os dos grandes proprietários e desbravadores de terra, usufruíram os municípios quase incontestável autonomia. Da audácia destes pioneiros dependia a incorporação efetiva de áreas cada vez mais vastas de território; e, ao Estado, interessava estimular as iniciativas, neste sentido, dando mão forte aos seus agentes, pois que, como tal, podem ser considerados estes homens recém-chegados da Metrópole e para os quais as atividades, na Colônia, não têm outro fim senão o aumento simultâneo do patrimônio e do acervo de serviços que lhes permita, de volta ao Velho Continente, fazer jus a uma maior consideração da parte da casa real, com tôdas as vantagens que isto representa. Ao contrário de uma predisposição à rebeldia, o que nêles se nota, em geral, é um desejo constante de servir ao Rei, de modo ostensivo e insofismável¹.

Já em meados do século XVII, especialmente com a restauração da independência portuguesa, com a importância crescente da mineração e, de um modo geral, como consequência do desenvolvimento econômico da Colônia, a tendência ao cerceamento da iniciativa pública, no âmbito municipal, se torna patente, por parte do poder central. Daí por diante, será cada vez mais acentuado o apoucamento do município, no Brasil, ante as exigências do governo metropolitano ou geral.

No Império, a integração nacional e das províncias se processou, em grande parte, à custa do aniquilamento do poder municipal. A propaganda republicana, em coerência com o princípio da federação, deu ênfase à necessidade de se conceder autonomia aos municípios, porém, a República, uma vez implantada, foi antes fiel à longa tradição centralizadora que vinha da Colônia e do Império do que às promessas de seus precursores. Assim, da implantação do novo regime, com a promulgação de sua primeira carta constitucional, em 1891, até o advento do Estado Novo, a centralização se torna cada vez mais rígida, à custa da autonomia municipal, salvo o curto período de vigência da Constituição de 1934, elaborada num clima de simpatia pelo princípio de respeito aos interesses pe-

* O autor agradece ao sr Antônio Galvão Júnior, diretor do *Diário de Itapetininga*, o acesso que tão hospitaleiramente lhe concedeu à sua preciosíssima coleção de jornais locais, que remonta ao ano de 1873, em que começou a circular o *Município*, sob a direção de Antônio Moreira da Silva; aos senhores Floriano Peixoto de Paula Ferreira e Mozart Aguiar, dos Cartórios do 1.º e 2.º ofícios, por terem permitido a consulta a processos e inventários antigos, nos respectivos arquivos; bem como aos senhores Dr. Ciro de Albuquerque e José de Melo Leonel, respectivamente, Prefeito municipal e Diretor de secretaria da Câmara Municipal de Itapetininga, por lhe haverem facilitado a consulta de antigos documentos municipais

¹ Cf. Prado Junior, Caio — *Evolução Política do Brasil, Ensaio de Interpretação Materialista da História Brasileira*. Empresa Gráfica “Revista dos Tribunais”, São Paulo, 1933; *Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia*, Editora Brasiliense, 3.ª ed., São Paulo, 1948; *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, 2.ª ed., São Paulo, 1949; Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto, O Município e o Regime Representativo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1948; Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*, 4.ª ed., Rio de Janeiro, 1938; *Instituições Políticas do Brasil*, 2 volumes, Livreria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1949; Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939.

culiars da comuna. Finalmente, a Constituição de 1946, tão semelhante em espírito à de 1934, dá ao mesmo princípio uma ênfase sem precedente, em tôda a história política do Brasil².

É interessante notar que o amesquinamento das liberdades municipais, no Brasil, começou quando o desenvolvimento econômico, a mineração e a competição reavivada, entre Portugal e Espanha, deram impulso à tendência urbanizadora da coroa, interessada em colhêr, nas malhas de seu sistema tributário, de policiamento e de organização militar, tôda a população colonial. O proceso de amesquinamento do poder investido na corporação municipal coincide, portanto, com o de urbanização, uma vez que a vila surge, freqüentemente, como conseqüência de deliberação e decisão do poder central que, com o nucleamento urbano, visa não tanto servir à população circundante, como, acima de tudo, defender seus próprios interesses, antagônicos, por natureza, aos dessa mesma população³. No entanto, já em meados do século XX, com o incremento dos processos de urbanização e industrialização, os municípios brasileiros promovem e presenciam a defesa de seus interesses, com um vigor sem precedente, em obediência a um imperativo decorrente das novas condições de vida e das novas aspirações que dêsses mesmos processos resultaram. O municipalismo dos dias atuais se estriba, em grande parte, na necessidade de urbanizar o meio rural, tanto com o objetivo de eliminar ou atenuar o berrante contraste entre as condições de vida no campo e na cidade, como com o de integrar a população rural no mercado consumidor dos produtos industriais, isto é, dos produtos da cidade.

Na história da tendência centralizadora e da reação municipalista, no Brasil, três aspectos devem ser salientados: a) a discriminação de competência ou de atribuições dos municípios; b) o problema das rendas e da receita; e c) a questão da eletividade das autoridades municipais.

a) *A discriminação de competência ou atribuições dos municípios* — No período colonial, as câmaras das vilas, com seus dois juizes ordinários, que serviam alternadamente ou com o juiz de fora e os três vereadores, desempenhavam funções as mais variadas, estando sob a sua alçada tanto questões administrativas como judiciárias e policiais, tanto problemas de ordem pública como problemas sanitários ou econômicos e financeiros. No entanto, sua atuação, inclusive na elaboração das posturas e no lançamento de editais, era cerceada, de perto, pela vigilância das autoridades centrais, exercida diretamente pelo ouvidor, cujas funções eram as de corregedor de comarca, cabendo-lhe determinar às autoridades locais que “façam as benfeitorias públicas calçadas, pontes, fontes, poços, chafarizes, caminhos, casas do Conselho, picotes, e outras benfeitorias, que forem necessárias, mandando logo fazer as que cumprir de novo sejam feitas, e reparar as que houverem mister reparo”⁴.

Além dos juizes ordinários e dos vereadores, eram oficiais da Câmara, com funções próprias, o procurador, o tesoureiro e o escrivão, investidos por eleição, da mesma forma que os primeiros. A própria Câmara nomeava os juizes de vintena, almotacés, depositários, quadrilheiros e demais funcionários⁵.

A tendência das câmaras era para exorbitarem de suas atribuições legais, adotando uma política própria, baseada no poder de fato de seus componentes, no que as favoreciam as circunstâncias: as longas distâncias que as separavam umas das outras e das autoridades superiores, a rarefação da população, o rudimentarismo e a morosidade dos transportes e, como conseqüência de tudo isto, a dependência em que freqüentemente se viam, estas autoridades, da boa vontade dos elementos locais.

Este poder de obter a transigência ou condescendência das autoridades centrais, por parte das forças locais, indica a fraqueza do poder público ante o poder privado nestes

² Cf. Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . . ; e “Alguns Problemas Municipais em Face da Constituição”, em *Estudos sobre a Constituição Brasileira*, Instituto de Direito Público e Ciência Política, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1954.

³ Sobre o papel dos representantes da Coroa na fundação de vilas, no Brasil colonial, V, especialmente, Oliveira Vianna, obras citadas; em particular, o capítulo V, vol. I, das *Instituições Políticas do Brasil*.

⁴ *Apud* Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . . , p. 39.

⁵ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . . , p. 38.

primeiros tempos da colonização. Segundo Caio Prado Junior, no sistema político vigente, na Colônia, o poder *de fato*, “investido nos proprietários rurais, que o exercem através das administrações municipais” se contrapõe ao *poder político*, de que a Coroa é titular⁶.

Observa outro estudioso que “a Metrópole, não somente se resignava ante a prepotência dos colonos, como ainda lhes conferia prerrogativas especiais”, protegendo, por exemplo, os grandes fazendeiros na competição com os pequenos produtores de aguardente, mandando destruir as engenhocas, tornando as câmaras privativas dos proprietários de terras, vedando a eleição de mercadores e defendendo, com medidas excepcionais, o patrimônio dos grandes senhores⁷.

O fortalecimento do poder público e o declínio do poder privado se fazem notar, especialmente, a partir da segunda metade do século XVII, com a separação de Portugal e Espanha e a expulsão dos holandeses, quando a coroa se vê em condições de intervir mais diretamente nos negócios da Colônia para aí atuar à revelia da classe rural de cujos préstimos até então se vinha servindo⁸.

Prestigiando e aparelhando mais adequadamente seus agentes oficiais — os juizes de fora, ouvidores e governadores — procurou a coroa revigorar o sistema jurídico das Ordenações, em detrimento da “legislação extravagante”⁹ desenvolvida pelas câmaras coloniais

Com a vinda da família real para o Brasil, aceleram-se os processos correlatos de consolidação do poder público e desvanecimento do poder privado. Do regresso de D. João ao ano de 1828, em consequência do vigor do movimento emancipacionista do País, adotam-se várias medidas com o fim de ampliar as “franquezas municipais; porém, a lei de organização municipal, de 1.º de outubro do ano referido, reduz as câmaras a “corporações meramente administrativas, que não podiam exercer qualquer jurisdição contenciosa”, pondo em prática a “doutrina da tutela” que “consistia em comparar o município, na ordem administrativa, ao menor, na ordem civil; sua incapacidade para o exercício das funções que lhe eram próprias impunha a criação de um apertado sistema de assistência e fiscalização, a cargo dos poderes adultos”, representados êstes pelos conselhos gerais, pelos presidentes de província e pelo Governo Geral¹⁰.

O Ato Adicional, de 1834, criando as assembléias provinciais, transferiu para estas a tutela das câmaras municipais, inaugurando-se, pois, uma fase de maior descentralização, no que toca às províncias, o que esperavam os liberais resultasse em benefício para a organização dos municípios, uma vez que cada província, atendendo às peculiaridades locais, “ficasse em condições de estabelecer o regime municipal que lhe fôsse mais conveniente”¹¹. O que se observa, porém, pelo restante do período monárquico, é que a preocupação com o fortalecimento das províncias, perante o governo geral, leva as assembléias provinciais a subestimarem as prerrogativas municipais e a exercerem sobre os municípios uma ação homogeneizadora, sob o ponto de vista político, em competição com igual tendência do governo geral, representado pelos presidentes de província.

Mesmo sob o regime da tutela, amplas e minuciosas eram as atribuições administrativas das câmaras municipais, incluindo desde a aplicação de medidas urbanísticas à solução de problemas referentes a estradas, pontes, prisões, matadouros, iluminação, água,

⁶ Cf Prado Junior, Caio — *Evolução Política do Brasil*, p. 38.

⁷ Cf Leal, Victor Nunes — *Coronelismo...*, p. 42.

⁸ Cf Prado Junior, Caio — *Evolução Política do Brasil*, capítulo 6; Victor Nunes Leal, *Coronelismo...*, p. 43 e segs.

⁹ Cf Leal, Victor Nunes — *Coronelismo...*, p. 45. Sobre a integração dos “juizes de fora” no quadro da magistratura da Colônia, v a *História Geral do Brasil antes da sua Separação e Independência de Portugal*, do Visconde de Pôrto Seguro, 2 vols., 2.ª ed., H. Laemmert, Rio de Janeiro, s. d.

¹⁰ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo...*, p. 45 e segs.

¹¹ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo...*, p. 49.

esgotos, saneamento, proteção contra os loucos, ébrios e animais ferozes, defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de escolas primárias, assistência a menores, hospitais, cemitérios, ordem pública e outros, conforme determinava a lei de 1828¹².

As posturas expedidas pelas câmaras com relação aos problemas de sua alçada vigorariam somente um ano, enquanto não fossem confirmadas pelos conselhos gerais das províncias, que tinham poder para alterá-las ou revogá-las (antes do Ato Adicional). Na côrte, a Assembléia Geral e, nas províncias, os conselhos gerais e presidentes tomavam conhecimento dos recursos referentes a posturas municipais sôbre matéria "puramente econômica e administrativa"¹³.

Com o Ato Adicional, as câmaras municipais passaram a ser subordinadas às assembleias provinciais, às quais também era conferida a atribuição de regulamentar a faculdade, "que tinham os presidentes, de nomear, suspender e demitir os empregados provinciais" ficando, ainda, suprimida a sanção do presidente para as leis provinciais que regulassem determinados assuntos, como as concernentes "à receita e despesa, à fiscalização financeira e prestação de contas dos municípios, criação, supressão, provimento e remuneração dos empregos municipais"¹⁴.

Tais poderes, conferidos às assembleias provinciais, não conseguiram ofuscar o prestígio dos presidentes de província, delegados do Imperador, "cuja função mais importante era garantir a vitória eleitoral dos candidatos apoiados pelo govêrno". A preeminência dos presidentes foi salvaguardada pela lei de interpretação do Ato Adicional, pela reforma do Código de Processo Criminal e pela jurisprudência do Conselho de Estado¹⁵.

Aos pruridos municipalistas dos republicanos de 1890 seguiu-se uma ordem constitucional desfavorável à autonomia dos municípios, pois que as "Constituições estaduais não tardaram a ser reformadas, reduzindo-se o princípio de autonomia das comunas ao mínimo compatível com as exigências da Constituição Federal, que eram por demais imprecisas, deixando os Estados praticamente livres no regular o assunto". Assim, o "resultado final da política municipalista do regime de 91 foi mesquinho. Apesar disso, não cessaram as controvérsias, afirmando uns que era preciso ter mais comedimento na veneração do "dogma" autonomista, enquanto outros sustentavam que a autonomia municipal, que conhecêramos, não passava de uma ilusão"¹⁶.

Após a revolução de 1930, ressuscitou-se a "doutrina da tutela", exercida esta através dos departamentos de municipalidades, órgãos estaduais criados durante o período discricionário que se seguiu ao golpe armado dêsse ano e que foram adotados pelo regime constitucional que o sucedeu. Entre as importantes atribuições do departamento de municipalidades se incluía a de "dar assistência técnica aos municípios, coordenar suas atividades em função de planos estaduais, fiscalizar a elaboração e execução de seus orçamentos, opinar prèviamente sôbre um grande número de medidas administrativas etc."¹⁷.

A Constituição de 1934 foi contraditória, na perspectiva adotada em relação aos municípios. Foi municipalista, no garantir a eletividade da administração municipal (com as exceções previstas) e no aumentar a receita dos municípios; e, ao mesmo tempo, coartou a autonomia municipal, pondo a administração municipal sob o contrôlo do departamento de municipalidades¹⁸.

"Inequívocamente antimunicipalista" foi, nisto, mais coerente que a anterior a Constituição de 1937, como diz Victor Nunes Leal. "Não só conservou os departamentos de

¹² Cf. Leal, Victor Nunes — *Coronelismo*, p. 47-8. Para uma visão de como atuava uma câmara municipal, sob o regime "da tutela", v. o artigo de A. P. Cannabrava e Mário Wagner Vieira da Cunha, "A Administração Municipal de Sant'Ana de Parnaíba nos Anos de 1829-1867", na *Revista de Administração*, Ano III, Setembro-Dezembro de 1949, Números 11-12, p. 3-83; tb. A. P. Cannabrava, "A Evolução das Posturas Municipais de Sant'Ana de Parnaíba, 1829-1867", na *Revista de Administração*, Ano III, Março de 1949, N.º 9, p. 34-86.

¹³ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo*, p. 48.

¹⁴ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo*..., p. 49.

¹⁵ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo*..., p. 49-50.

¹⁶ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo*..., p. 50 e segs.

¹⁷ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo*..., p. 55.

¹⁸ Cf. Leal, Victor Nunes — *Coronelismo*, p. 57 e segs.

municipalidades, como reduziu a receita municipal e suprimiu o princípio da eletividade dos prefeitos”¹⁹. Na prática, foi o regime mais autoritário e mais centralizador que na letra constitucional, nunca se tendo regulamentado nem procedido às eleições aí previstas.

Finalmente, a Constituição de 1946 foi mais municipalista que as anteriores, principalmente no que diz respeito à discriminação tributária. Os vereadores e o prefeito são eletivos, com as excessões previstas na Carta, que reconhece a prerrogativa da administração própria, no que concerne ao peculiar interesse do município, ficando conceituado este peculiar interesse, “especialmente, pela decretação e arrecadação dos tributos de sua competência, aplicação de suas rendas e organização dos serviços públicos locais”²⁰.

Ficou a cargo dos Estados a fiscalização da administração financeira municipal, sendo permitida aos mesmos Estados a criação de órgãos de assistência técnica aos municípios.

Tendo a Constituição de 1946 visado o fortalecimento da receita dos municípios, dando-lhes participação nos tributos sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, sobre minerais e energia elétrica, no entanto, estabeleceu que a renda resultante seja utilizada para “os fins estabelecidos em lei federal”. Além disso, da cota do imposto de renda reservada aos municípios pelo menos a metade deve ser aplicada “em benefícios de ordem rural”²¹.

É nítida, portanto, a tendência a se reconhecer a necessidade de fortalecer a receita municipal, com o fim de melhorar as condições de vida do interior do País, isto é, nos pontos mais diretamente em contato com o meio rural. No entanto, diferentes dispositivos constitucionais implicam num aparelhamento de tutela e fiscalização, quer dos governos estaduais quer do governo federal, sobre a administração municipal, sendo, pois, legítima a dúvida sobre se não teria sido mais lógico que se houvesse determinado à própria administração federal e às administrações estaduais, a obrigação de aplicar certa cota das respectivas rendas, fora das capitais e, especificadamente, no meio rural ou “em benefícios de ordem rural”?

No caso do Estado de São Paulo como, ao que parece, em outros pontos do território nacional, a reação municipalista que, amalgamada com os ideais democráticos da república federativa, se mostrou um tanto vigorosa em fins do século XIX, resultou do incremento urbano, numa sociedade cujas instituições políticas estavam ajustadas a uma mentalidade quase exclusivamente rural, que se comprazia com a debilidade e inocuidade do aparelhamento administrativo nacional ou provinciano, do qual não se habituara a esperar mais que uma atuação policial, judiciária, de fiscalização, ou de tributação e arrecadação, como se o seu destino fôsse antes oprimir que servir. O crescente meio urbano vai propiciando uma diferente mentalidade, mais exigente, de mais alto nível de aspiração, que não se conforma com a evasão sistemática de seus recursos, pelos canais de sucção tributária, que os conduzem ao Rio de Janeiro ou às capitais de províncias, sem que sua aplicação beneficie diretamente os pontos (e as populações) onde tiveram origem.

Nesta primeira metade do século XX, quando viu o Estado incrementarem-se extraordinariamente, em seu território, os processos complementares de urbanização e industrialização, a administração estadual estendeu, pouco a pouco, não apenas na Capital, mas por todo o interior, toda uma complexa rede de serviços públicos, afetos às diferentes secretarias do governo estadual — da educação, da agricultura, da viação etc. — através da qual os problemas e as necessidades das populações locais foram atendidos, não apenas em grau e volume, mas também com uma eficiência técnica que não se poderia esperar das administrações municipais. Isto talvez explique o arrefecimento da reação municipalista que se seguiu à implantação do regime republicano, não obstante o fato de não se ter produzido a descentralização, no nível dos municípios, que seus precursores vislumbravam. Dada à prosperidade econômica do Estado de São Paulo, propiciada pela situação vantajosa do café, no mercado internacional e, mais recentemente, pelo desenvolvimento

¹⁹ Cf. Leal, Victor Nunes — *Coronelismo*. . , p 60 e segs.

²⁰ Cf. Leal, Victor Nunes — *Coronelismo*. . , p 62 e segs

²¹ Cf. Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* ; “Alguns Problemas Municipais em Face da Constituição”, já citado; e “Restrições à Autonomia Municipal”, *Revista de Direito Administrativo*, Volumes 17, 18 e 19, junho de 1949 a março de 1950.

industrial, não apenas teve lugar uma expansão da esfera estadual de competência ou atribuições, como, de fato, assumiu o Estado uma crescente responsabilidade pela solução de problemas da mais diversa natureza, fazendo sentir sua atuação por todos os pontos do território, porém, sem se beneficiar diretamente a população rural.

Com efeito, a solução de certos problemas ou o atendimento de certas necessidades, não é apenas questão de atribuições ou de competência, mas também de responsabilidade conforme acentua Victor Nunes Leal. Daí o depender a descentralização de competência ou de atribuições, não apenas nominal, mas real, isto é, acompanhada das medidas mínimas necessárias à solução imediata ou progressiva dos problemas afetos ao poder público, do grau de desenvolvimento econômico, urbano e industrial das diferentes regiões ou localidades. Em outras palavras, a descentralização somente deixará de ser puramente nominal quando as condições econômicas regionais ou locais permitirem às respectivas unidades político-administrativas assumirem, de fato, as responsabilidades correspondentes à competência a elas atribuída. Quanto mais vigoroso o município ou a região, sob o ponto de vista econômico, maior sua capacidade para usufruir uma autonomia não apenas jurídica ou política, mas, também, de fato²². Assim sendo, parecerá paradoxal que a Constituição de 1946 tenha incluído entre as exceções permitidas à eletividade do executivo os municípios das capitais, isto é, justamente aqueles que, em cada unidade da federação, provavelmente, estarão em condições mais favoráveis para usufruir autonomia.

Quando uma unidade política inferior, isto é, incluída noutra superior (ou maior), está em condições de assumir a responsabilidade pela solução dos problemas de sua jurisdição, o lógico é que a unidade superior lhe reconheça para tal a competência e se abstenha ela própria de chamar a si a responsabilidade, pois que a unidade menor estará em condições mais favoráveis para julgar da conveniência das providências a adotar e a executá-las com presteza.

b) *O problema das rendas e da receita* — Durante o período colonial, a receita municipal era, geralmente, minguada, tanto devido às exigências tributárias da Coroa, como ao fato de que aos senhores rurais, que dominavam as câmaras, não interessava votar uma tributação que, direta ou indiretamente, sobre eles próprios viria a incidir.

Eram objetos de tributo municipal as reses entradas nos açougues, a carne abatida, as balanças em que se pesavam os gêneros de primeira necessidade, havendo, ainda, a taxa do celeiro público ou mercado. Também contribuía para a receita as taxas de aferição de pesos e medidas, o produto das multas por infração de posturas e do aluguel das “casinhas” onde se comerciavam os gêneros de primeira necessidade. Outra contribuição provinha dos foros, da concessão de venda de aguardente, da taxa de transporte em barco da câmara, do imposto de navegação, do privilégio de prioridade em transporte, das coletas especiais para despesas determinadas, com pontes, caminhos, edifícios, fontes etc., enumeração esta que “tem alcance meramente exemplificativo, pois será mal sucedida qualquer preocupação de reduzir a sistema bem ordenado as práticas administrativas do período colonial”²³.

As despesas eram, geralmente, insuficientes, mesmo para as reduzidas obras de que se incumbiam as câmaras, sendo que, da despesa coletada, um terço pertencia à Coroa, livre de qualquer despesa de arrecadação. Daí o ser comum a coincidência entre a prosperidade local ou regional e a pobreza do erário municipal²⁴.

No Império, a lei de 1.º de outubro de 1828, ao contrário de atenuar a opressão financeira dos municípios, apenas lhes deixou recursos tão minguados que a renda “mal servia para o estipêndio de seus empregados”. Provinha esta da venda, aforamento, troca, arrendamento e exploração de bens do conselho, com autorização prévia do presidente da

²² Os municípios de renda menor não apenas reagem menos ao açambarcamento de suas atribuições pelo Estado como, ainda, se sentem aliviados com o interesse deste pela solução dos problemas locais. Cf., a respeito, o artigo de Mário Wagner Vieira da Cunha, “Características Gerais da Administração Municipal no Estado de São Paulo”, na *Revista de Administração*, Ano I, Setembro de 1947, N.º 3, p. 3-44.

²³ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . . , p. 99-101.

²⁴ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . . , p. 100-101.

província, salvo para o arrendamento, sujeito à confirmação da mesma autoridade e das multas por violação de posturas, cujo limite máximo era fixado por lei. Acresce que as posturas tinham vigência por um ano, enquanto não confirmadas pelos conselhos gerais²⁵.

O problema da discriminação entre as rendas gerais e as provinciais foi pôsto em foco pelo Ato Adicional; e a Lei n.º 99, de 31 de outubro de 1835, enumerou as gerais, deixando às províncias o poder tributário remanescente, podendo a legislação ordinária, a todo o tempo, ampliar a lista dos tributos devidos à Nação. “A própria Lei de 1835 já reservava para o erário nacional quase tôdas as fontes de receita então usuais. Basta dizer que estas se distribuíam por 58 rubricas, incluída a receita do município do Rio de Janeiro”²⁶.

Depois do Ato Adicional ficaram as assembléias provinciais com plena competência, em relação à vida financeira dos municípios, sem se mostrarem “muito zelosos os legisladores das províncias pelo fortalecimento da receita municipal”²⁷.

A interpretação dada à disposição do Ato Adicional, que exigia proposta das câmaras para que a assembléia provincial pudesse legislar sôbre “a polícia e a economia municipal”, levou à situação que Tavares Bastos assim deplorou: “. . . depois do golpe de estado de 1840, não puderam mais as assembléias legislar, por medida de caráter geral, sôbre a economia e polícia municipal. Só o podem fazer diante de cada hipótese, a propósito de cada postura, de cada obra, de cada orçamento municipal. . . Desde então, pois, a autoridade das assembléias sôbre as câmaras sômente se faz sentir pelo lado mau, pela excessiva dependência e concentração dos negócios nas capitais das províncias”²⁸.

Pela política de discriminação de rendas baseada na Constituição republicana de 1891, veio a União a arrecadar 63 por cento do total dos impostos, cabendo aos Estados 28 por cento e, aos municípios, 9 por cento²⁹.

À deficiência tributária dos Estados, resultante do sistema na primeira Constituição republicana, atribuiu Alcântara Machado a “vida meramente vegetativa da maioria dos nossos municípios, feridos de paralisia, apodrecendo ao sol, incapazes de prover às suas necessidades elementares”³⁰.

Finalmente, conforme já foi indicado, a Constituição de 1934 foi mais generosa do que a anterior, para com os municípios, no que toca à receita municipal, enquanto que a de 1937 representou a êste como a outros respeitos, um retrocesso. Mais favorável aos municípios que tôdas as constituições anteriores, especialmente no que toca ao problema da discriminação de rendas, foi a de 1946 que especificou tributos da alçada municipal e cotas de arrecadação reservadas aos municípios.

c) *A eletividade das autoridades municipais* — Se bem que a autoridade absoluta do Rei pudesse, na prática, modificar o sistema de investidura nos cargos públicos municipais, era esta minuciosamente regulamentada pelas Ordenações Filipinas que previam os casos e os processos de eletividade.

Ao tempo do funcionamento das câmaras coloniais, conforme já foi visto, pela multiplicidade de suas atribuições, não se fazia a moderna discriminação de poderes³¹ que, na doutrina, surgiu, principalmente com os pensadores franceses, em especial a partir dos trabalhos de Montesquieu e que, na prática, viria a ser inaugurada depois das Revoluções Americana e Francesa.

Assim, tanto na Colônia como no Império, não se conhece, em geral, nos municípios, o executivo “como órgão diferenciado e autônomo”³².

²⁵ Maia, Carneiro — *apud* Victor Nunes Leal — *Coronelismo* . . . , p. 102

²⁶ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . . , p. 101

²⁷ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . . , p. 102.

²⁸ Bastos, Tavares *apud* Victor Nunes Leal — *Coronelismo* . . . , p. 103.

²⁹ Cf. Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . . , p. 110.

³⁰ *Apud* Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . . , p. 110.

³¹ Cf. Prado Júnior, Caio — *Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia*, p. 296 e segs.

³² Leal, Victor Nunes, *Coronelismo* . . . , p. 73.

Eram eletivos os dois juizes ordinários, os três vereadores, o procurador, o tesoureiro e o escrivão, nomeando a câmara os demais funcionários, como os juizes de vintena, almotacés, quadrilheiros e outros.

De três em três anos procedia-se à eleição dos oficiais, cujo mandato durava apenas um ano, por escrutínio indireto, votando, em primeiro grau, reunidos em assembléia, sob a presidência do juiz mais velho, "os homens bons e povo" e os oficiais cujo mandato estava para expirar. "Apesar da expressão "homens bons e povo", não se tratava, como é fácil imaginar, de sufrágio universal. Ao contrário, o eleitorado de primeiro grau das câmaras era bastante restrito, pois geralmente se consideravam "homens bons" os que já haviam ocupado cargos da municipalidade ou "costumavam andar na governança" da terra. Cândido Mendes observou, aliás, que o legislador português adotava a expressão "homens bons" em lugares diversos com significação diferente, sendo difícil saber-se o número dos que ordinariamente votavam, bem como o processo de escolha dos eleitores em caso de primeira eleição (criação de vila)"³³.

Cada eleitor de primeiro grau indicava ao juiz os nomes de seis pessoas capazes de servir como eleitores do segundo grau, recaindo a escolha nos seis nomes mais votados, conforme a apuração dos juizes e vereadores.

Os seis eleitores do segundo grau eram separados, pelo juiz, em três pares, que não incluíssem cunhados nem parentes até o quarto grau de direito canônico, cada um dos pares devendo organizar, em seguida, a sua lista dos que deveriam ocupar os cargos eletivos, nos três anos seguintes.

Competia ao juiz mais antigo apurar o resultado desta segunda eleição e lavrar a "pauta" com os nomes dos eleitos, organizando três pelouros para cada ofício, cada qual contendo o nome daquele ou daqueles que deveriam servir em cada ano do triênio, sendo os pelouros recolhidos a um saco, "com tantos repartimentos quantos forem os ofícios, e em cada repartimento se porá o título de cada Ofício, e nêle se meterão os pelouros daquele Ofício". Das três chaves do cofre em que se guardava o saco dos pelouros, cada uma ficava em poder de um dos vereadores do ano anterior; e, no "dia apropriado, em público", aberto o cofre, "um moço de idade até sete anos" retirava um pelouro de cada um dos compartimentos referentes aos vários ofícios, servindo nesse ano como oficiais aquêles cujos nomes saíssem nos pelouros, sendo que em caso de morte, ausência ou impedimento de algum eleito, procedia-se à eleição "de barrete", em que os oficiais da câmara, reunidos "com os homens bons, que nos pelouros dela soem andar", escolhiam, por maioria, o substituto³⁴.

Os juizes ordinários só tinham exercício depois de obterem a "carta de usança", isto é, depois de confirmada a eleição pela autoridade competente.

Com o desenvolvimento do espírito de rebeldia, na Colônia, passou a Coroa a substituir os dois juizes ordinários pelo juiz de fora, magistrado formado e que atuava como seu delegado, sendo que, depois da transferência da Côrte para o Rio de Janeiro, foi abolido o sorteio dos pelouros, onde houvesse juiz de fora. Nos lugares em que existia essa autoridade, segundo informa Cândido Mendes, citando disposições de 1815, 1817 e 1820, uma vez "somadas as listas (róis) dos seis eleitores, a apuração (pauta) era remetida ao Desembargo do Paço, e ali se escolhiam para cada ano os funcionários que tinham de servir"³⁵.

Durante o Império, mantém-se a eletividade das câmaras municipais que, depois da lei de 1828, se reduzem a "corporações meramente administrativas"³⁶, integradas por sete vereadores nas vilas e nove nas cidades, cabendo a presidência ao mais votado, sendo de quatro anos o mandato e podendo ser eleitos todos os que pudessem ser votantes e tivessem pelo menos dois anos de domicílio no têrmo.

³³ Leal, Victor Nunes, *Coronelismo* . . , p 74

³⁴ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . , p. 74-5

³⁵ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . , p. 76

³⁶ Nunes, Castro — *apud* Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . , p 76

À própria câmara cabia a apuração da eleição, que se fazia pelo sistema de lista completa e maioria relativa, até que a lei eleitoral de 1846, modificando a composição das mesas paroquiais, atribuiu-lhes o trabalho de apuração dos votos, cabendo à Câmara somente a apuração final, à vista das atas.

A lei eleitoral de 1875 instituiu o sistema do voto limitado e o aplicou, inclusive, às eleições municipais, sendo que, nos municípios de nove vereadores (cidades), o votante sufragava seis nomes e, nos de sete (vilas), apenas cinco. Nos municípios de uma só paróquia, a própria mesa paroquial procedia à apuração dos votos e expedia os diplomas, enquanto que nos municípios de mais de uma paróquia, a câmara fazia a apuração final, com base nas atas das mesas paroquiais, ficando o juiz de direito da comarca com competência para julgar da validade ou nulidade da eleição, com recurso voluntário de qualquer votante do município para a Relação do Distrito, quando a eleição fôsse aprovada, sendo o recurso necessário e de efeito suspensivo, nos casos de anulação. Os candidatos precisavam residir no município por mais de dois anos e preencherem as condições necessárias para serem eleitores.

Em 1881, a Lei Saraiva instituiu a eleição direta, em todo o Império, elevando o censo para o alistamento eleitoral, podendo ser eleito vereador qualquer cidadão alistável, satisfeita a exigência quanto à residência.

Permitindo a lei de 3 de outubro de 1834 que os presidentes de província suspendessem "quaisquer empregados", entenderam os órgãos do governo central que essa atribuição também se referia aos vereadores, já que o texto não excluía qualquer categoria de empregados. Uma lei provincial da Paraíba do Norte, de 23 de outubro de 1840, que declarou o contrário, foi tida por infringente da Constituição e anulada pela Assembléia Geral, por lei de 9 de novembro de 1841. "Era, como se vê, uma hermenêutica cesarista, que subordinava o exercício dos mandatos eletivos municipais a uma autoridade de livre nomeação do Imperador, e que tinha freqüentemente por missão primordial ganhar as eleições gerais para o partido governista"³⁷.

Durante o Império, na ausência de disposições constitucionais ou de lei, que instituíssem um órgão executivo municipal, costumavam as câmaras repartir a função executiva entre comissões internas, criadas para este fim, ou entregá-la ao fiscal ou a outros funcionários subalternos. Depois do Ato Adicional, a Província de São Paulo, entre outras, criou o cargo de prefeito, com atribuições executivas e policiais, mas a Assembléia Geral, mais tarde, veio a considerar inconstitucional a inovação. "No regime de 1891, em todos os Estados foram discriminadas as funções executivas, que incumbiam, em uns poucos, ao próprio presidente da câmara. Na grande maioria das unidades federais, havia um órgão executivo especial, cuja denominação variava: *prefeito, intendente, superintendente, agente executivo*. A matéria era deixada ao critério das Constituições estaduais, porque a federal era omissa. Mas tôdas as Constituições federais posteriores se referem expressamente ao prefeito"³⁸.

Durante a primeira República, o problema da eletividade do executivo municipal "assumiu grande relêvo doutrinário e prático" justamente "devido às freqüentes violações desse princípio". Ficando ao critério das assembleias estaduais definir o que se deveria entender por "peculiar interesse" dos municípios, trataram os Estados de restringir o princípio da eletividade da administração municipal, sendo que alguns "excetuaram apenas os municípios das capitais, cujos prefeitos passaram a ser nomeados; outros estenderam o princípio da nomeação do prefeito àqueles em que houvesse estâncias hidrominerais ou obras e serviços de responsabilidade do Estado; outros, finalmente, não hesitaram em tornar todos os prefeitos de livre nomeação do governo estadual"³⁹.

A Constituição de 1934, cuja promulgação ocorreu depois de mais de três anos de executivos municipais de nomeação dos interventores, permitiu a eleição de prefeitos, tanto pelo voto direto como pelo dos vereadores, admitindo que os Estados nomeassem prefeitos para os municípios das capitais e das estâncias hidrominerais.

³⁷ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . , p. 77-8

³⁸ Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . , p. 81

³⁹ Cf. Leal, Victor Nunes — *Coronelismo* . . . , p. 82.

Durante a vigência da Constituição de 1937 que, aliás, em grande parte, permaneceu letra morta, os prefeitos eram de livre nomeação dos interventores federais nos Estados.

Finalmente, a Constituição de 1946 manteve o princípio de eletividade do executivo municipal, permitindo que as Constituições estaduais adotem as exceções dos municípios das capitais e das estâncias hidrominerais, uma vez que sejam estas beneficiadas pelo Estado ou pela União, bem como as dos municípios "que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País".

Já se comentou como a exceção permitida, em relação aos municípios das capitais, leva à situação paradoxal de terem sua autonomia mutilada, justamente aqueles municípios que, provavelmente, se encontram em condições mais favoráveis para usufruí-la.

2. A TENDÊNCIA CENTRALIZADORA E A REAÇÃO MUNICIPALISTA VISTAS SOB A PERSPECTIVA DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA

O MUNICÍPIO de Itapetininga, cujos dados foram utilizados no presente trabalho, surgiu na segunda metade do século XVIII, em período da história da Colônia em que estava no auge a rivalidade entre os naturais e os reinóis e em que a tendência centralizadora da Metrópole, nos negócios políticos e administrativos, se fazia sentir com o máximo de rigidez e intransigência. A independência política do País não se fazendo acompanhar de uma efetiva descentralização política, participou a população local ativamente da reação descentralizadora liderada pelos liberais, nos primórdios do Império, reação esta que, na Província de São Paulo, atingiu o clímax em 1842, com a chamada "Revolução de Sorocaba" ou "Revolução Liberal", em que foi dos mais salientes o papel desempenhado pelo povo itapetiningano⁴⁰.

A partir dos últimos anos do terceiro quartel do século XIX, o movimento republicano, de que o município de Itapetininga foi um dos pontos de maior receptividade e um dos focos mais ativos, na Província de São Paulo, veio dar ensejo a novas manifestações de caráter municipalista que, desta vez, se beneficiavam dos efeitos da propaganda e da agitação que se fazia em torno dos princípios democráticos da república federativa, o que lhes dava um conteúdo ideológico mais coerente e um cunho menos fortuito ou oportunístico.

No presente tópico se tratará de como a tendência centralizadora, política e administrativa, se fez sentir, através da história do Município, ficando o tópico seguinte reservado à consideração das manifestações municipalistas do grupo local de republicanos, nas últimas décadas do século XIX.

A fundação da vila de Itapetininga, em 1770, tal como, em geral, a formação de núcleos urbanos, no Brasil colonial, decorreu de determinação do governo metropolitano, visando a reunião dos moradores da região, com o fim de tornar mais eficiente o controle fiscal sobre as atividades de mineração e o comércio de animais, bem como menos aleatório o socorro e o abastecimento às tropas que freqüentemente tinham de ser mobilizadas contra os hispanos-americanos, na região platina, alegando a correspondência oficial igualmente a necessidade de facilitar a administração dos sacramentos⁴¹.

⁴⁰ Cf Almeida, Aluisio de — *A Revolução Liberal de 1842*, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1944; João Baptista de Moraes, "A Revolução de 1842", separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1908

⁴¹ Já em 1724, D Rodrigo Cesar de Meneses advertia que se deveria conservar o caminho do porto de Itapetininga, onde permanecia o alferes João Lopes da Cunha, e que não se abrisse outro caminho para as minas de Paranapanema, devido aos prejuízos que adviriam à fazenda real, mencionando como pena a prisão por seis meses na fortaleza da barra de Santos, bem como o degrêdo e a condenação "que se arbitrar" as pessoas "que para isso concorrerem".

Ao determinar a fundação da Vila de Itapetininga, em outubro de 1770, D Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão se refere a instruções de janeiro de 1765 e "outras ordens" de Sua Magestade, ordenando que se erigissem vilas naquelas partes da Capitania "q'fossem mais proprias, e q'vivem em Citios volantes, para morarem em povoações Civis, em que se lhes pudessem administrar os Sacramentos

A própria escolha do local para a edificação da vila se fêz à revelia de antigos moradores, que a desejavam à margem do rio Itapetininga, no ponto em que, desde mais ou menos meio século, se formara um arraial, ao longo do caminho que conduzia para o sul. A escolha recaiu em sítio cêrca de uma légua aquém do referido ponto⁴².

Desde a fundação da vila, vê-se a população sob o impacto de uma orientação administrativa, de leis e determinações discricionárias emanadas do poder central, quer da Metrópole quer do Rio de Janeiro ou de São Paulo, em que tudo se justifica invocando-se os interesses da Coroa ou do Estado e fazendo-se, em geral, tábua rasa dos interesses locais.

Desde a nomeação das autoridades locais⁴³ às medidas do mais restrito interesse, tudo está sujeito à interferência do poder central. No entanto, quando a população apela para

e estivessem promptos pa as ocações de Seo Real Serviço. .” Por isso ordena ao Doutor Ouvidor e Corregedor da Comarca dê as providências necessárias “pa. se levantar Villa na nova povoação de Itapetininga; pois me consta, que he lugar acomodado pera isso, que tem bastante número de moradores, e q’ ja estão fabricadas mtas. cazas Igrejas, e mais edifícios publicos, e lhe faça levantar Pelourinho, assignalar-lhe termo de que se fará auto assignado pelas Camaras circumvezinhas, pa. q’ em ne’hum tempo posa vir em duvida, e lhe demarque lugar para edificarem os Pasos do Conselho, e Cadea, e fará q’sse me proponhão as pessoas mais capazes para Juizes, e Vereadores, para eu nomear os que hão de servir este primeiro anno na forma das Ordens, q’ tenho: O que tudo obrará, conforme dispõem as leys que se achão promulgadas a respeito desta materia São Paulo a 8 de outubro de 1770.”

No dia 5 de novembro de 1770, teve lugar a cerimônia do levantamento do pelourinho, em frente à construção destinada a servir de prisão e casa do tronco, tendo comparecido Simão Barbosa Franco (encarregado de fundar a nova vila), Salvador de Oliveira Leme (o “Sarutaiá”, que seria o primeiro capitão-mor da localidade), Domingos José Vieira (natural de Braga, a quem se deve a escolha do local e que a tradição consagrou como o principal fundador da Vila e que, nos primeiros tempos desta liderava um grupo de conterrâneos contemplados, como êle, pela Coroa, com sesmarias, patentes e provisões), Salvador Pereira da Silva (ouvidor e corregedor da Comarca de São Paulo), Antonio de Miranda Calheiros (juiz ordinário de Sorocaba), a Câmara da vila de Sorocaba e o povo. Ao levantamento de pelourinho seguiu-se a celebração de missa solene, pelo vigário do nôvo município, padre Inácio de Araujo Ferreira.

No mesmo dia, teve lugar o sorteio dos juizes ordinários e oficiais da Câmara, que deveriam servir na governança da municipalidade, tendo saído, no pelouro apontado por um “menino inocente”, para juizes, os nomes de Simão Barbosa Franco e Domingos José Vieira; para vereadores, os de Miguel Fernandes de Abreu, José Rodrigues Guimarães e Sebastião Rodrigues de Quevedo; e, para procurador, o de Bernardo José Tavares.

A posse da nova Câmara teve lugar no dia 3 de março de 1771, dando-se início às cerimônias com a celebração de missa pelo pároco, após o que seguiu a multidão para a casa designada para servir de paço municipal. Aí, Simão Barbosa Franco, já investido das funções de juiz ordinário, pois prestara compromisso em São Paulo, perante o Ouvidor Geral, no dia 4 do mês anterior, deferiu compromisso ao outro juiz, Domingos José Vieira e, em seguida, aos demais oficiais da Câmara, dando-lhes posse consecutivamente, havendo logo após a sessão inaugural da municipalidade.

Sôbre a história de Itapetininga, v Aluisio de Almeida, “Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. LIX, 1939; Manoel Affonso Pereira Chaves, “Notícia da Fundação de Itapetininga”, publicada em 21-6-1873, no *Município* e reproduzida nos *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. XVI, p 213-8; tb a correspondência local para *O Estado de São Paulo*, na série que se atribui a Pereira da Cunha, 1929-30, especialmente o artigo de 8-2-1929; João Netto Caldeira *Album de Itapetininga*, 1934; a correspondência dos capitães-generais, incluída nos *Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo*, série publicada pelo Departamento do Arquivo do Estado.

⁴² Cf Almeida, Aluisio de — artigo citado.

⁴³ A 17 de março de 1772, a Câmara da Vila de Itapetininga solicita, em representação, seja Salvador de Oliveira Leme, o “Sarutaiá”, nomeado seu primeiro capitão-mor. Em 1776, foi o desejo da Câmara atendido pelo capitão-general. Em 1777, foi o capitão-general censurado pela Rainha, D Maria I, através do Conselho Ultramarino, pela referida nomeação. Em 1778, o capitão-general justificou o seu ato e, somente em 1785, teve Salvador de Oliveira Leme confirmada sua nomeação, o que bem exemplifica os percalços e a morosidade a que estavam sujeitos tais processos.

Em princípio, ocupava o capitão-mor de Ordenanças um Pôsto militar, em situação de reserva (3^a linha), correspondendo o seu grau ao de coronel, na organização em regimento, conforme o esclarece Caio Prado Júnior. Na prática, o capitão-mor era um delegado executivo do govêrno central, escolhido entre os econômica e socialmente mais poderosos do lugar, gozando de ascendência sôbre os que integravam a Câmara Municipal, sendo que esta, por sua vez, funcionava como órgão inferior da administração geral das capitâneas.

Sôbre a importância do capitão-mor (título que nem sempre tem o mesmo significado), no Brasil Colonial, cf. Caio Prado Junior, *Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia*, p 296 e segs; tb a obra citada do Visconde de Pôrto Seguro.

êste, solicitando sua atenção e seu amparo, para a solução de problemas que a angustiam, ao invés de medidas prontas e eficientes, recebe, como resposta, a advertência de que deve resolvê-los por si e de que, se a vila desaparecer, com ela também sumirão os magistrados e a assistência judiciária que, através dêles, o Estado lhe dispensa⁴⁴.

Às vésperas da independência política do País, o estado de coisas continua no mesmo. O Rio de Janeiro e São Paulo, quando não Lisboa, continuam sendo os centros exclusivos de planejamento e decisão sobre medidas que afetarão os interesses locais⁴⁵.

Acontece, porém, que, até a época da independência política do País, a população do atual Sul de São Paulo era extremamente rarefeita e dispersa por uma ampla área territorial, residindo na zona rural mesmo os elementos econômica e socialmente mais poderosos, os quais apenas freqüentavam a vila habitualmente aos sábados e domingos e nos dias santos. Essa ausência quase constante do núcleo urbano, ainda tão incipiente e o fato de serem êles os prováveis contribuintes de qualquer novo tributo em que se alicerassem novos serviços públicos, eram circunstâncias que tendiam a arrefecer o ardor e o interesse dos proprietários rurais, em relação a reivindicações a serem apresentadas ao poder central. Ademais, a morosidade das comunicações e o poder de fato de que se sentiam capazes, no âmbito local, ajudava-os a se acomodarem, temperando a insolência e a arbitrariedade da Coroa e de seus representantes, pela audácia na adoção de medidas de sua conveniência e na ostentação dos seus efeitos já consumados que os mesmos, não estando em condições de repor as coisas no estado anterior, freqüentemente acabavam por atacar e, usando de uma política já tradicional por parte dos colonizadores, acresciam ao poder de fato dos homens fortes locais, o poder político, decorrente de patentes, provisões e outras concessões que tinham o dom de transformar em aliados e em representantes do poder central os inconformados e propensos à rebeldia. A transação era de interesse recíproco e constituía um dos principais artifícios para a continuação e o revigoramento do "statu quo"⁴⁶.

A emancipação política do País não se fez acompanhar da descentralização administrativa, embora houvesse forças que neste sentido lutassem, tendo em vista não tanto a descentralização no nível dos municípios, porém, principalmente, no das províncias.

Já em fins do século XIX, referindo à ativa participação que teve a vila de Itapetininga na Revolução Liberal de 1842, declararia Antonio Moreira da Silva ter sido esta a primeira "cidade da província, que manifestou o desejo de formar e fazer reconhecer a sua autonomia, reclamando do govêrno central a nomeação de presidente da província, natural e morador dentro dela..." Assim, "uma das câmaras municipais desta cidade

⁴⁴ Em 20 de novembro de 1810, o capitão-mor da vila de Itapetininga solicitou ao capitão-general Antonio José da Franca e Horta providências, por se achar a povoação em estado de ruína, "por falta de dificação e cazas nella, e pelo desamparo q' mtas. vão ficando". A resposta foi que providenciassem os próprios moradores e poderosos da Vila, pois, se a povoação desaparecesse, estava claro que com ela desapareceriam os magistrados. Cf. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. LIX, p. 146.

⁴⁵ Em 1808, quando D. João era esperado no Rio de Janeiro, recebeu o capitão-mor de Itapetininga uma ordem do capitão-general Antonio José da Franca e Horta, determinando que "depois dos tres dias de illumination gal, desta Cide. e dos Actos de Religião dispostos pelo Exmo. Snr. Bispo Diocezano, passada a Quaresma e em tempo Compte. se fação os profanos festejos publicos de q. tracta a Ram. inclusa. E como entre elles esteja disposto haverem tres tardes de Touros serios, e huma tarde de toreadores burlescos q. se farão a custa dos Capes. Mores e Sargtos. Mores das Ordenanças como a todos tenho participado pr. Carta Cercular de data desta...". Poucos dias depois, chegava uma contra-ordem, suspendendo os festejos, em vista de não ser ainda conhecido o programa a se desenvolver no Rio de Janeiro Cf. *Documentos Interessantes...*, vol. LIX.

⁴⁶ De Salvador de Oliveira Leme, primeiro capitão-mor de Itapetininga, cujo neto se casou com uma das filhas do português Domingos José Vieira, um dos dois primeiros juizes ordinários da Vila, conta a lenda que, tendo sido determinada sua prisão, alguns milicianos foram a sua procura. Encontrando um homem a trabalhar numas terras, perguntaram-lhe os soldados onde poderiam encontrar o "Sarutaiá", ao que o interpelado respondeu: — "É fácil encontrar o Sarutaiá: onde êle trabalha, costuma fincar uma espada no chão!" E, dando alguns passos, retirou da terra uma espada rebrilhante, pondo em fuga os perseguidores.

Foi indicado, em nota anterior, como entre a solicitação da Câmara Municipal e a confirmação da nomeação do "Sarutaiá" para o pòsto de capitão-mor das Ordenanças, na Vila, pela Rainha, decorreram 13 anos.

dirigiu ao govêrno central (uma representação). protestando contra a nomeação de presidentes que não conhecem nem a zona, nem os homens, de cuja administração se encarregam e pedindo de modo claro e com energia que se encarregasse aos paulistas o govêrno de São Paulo..."⁴⁷.

Os acontecimentos de 1842 antecederam de mais de uma década à atribuição a Itapetininga do "status" de cidade⁴⁸. No entanto, os três últimos decênios da primeira metade do século XIX vinham presenciando o incremento da população do Município, provocado pelo surto da agricultura, especialmente da lavoura canavieira, com o aumento do próprio núcleo urbano provocado pelo conseqüente desenvolvimento do comércio de mercadorias, para o que igualmente concorria o volume ascendente dos negócios na feira de Sorocaba e ao longo de tôda a estrada que vinha do sul⁴⁹.

O crescimento do núcleo urbano significa o aglomeramento de uma população numericamente mais considerável e mais heterogênea, tanto sob o ponto de vista ocupacional e econômico como a respeito de outras características sociais, da qual uma parte cada vez maior reside e permanece o tempo quase todo dentro dos limites da área edificada. Todavia, sob o ponto de vista das relações entre as autoridades locais e as centrais, a situação continua praticamente a mesma. Ainda depois da elevação da vila a sede de comarca e a cidade, as posturas municipais têm de ser submetidas à aprovação da Assembléia Provincial que, freqüentemente, obriga os poderes locais a uma retratação ou volta à última forma⁵⁰.

A não ser quanto à concentração da população e das instituições, o incipiente meio urbano pouco difere do ambiente rural circundante.

⁴⁷ Conferência de Antônio Moreira da Silva, resumida pelo *O Itapetininga*, de 17 de junho de 1838.

⁴⁸ Conferido em 1855, embora desde 1852 já fôsse Itapetininga cabeça de comarca.

⁴⁹ Sobre o número provável de muarees que passaram por Sorocaba, vindo do Sul, desde fins do século XVIII, cf. o trabalho de Alfredo Ellis Júnior. "O ciclo do luar", em Alfredo Ellis Júnior e Myriam Ellis. "A Economia Paulista no Século XVIII", Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, *Boletim 115*, História da Civilização Brasileira, n.º 11, 1950, p. 55-6, nota 1.

⁵⁰ Durante o regime da "tutela", é do interêsse de cada município contar com pelo menos um representante da maioria, na Assembléia Provincial, que faça as vêzes de seu advogado, propugnando pela confirmação das posturas aprovadas pela Câmara local e pelo atendimento dos favores por ela solicitados. Em 1855, ano da elevação de Itapetininga a categoria de cidade, aceitou a Câmara local, "com júbilo", o oferecimento que, nesse sentido, lhe dirigiu o deputado Manuel Eufrazio de Toledo, mencionando-lhe as medidas específicas em relação às quais esperava sua intervenção, conforme se vê pelo officio abaixo:

"Illmo. Snr.

A Camara Municipal de Itapetininga recebeu com jubilo a felicitação que V. S.^a lhe dirigio de 12 de Fevr.^o proximo passado, offerecendo-se igualme., na Assembleia Legislativa Proval., para, com sua eloquente vos e não vulgar pericia parlamentar, fazer passal algumas medidas necessárias ao bem estar d'este Município; e agradecendo em nome do mesmo tão nobres sentimentos e força de patriotismo, e acceptando tão valene appoio, leva ao conhecimento de V. S.^a que pelo intermedio do Exm.^o Gov.^o da Prova. foi levada a presença do Corpo Legislativo a representação d'esta Camara na qual pedia quotas pa. continuação das Obras da Matris d'esta villa, e da Freguesia de Botucatu e Sarapuhy, e em additamento, pelo intermedio de V. S., pede a quantia de 300\$000 para melhoramento da unica fonte de agua potavel que existe; igualmente pedio a qta. de 600\$000 para calçamento da rua dos Prazeres por onde tranzitão as tropas pa. a feira de Sorocaba, rua esta que a annos existe em um estado deplorável, e convem pr. todo o modo calçal-a. No Orçamento, que acompanhou as Contas, estão consignadas a'gumas medidas compatíveis com a escacez das rendas Municipaes, que convém adoptar, e sobre o que chamamos a attenção de V. S.^a. (*)

Agradecendo finalmente a polides, e differencia que V. S.^a consignou no citado officio a que respondemos, asseguramos a V. S.^a nossa consideração e profundo respeito, contando V. S.^a com nosso debil auxilio para tudo quanto for a beneficio d'esta Prova. que assas presamos

Deos guarde a V. S.^a.

Paço da Camara Municipal de Itapetininga, em sessão extraordinária de 13 de Março de 1855.

Illmo Snr. Manuel Eufrazio de Toledo.

D Deputado a Assembleia Legislativa Proval.

(*) Tambem pedimos a V. S.^a extenda sua protecção a respeito da representação que nesta dacta derigimos a Assembleia Legislativa pedindo a quantia de 1:500\$000 pa. desapropriação do terreno indispensavel pa. o Rocio da Freguesia do Capão Bonito". — Documento municipal de Itapetininga.

Em 1820, segundo a descrição de Saint-Hilaire, tinha a vila a forma “pouco mais ou menos quadrada”, compreendendo não mais de 60 casas “muito pequenas, em mau estado de conservação e construídas de terra socada (taipa)”. A própria igreja não possuía campanário nem torre, ficando os sinos suspensos sob um telheiro, ao lado do edifício. “Quase todos agricultores, os habitantes de Itapetininga só ali aparecem aos domingos, o que explica por que, quando a essa localidade cheguei, encontrava-a quase deserta. Há, entretanto, várias vendas e algumas lojas, mas as primeiras, principalmente, eram muito mal abastecidas. Paguei os objetos que tive necessidade de comprar com o aumento de 100 por cento sobre os preços correntes, para os mesmos, em São Paulo. Esta última cidade está, em verdade, apenas a 30 léguas de Itapetininga; mas as estradas são de trânsito difícil, os transportes, sempre feitos em lombos de muares, são extremamente caros, e a concorrência é quase nula”.

Em nenhuma das vendas o viajante encontrou toucinho, “a única coisa, no Brasil, que substituí a manteiga”, havendo êsse ano grande falta de gêneros alimentícios, embora parecesse serem êstes, “ali, de ordinário, abundantes”. Ficaria êle sem a referida mercadoria se o capitão-mor, que veio de sua fazenda a seu pedido, não lhe mandasse buscar “uma provisão de algumas libras”.

Viviam os moradores do cultivo de milho, arroz e feijão que enviavam a Sorocaba, onde se concentravam tropas do sul de Minas. Nos vales, não assolados pelas geadas, cultivavam algodão, com o qual fabricavam “tecidos grosseiros, expedidos, como os fabricados nos arredores de Sorocaba, para o Rio Grande do Sul e para Curitiba”. Havia, ainda, alguns engenhos de açúcar e o aproveitamento das “excelentes pastagens” circunvizinhas na criação de gado “que vendem em São Paulo e, até, no Rio de Janeiro”.

Na vila, nota-se: “um pequeno movimento comercial” em torno das pedras de fuzil que as pessoas pobres fabricam, golpeando rochas da região com pequenos martelos chatos. Mesmo nos portos, tais pedras são procuradas e preferidas às procedentes do estrangeiro⁵¹.

Em 1835, segundo a estatística levantada pelo Marechal Daniel Pedro Müller, havia, na vila de Itapetininga, um juiz municipal, três juizes de paz, 200 de fato, quatro sacerdotes do clero secular, um coletor das rendas públicas, seis comerciantes e 169 pessoas “que sabendo ler, e escrever têm decente subsistência”. Quanto às artes e ofícios, aparecem um músico, quinze carpinteiros, cinco ferreiros, cinco seleiros, um ourives, cinco entalhadores, três oleiros, nove tecelões, três alfaiates e sete sapateiros. Afora as casas de morada, apenas dois edifícios são apontados, na vila: o da igreja e o da cadeia⁵².

No ano em que foi elevada à categoria de cidade (1855), contava Itapetininga com 57 comerciantes, incluindo 23 de loja, três de armazém e 31 vendeiros⁵³.

Em 1873, já sob o impulso decorrente do surto da lavoura do algodão herbáceo, possui a cidade dezesseis máquinas de descaroçamento e beneficiamento, sendo “algumas movidas a vapor”. “Contém a cidade mais de 500 casas particulares sofrivelmente construídas sobre taipas, sendo algumas de sobrado, boas ruas, bem alinhadas e bonitas praças que se estão arborizando, já estando a bella e larga rua da Constituição (antiga do Alambary) a melhor da povoação”. Possui vários edifícios, como a matriz, em reedificação, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em construção, a capela de Santo Antônio, a igreja do jazigo, a capela de Santa Cruz, o teatro São João, “uma grande cadeia central da comarca”, em construção, “no lugar em que existiu por mais de 80 anos uma pequena casa de prisão”, e a sede própria da sociedade maçônica.

As construções e reconstruções em andamento refletem a fase de prosperidade econômica por que passa o Município, bem como o aceleração do processo de urbanização.

⁵¹ Cf. Saint-Hilaire. *Auguste de, Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*, Biblioteca Histórica Brasileira. Direção de Rubens Borba de Moraes, II, Livraria Martins, São Paulo, 1940.

⁵² Cf. *O Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, Ordenado pelas leis provinciais de 11 de Abril de 1836 e 10 de Março de 1837 — Original organizado pelo Marechal Daniel Pedro Müller — Reedição literal da Secção de Obras d' *O Estado de São Paulo*, 1923.

⁵³ Documento municipal de Itapetininga, referente ao lançamento de impostos.

Nesta altura, além dos edifícios e instituições já referidos, conta a cidade com “um gabinete de leitura, idéia do sr. dr. Venancio Ayres... já com bôa somma de livros offerecidos pelos sócios; uma sociedade propagadora da instrucção, com todos os seus empregados e outra de bailes mensaes”. Nela residem sete advogados formados e quatro provisionados, um médico, um tabelião, um escrivão do júri e outro de órfãos, “além dos demais empregados no fóro civil e criminal que é neste termo soffrivelmente animado”. Entre os advogados formados estão os juizes de direito e municipal e o promotor público⁵⁴.

O recenseamento municipal do ano seguinte (1874), publicado pelo jornal local⁵⁵, permite completar, até certo ponto, os dados acima. Fica-se, assim, sabendo que, na paróquia, existem 128 juizes de fato, dos quais 43 por cento residem no recinto da cidade, 10 por cento a uma distância máxima de duas léguas e os restantes 47 por cento a mais de duas léguas da sede. O serviço da justiça criminal e da policia é feito por um destacamento municipal de 10 praças, sob o comando de um sargento. A paróquia está dividida em 53 quarteirões policiais, dos quais oito formam a cidade e 45 a parte rural. Estão qualificados 801 votantes, dando a paróquia 21 eleitores.

Entre as casas da cidade, há 42 habitadas⁵⁶, dezoito em construção, sete sobrados. Além dos edifícios e construções mencionados por Manoel Afonso Pereira Chaves, há quatro “quartos” de câmara municipal, servindo de casinhas e mercado, um chafariz e um matadouro “de rezes para o consumo”. Na paróquia, há oito cemitérios, dos quais três na cidade, e cinco capelas, das quais três igualmente na sede.

Além dos profissionais referidos por Pereira Chaves, trabalham na sede, três seleiros, dois funileiros, cinco ferreiros, três ferradores, dois fogueteiros, cinco sapateiros, três alfaiaes, dois ourives, dez carpinteiros, dois marceneiros, quatro pedreiros, três taipeiros, dois pintores e um dentista. O comércio compreende doze lojas de fazendas e ferragens, dezoito armazéns de secos e molhados, 24 tabernas, dois bilhares, um hotel, uma tipografia, duas boticas, duas padarias e cinco açougues. Há, ainda, seis máquinas de serrar madeira, movidas a água, dezessete de descarocar algodão, sendo treze movidas a água, duas por bois e duas a vapor, dezesseis moinhos tocados a água e doze olarias.

É, pois, a partir dos últimos anos do terceiro quartel do século XIX que a vida, no meio urbano local, começa a se diferenciar de um modo cada vez mais acentuado da vida na área rural circundante. É a partir dêsse período que as autoridades locais se vão tornando cada vez mais intransigentes na regulamentação de procedimentos que, no meio rural, ficam ao critério dos próprios moradores. Servem de illustração as medidas contra a presença de animais soltos pelas ruas, um dos problemas que preocupam essas autoridades por todo o correr do século⁵⁷: não obstante as freqüentes tentativas de regulamentação do assunto e as medidas repressivas postas em prática, somente no último ano do século, em 1899, já em pleno regime republicano, consegue a Câmara Municipal pôr, definitivamente, em vigor medidas drásticas contra os proprietários dos animais que se vêem “sol-

⁵⁴ Chaves, Manuel Afonso Pereira — artigo citado, publicado no *Município*, em 21-6-1873 e inserto nos *Documentos Interessantes*.

⁵⁵ Publicado nos números de julho e agosto de 1873, do *Município*; estando porém, truncada a coleção consultada.

⁵⁶ A proporção de casas desabitadas, cêrca de 8,5 por cento do total, decorria, provavelmente, do costume de manterem os proprietários rurais suas “casas da vila” ou “da cidade”, para os domingos, dias de festa e de acontecimentos excepcionais como batisados, enterros e casamentos, conforme se viu, de 128 juizes de fato, apenas 55 ou 43 por cento residiam no recinto da cidade.

⁵⁷ Já em 1857, a Câmara Municipal aprovava posturas tornando responsáveis pelos impostos de animais os donos de pastos de aluguel de onde os mesmos fugissem “por falta de segurança dos feixos ou por falta de alguma outra cautella”. Isentava, porém, do pagamento os proprietários que recebessem animais apenas por obséquio aos seus donos.

— Documento municipal.

Em .887, *O Itapetininga* reclama, insistentemente, tal como o faz em seu número de 20 de novembro, “a pedido de assinantes”, providências das autoridades pela existência, dentro da cidade, de “chiqueiros que exhalam mau cheiro.” No dia 11 de dezembro do mesmo ano, o jornal elogia a “illustre edilidade” pelos melhoramentos introduzidos na cidade, e comenta: “Os cães e cabras, que eram o nosso peor flagello, vão desaparecendo pouco a pouco; os formigueiros, não são muitos os que existem em terrenos particulares; e, feitas as limpezas nos quintais e concertadas algumas ruas que estão em mau estado, pode-se dizer que nada mais temos a desejar.”

tos nas vias públicas” ou que vivem presos nos quintais, medidas que não se revogam, apesar dos protestos de vinte e dois criadores de gado, os quais alegam, contra tão “iníqua lei municipal”, o princípio de que “as leis de um povo devem ser adaptadas a seus costumes, a suas necessidades” bem como o fato de “não estar cercada a cidade”⁵³.

Por todo o correr do século XIX, além do problema das estradas e do referente aos animais soltos pelas vias públicas, preocupam constantemente as autoridades locais os da água, do trânsito dentro dos limites da cidade, da higiene dos matadouros, da extinção dos formigueiros, da conservação dos cemitérios e das condições da casa de prisão e sustento dos presos. O problema da instrução pública somente é lembrado em algumas “falas” de prefeitos ou em alguns relatórios enviados à Assembléia Legislativa Provincial a respeito das necessidades do Município. O problema da iluminação pública surge, a princípio, apenas com relação ao edifício da cadeia; porém, já em 1885, as ruas e praças são iluminadas por sessenta lampeões a querosene que, a partir da “terceira noite inclusive” do quarto crescente, permanecem acessos, das seis horas da tarde até às onze da noite “ou antes si tiver se levantado a lua”⁵⁰.

Em abril de 1836, em sua “fala” perante a Câmara Municipal, o prefeito discorreu sobre a situação das prisões do distrito, o estado de ruína das pontes, sobre a impossibilidade de encontrar quem preenchesse os cargos de fiscal e suplente, por “achar-se a mor parte dos cidadãos probos ocupados nos Empregos Públicos”, sobre a falta de professor de primeiras letras nas freguesias de Tatuí e Paranapanema, sobre a falta de uniforme (“ornamento”) da Guarda Policial que, por isso, “não fazia nenhum respeito”, estando ainda a precisar de armas, sobre a necessidade de um lampeão que desse luz a grade dos presos e sobre os consertos das estradas públicas e dos caminhos particulares⁶⁰.

Em novembro de 1841, a Câmara da Vila enviou um relatório à Assembléia Legislativa Provincial sobre as necessidades do Município, em que salientava a conveniência de se mudar de Sorocaba para Itapetininga o registro de passagem de animais; a de se criar, na Vila, uma cadeira de latim a que poderão concorrer mais de 20 alunos; a de se canalizar a água para o levantamento de um ou mais chafarizes, por serem as fontes públicas profundas e distantes; a de reparos na igreja da matriz; de consertos na cadeia; sobre a necessidade de uma calçada de pedra da extensão de 50 braças e com 20 palmos de largura, para a principal rua da Vila, que é “a que segue para a estrada do Sul”; a de uma ponte sobre o rio Paranapanema, na estrada da freguesia do mesmo nome; sobre a conveniência de se elevar a freguesia de Tatuí à vila e a capela da Fazendinha à freguesia, medidas com que a Câmara Municipal diz concordar; sobre a necessidade de remuneração para o fiscal e de aumento na do porteiro da Câmara; sobre o combate aos “imensos formigueiros” que existem dentro da Vila, para o que se pede uma verba à Assembléia Provincial, por se achar “muito pobre” o cofre do Município; sobre a necessidade de uma ponte na estrada de Tatuí e de outra na estrada do Sul, sobre o rio Capivari; sobre a de erigir-se nos “Campos de sima da Serra”, a dezesseis léguas mais ou menos, uma freguesia, bem como outra na estrada da mata, no caminho do Juquiá, que segue para Iguape; e, finalmente, sobre a de uma verba para a subsistência e educação dos “miseráveis orphans” visto “o grande numero dos mesmos, sua indigencia e, em geral, do Município”⁶¹.

Em 28 de fevereiro de 1842, o presidente da Assembléia Provincial oficiou à Câmara de Itapetininga, comunicando-lhe que “a Assembléia Provincial observando os embara-

⁵³ Documento Municipal.

⁵⁰ Conforme os termos do contrato assinado entre Paulino Rolim de Moura e a Câmara Municipal, existente na Prefeitura local. Pela Câmara, assinou o presidente, Manoel Affonso Pereira Chaves e, como testemunha, Salvador José de Macedo e João B. Munhoz. O contratante se comprometia a empregar querosene puro e de primeira qualidade, usar pavio número um e pagar a multa de 5\$000 por lampeão que não se mantivesse aceso; a Câmara, além de pagar 1:150\$000 pelo ano de contrato, ainda se obrigava a pôr novos vidros nos lampeões que se estragassem, cujos consertos o contratante poderia providenciar para ser posteriormente reembolsado pela Câmara; os globos internos e os pavios ficavam por conta do empresário ou concessionário.

⁶⁰ Documento Municipal.

⁶¹ Departamento do Arquivo do Estado, Tempo do Império, Maço 68, Pasta 1, Documento 16.

ços, que a cada paso occorrem no exame, e approvação das Posturas das Camaras Municipaes, resolveo que se recomendasse á essa Camara de Itapetininga, que qdo. remetter suas Posturas a esta Assembléa faça notas para que se possa conhecer, se as mesmas são sôbre objectos ainda não providenciados no Municipio⁶², ou se alteram algumas em vigor, e n'este cazo não só faça dictas notas como também remetta copia dos artigos, cuja alteração pretende, e finalmente, quer as Posturas sejam providenciando de novo, quer alterando algumas já existentes, dê a razão justificativa de suas propostas".

Em março de 1855, a Assembléa Legislativa Provincial aprovou oito artigos de posturas da Câmara Municipal de Itapetininga sôbre as obrigações dos proprietários com relação à feitura e conservação dos caminhos de ligação entre as respectivas propriedades e as estradas públicas⁶³, e sôbre os asseiros a serem exigidos nos casos de queimadas⁶⁴.

No dia 21 de agosto do mesmo ano, a Câmara Municipal aprovou três artigos de posturas, determinando que as reses mortas para o corte não ficassem mais de uma noite no matadouro e que os interessados deixassem o último limpo, tôda vez que carneassem, depositando no local de antemão designado, fora da cidade, pelo inspetor de distrito, o lixo e "as matérias fecais", por serem "fontes de miasmas"⁶⁵.

Em junho de 1857, a Câmara Municipal tornou a aprovar quatro artigos, os dois primeiros limitando a seis dias consecutivos o prazo de uso das casinhas municipais pelos portadores de capados para a venda à população. Findos os seis dias, o vendedor teria de ser "expellido" e obrigado a vender as sobras a particulares, nunca a outro casinheiro. O

⁶² Documento Municipal. A Lei Orçamentária aprovada pela Assembléa Provincial, para o ano financeiro de 1.º de outubro de 1841 a 30 de setembro de 1842, estimou a receita do município de Itapetininga em 1:712\$968, com a seguinte discriminação de fontes, exclusive o rendimento da décima dos prédios urbanos:

Rendimento do açougue	0,7
Ramos das aguas-arquentes da Freguezia da Villa	10,4
Dicto de dictas da Freguezia de Tatuy	5,6
Dicto de dicta de Paranapanema	1,4
Aluguel das cazinhas	3,3
Afferição de pezos e medidas	5,0
Multas por infracção de posturas	1,8
Dictas impostas pelo Jury	3,6
Licença para espectacolos	0,6
Cobrança da divida activa	49,3
Saldo existente em cofre	17,7
Renda eventual proveniente de multas ao Fiscal e Vereadores, e outras origens	0,6

(Documento municipal).

⁶³ Assim, o delegado, na Vila, e os subdelegados, nas freguesias, nomearão um chefe ou inspetor, para os trabalhos dos caminhos, e este convocará todos os moradores para comparecerem no dia e hora marcados, "no lugar da povoação, ou estrada d'onde começa o caminho e hai virão com suas ferramentas e serão obrigados a trabalhar juntos cada um athe sua encrusilhada concorrendo para o serviço na proporção seguinte: 1.º Dois terços de escravos de serviços dos moradores, por muitos q sejam em uma casa neste numero não se comprehendem as escravas 2.º Todos os chefes de familia, ou um camarada por si, e tendo mais d'um será obrigado a mandar um terço á elles".

As vias de comunicação sempre constituiram um problema no Municipio, fôsse por não estarem bem definidas as responsabilidades do govêrno e dos particulares, a respeito, fôsse por nenhuma das partes se considerar em condições de executar os necessários serviços de conservação.

Já em 5 de outubro de 1791, Alexandre de Andrade, cabo de esquadra do registro local de passagem de animais, officiava ao governador da Capitania, informando-o sôbre o estado precário dos caminhos, sôbre a decadência das minas da região e sôbre as dificuldades financeiras do Municipio, cuja Câmara se encontrava sem dinheiro "e com muita diminuição nos creditos" Departamento do Arquivo do Estado, Tempo da Colônia, Maço 52, Pasta 1, Documento 21.

Em 1821, era Domingos José Vieira, então capitão-mor, filho do fundador da Vila, quem officiava ao capitão-general informando-o sôbre o mau estado dos caminhos e declarando não haver em seu distrito quem quisesse contratar a abertura de estradas Departamento do Arquivo do Estado, Tempo da Colônia, Maço 52, Pasta 3, Documento 47.

⁶⁴ No que toca aos asseiros, o documento citado diz que "todo aquelle que tiver de queimar matos, capoeiras, roçadas e campos, o não poderá faser sem um asseiro de mais de 10 palmos de largura, e é obrigado rigorosamente a faser anterior participação a todos os respectivos confinantes do dia, hora e lugar onde tem de faser a queima; pela violação deste artigo pagará o infractor a multa de dez mil réis ou 10 dias de cadeia alem do damno que por isso causar".

⁶⁵ Documento municipal.

terceiro artigo restringia às casas de negócios com balanças, pesos e medidas aferidos, o direito de terem “efeitos de lavouras de outrem para serem vendidos aos habitantes”, o que ficava vedado a qualquer outro morador da cidade. Finalmente, o quarto artigo determinava que o sacristão da Matriz e das demais igrejas do Município ou qualquer outra pessoa encarregada dos sinos, logo que se desse algum falecimento, tratando-se de homem, fizesse três sinais breves e distintos, sendo mulher, dois e, tratando-se de menor de sete e catorze anos, apenas um sinal, “seja macho ou femêa”; “e por esses signaes do fallecimento se não pedirá salario, e depois darão somente quando forem levados a interrar, se farão outros tantos signaes, e ao mesmo tempo que os sepultarem outros tantos, de maneira que ao todo se não faça mais signaes que athe nove por homem e seis por mulher, e tres pelos de menor idade e no aniverçario se guardará o mesmo fazendo-se nas vespêras a noute uns, pela manhã a outros, e no tempo dos officios outros, de sorte que não venhão a ser mais do que suppra marcamos”. O infrator será multado em vinte mil réis por dobre ou sinal de sino que exceder ao número estipulado e terá oito dias de prisão em cada infração⁶⁶.

Datado de 4 de agosto do mesmo ano, veio de São Paulo um officio, comunicando a desaprovação dos referidos artigos 1.º, 2.º, e 3.º, por se oporem ao artigo 1.º, § 10 da Lei de 1.º de outubro de 1828, e, o 4.º, “por que não deixa salvo ao Sachristão o direito de exigir das partes os emolumentos que lhe possão competir em virtude de Regulamentos e Ordens do poder respectivo”⁶⁷.

Tinha o fiscal da Câmara a incumbência de pôr em prática as determinações desta, uma vez aprovadas pela Assembléia Provincial, bem como a de mantê-la a par do andamento das obras em execução e dos urgentes problemas do Município. Em seus relatórios periódicos, êle comunica à Câmara as despesas realizadas com os concertos na cadeia, nas pontes e estradas, com o sustento dos presos, com a extinção de formigueiros, com “o dispêndio aos Guardas para porem fora Cabras, caens, e porcos, mortos pelos mmos. Guardas” ou para “mandar compor a agoada pública desta Vila que quando xove fica intransitavel”, com o aparelhamento do açougue com ganchos para se pendurarem os quartos de carne etc., assim como chama a atenção do presidente e dos vereadores para a necessidade de cuidarem dêste ou daquele problema e se justifica por não ter tomado esta ou aquela medida, conforme fôra deliberado.

Em maio de 1855, o fiscal oficiava à Câmara sôbre a evasão de impostos por negociantes dos bairros, dos quais “huns dizem q. tem licença mais quem deo ignoro”, enquanto outros dizem francamente que não a tem, porém, não se apresentam para obtê-la⁶⁸.

Em relatório datado de 19 de agosto do mesmo ano, o fiscal Ignácio de Oliveira Preto comunicava à Câmara não poder extinguir os formigueiros dos terrenos municipais, por falta de dinheiro, chamando, ainda, a atenção dos vereadores para o fato de a rua do gado estar precisando de alguns concertos “por axar-se quaze intransitavel”. O terceiro problema de que tratava era o da necessidade (de acôrdo com a reclamação dos portadores de reses) de se “fazer hum ranxo dentro do matadouro afim de não ficar a carne assim como já tem ficado exposta as xuvas, erigor temporal!”. Em quarto lugar alegava não poder matar os cães que infestavam as ruas por ser proibido “dar tiros dentro da Cidade”, solicitando dos vereadores sugestões sôbre como poderia fazer a referida matança⁶⁹.

No dia 31 de dezembro de 1856, inaugura-se a obra de “melhoramentos da agua potavel”, isto é, um reservatório e um chafariz, que o fiscal reconhece não estarem “no último estado de perfeição”⁷⁰. No dia 11 de março de 1857, em carta à Câmara, o fiscal anun-

⁶⁶ Documento municipal

⁶⁷ Documento municipal.

⁶⁸ Documento municipal

⁶⁹ Documento municipal

⁷⁰ “Apliquei todos os recursos q’ de mim demandavão para que ella (a obra) ficasse segura, eno ultimo estado de perfeição, mas esta não foi possível conseguir, como tanto desejava, visto que uma ves esgotada aq ta não era possível atender a outras urgentes necessidades, como escada” E apela para o presidente e vereadores: “Relevae Senhores, se nesta nição, que me confiastes, não correspondi os vossos desejos; a obra ahi está, recebei-a, e conciderai-a como hum dos padroens de gloria da vossa benefica, e illustrada Administração, e como hum penhor de minha dedicação sincera pelo bem publico.” — Documento municipal.

cia ter embargado, com auxílio da polícia, o “o Serviço de hum valo que Joze de Almida. Lima estava mandando fazer q’ empedia a servidão publica trancando com elle o caminho de huma agoada...”⁷¹.

No dia 1.º de abril de 1857, em relatório sôbre “as necessidades mais urgentes” do Município, chamava o fiscal a atenção da Câmara para o estado dos caminhos, pontes e ruas e para a necessidade de um abrigo, no matadouro, para a carne e os carnicheiros⁷².

Até fins do século XIX, além dos problemas higiênicos relacionados com as casinhas e os matadouros e com a permanência de animais soltos nas ruas ou presos em quintais, em plena zona urbana, causavam preocupação as ameaças de epidemia de tifo, varíola e outras doenças contagiosas, conforme se vê pelos documentos existentes na Prefeitura local e por notícias dos jornais da cidade, das últimas décadas dos novecentos, relativos a surtos que atingiam o Município ou a pânico causados por surtos ocorridos em outras partes da Província ou fora desta.

Em 6 de abril de 1846, um vereador sugeriu que se encarregasse ao cidadão José Joaquim Pereira da Silva do trabalho das vacinas e que fôsse ordenado a todos os inspectores de quarteirão que convocassem “os povos a comparecerem com seu filhos, escravos, etc. (sic)”, à Vila, em casa do referido cidadão, todos os domingos e dias santos de guarda, de duas a quatro horas da tarde, pelo espaço de dois meses, a fim de serem vacinados⁷³.

Em 1855, a Câmara Municipal comunicou ao govêrno da Província ter surgido um surto de “bexigas bravas”, na localidade, recebendo do último a recomendação de que “proponhão a gratificação que deve ser arbitrada ao cidadão João Manoel Freire para Vaccinador, e outro sim que a pobreza for affectada gravemente, veção algum Medico que a trate mediante alguma gratificação dada pela Fazenda Publica”. O Comissário Vaccinador ficava incumbido de enviar ao referido cidadão algumas lâminas com fluido vacínico⁷⁴.

No dia 16 de outubro de 1887, *O Itapetininga* concita a população a procurar o Dr. Francisco de Oliveira Coutinho, para a vacinação antivariólica, com sôro trazido da Côrte e procedente das culturas de famoso especialista do Rio de Janeiro. Noticiava, ainda, que até o dia 13 dêste mês, o Dr. Coutinho já havia vacinado 125 pessoas. Dêsse modo, regosijava-se o periódico, recorrendo tôda a população à vacina, nenhuma epidemia de varíola encontraria terreno para se propagar, no Município⁷⁵.

⁷¹ Documento municipal. Chama Aluisio de Almeida a atenção para o fato de ter sido a cidade de Itapetininga alinhada ao longo da “lombada principal, cruzando as ruas para, respectivamente, as duas aguadas paralelas (dois ribeirões)” e acrescenta que em meados do século XIX, houve preocupação, por parte da Câmara, tal como em Sorocaba, de “Salvar para o povo o acesso as aguadas e lenheiros”, conforme a tradição das monarquias ibéricas e segundo determinavam as “Ordenações”, em favor dos municípios pobres

⁷² “A rua dos Prazeres nesta Cidade se acha em um estado tal de ruina que no caminho do sobrado de D Na do Monte te a ponte na estrada esta quaze intransitavel e inteirame. intransitavel pa. caros. — No mmo estado se acha a traveça da Quitanda desde o patio da Matris te a chacara de Anna Amal. na estrada da Chapadinha. — Tambem neste ou em pior estado se acha a lem da ponte desta cidade te frontear a estalagem. — O passo do tijuco junto na estrada geral tambem se acha com um desmancho que pode ocasionar mais ruina alem destes desconcertos muitas ruas desta Cidade se acham prezizando de atenção de VSas. pa. expor o clamor publico. — Lembro mes. a VSas que estam intregues ao Sr. Procurador as madras e telhas do telheiro da nova cadeia que sendo mto. necessario no matadouro huma pequena caza pa. abrigo das carnes e mm. dos carnicheiros mto bem podia ser feita com essa madra, e telhas e a mais pouca que pode faltar se VVSas, assim julgarem util.” — Documento municipal.

⁷³ Documento municipal.

⁷⁴ Documento municipal.

⁷⁵ A lepra sempre foi uma das doenças crônicas mais temidas, no Município.

Em 1820, Domingos José Vieira enviava, ao governador da Capitania, a relação dos leprosos existentes no distrito de Itapetininga, num total de 18 indivíduos, dos quais 14 do sexo masculino e 4 do feminino, Departamento do Arquivo do Estado, Tempo da Colônia, Maço 52, Pasta 3, Documento 27.

Entre os escravos arrolados nos inventários dos séculos XVIII e XIX, dos senhores que os possuem em maior número, sempre aparece algum morfético. Nesses inventários, também aparecem, inclusas, relações de morféticos contemplados com esmolas.

Já nas últimas décadas do Império, começam a aparecer sintomas da diferenciação cada vez mais acentuada que, a partir daí, se desenvolverá, entre o meio urbano local e o meio rural circundante: a iluminação pública, a numeração e emplacamento das casas e ruas, arborização destas e ajardinamento das praças, maior rigor em relação aos proprietários de animais que os deixam soltos pelas ruas ou que os mantêm em quintais, em pleno perímetro urbano, maior cuidado em conservar as vias públicas em estado de transitabilidade, tudo isto sob o ponto de vista material; e, sob o ponto de vista institucional, há o aparecimento da imprensa, em 1873, em cujas páginas surgem, constantemente, comentários, críticas e reclamações concernentes aos problemas que afligem a população local e o das primeiras escolas preparatórias e secundárias, de iniciativa particular, geralmente de duração efêmera, porém, que indicam como o problema preocupa a certos setores da população, bem como o da primeira casa de exibição de peças teatrais — símbolo de novos interesses recreativos e intelectuais⁷⁰.

Reconsiderando-se, sob uma perspectiva de conjunto, os fatos aparentemente isolados até aqui apresentados, duas tendências ressaltam, no que respeita à atuação da municipalidade, conforme se encaram os problemas tradicionais do meio rural ou os problemas do meio urbano em desenvolvimento. Quanto aos primeiros, cuja solução, em geral, ficava ao sabor da iniciativa particular, pautada pelas normas do direito costumeiro, observa-se uma progressiva retração da responsabilidade privada. Em outras palavras, as normas do direito costumeiro, as regras tradicionais de comportamento relacionadas com a propriedade e as servidões, vão perdendo o seu poder de motivação sobre os munícipes, o que força a Câmara Municipal a legislar, impondo pelo direito positivo, aquilo que, antes, a própria tradição regulamentava.

No que respeita aos problemas específicos do meio urbano, ao contrário de se ver obrigada a garantir através de normas de direito positivo, a continuidade de práticas até então reguladas pelo costume, é a municipalidade chamada a criar normas em conflito com a tradição, proibindo, no perímetro urbano, práticas que, no meio rural, eram admitidas, ou dando o caráter de obrigatoriedade àquilo que, no ambiente rústico, era apenas facultativo.

Tanto a necessidade de uma legislação que prevenisse a desintegração de práticas costumeiras que as novas condições de vida tornavam menos exequíveis — por exemplo, a conservação dos caminhos pelos particulares, em face da redução do contingente de escravos, na população — como a de medidas que impusessem novas práticas, exigidas pelo convívio, no meio urbano, eram circunstâncias que inclinavam a municipalidade a se tornar mais ativa, a assumir novas responsabilidades, perante os munícipes, revestindo-se conseqüentemente, de maior autoridade, de modo a contrabalançar o declínio do poder e da responsabilidade privados pelo fortalecimento do poder público; no entanto, débil pela própria estreiteza do orçamento os governos geral e provincial lhe facultavam e cerceada

O censo provincial de 1886 revelou, para o Município, uma população de 11 362 indivíduos, dos quais, com enfermidades aparentes: sete alienados, quarenta e três aleijados, treze cegos e quarenta e cinco morféuticos.

Até a segunda década do século XX, havia, na cidade, uma área reservada aos morféuticos. Desde, porém, a campanha de isolamento, em leprosários, levada a efeito pelas autoridades sanitárias do Estado, com a ausência de doentes declarados, a referida área desapareceu.

⁷⁰ Depois da proclamação da República, o desenvolvimento urbano local se acelera. Em 1895, os trilhos da Companhia Sorocabana atingem a cidade; já no ano anterior, fôr criada a escola normal local, a primeira instituição do gênero a ser mantida no interior pelo Estado; em 1912, foi inaugurado o serviço de iluminação elétrica, precedido por um lustro de iluminação a gás acetileno; em 1913, a rede de esgotos, sendo que já em 1893 tivera início o abastecimento de água encanada; ainda em 1918, teve início o calçamento das ruas e praças a paralelepípedos de pedra.

Na primeira metade do século XX, além de ter sido um dos municípios privilegiados, quanto ao número de escolas públicas primárias aí instaladas pelo Estado e um dos primeiros a contarem com escolas oficiais de outros níveis, Itapetininga ainda se tornou sede de repartições estaduais e federais destinadas a servir quer à população do Município quer à da região. As repartições regionais aí mantidas pelo Estado, subordinadas às diferentes secretarias — da Educação, da Viação, da Segurança Pública, da Fazenda — têm cerca de vinte municípios sob sua jurisdição.

A cidade conta, atualmente, com três jornais, três cinemas e uma estação radiodifusora.

De 1900 a 1950, a população urbana do Município sextuplicou, enquanto que a rural mal se elevou ao dobro, tendo o último censo revelado o total de 38 181 habitantes, dos quais 18 089 (47,4%) domiciliados na zona urbana.

pelo contróle tanto de legalidade como de conveniência e oportunidade que sôbre ela exercia a Assembléa Provincial, não tinha a Câmara Municipal meios de tornar atuantes as medidas que aprovavam, o que freqüentemente, as reduzia à condição de simples letra morta.

A ausência de uma discriminação satisfatória de atribuições entre a província e o município, ou entre problemas gerais e locais, ao lado da fraqueza orçamentária de uma e do outro, leva a uma retração sistemática de responsabilidade por parte da primeira que, ao invés de tomar a iniciativa na adoção de medidas gerais, que beneficiem os municípios em conjunto, se reserva para agir, sempre no último instante, em cada ponto particular em que se faça sentir de modo mais veemente a expectativa de sua atuação. Assim mesmo, esta atuação nem sempre se manifesta sob a forma de criação de órgãos permanentes subordinados à administração geral da Província e sediados em diferentes pontos desta, com o fim de prestarem serviços às populações do interior, podendo, inclusive, assumir a forma de autorização ou recomendação a uma determinada câmara municipal, no sentido de que contrate, por determinado tempo, o serviço de um especialista ou técnico a fim de atender a uma necessidade que se agravou. Ademais, nem o govêrno provincial, nem o geral têm a organização ou dispõem dos meios que, posteriormente, já na República, desenvolverão o Estado e a União, correspondentes à escala cada vez maior de serviços que por tôda a parte se vai esperando do poder público, cuja atuação, até o Império, era sobretudo policial e fiscal.

A atuação negativa do govêrno provincial, no entanto, não se faz notar apenas através da moderação sistemática de sua atividade espontânea, no âmbito intermunicipal, mas também pela constante tendência a freiar a atividade do município e a lhe vender caro a aprovação das medidas que solicita. De seu lado, procura o município impor a consideração de seus interesses peculiares, não apenas através dos relatórios periódicos e das representações que envia à Assembléa Provincial, mas também e, principalmente, pela atuação, nesta, de alguém que a êle esteja identificado, seja em razão do domicílio, seja em virtude da troca de favores políticos

3. AS IDÉIAS MUNICIPALISTAS DOS REPUBLICANOS LOCAIS

É EM fins do terceiro quartel do século XIX, quando o núcleo urbano local entra em franco desenvolvimento, dando prova de incontida vitalidade; quando o ambiente citadino começa a se diferenciar nitidamente do ambiente rural circundante, tanto do ponto de vista material como do cultural, com a crescente diversificação ocupacional dos habitantes e, em especial, com a formação de um contingente cada vez mais numeroso de homens de negócio, de intelectuais e de burocratas, que o movimento municipalista ganha ímpeto e continuidade, no âmbito local.

Os ideais democráticos da república federativa parecem implicar, por necessidade de coerência lógica, a adesão aos princípios municipalistas, pois que o municipalismo, tanto quanto o federalismo, visa a descentralização político-administrativa, procurando o primeiro aplicá-lo no nível das comunidades locais, enquanto que o segundo se bate por uma discriminação de poderes ou competência entre os govêrnos geral e regional (provincial, estadual), favorável ao último. Assim, ambas as tendências são convergentes ou afins, pelo menos enquanto representam movimentos coincidentes contra a ordem vigente, pois que a descentralização federativa, uma vez implantada, poderá implicar na absorção das atribuições ou poderes do município pelo govêrno regional. Em outras palavras, para o municipalista, em luta contra o centralismo do govêrno geral, a federação parecerá uma etapa necessária à consecução de seu desiderato, assim como para o federalista, empenhado em igual luta, o municipalismo se apresentará como um ideal afim, convergente, cuja motivação poderá ser capitalizada em proveito do federalismo. Daí a tendência dos dois movimentos, quando coincidentes, a se amalgamarem e a se reforçarem reciprocamente.

Já antes dos acontecimentos históricos de 1870, tão importantes para o desenvolvimento do movimento republicano na Província de São Paulo, o diretório do Partido Liberal, no município de Itapetininga, com a exceção de apenas um de seus componentes, adere à causa da transformação do regime político.

Ao se fundar, em 1873, o primeiro jornal local, que surge a serviço dos movimentos republicano e abolicionista, ainda que se declarando apartidário, o Município já conta com “mais de setenta” republicanos declarados; e, por todo o período que precederá ao 15 de novembro de 1889, serão quase exclusivamente os profissionais urbanos e, em especial, os intelectuais, os comerciantes e funcionários públicos que se empenharão pela mudança do regime político⁷⁷.

Significativamente, êsse primeiro jornal local se denomina *Município* e circulará entre 1873 e 1875, para ser sucedido, com alguns meses de intervalo, por outro intitulado *Partido Municipal*, a que dá vida o mesmo diretor, Antônio Moreira da Silva, homem de côr, advogado provisionado e político, que um dia chegará a ocupar uma cadeira na Assembléia Provincial.

Já no artigo de fundo do primeiro número, lançado no dia 15 de junho de 1873, afirma o jornal que “é preciso a intervenção dos municípios no governo do paiz” e se apresenta como um dos meios de efetuar essa “intervenção” — pela opinião, que se manifesta continuamente, isto é, “todos os dias” — o outro sendo o da intervenção pela ação, “em epochas precisas”, através do voto. Às câmaras municipais e às assembléias provinciais cabe a intervenção pela ação...

“Mas falhado com está o systema eleitoral, nulificadas as camaras pela centralisação, torna-se impossivel a intervenção, pela acção, dos municipios no governo do paiz.

A eleição exprime tudo — menos a vontade do povo.

Ê um facto e confessado pelo proprio governo.

E lá onde a eleição é uma mentira, o direito de representação não existe.

Ê o que se dá entre nós.

E por isso os municipios não passam de unidade sem valor, seguindo sem resistência e sem intelligencia, nos servindo de um pensamento alheio, todas as impulsões que vem dos partidos e do poder.

E no meio do povo assim desligado de vontade collectiva, como diz Patetin, as revoluções podem sahir da causa mais fraca e, mais ephemera.

Urge por tanto hoje mais do que nunca — que os municipios intervenham nos negocios do paiz.

Perdido o meio de intervenção pela acção, resta o da intervenção pela opinião.

⁷⁷ É o seguinte o quadro das occupações, profissões e condições económicas simultâneas ou successivas de quarenta republicanos de Itapetininga, no período pré-republicano, organizado de acôrdo com referências dos jornais da época, completadas com informações colhidas de elementos selecionados entre os mais antigos moradores ou ex-moradores da cidade:

Advogados	{	formados	7
		provisionados	6
Professôres			8
Jornalistas			4
Escrivães			3
Médicos			2
Padres			2
Farmacêuticos			1
Funcionários públicos provinciais			2
Funcionários públicos municipais			2
Agentes de correio			1
Músicos			1
Comerciantes			9
Proprietários urbanos			4
Corretores de imóveis			1
Hoteleiros			1
Fazendeiros	{	pequenos proprietários	2
		grandes proprietários	1
Chacareiros			1
Doceiras			1 (*)
Prendas domésticas			1 (*)

(*) — Dois elementos femininos: uma senhora e uma senhorita.

Para este fim é necessario crear vida publica nos municipios.

E a difusão da imprensa politica organizada fora da acção dos partidos — para ser sincera — pode crea-la.

D'aqui este jornal. . .”

No número de 2 de julho, sob o título de “Injustiça Notória”, o jornal publica um artigo em que critica a mudança de cinco para seis dias do intervalo entre as vindas de correio à cidade. Começa o artigo por uma verberação da contradição entre o zêlo do govêrno pela arrecadação e sua indiferença pela sorte dos municípios, que “não são classificados, pela ordem da sua importância, quando se exige de les o imposto de dinheiro ou de sangue”, pois, “ahi são todos eguaes”, isto é, “na hora do sacrificio são nivellados”. Uma vez que todos concorrerem para o aumento das rendas da província, não se leva em conta “o grau de sua importancia”; porém, “no dia da distribuição de beneficio a cousa muda”, vendo-se, então, que “uns valem muito, outros nada valem”, como no caso em aprêço, em que se diminuiu a freqüência do correio a um município para favorecer a outro. Depois de fazer sugestões para o melhoramento do serviço postal no sul da Província, conclui o jornal, resolutamente:

“Reclamamos hoje, reclamaremos amanhã.

Um dia as reclamações municipais hão de ser, pelo governo, tomadas na consideração que merecem”.

No número de 6 de julho, em artigo sôbre o problema das estradas, o *Município* lamenta o estado em que se encontra “a unica estrada de exportação” que serve Itapetininga, Faxina e Paranapanema, sendo que nas zonas de mata, como no Alambari e em Sarapuí, existem “sorvedouros, que é arriscar a vida, atravessar a estrada em taes logares”, sendo que “do abandono nasceram esses precipicios”.

Na zona de campo, como se dá com o município de Itapetininga, as estradas “são feitas a casco de cavallo” e, quando arruinadas nalgum ponto, mudam de rumo os tropeiros, pois que na planície que se estende de todos os lados, não encontram “uma arvore a cortar, ou um obstaculo a remover” e por onde se desviou a tropa “é um novo caminho que fica construido” enquanto que nos trechos de mata a mudança não é fácil, visto que “o tropeiro prefere arriscar a vida e a tropa toda, passando por sobre um abysmo, a parar quatro ou cinco dias, para fazer roçada, derrubada ou aterrado”. Lança o tropeiro o primeiro lote, para experimentar a estrada e, sendo bem sucedido, faz passar o restante. De seu lado, “o governo sabe que ha transito, e bem longe do perigo, acredita que tudo vai bem”, enquanto o tropeiro, passado o perigo, cobre os governantes de maldição. As reclamações chegam ao conhecimento do govêrno, porém, êste não toma providências:

“A gritaria do povo perde-se nas planicies; não echôa nos salões de palacio.

E é preciso echôar.

As portas do palacio devem estar franqueadas a todo mundo; por ali devem entrar todas as reclamações.

Todos tem igual direito a reclamar.

Diante do presidente não pode haver grande e pequeno, importante e não importante.

Certo disto, este jornal, o ultimo dos da provincia, orgam de legitimas e justas reclamações dos municipios de Fachina, Tatuy e Botucatu, pede ao actual administrador da provincia, que ouça e attenda as nossas supplicas de hoje.

Ê pouco o que pedem estes municipios: querem estradas para transportar seus generos”.

No dia 26 de julho, sob o título “Os Ultimos Serão os Primeiros”, publica o jornal um artigo em que se diz “creado para advogar a cauza municipal, que parece haver plano para fazel-a desaparecer da organização politica deste paiz” e preconiza o papel que hão de ter os municípios, no futuro, sob um govêrno descentralizado, pois “ahi os municipios que nada valem, valeram muito”⁷⁸.

⁷⁸ Na íntegra, diz o referido artigo:

“Os Ultimos Serão os Primeiros

A missão da imprensa municipal é, principalmente, reclamar pela satisfação das necessidades locais. Dizer ao governo que convem fazer no sentido de melhorar a sorte dos municipios Apontar erros administrativos aqui; esbanjamento dos dinheiros publicos alli.

No dia 13 de agosto de 1874, publica o jornal um artigo de fundo, sob o título "O que é necessário", em que se refere à decadência do município, no Brasil, desencadeada pela lei de 1.º de outubro de 1828, que levou à sua "quasi completa anulação". Apoiando-se em Alexis de Tocqueville, autor da *Démocratie en Amérique*, uma das obras de sentido político de maior repercussão em toda a Europa, no século XIX, prossegue o artigo:

"É, no entanto, diz A. Tocqueville, na municipalidade que reside a força dos povos livres. As instituições municipais são para a liberdade, o que as escolas são para a sciencia: collocam-na ao alcance do povo: fazem-lhe experimentar o seu uso tranquillo e habituam-o a servir-se della. Sem instituições municipais pode uma nação adoptar uma forma de governo livre, mais não terá o espirito de liberdade".

Conclui preconizando a intervenção de todo o homem nos negócios de sua localidade, para o que se torna necessário a organização do Partido Municipal:

"Intervenha todo o homem nos negócios de sua localidade, que d'ahi surgirá a educação politica, e com ella o espirito de liberdade.

E para chegar-se á este resultado o que é necessário?

A resposta á esta questão é facil de prever-se, já demol-a mais de uma vez: É a organização do *Partido Municipal*".

O Partido Municipal não chegou a consolidar-se, em Itapetininga; porém, desaparecendo o *Município*, em 1875, outro periódico, com o título da agremiação preconizada, vem a circular, sob a direção do mesmo Antonio Moreira da Silva, indo sua efêmera duração de janeiro a julho de 1876.

O problema das estradas é aquêlê para cuja solução os poderes e os interessados locais apenam, mais comumente, às autoridades provinciais e, ao mesmo tempo, aquêlê que dá ensejo a que se dirijam a estas as críticas mais veementes.

Em 1870, na Assembléia Provincial, pronuncia Venâncio Ayres um discurso, em que critica o govêrno da Província pelo desinterêsse em relação à construção e conservação das

Censurar, sem odio e sem paixão, quando merecer censura, louvar quando merecer louvor

Não crear embaraços a sua marcha administrativa, pelo contrario auxilia-o, guiando-o, esclarecendo-o

É o que tem feito este jornal, creado para advogar a cauza municipal, que parece haver plano de fazer desapparecer-a da organização politica deste paiz

Entretanto uma só de nossas reclamações não foram attendidas

O governo ainda não ve aqui um povo não obstante elle ter tomado a palavra

Acreditando-se senhr absoluto de nossos destinos; acostumado a enxergar nos municípios não um povo que falla, mas servos que obedecem, achou que é descer muito dar attenção á escravos que reclamam.

E não é só Attender nossas reclamações era dar a imprensa local uma importância que não tem

Um jornal do interior pode gritar alto, certo de que nem assim será ouvido pelos que governam.

Não são recommendados por grandes nomes ou grandes talentos.

Esses vivem nas capitaes o centro da civilização e sciencia

A centralisação varre do interior tudo: não quer que ahi viva quem falle e pense

Dahi nasce a nenhuma importancia da imprensa municipal.

Nos tempos que correm nada se alcança sem recommendação

Até a verdade para ser tida por tal, precisa ser recommendada por um nome.

Não importa

Este jornal não conseguirá nada no presente, alcançará tudo no futuro.

É despresado pelo poder — seja

Não lhe é dado dirigir o governo, mas ja começou a abrir os olhos a grande numero de governados

Falta-lhe o prestigio do nome hoje, terá amanhã o do numero

Falla agora em nome de todos, dia hade vir que todos fallarão por elle.

Ahi o governo hade nascer das urnas; a sua força não hade vir de cima, hade vir de baixo.

O cidadão saberá que exerce um direito votando; intervirá nos negocios do paiz por um dever; a instrução terá chegado a toda parte, desapparecendo a ignorancia a força do despotismo.

Ahi os municipios que nada valem, valeram muito

Da importancia delles resultara a da nação

O poder não ha de ser dado a este ou aquelle por protecção; ha de ser alcançado pelo merecimento

Não se ha de entrar na vida publica por interesse mas por um dever.

Então os grandes serão pequenos e os pequenos serão grandes.

E a logica fatal dos acontecimentos, ha de fazer do que está escripto no livro de Deus uma realidade.

Os ultimos serão os primeiros."

estradas que servem aos municípios do interior e menciona uma "estrada imaginária", ligando o município de Itapetininga ao litoral, para cuja exploração de rumos, construção e conservação se gastou dinheiro, constantemente, de 1835 a 1863:

"E como o patronato está em toda a parte, onde é preciso que o interesse particular vença, com detrimento do interesse publico, é provavel que a estrada imaginaria fosse aceita depois de competentemente examinada.

O arrematante teve lucro; o dinheiro foi dispendido; muita gente teve, necessariamente, vantagem com a estrada, menos a provincia e meu municipio, que não se servio della"

Uma vez que, não obstante os gastos que se fizeram, a referida estrada "não chegou a existir e ainda não existe", deve-se examinar qual "a causa" de sua "não realização" e esta "causa unica é o governo", isto é, o "desleixo" ou o "pouco caso do poder publico"⁷⁹.

Em 24 de setembro de 1874, publica o *Município* um artigo sôbre o problema dos transportes (ou "comunicações") em que observa que, num país "essencialmente agrícola" o primeiro cuidado das administrações gerais ou provinciais deve ser com "as vias de comunicação", a fim de se proporcionar "aos productores transporte facil de seus generos aos centros consumidores", devendo-se considerar que "o desenvolvimento da riqueza particular é ao mesmo tempo o da riqueza publica".

No dia 17 de novembro de 1880, é o *Sul de São Paulo* que, em seu artigo de fundo, trata, simultâneamente, dos dois principais obstáculos que impedem o "aperfeiçoamento, e consequente progresso da lavoura": a inexistência de bancos agrícolas e a falta de boas estradas.

Se é verdade que o Estado já tem dado, na questão dos bancos, "alguns signaes de si, ... tambem é verdade que as providências tomadas só tem aproveitado os grandes lavradores, ou aquelles que não precisam, e pouco ou nada os pequenos lavradores que continuam espinhados...".

De outro lado, a "falta de boas estradas continua a ser o pesadelo deste e de outros municipios visinhos do sul desta provincia". Urge que se liguem êstes municipios, com boa estrada de rodagem, ao ponto terminal da estrada de ferro:

"Estas e outras providencias ja foram por mais de uma vez lembradas pela Camara Municipal, desta cidade, e ainda no seu Relatorio ultimo á Assembléa, ... reproduziu taes pedidos, sendo certo que enquanto os poderes provincianos e mesmo geraes não se resolverem a olhar para este lado da provincia, até aqui menospresado, o desenvolvimento industrial e agricola será nenhum".

Nos números de 3 e 12 de junho de 1881, o mesmo jornal transcreve, da "Ilustração Paulista", um artigo sôbre o problema das "estradas de rodagem", de um engenheiro que visitara os Estados Unidos, onde fizera observações sôbre o assunto. Referindo-se à Provincia de São Paulo, diz:

"Tem-se gasto rios de dinheiro, a repartição de obras publicas tem tido sempre sob as suas ordens de 7 a 8 engenheiros, abrindo e concertando estradas, e no entanto, forçoso é dizer, as estradas de rodagem da provincia não estão no pé lisongeiro em que devião estar, considerando-se o grande numero de vias ferreas que ja cortão a nossa florescente provincia.

Contamos, é certo, algumas estradas de rodagem que merecem este titulo, mas são na totalidade feitas por fazendeiros que comprehendem melhor do que o governo a necessidade da sua conservação todos os anos. A rotina seguida por todos os presi-

⁷⁹ O discurso de Venâncio Aires foi transcrito nos números do *Município* de 25 a 30 de setembro de 1873.

Já em novembro de 1857, recebe a Câmara Municipal uma circular, do Palácio do Govêrno de São Paulo, em que se solicita ao presidente e vereadores que façam constar aos inspetores de estradas que, "sempre que tiverem de faser novos pedidos (de verba), deverão dar parte circunstanciada das applicações que tiverem feito das quantias postas a disposição dos mesmos, especificando detalhadamente as obras que fiserão com designação de sua qualidade e extenção", tendo observado o Govêrno que os referidos inspetores "costumão em geral solicitar novas quantias sem que tenham prestado contas das que anteriormente receberão" Documento municipal.

dentos no tocante ao assumpto — estradas — é mais ou menos a seguinte: Um certo caminho perde uma ponte, immediatamente ou com alguma delonga officia o engenheiro á directoria das obras publicas notificando o ocorrido; a obra é orçada e o serviço authorisado pelo presidente da provincia.

Depois de feita a obra é claro que o governo trata de conserval-a de qualquer modo evitando igual se não maior despeza para o futuro; porem isto não acontece; quando as pontes e pontilhões ameaçam ruina, quando em fim já é impossivel o transitio, é que o governo lança as vistas sobre a estrada. É um trabalho continuo de Penelope”.

Sugere, pois, à Assembléia Provincial, que vote uma lei estabelecendo pedágio ou taxa para a construção e conservação das estradas, partindo do seguinte principio: “Quem quer ter estrada boa á sua disposição, noite e dia, tem obrigação de auxiliar a sua construção de qualquer modo, quer em dinheiro, quer em serviço — directamente”, pois “os cortes, pontes, aterros, não são obras da natureza, porem sim do homem; alguém deve pagar-lhes o custo, e o seu verdadeiro devedor é justamente o que se utiliza da obra — o caminheiro”; Daí, “a vantagem da creação de barreiras em um dos pontos extremos de qualquer estrada”. De outro lado, considera uma iniquidade e um atentado contra os direitos do povo, cobrar-se imposto num local ou zona para em outro se construir estrada. Chama a atenção para o exemplo dos Estados Unidos:

“O meio mais pratico, como vi nos Estados Unidos é o seguinte:

O governo, em virtude de uma lei concede as camaras municipaes o goso e custeio das estradas que para alli convergem, dando-lhes plena liberdade de crearem barreiras nos pontos necessarios para o recebimento das passagens dos que transitaram na estrada.

O produto das passagens é recolhido quinzenalmente ou mensalmente aos cofres da camara municipal, o qual será applicado somente em beneficio da estrada que produziu esse dinheiro. Ou poderá ella contractar com qualquer individuo ou associação a conservação da estrada, concedendo-lhe o direito de cobrar as passagens.

A Camara Municipal reserva-se a si o direito de rescindir o contracto, uma vez que a parte contractante não cumpra os seus deveres”.

Uma vez que se paga passagem nas estradas de ferro, não vê razão por que não se faça o mesmo com relação às de rodagem e pergunta: “Porque é que o turista, o individuo estranho a localidade, o caboclo, hão de viajar nas estradas sem que indemnisem os seus zeladores com uma quantia modica, com 120 reis por exemplo?” Estabelecendo o pedágio, a Assembléia Provincial “nos livrará de um imposto vexatorio — o de transitio — que obriga-nos a pagar mais de 10 por cento do importe das passagens nas estradas de ferro”.

No dia 4 de setembro de 1887, publica *O Itapetininga* um artigo de fundo lamentando que a Estrada de Ferro Sorocabana não tenha cumprido, nem espera fazê-lo “tão cedo”, o contrato referente à extensão dos trilhos até o Município e muito menos aos que lhe ficam mais para o Sul ou para o interior. Enumera os produtos da região que, por estrada de ferro poderiam ser transportados mais vantajosamente, para os centros de consumo e exportação e observa que “a directoria da Sorocabana ainda não tem querido compenetrar-se destas verdades, embellezada como está com a produção do café de Botucatu”.

No dia 16 de outubro do mesmo ano, o jornal publica uma reclamação de um leitor contra o desleixo do govêrno, em relação à conservação dos caminhos em que o missivista diz estar o povo disposto a proceder a uma subscrição, para a construção de uma ponte e o concita a que se acostume a contar consigo mesmo, “si quer melhorar de sorte”⁸⁰.

⁸⁰ “Santo Antonio da Boa Vista”: Communicam-nos: “Um dia destes, passando algumas pessoas por cima de um pau sobre o rio dos Carrapatos, um menino caiu e pereceu afogado, sendo encontrado o seu corpo só tres dias depois

É assim, sr. Redactor, que o governo se interessa por nós pobres habitantes do Sul, que não podemos progredir, porque tudo conspira contra nós, tudo!

E o povo ainda se deixa levar por cantilenas! Elle, que tanto tem pedido, está agora com tenção de, por subscrição, fazer a necessitada ponte. Não desanime o povo e acostume-se a contar com sigo, si quer melhorar de sorte ”

* *
*

Outro modo, menos direto do que o empregado até aqui, de se conhecer a ideologia municipalista da fase de propaganda republicana, no município de Itapetininga, consiste na análise do conteúdo das bibliotecas que se possam arrolar, de elementos que se salientaram no movimento.

Examinando os inventários de dois republicanos que atuaram no Município e que aí faleceram, antes do advento da República — o médico João Evangelista de Oliveira e o vigário Francisco de Assunção Albuquerque, ambos inventariados em 1878⁵¹ — no do primeiro, encontrou o autor dêste artigo apenas catorze volumes, exclusivamente de medicina, enquanto que no do segundo vinham arrolados de 550 a 600 volumes, cobrindo assuntos e gêneros os mais diversos, como adiante se verá.

Como vigário de Itapetininga, desempenhou o Padre Francisco de Assunção Albuquerque um dos papéis mais ativos nos movimentos políticos e sociais da época. Líder republicano e abolicionista, participou da criação do Clube Republicano local, juntamente com Venâncio Aires, com quem também fundou e manteve um "Gabinete de Leitura", onde ambos, além de outras atividades, davam cursos de geografia e história e pronunciavam conferências sobre temas da atualidade. Destacou-se entre os integrantes da Loja Maçônica Capitular Firmesa, fundada no Município em 1852 e ainda hoje existente. Cuidou da reconstrução da matriz local e morreu em extrema miséria, absorvendo as dívidas passivas o modesto valor dos bens que deixou, que tiveram de ser levados a hasta pública, sendo pago por alguns amigos o médico que nos últimos momentos o atendeu. Deixou fama de extraordinário desprendimento de invulgar eloquência e de profunda e variada erudição, havendo, entre os velhos da cidade a lenda de que teria deixado, em manuscrito, um tratado de filosofia, cujo destino se desconhece.

Como homem que se envolvia em assunto seculares, tanto quanto nos de ordem religiosa, adotando sempre uma posição simpática à grande massa da população foi o "padre Chiquinho" verdadeiramente venerado pelos seus contemporâneos, em Itapetininga. No entanto, nas classes dominante e média, tanto contou com íntimas e duradouras amizades (como a que lhe dedicou Venâncio Aires) como despertou antipatias mais ou menos profundas, passageiras ou definitivas, sabendo-se que, certa ocasião, cobrou a bengalada os comentários desairosos de um advogado provisionado, antigo companheiro de ideal político e, depois, seu desafeto.

Ao se fundar o jornal *Município*, em 1873 e, em 1876, o *Partido Municipal*, sob a direção de Antonio Moreira da Silva — elemento que também se salientou entre os integrantes da Loja Firmesa — o padre Chiquinho, juntamente com Venâncio Aires, foi um de seus mentores; e, embora não colaborasse diretamente ou não assinasse os artigos e comentários publicados nesses periódicos, não deixava de contribuir com sugestões, ainda mais quando os companheiros de ideal que ali escreviam, provavelmente haveriam de consultá-lo e, sem dúvida, se utilizavam de sua biblioteca tanto quanto atendiam a suas críticas e conselhos. Não deixa de ser significativo o fato de fazerem parte de sua biblioteca os autores geralmente citados por êsses jornais.

A biblioteca do padre Chiquinho inclui desde as obras religiosas desde os catecismos e livros de apologética e liturgia, à literatura clássica e contemporânea, à física, à geografia, à arqueologia, à fisiologia, à higiene, à medicina, à teologia, à ética, aos tratados de filosofia, ao direito canônico e aos diferentes ramos do direito privado e público, à história geral e especializada, universal, do Brasil, da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos... Seu conhecimento de línguas incluía o italiano, o espanhol, o francês e o alemão, dentre as vivas; o latim, o grego e o sânscrito, dentre as antigas.

Não apenas lia obras católicas, mas também anti-católicas, agnósticas e de outros sistemas religiosos, estando entre estas a "Imitação do Evangelho", de Allan Kardec. Do mesmo modo, as obras filosóficas com que estimulava o pensamento iam desde as escolásticas,

⁵¹ Inventários do dr. João Evangelista de Oliveira e do padre Francisco de Assunção Albuquerque, em Itapetininga, respectivamente, no Cartório do 1.º Ofício, gaveta 3 e do 2.º Ofício, gaveta 40.

aos ecletismo de Cousin, ao positivismo, de Comte, ao empiricismo e tantas outras correntes passadas e contemporâneas. O mesmo se dá com os filósofos e pensadores políticos abrangidos em sua coleção: inclui esta desde os mais conservadores e tradicionalistas aos mais inovadores e irreverentes. Predominam, no entanto, autores que, politicamente, se situam do centro para a esquerda e, a se julgar pelo que se sabe de sua vida e pelas citações dos jornais de que foi mentor das mais avançadas deveria ser sua própria posição.

Os seguintes autores eram citados, alguns com insistência, pelos jornais locais do século passado e todos eles figuram na coleção do Padre Francisco de Assunção Albuquerque: Peletan, Laménais, Laboulaye, Flammarion, Lemaire, Tocqueville, Comte.

Além disso, figuram na biblioteca do padre, obras de Garnier-Pagès, Rousseau, Renan, Mably (o filósofo precursor da Revolução Francesa, cujas obras influenciaram Marat e outros), Montesquieu, Saint-Simon, Proudhon, Boutain, Pascal, Fischer, Guizot, sendo sua coleção, quase exclusivamente, de autores franceses.

No que toca ao desenvolvimento das instituições políticas e ao direito constitucional, além das obras consagradas ao direito pátrio, à história e à filosofia política, dispõe o padre de volumes sobre a constituição e as instituições políticas dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, entre elas, a *Constituição dos Estados Unidos*, de Edouard René Lefèvre Laboulaye e *Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville.

Tôda esta literatura havia de fornecer, ao padre Francisco de Assunção Albuquerque e aos que pertenciam ao seu círculo, argumentos e “slogans” com que fundamentar a campanha republicana, federalista e municipalista.

Na França, desde antes da Revolução, o problema da descentralização e da autonomia municipal vinha sendo discutido, tanto entre os monarquistas como entre os republicanos, ainda que entre estes, em geral, fôsse maior o ardor pela causa municipalista.

Para Mirabeau, “as municipalidades são a base do estado social, o único meio possível de interessar o povo todo no govêrno e de lhe garantir todos os direitos”.

Para Laménais, a “comuna é o Estado em miniatura”; para Laboulaye, “a escola da liberdade”. Foi, ainda, na comuna, segundo Proudhon, que teve início a “arte heróica da emancipação” política.

A prosperidade econômica dos Estados Unidos, em franca ascensão, no século XIX, não poderia deixar de impressionar tanto às velhas nações da Europa como às outras nações da própria América. Daí a repercussão que, numas e noutras, vem a ter a obra de Alexis de Tocqueville, *Democracia na América*, que os propagandistas locais da República citam, em sua imprensa e uma das que figuram na biblioteca do padre Francisco de Assunção Albuquerque.

A obra de Tocqueville compreende, como se sabe, dois aspectos fundamentais: um descritivo, em que o autor expõe a estrutura e os processos políticos que observou ou sobre os quais se informou, nos Estados Unidos; e o outro, interpretativo, em que apresenta o resultado de sua apreciação e reflexão, procurando dar um balanço nas vantagens e desvantagens do regime estudado. Entre os característicos que aponta, ao regime político dos Estados Unidos, está a descentralização municipalista, que permite ao govêrno federal atuar, “sem ser visto”, deixando às unidades locais a resolução de seus problemas peculiares.

Na França, logo de início, foi a obra de Tocqueville acolhida, com entusiasmo, por Saint-Beuve, sendo apreciada e criticada, entre outros, por Laboulaye, Loménie, Paul Janet, Guizot, Lacordaire, Emile FAGET e Pierre Marcel, chamando este último a atenção para a tendência do autor a remontar da simples observação dos efeitos de “causas não-decisivas” a um grau cada vez mais alto de abstração. Na Inglaterra, o livro foi acolhido com especial interêsses, sendo seu aparecimento saudado numa resenha, por John Stuart Mill, na *London and Westminster Review*⁸².

Ainda na Inglaterra, a obra de Tocqueville tanto forneceu argumentos para a defesa de princípios e instituições do agrado dos conservadores (como o do “mêdo à tirania da

⁸² Cf. Bradley, Phillips — “Introduction, in *Democracy in America*, by Alexis de Tocqueville, The Henry Reeve text as revised by Francis Bowen now further corrected and edited with introduction, editorial notes, and bibliographies by Phillips Bradley, Foreword by Harold J. Laski, 2 vols., New York, Alfred A. Knopf, 1945.

maioria”) como para a do princípio do sufrágio universal. “Tanto liberais como conservadores recorreram, a fim de fundamentar seus pontos de vista e programas econômicos, sociais e políticos, às páginas de *Democracia*. O medo da tirania da maioria, manifestado por Tocqueville e suas observações sobre a atuação do mesmo na América deram aos conservadores um arsenal de argumentos contrários à transformação da estrutura social inglesa. Seu otimismo quanto à possibilidade de melhorar as condições de vida, para todo o povo, sob a democracia, muniu os liberais tanto com razões de fato como com argumentos morais para instigar a mudança. Em sua “segunda pátria”, Tocqueville influenciou a mentalidade popular e o pensamento dos intelectuais até mais profundamente que na própria França”⁸³.

Além de se tornar uma das obras mais lidas, de seu gênero, nos Estados Unidos, onde alcançou cerca de quarenta edições, no decorrer do século XIX, de ter tido dezoito edições na França, até 1890, seis na Bélgica (em francês) e nove na Inglaterra, *De la Démocratie en Amérique* foi, ainda no século passado, traduzida para o dinamarquês, o alemão, o húngaro, o italiano, o russo, o sérvio, o espanhol e o sueco.

Para o Brasil, portanto, a obra de Tocqueville já vinha aureolada de um prestígio internacional; e sua divulgação era facilitada pelo fato de ser o francês a segunda língua dos intelectuais do País.

4. CONCLUSÃO

COMPARANDO-SE o exposto nas partes segunda e terceira do presente estudo⁸⁴ com o resumo feito na primeira parte, sobre a tendência centralizadora e a reação municipalista, no Brasil, constata-se que a visão dos fatos sob a perspectiva da localidade escolhida confirma, em linhas gerais, o que têm ensinado, sobre o assunto, os que o vêm estudando, sob uma perspectiva de conjunto, no âmbito nacional. Semelhante levantamento, em outras localidades, em diferentes pontos do País, poderá indicar se a referida confirmação exprime uma real uniformidade dos processos descritos; ou, em caso contrário, revelar variantes locais e regionais que imponham restrições ou determinem uma revisão da interpretação até aqui admitida.

Ao se fundar a vila de Itapetininga, em fins do século XVIII, já se encontra em franco declínio o poder privado dos senhores rurais e, com êle, se vai desvanecendo a autonomia municipal, na Colônia. Enquanto permanece a Vila numa situação de “bôca de sertão”, conseguem os poderosos locais contrapor, com relativo sucesso, uma autoridade de fato à autoridade política ou legal. O governo central, porém, procura trazer para a sua órbita político-administrativa aqueles que, em vista de sua condição econômica e de traços de personalidade, se distinguem pela atuação, no âmbito local, seja através de concessões de terras, seja lhes conferindo patentes e provisões que, ao poder de fato, lhes acrescem o “status” político e o prestígio oficial.

⁸³ *Ibd.* Em seu “Foreword” à edição indicada na nota anterior, diz Harold J. Laski:

“Nenhum admirador de Tocqueville proclamará que êle tenha escrito um livro de fácil leitura. Sendo êle próprio apenas meio liberal, e estando obviamente inquieto com relação à democracia, seu livro está impregnado de dúvidas inevitáveis a um homem que escrevia num momento em que a Revolução Francesa mal completava meio século. Para a Europa ocidental, a América sobre que escrevia ainda se apresentava como uma civilização arrivista; era a época em que o Capitão Basis Hall e a Senhora Frances Trollope forneciam caricaturas para a edificação de uma Europa hostil, até então, às idéias democráticas. Dificilmente se poderia falar em unidade geográfica do continente e, muito menos, em unidade espiritual. Trinta anos ainda se teriam de passar até que se erradicasse a escravidão. O unionismo, na Grã-Bretanha, ainda estava na infância. O supercapitalismo ainda era desconhecido. O socialismo era um credo literário mais que um movimento popular. Marx, lembremo-nos, era ainda um menino de escola, quando Tocqueville publicou a primeira parte de seu livro. Enfim, êle olhou para um mundo moribundo e viu, com uma suprema capacidade de visão, os problemas do mundo que estava por nascer.”

⁸⁴ Neste artigo foram apresentados apenas os dados essenciais à compreensão do assunto. O autor dá um rápido esquema do desenvolvimento econômico e da estratificação social do município de Itapetininga, no trabalho intitulado “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo - Relações raciais no município de Itapetininga”, publicado na revista *Anhembi*, ano IV, Vol. XIV, N.º 41 e 42 (abril e maio de 1954), Vol. XV, N.º 43 e 44, Vol. XVI, Ns. 45 e 46.

O nucleamento inicial, destinado a dar uma sede à nova vila, é como que um movimento de ponta de lança do poder público na direção do sertão. Dada, porém, a rusticidade do meio, com a rarefeita disseminação dos estabelecimentos rurais e com a tenuidade e embotamento do novo núcleo, que não serve nem de mercado consumidor nem de fonte de abastecimento para a população da região, por mais de meio século após a fundação da vila, o poder privado dos proprietários rurais continuará a desafiar o poder público, ora frustrando suas determinações, ora levando-o a um compromisso, ora procurando dêle se utilizar em proveito próprio. O poder público se exerce por intermédio de elementos locais, tirados do próprio meio rural que, infiltrados na máquina política, procuram impeli-la na direção que lhes convêm. Daí a inexistência de uma reação sistemática, contínua, contra a tendência centralizadora do governo. Ao invés de reação, há, antes, acomodação, com a absorção do poder público pelos senhores rurais, cujo poder econômico e prestígio social não podem ser contrastados, dada a ausência de elementos urbanos em igual condição e sem interesse direto nas atividades rurais⁸⁵.

A tendência centralizadora, em detrimento da autonomia municipal, ao invés de fazer um retrocesso, ganha ímpeto, depois da independência política do País, especialmente após a lei de 1828 e o Ato Adicional, com o que se inaugurou o chamado regime “da tutela”, em que a municipalidade passou a sofrer um controle de legalidade, de conveniência e oportunidade, a princípio, do governo nacional, através do Conselho Geral e, depois, do governo da província, através da Assembléia Provincial.

Durante o regime da tutela, participa o município de Itapetininga da reação anticentralizadora que eclodiu na “Revolução Liberal de 1842” ou “Revolução de Sorocaba”.

Os dois quartéis medianos do século XIX constituem um período de posterioridade econômica para o Município, devido ao surto da lavoura canavieira e ao apogeu do comércio de animais de carga, que do Sul demandam a feira de Sorocaba. Sob o ponto de vista político-administrativo, porém, é um período de crescente dificuldade para o Município, cuja população vai tendo um nível de aspiração cada vez mais alto, ao mesmo tempo em que se expande a sede urbana, entre cujos habitantes se torna cada vez mais pronunciada a diversificação ocupacional, com o aparecimento de elementos com interesses divergentes dos da antiga classe dos senhores rurais e que lhes passam a disputar a liderança política da comunidade local e da região. Estes elementos saem, em sua maior parte, dos mesmos círculos de parentesco a que pertencem os poderosos a que se opõem. Em fins do período mencionado, ou seja, pela passagem do penúltimo para o último quartel do século, vêm engrossar suas fileiras elementos atraídos quer para a zona rural quer para a sede urbana do Município, pelo novo surto de prosperidade produzido pela introdução e desenvolvimento da lavoura do algodão herbáceo.

Nesta fase de transição entre os dois últimos quartéis do século XIX, a existência de um núcleo mais ou menos considerável de intelectuais — advogados, professores, médicos, jornalistas — vem dar às reações municipalistas locais o caráter de continuidade, próprio dos movimentos políticos. Aos intelectuais se aliam, em proporção considerável, os comerciantes, os funcionários públicos e outros elementos urbanos, em geral, mais próximos, pelas condições materiais, pelo estilo de vida e pelas atitudes, do grupo dominante do que da grande massa da população.

Ao mesmo tempo em que dão expressão ao interesse coletivo, tornando-se porta-vozes do protesto e do desejo de transformação social dos grupos urbanos em ascensão, desempenham os intelectuais o papel de planejadores e orientadores da mudança em perspectiva, imprimindo ao movimento um cunho ideológico. É justamente a ideologia que dá unidade a reações antes esporádicas ou episódicas, transformando em movimento contínuo, sistemático, definido, aquilo que antes se apresentava apenas como movimento espontâneo, ocasional, errático.

Foi, especialmente, em fontes francesas, que se procuraram abeberar os intelectuais locais. Ainda que o movimento municipalista local, nas últimas décadas do regime mo-

⁸⁵ Até o terceiro quartel do século XIX, mesmo os intelectuais — médicos, padres, advogados — associam às atividades ocupacionais a condição de proprietários rurais, como no caso do padre Francisco de Paula Medeiros, inventariado em 1869, que além de vigário, era dos mais fortes fazendeiros do município.

nárquico, se integre no movimento mais amplo em prol da implantação da república federativa, não deixa de ser significativo o fato de a imprensa local buscar inspiração e argumentos com que fundamentar a defesa das perspectivas municipais, tanto nas obras de pensadores políticos franceses identificados com a causa republicana como Peletan e Laboulaye (no mesmo ano em que se fundava o jornal local, Laboulaye, que, do centro-esquerdo se passara à “república conservadora”, declarava que “a forma de governo não interessa, portanto que este não seja despótico”) como na de autores (franceses ou de língua francesa) que, mesmo não aderindo à República ou a combatendo, reconheciam explicitamente a importância das comunidades locais na organização do Estado, como Guizot e Tocqueville. Não deixa, igualmente, de ser significativa a citação de Laménais, pela imprensa local, durante a campanha republicana, sabendo-se que este preconizava a descentralização política, na mais ampla escala.

Se nos autores franceses ou de língua francesa procuravam os intelectuais locais inspiração e argumentos para a sua campanha em prol do reconhecimento das prerrogativas municipais, era, contudo, nas instituições políticas norte-americanas que buscavam o exemplo de um funcionamento satisfatório do regime preconizado, dando especial realce à descentralização administrativa aí vigente. Aliás, convém atentar para o fato de que, entre os autores citados pela imprensa local da época, estão Tocqueville e Laboulaye, que tanto contribuíram para o conhecimento, na Europa, do regime político norte-americano.

Talvez seja significativo, também, o fato de que, embora os autores positivistas figurem na relação de livros do inventário do Padre Francisco de Assunção Albuquerque, um dos principais mentores do movimento republicano, no âmbito local, somente mais tarde (a partir de 1880), comece a imprensa itapetiningana a se valer dos mesmos, quer para agitar a opinião pública em torno de problemas específicos, quer para fundamentar a campanha em prol da mudança do regime.

Corresponderia o positivismo menos à necessidade de formulações ideológicas dos republicanos das pequenas comunidades do interior do que o ecletismo político até aqui referido? Pesquisas paralelas, em outras comunidades brasileiras, talvez esclareçam este ponto. Poder-se-ia, ainda, indagar se a formulação positivista, da campanha republicana em seu último período, não teria contribuído para o obscurecimento das reivindicações municipalistas, dissolvidas estas, como implicações mais ou menos vagas, entre idéias e princípios gerais e abstratos?

Em resumo:

O movimento municipalista, como reação, não esporádica, mas contínua, à tendência centralizadora dos governos geral e provincial, surge, no âmbito local, em fins do terceiro quartel do século XIX, quando o núcleo urbano entra em franco desenvolvimento e passa a se diferenciar, cada vez mais nitidamente, do ambiente rural circundante, tanto do ponto de vista material como do cultural. A reação municipalista se funde com o movimento republicano federativo e lhe empresta o seu poder de motivação. Em suas críticas aos governos geral e provincial, os inconformados locais geralmente se referem às burlas ao princípio da representatividade, à insuficiência orçamentária do município, prejudicado por uma repartição leonina de recursos, por parte daqueles governos; e ao desleixo e falta de prontidão dos mesmos com referência à solução dos problemas locais. Ideologicamente, inspirados na literatura política de língua francesa, vêem o governo municipal como “uma escola de civismo”, ou um meio de combater o abstencionismo ou apatia política da população⁸⁰.

⁸⁰ Em 27 de dezembro de 1873, publicou o *Município* um artigo, sob o título de “Partido do Silêncio”, que mostra o quanto preocupava aos republicanos, no período da propaganda, o problema do abstencionismo político:

“Ha actualmente no paiz um partido — sem idea e sem chefe: não vota, não falla, não censura.

A tudo guarda silencio. — Nasceu da corrupção e abatimento do systema constitucional — e votou-se ao silencio por calculo, ou por astucia

Em vez de tomar parte nos negocios publicos, abstem-se:

Em vez de compartilhar das desgraças da patria, assumindo uma responsabilidade, oculta-se;

Em vez de seguir a carreira politica por um dever, considera como um crime, e foge della com horror.”

FONTES PRIMÁRIAS

- Documentos municipais de Itapetininga, séculos XVIII e XIX.
- Documentos referentes ao município de Itapetininga, no Departamento do Arquivo do Estado.
- Inventários, nos Cartórios do 1.º e 2.º Ofícios, em Itapetininga.
- Coleção do *Município*, Itapetininga, 1873-1875.
- Coleção de *O Sul de São Paulo*, Itapetininga, 1880-1.
- Coleção de *O Itapetininga*, Itapetininga, 1887-89.
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, especialmente, referências a Itapetininga, na correspondência dos capitães-generais.

TRABALHOS REFERENTES AO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA OU COM SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA LOCAL

- Almeida, Aluisio de — “Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. LIX, 1939.
- Chaves, Manoel Afonso Pereira — “Notícia da Fundação de Itapetininga”, *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. XVI, p. 213-8.
- Cunha, Pereira da — correspondência local para *O Estado de São Paulo*, 1929-30.
- Caldeira, João Netto — *Album de Itapetininga*, 1934.
- Almeida, Aluisio de — *A Revolução Liberal de 1842*, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1944
- Moraes, João Baptista de — “A Revolução de 1842”, separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1908.
- Sampaio, Teodoro, “Um inédito de . . .”, *Revista do Arquivo Municipal*, Ano V, 1939, Vol. LVIII, p. 63-90.
- Pereira, Juvenal Paiva — “O Problema Rural”, *Revista do Arquivo Municipal*, Ano IV, 1938, Vols. XLVI e XLVIII

LIVROS E ARTIGOS DE INTERESSE PARA O ESTUDO DO MUNICIPALISMO

- Leal, Victor Nunes — *Coronelismo, Enxada e Voto, o Município e o Regime Representativo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1948
- Leal, Victor Nunes — “Alguns Problemas Municipais em Face da Constituição”, em *Estudos sobre a Constituição Brasileira*, Instituto de Direito Público e Ciência Política, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1954
- Leal, Victor Nunes — “Restrições à Autonomia Municipal”, *Revista de Direito Administrativo*, Vols. 17, 18 e 19, junho de 1949 a março de 1950
- Prado Junior, Caio — *Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia*, 3.ª ed., Editôra Brasiliense, São Paulo, 1948.
- Prado Junior, Caio — *Evolução Política do Brasil, Ensaio de Interpretação Materialista da História Brasileira*, Empresa Gráfica “Revista dos Tribunais” São Paulo, 1933
- Prado Junior, Caio — *História Econômica do Brasil*, 2.ª ed., Editôra Brasiliense, São Paulo, 1949
- Vianna, Oliveira — *Instituições Políticas do Brasil*, 2 vols., Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1949.
- Duarte, Nestor — *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1939.
- Cunha, Mário Wagner Vieira da — Características Gerais da Administração Municipal no Estado de São Paulo”, *Revista de Administração*, Ano I, Setembro de 1947, N.º 3, p. 3-44.
- Cannabrava, A P — “A Evolução das Posturas Municipais de Sant’Ana de Parnaíba, 1829-1867”, *Revista de Administração*, Ano III, Março de 1949, N.º 9, p. 34-86.
- Cannabrava, A P e Mário Wagner Vieira da Cunha, “A Administração Municipal de Sant’Ana de Parnaíba nos Anos de 1829-1867”, *Revista de Administração*, Ano III, Setembro-Dezembro de 1949, N.º 11-12, p. 3-83
- Cannabrava, A P — “Tendências da Bibliografia sobre a História Administrativa do Município”, *Revista de Administração*, Ano I, Março de 1947, N.º 1, p. 80-17.
- Moreira, Geraldo Campos — “O Municipalismo”, *Revista de Administração*, Ano I, Março de 1947, N.º 1, p. 88-94
- Munro, William — “Municipal Government”, *Encyclopaedia of the Social Sciences*, New York, The Macmillan Company, Vol. XI, 1937, p. 105-117
- Tooke, Charles W. — “Municipal Corporation”, *Encyclopaedia of the Social Sciences*, New York, The Macmillan Company, Vol. XI, 1937, p. 86-94.
- Buck, A E — “Municipal Finance”, *Encyclopaedia of the Social Sciences*, New York, The Macmillan Company, Vol. XI, 1937, p. 98-104

BRASIL, 1962

NATALÍCIO FRAGOSO DE ALENCAR

RONDÔNIA

ENCRAVADO na grande Região Norte, o atual Território Federal de Rondônia compreende uma área terrestre de 243 044 km² (cêrca de 2,9% da área do Brasil). Sua posição geográfica, considerada de transição entre o Norte e o Centro-Oeste, alcança o extremo noroeste do planalto brasileiro e parte da planície amazônica. A superfície do Território é maior do que a de 19 outras Unidades da Federação, e resultou da reunião de partes desmembradas dos Estados do Amazonas e de Mato Grosso; do primeiro, recebeu as áreas totais e parciais dos Municípios de Pôrto Velho e Humaitá, respectivamente, e do segundo, as áreas totais de Alto Madeira e Guajará-Mirim e parte da de Mato Grosso. Possui uma linha divisória com a Bolívia de 1 342 quilômetros, correspondendo a cêrca de 43% da fronteira total, que se estende por 3 126 quilômetros, e ainda não se acha totalmente demarcada. Essa linha divisória segue o curso do rio Abunã até a sua desembocadura no Madeira, e daí segue até a confluência dos rios Mamoré e Beni, formadores do Madeira. Prossegue pelo rio Mamoré até a confluência com o Guaporé, marcando, daí por diante, a fronteira até encontrar seu afluente Cabixi ou Branco.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré percorre a zona fronteira, desde Guajará-Mirim até a vila de Abunã. Aquela Unidade da Federação divide-se em quatro regiões naturais: planície amazônica, encosta setentrional do planalto brasileiro, chapada dos Parecis e vale do Guaporé.

A vida econômica do Território está vinculada à grande região amazônica, principalmente às cidades de Manaus e Belém. A BR-29 abrirá, todavia, outras perspectivas para a economia local. Assim é que o

abastecimento do Território, embora de custo elevado, já se faz parcialmente, no período das sêcas, através daquela rodovia.

A produção extrativa vegetal (borracha e castanha-do-pará) é a principal fonte de riqueza da região, figurando o Estado de São Paulo como o maior importador, com uma cota superior a 65% do total da produção. Por sua vez, o comércio de importação é feito com as praças de Manaus e Belém, predominando, nessa corrente — gêneros alimentícios e produtos químicos e farmacêuticos. O aparecimento da cassiterita — produto de exportação — dará nôvo alento a economia local, prevendo-se venha a superar o valor de tôdas as vendas tradicionais.

Os efetivos demográficos somavam 70 783 habitantes em 1.º de setembro de 1960 (30 842 na zona urbana e 39 941 na rural). A população da Capital (Pôrto Velho) ascendia, na mesma data, a 51 049 habitantes, enquanto a de Guajará-Mirim atingia 19 734. O número de domicílios existentes, segundo o referido levantamento censitário, era de 17 066.

TERRITÓRIO DO ACRE

O ANTIGO Território do Acre alcançou a condição de Estado no momento em que apresenta razoáveis índices de desenvolvimento, com cêrca de 60% de sua população economicamente ativa no ramo extrativista, principalmente na cultura da borracha, a maior riqueza da região amazônica. Estima-se em cifra superior a 1 bilhão de cruzeiros o valor da sua produção anual, correspondente a cêrca de 10 mil toneladas de borracha (hevea), mais de um terço do total nacional. Em virtude da precária navegabilidade dos rios da região, o escoamento do produto é dificultado durante os meses de junho a outubro, período em que permanece armazenado. Além da borracha, a castanha-do-pará

é outra fonte de riqueza, sendo a coleta feita na zona do Alto Purus. Destacam-se ainda, no âmbito de suas atividades econômicas, a produção madeireira (aguano e cedro) e a fabricação de farinha de mandioca e açúcar.

A região onde se localiza o Acre compreendia terras a que o nosso País tinha direito incontestado, antes do Tratado de 27 de março de 1867, então cedidas à Bolívia e reclamadas, em grande parte, pelo Peru. "Tôda a vasta região acima mencionada, ao sul de uma linha geodésica traçada da nascente principal do Javary à confluência do Beni com o Mamoré, estava reconhecida como boliviana por numerosos atos e declarações dos governos que entre nós se sucederam desde 1867" — afirmou o Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, na *Exposição sobre o Tratado de Petrópolis*, endereçada ao Presidente da República em 27 de dezembro de 1903. "Um sindicato anglo-americano" — aduziu o grande brasileiro — com a denominação de *Bolivian Syndicate*, armado de direitos quase soberanos, que lhe haviam sido conferidos pelo Governo da Bolívia para administração, defesa e utilização do Acre, trabalhava — felizmente sem sucesso, — por interessar algumas Potências comerciais da Europa e os Estados Unidos da América nessa empreza, primeria tentativa de introdução no nosso continente do sistema africano e asiático das *Chartered Companies*. O ilustre predecessor de Vossa Ex., baldados todos os seus esforços para obter a rescisão desse contrato ou, pelo menos, a modificação, com que afinal se contentava, de certas cláusulas em que via inconvenientes e perigos para o Brasil e para a própria Bolívia, havia entrado no caminho das represálias, obtendo do Congresso, a cujo exame estava submetido, a retirada do Tratado de Comércio e Navegação entre os dois países e suspendendo, nos nossos rios, a liberdade de trânsito para a exportação e importação da Bolívia. No Acre, a população exclusivamente brasileira, se tinha de novo levantado, desde agosto, proclamando a sua independência da Bolívia, com o intuito de pedir depois a anexação ao Brasil do território ao norte do rio Orton".

Esta a situação reinante, quando o Brasil resolveu entrar em acôrdo com a Bolívia, resultando das negociações entabuladas o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, pelo qual conseguimos recuperar

e entrar em pleno domínio daquelas terras. Além disso, o nosso País ficou com direito à zona que a Bolívia reclamava do Peru, ao norte do paralelo II.º, na bacia do Ucayale. A Bolívia recebeu, como indenização, 2 milhões de libras, para aplicá-las na construção de estradas de ferro e em outras obras com o objetivo de melhorar as comunicações e desenvolver o comércio entre os dois países, etc.

Posteriormente, assinamos um Tratado com o Peru, completando a determinação das fronteiras entre os dois países e estabelecendo princípios gerais sobre o seu comércio e navegação na bacia do Amazonas.

O Acre compreende duas zonas fisiográficas: o Alto Purus e o Alto Juruá. Na primeira estão localizados 4 Municípios: Brasiléia, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri; e na do Alto Juruá: Cruzeiro do Sul, Feijó e Tarauacá. Ascende a 14 o número de Distritos.

A população acreana atingia a 160 208 habitantes em 1.º de setembro de 1960, segundo os resultados preliminares do Recenseamento levado a efeito pelo IBGE. A zona urbana contava com 33 998 habitantes e a rural com 126 210. O número de domicílios existentes era de 29 323, dos quais 9 035 em Rio Branco.

A área terrestre do novo Estado, de acôrdo com o Conselho Nacional de Geografia, é de 152 589 km².

Os efetivos demográficos dos Municípios acreanos, segundo os dados preliminares do censo de 1960, eram: Rio Branco, 47 882; Cruzeiro do Sul, 31 639; Sena Madureira, 22 486; Tarauaca, 20 193; Feijó, 14 091; Xapuri, 13 382 e Brasiléia, 10 535.

AMAZONAS

O ESTADO do Amazonas divide-se em sete zonas fisiográficas — Médio Amazonas, Rio Madeira, Rio Negro, Solimões-Tefé, Rio Purus, Rio Juruá e Solimões-Javari —, nas quais se localizam presentemente cêrca de 79 Municípios e 94 Distritos formando o quadro da sua divisão territorial. É a Unidade da Federação de maior área terrestre — 1 558 987 km² — e de acentuada rarefação demográfica — 0,46 hab/km² —, segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1960.

A população amazonense em 1.º de setembro daquele ano somava apenas 721 215

habitantes (239 659 na zona urbana e 481 556 na rural). A cidade mais populosa — Manaus — tinha 175 343 habitantes, numa área de 14 150 km² (12,39 hab/km²).

A vida administrativa dos primeiros núcleos da população amazônica não é suficientemente conhecida, salvo a partir de 1750. Pesquisas históricas adiantam, contudo, que os mais importantes foram os de Barcelos (1758), Tefé (1759), Manaus (1790), Maués (1833) e Itapiranga (1852). Da fragmentação desses cinco Municípios surgiram mais 14: Coari (1874), São Paulo de Olivença (1822), Eirunepé (1892/4), Fonte Boa (1891) e Carauari (1911), desmembrados de Manaus; em 1850 era criado o de Parintins, de território pertencente a Maués; em 1857 surgia Itacoatiara, desmembrado de Itapiranga, onde se estabelecera o primeiro núcleo europeu no Amazonas; trinta anos depois, isto é, em 1887, um outro núcleo — o de Uruará — obtinha a sua autonomia administrativa; seguiu-se, em 1895, a criação de Urucurituba, também de território pertencente a Itapiranga. Do Município de Barcelos nasceu Uaupés (1891).

Ainda no século XIX cinco novas comunas amazônicas foram criadas: as de Barreirinha (1883), desmembrada de Parintins, Humaitá e Bôca do Acre (1890) e Canutama (1891), a primeira desmembrada de Manicoré e as demais de Lábrea, e Benjamin Constant (1898), de São Paulo de Olivença.

Em 1.º de julho de 1955 o Estado possuía 25 Municípios; na mesma data de 1960 — 44. Em menos de dois anos — de 1.º de julho de 1960 até a presente data — 35 novas unidades municipais foram acrescentadas ao quadro da divisão territorial.

O território do Estado foi elevado a Capitania por Decreto de 11 de julho de 1757, subordinada à do Pará, com o título de Capitania de São José do Javary ou do Rio Negro. Proclamada a constituição portuguesa, foi erigida em província, elegendo deputados às Córtes de Lisboa, em 1821. Após a Independência do Brasil ficou reduzida a simples comarca do Pará. Foi elevada novamente à categoria de província, com o título de Amazonas, pela Lei n.º 852, de 5 de setembro de 1850, verificando-se a sua instalação em 1.º de janeiro de 1852.

Com o advento da República, o Amazonas passou a Estado, sendo a Vila Barcelos a sua primitiva capital, que se denominava

até então aldeia de Mariná. Em 1790 a capital foi transferida para Barra (Nossa Senhora da Conceição de Manaus), voltando para Barcelos em 1798, e estabelecendo-se definitivamente em Manaus em 1804.

Os 20 Municípios mais populosos do Amazonas segundo os dados preliminares do censo de 1960, são: Manaus, 175 343; Manacapuru, 41 981; Careiro, 33 585; Parintins, 28 080; Itacoatiara, 25 899; Coari, 23 376; Maués, 20 021; Borba, 19 819; Manicoré, 18 969; Bôca do Acre, 18 356; Lábrea, 16 556; São Paulo de Olivença, 16 135; Tefé, 15 830; Fonte Boa, 14 743; Humaitá, 14 721; Autazes, 14 458; Carauari, 14 180; Uaupés, 13 709; Barcelos, 12 250; Benjamin Constant, 11 209.

TERRITÓRIO DO RIO BRANCO

Os primitivos habitantes das terras que constituem hoje o Território Federal do Rio Branco foram indígenas das tribos dos Macuxis, Jaricunas, Uapixana, Angaricé, Macu, Manhengen e Jauaperi. As primeiras explorações, contudo, dessas terras banhadas pelo tributário do Rio Negro datam, possivelmente, de 1670 ou 1671. Em começos do século XVIII foram as águas do Rio Branco sulcadas pelos componentes das famigeradas "Bandeiras de resgate", sendo os silvícolas alvo predileto desses impiedosos aventureiros, que lhes davam caça. Em 1740, Francisco Xavier de Andrade, subindo o curso do Rio Branco, enveredou pelas águas do Uraricoera, na época considerado como um prolongamento daquele e não como seu formador. Um ano depois, Nicolau Hortsman, induzido pelas narrativas lendárias, então propaladas sobre possíveis riquezas no Lago Dourado ou Parimé, partiu da Guiana Inglesa atingindo o curso do Rio Branco e alcançando o Negro, que o levou ao Amazonas. Hortsman conseguiu chegar ao Pará, mas já desiludido dos sonhos de fortuna que acalentara, após exaustiva e acidentada viagem. As incursões levadas a efeito por ingleses e holandeses e, posteriormente, pelos espanhóis, obrigaram os lusitanos a uma série de medidas no sentido de salvaguardar a posse e o controle da região. Assim, ergueram na foz do Tacutu, por volta de 1765, uma fortaleza, à qual foi dado o nome de São Joaquim; criaram ainda dois postos militares na zona do Uraricoera. Objetivando um controle administrativo sobre a região, o governo, por força da Lei

provincial n.º 92, de 9 de novembro do mesmo ano, ao designar as freguesias do Amazonas, determinou que a sede da freguesia do Carmo seria “acima das cachoeiras do Rio Branco, no lugar denominado Boa Vista”. Todavia, somente entre os anos de 1872 e 1882 se cogitou da demarcação de nossas fronteiras nessa região.

Em 9 de julho de 1890, por força do Decreto estadual n.º 49, foi criado um município na localidade, erigindo-se a freguesia de Nossa Senhora do Carmo em vila, com a denominação de Vila de Boa Vista do Rio Branco, e território desmembrado da então Vila de Moura, verificando-se a instalação a 25 daquele mês e ano. O Decreto Lei Federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, retificado pelo de n.º 5 839, de 21 desse mês, criou o Território, ao qual foi transferido o Município de Boa Vista, acrescido de parte do Município de Moura, do Amazonas, sendo a cidade de Boa Vista elevada à categoria de Capital. A criação dessas Unidades teve como objetivo principal promover o povoamento das regiões fronteiriças do País, garantindo a segurança nacional pela manutenção de fronteiras vivas.

Unidade mais setentrional da Federação, o Rio Branco possui uma área terrestre de 230 104 km². Compõem o quadro da sua divisão administrativa os Municípios de Boa Vista e Caracará, e os Distritos de Conceição do Maú, Depósito e Uraricoera, do primeiro, e Boiaçu e São José de Anauá, do último, além dos Distritos-sede. A população de Boa Vista era de 26 168 habitantes em 1.º de setembro de 1960, enquanto a do Caracará atingia 3 321. A densidade populacional do Território, é a mais inexpressiva da Federação, não indo além de 0,13 hab/km² em 1960.

A principal riqueza natural é o diamante. Minas de ouro, bauxita, cassiterita, cristal de rocha são também encontrados na região. A produção extrativa é representada pelos seguintes produtos: castanha-do-pará, gomas não elásticas e borracha. As culturas agrícolas mais desenvolvidas são as de mandioca, arroz, feijão, milho e cana-de-açúcar.

PARÁ

Ao aproximar-se o fim do século XVI, os holandeses levantaram em um dos braços do Amazonas os estabelecimentos de Orange e Nassau — 80 e 7 léguas, respectivamente, acima da foz do grande rio, em

cujas margens fizeram inúmeras plantações. Antes, isto é, em 1546, Luiz de Melo e Silva, no comando de uma caravela portuguesa, chegara a explorar o curso inferior do Amazonas. Por volta de 1553, obtendo de D. João III uma concessão de terras paraenses, empreendeu uma expedição, a qual veio a naufragar à entrada do Pará, em 11 de novembro de 1554. Da catástrofe escaparam, apenas, uma caravela e uma chalupa, tendo seus marinheiros e passageiros conseguido arribar às Antilhas. Uma força de 200 homens e 3 embarcações partiu, em 1615, por ordem de Alexandre de Moura, do Maranhão, sob o comando de Francisco Caldeira Castelo Branco, com o objetivo de ocupar as terras do Amazonas e expulsar os holandeses e ingleses que nelas se haviam estabelecido. Entrando pelo rio Pará, Castelo Branco alcançou a baía de Guajará, fundando, em uma das pontas da margem direita da baía, a cidade de Nossa Senhora de Belém e a Capitania do Grão Pará, da qual possuía o título de capitão-mor.

A fundação da capital paraense data de 12 de janeiro de 1616. Em seguida (1635) foi a vez de Cameté, que deve sua origem à tribo dos Camutás, da família Tupinambá, primitivos habitantes da região.

Em 1636 Felipe IV, da Espanha, determinou ao governo do Estado independente do Maranhão a fundação da Capitania do Cabo Norte, tendo por extremos os rios Vicente Pinzon (Oiapoque) e Paru, afluente do Amazonas pela margem esquerda. Essa capitania foi fundada em junho de 1637 e doada a Bento Maciel Parente; boa parte de suas terras forma hoje o Território do Amapá.

Gurupá, o terceiro Município paraense, surgiu em 1639. Fato curioso está relacionado com a sua história: dois religiosos franciscanos chegaram à povoação, pelo rio Amazonas, procedentes de Quito, no Equador. Bento Maciel Parente ordenou, então, ao capitão Pedro Teixeira fizesse a viagem em sentido inverso. Saindo de Gurupá, pelo Amazonas, a 28 de outubro de 1637, Teixeira transpôs a atual fronteira do Brasil, percorreu o rio Napo até a confluência do Coca e de Payamine e, pelo caminho de terra alcançou, ao fim de 10 meses, a povoação de Baeza — cerca de 2 mil metros acima do nível do mar e distando apenas 150 léguas de Quito. Na viagem de volta, Teixeira levou outros 10 meses, pelo mesmo itinerário,

chegando a Gurupá a 16 de outubro de 1639 em companhia do jesuíta Cristoval Acuña, que publicou uma narração da expedição.

Em 1652 a Capitania do Pará tornou-se independente, com a dissolução do governo geral do Maranhão; em 1654 foi novamente reunida à do Maranhão, governada por capitães-mores. A quarta vila paraense — Vigia — surgiu em 1698; quase meio século depois, em 1747, era criada a de Arari, seguindo-se as de Bragança (1753), Santarém e Maracanã (1756), Soure (1757), Chaves, Monte Alegre, Faro, Óbidos, Pôrto de Moz, Alenquer, Breves, Curralinho (1758) e Ourém (1762). Em 1772 as duas capitanias foram definitivamente separadas, ficando a do Rio Negro subordinada à do Pará e a do Piauí sujeita ao Governo do Maranhão. O território paraense se estendia até a enseada do Turiaçu, sendo-lhe incorporadas as 2 capitanias da Ilha de Joannes e de Caité. Em 1833 deu-se a criação de Muaná e, dez anos depois, a de Igarapé-Mirim.

Esses 20 Municípios deram origem, por desdobramento, direto ou indireto, as atuais 82 unidades municipais e cêrca de 170 Distritos, que compõem o quadro da divisão administrativa paraense.

O Estado divide-se em 12 zonas fisiográficas — do Salgado, Gurupi, de Marajó e Ilhas, Itacaiunas, do Planalto, do Rio Xingu, do Baixo Amazonas, do Tapajós, Tocantina, Jacundá-Pacajá, Bragantina e Guajarina.

A população recenseada em 1.º de setembro de 1960 ascendia a 1 550 935 habitantes (630 672 na zona urbana e 920 263 na rural); a densidade demográfica era de 1,26 hab/km². O número de domicílios existentes somava 261 764, dos quais 66 095 em Belém.

Os 20 Municípios mais populosos, do Pará, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Belém, 402 170; Santarém, 93 151; Bragança, 69 005; Cametá, 56 250; Abaetetuba, 45 080; Capanema, 36 109; Ourém, 35 299; Breves 32 613; Vigia, 28 920; Alenquer, 28 549; Vizeu, 27 975; Igarapé-Miri, 24 875; Guamu, 23 082; Castanhal, 21 618; Igarapé-Açu, 21 315; Soure, 20 700; Ananindeua, 20 478; Marapanim, 20 381 e Curuçá, 20 366.

AMAPÁ

O TERRITÓRIO Federal do Amapá estende-se por duas sub-regiões da Grande Região Norte, pelas Regiões da Encosta do

Planalto das Guianas, a oeste, e da Planície Litorânea, a leste, entre as latitudes de 4º 20' 45" N e 1º 13' 30" S e as longitudes de 49º 54' 45" e 54º 47' 30" W. Gr. Mede, entre as linhas extremas, 616 quilômetros na direção N-S e 543 na E-O. A área terrestre daquela Unidade da Federação é de 137 303 km² e seus pontos extremos são o Cabo Orange, ou Rio Branco, ao norte; o ponto a 32 quilômetros da foz do Rio Jari, ao sul; o Cabo Norte, ou Raso, a leste; e a nascente do Rio Jari, a oeste. Compõem o quadro da sua divisão administrativa os Municípios de Amapá, Calçoene, Macapá, Mazagão e Oiapoque, e 17 Distritos.

Os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1960 registram uma população, no Território, de 68 889 habitantes — 35 390 na zona urbana e 33 499 na rural. Densidade demográfica: 0,50 hab/km². Um terço da população economicamente ativa se dedica ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", e a área agrícola cultivada abrange cêrca de 7 mil hectares. Produz mandioca, arroz, milho, banana, cana-de-açúcar, laranja, tomate, abacaxi, fumo, côco-da-baía, batata doce, estimando-se em quantia superior a 100 milhões de cruzeiros o valor da produção. Quanto à pecuária, os rebanhos bovinos compreendem mais de 60 mil cabeças, os suínos, 30 mil, os equinos, asininos e muares, 5 mil, e os ovinos e caprinos, 4 mil. As atividades das indústrias extrativas absorvem ¼ da população ativa, enquanto os ramos "indústrias de transformação" e "prestação de serviços" empregam, apenas, 1/10 dessa população (cada ramo).

Constituídas de hematita, manganês, cromita, ouro, cassiterita, tantalita, columbita, diamantes, as jazidas minerais do Território são a principal fonte de riqueza da região. Outros produtos da economia local: castanha-do-pará, borracha, sementes oleaginosas e essências vegetais, peles silvestres, grude de gurijuba, etc.

O comércio amapaense é feito com os Estados do Pará, Guanabara, São Paulo, Pernambuco, Ceará e Amazonas; no exterior, figuram os Estados Unidos como os principais compradores e fornecedores do Território. Em 1960, a corrente exportadora registrou movimento superior a 5,9 bilhões de cruzeiros, enquanto a importadora se manteve na faixa de 1,3 bilhão de cruzeiros.

MARANHÃO

DOS Estados da Região Nordeste, o Maranhão é o que ocupa maior área terrestre — 324 616 km². A sua densidade populacional é, contudo, das mais baixas — 7,68 hab/km². Esse fenômeno, segundo os resultados preliminares do Censo de 1960, é mais acentuado ainda noutro Estado nordestino — o Piauí —, cuja densidade demográfica atinge apenas 5,03 hab/km².

A população maranhense somava, em 1.º de setembro de 1960, 2 492 139 habitantes (448 509 na zona urbana e 2 043 630 na rural) Por sua vez o número de domicílios existentes em todo o Estado ascendia a 470 245.

São Luís, a capital maranhense, que comemorou o 350.º aniversário de fundação no dia 6 de agosto de 1962, é o núcleo de população mais antigo do Estado. Em 1594, Jacques Riffault chegava à Ilha do Maranhão e nela se estabelecia. Voltando depois à França, organizou uma Companhia, confiada a Daniel de la Touche, sr. de la Ravardière. Saindo de Cancale, La Revardière ancorou, em 1612, em Jeviré, considerado como pôrto da Ilha Grande do Maranhão, assentando a colônia numa chapada, à esquerda do Pôrto, onde se fortificou e construiu uma pequena cidade, à qual foi dada a denominação de São Luís, em honra de Luís XIII, rei de França. Em 1614, Jerônimo de Albuquerque derrotou os franceses, obrigando-os a partir no prazo de cinco meses. Com a chegada de Alexandre Moura, êsse prazo foi revogado, e os franceses tiveram a sua retirada abreviada. Em 1621, a capitania do Maranhão passou a ter jurisdição sobre as do Ceará e Pará.

O segundo Município maranhense — o de Alcântara — surgiu em 1648; em 1688 era criado o de Icatu; em 1733, o governador geral transferiu sua residência para a cidade de Belém, ficando o Maranhão confiado a capitães-mores, até 1754. Em 1772 houve a separação da capitania do Pará. Viana, a quarta vila maranhense, apareceu em 1757. Um ano depois (1758) eram criadas as de Guimarães e Tutóia.

Ao expirar o século XVIII o quadro da divisão territorial era constituído de seis unidades municipais. Em 1811, Caxias ad-

quiriu foros de vila e, em 1817, de território pertencente a São Luís, Itapecuru-Mirim. Brejo e Pastos Bons, por sua vez, surgiram em 1820, desmembrados de Caxias. Carolina (1831), Parnarama, Codó, São Bento e Vitória do Mearim (1833) e São Francisco do Maranhão (1835) foram acrescentadas ao quadro da divisão administrativa. Pela Lei de 12 de junho de 1852 foi incorporado ao Maranhão o território compreendido entre o Turiaçu e o Gurupi, então ligado ao Pará (vila de Bragança), constituindo o Município daquele nome.

Os 122 Municípios e cerca de 180 Distritos, que compõem presentemente o quadro da sua divisão territorial, originaram-se da fragmentação dessas 14 unidades municipais.

O Estado divide-se em 13 zonas fisiográficas, a saber: Zona do Litoral Norte, da Baixada, do Baixo Mearim, do Gurupi, do Pindaré, do Litoral Nordeste, do Baixo Parnaíba, do Médio Parnaíba, do Alto Parnaíba, de Itapecuru, do Alto Mearim, do Tocantins e de Carolina.

Os 20 Municípios mais populosos do Maranhão, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: São Luís, 159 628; Caxias, 129 271; Bacabal, 108 506; Pedreiras, 99 459; Pindaré-Mirim, 84 863; Vitorino Freire, 79 106; Codó, 71 781; Coroatá, 64 865; Ipixuna, 54 928; Pimneiro, 49 013; Cururupu, 46 904; Barra do Corda, 45 490; Chapadinha, 39 742; Imperatriz, 39 331; Pio XII, 36 926; Monção, 36 479; São Bento, 36 304; Largo da Pedra, 35 172; Vargem Grande, 35 114 e Itapecuru-Mirim, 32 920.

PIAUI

O QUADRO da divisão territorial do Piauí conta, presentemente, com 83 Municípios e cerca de 95 Distritos, os quais se acham distribuídos por 8 zonas fisiográficas, a saber: Zona do Planalto, Alto Parnaíba, Sertão, Litoral, Ibiapaba, Carnaubeira, Baixo Parnaíba e Médio Parnaíba.

As primeiras incursões em território piauiense datam possivelmente de 1674, quando os portugueses Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra, fazendeiros nas margens do São Francisco, saindo em perseguição dos índios que devastavam

suas fazendas, se internaram pelo alto sertão pernambucano, à frente de uma bandeira, alcançando a Serra dos Dois Irmãos. Continuando a marcha para o norte, descobriram as férteis terras banhadas pelo Canindé e seus tributários. Domingos Afonso obteve, após seu regresso, cêrca de 40 léguas de terras, de sesmarias, nelas estabelecendo fazendas de criação, as quais foram sequestradas e incorporadas, em 1761 aos bens do domínio da coroa, depois de pertencerem, por legado, aos padres jesuítas.

O território piauiense ficara sob a jurisdição da capitania da Bahia até 1715, quando foi desligado, subordinando-se à do Maranhão. Em 1718 deu-se a sua elevação à categoria de capitania, ainda sujeita à do Maranhão e governada por um capitão-mor. Tornou-se capitania independente em 1811. Com a Independência do Brasil (1822), veio a ser uma das Províncias do Império.

Oeiras, o primeiro Município piauiense, foi fundado em 1712. A antiga "Aldeia Cabrobó", elevada em 1716 à categoria de cidade, tomou a denominação atual. Foi também a capital do Piauí até 1852, quando a mesma se transferiu para Teresina. Em 1761 criaram-se seis novas comunas — as de Campo Maior, Castelo do Piauí, Jerumenna, Parnaíba e Valença do Piauí. Em 1832, porém, aparecia Jaicós; Luís Correia (1874) e Luzilândia (1890) completaram o quadro da divisão administrativa. Da fragmentação, direta ou indireta, dêsse 10 núcleos de povoamento surgiram antes de expirar o século XIX mais 23 unidades municipais — Picos (1855), Teresina (1832), Barras (1841), União (1853), José de Freitas (1877), São Raimundo Nonato (1850), São João do Piauí (1897), Bertolinia (1890), Floriano (1896), Bom Jesus (1855), Corrente (1872), Gilbués (1891), Santa Filomena (1873), Piracuruca (1832), Pedro II (1854), Batalha (1855), Piripiri (1874), Buriti do Lopes (1890), Amarante (1832), Palmeiras (1894), Regeneração (1875), Paulistana (1855) e Pio IX (1888). Alterações posteriores, já neste século, possibilitaram o acréscimo de 50 novos Municípios ao quadro da divisão territorial daquele Estado.

A população piauiense ascendia a 1 263 368 habitantes (298 152 na zona urbana e 965 216 na rural), de acôrdo com os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1960. A área terrestre ocupa

250 934 km² e a densidade demográfica é de 5,03 hab/km². O aludido levantamento censitário apurou a existência de 220 831 domicílios, dos quais 25 014 em Teresina.

Os 20 Municípios mais populosos do Piauí, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Teresina, 144 799; Parnaíba, 63 496; Campo Maior, 56 627; Picos, 50 102; Oeiras, 40 306; São Raimundo Nonato, 33 149; Valença do Piauí 32 852; Barras, 31 735; Buriti do Lopes, 31 104; Piripiri, 29 525; União, 29 124; São João do Piauí, 27 453; Pedro II, 25 922; Floriano, 24 065; Castelo do Piauí, 23 711; Jaicós, 22 332; Altos, 22 046; Luzilândia, 20 273; Miguel Alves, 20 002 e Piracuruca, 19 621.

CEARÁ

A HISTÓRIA do Ceará começa em fins do século XVI, noventa anos após a descoberta do Brasil, quando os franceses passaram a freqüentar as suas costas, mantendo com os indígenas intenso comércio de madeiras de tinturaria e iniciando uma feitoria sobre a cordilheira da Ibiapaba, na extremidade norte. No início do século XVII (1603), os portugueses, que já se haviam estabelecido em Pernambuco, foram ao encontro dos franceses. A fixação definitiva, porém, só se verificou em 1609, com a fundação de um arraial na barra do rio Ceará, então chamado Itarema.

Em 1621, a capitania do Ceará formou com a do Pará e Maranhão o Estado dêste último nome, separado do resto do Brasil. Em 1680 desligava-se do Maranhão e passava, como capitania subalterna, para a jurisdição da de Pernambuco. Em 1799, porém, era elevada à categoria de capitania independente, por Alvará de 17 de janeiro do mesmo ano. Após a independência do Brasil, passou a província, e depois da proclamação da República, a Estado.

Segundo a documentação existente no Conselho Nacional de Estatística, Aquiraz, o primeiro Município cearense, surgiu em 1699. Posteriormente foram criados os de Icó (1736), Aracati (1747), Viçosa do Ceará (1759), Baturité (1763), Granja (1776), Quixeramobim (1789), Guaraciaba do Norte (1791), Crateús (1832) e Jaguaratama (1833), dos quais se originaram, por desdobramento, direto ou indireto, os atuais 148. Fortaleza, o segundo Município, nasceu da fragmentação de Aquiraz em 1725; a

Capital cearense teve sua origem na planície vizinha à praia da ponte de Mucuripe, onde Martim Afonso Moreno levantou, em 1610, um presídio fortificado, ao qual ajuntou uma ermida, com a invocação de Nossa Senhora do Amparo. O forte teve a denominação de Assunção. Ainda de território pertencente a Aquiraz surgiram: Russas em 1801, Cascavel em 1833 e Pacajus (1890). De Icó, fundada em 1736, apareceram, por desdobramento direto, Crato (1758), Lavras da Mangabeira (1816), Jucás (1823), Pereiro (1842), Iguatu (1851) e Orós (1956), enquanto Aracati possibilitava, por sua vez, o aparecimento de Jaguaruana (1860) e Icapuí (1959). São Benedito (1872) e Tinguá (1890) formaram-se do território pertencente a Viçosa do Ceará, ao passo que, da fragmentação de Baturité, apareciam Redenção (1868), Araçoiaba e Pacoti (1890) e, mais recentemente, Capistrano (1951) e Itapiúna (1957). Granja possibilitou a criação de Coreaú (1870), Camocim (1879), Martinópole e Uruoca (1957), sempre por desmembramento direto. De Quixeramobim surgiram Tauá (1801), Canindé (1846), Mombaça (1851), Boa Viagem (1864), Quixadá (1870) e Itatira (1951). Jaguaraciaba do Norte dava lugar à criação de Ipu (1840) e Reriutaba (1922); de Crateús nascia Independência em 1857. De Jaguaratama surgiam Jaguaribe (1864), Solonópole (1870) e Jaguaribara (1957). A maioria dessas comunas já sofreu desmembramentos, elevando-se atualmente o número de unidades municipais cearenses a 148.

A população do Estado em 1.º de setembro de 1960 somava 3 337 856 habitantes, 1 124 829 dos quais concentrados na zona urbana e 2 213 027 distribuídos pela zona rural. A área terrestre era de 148 016 km² e a densidade demográfica de 22,55 hab/km².

Fortaleza, com 336 km² de área terrestre, possuía uma população de 514 818 habitantes, segundo os resultados preliminares daquele levantamento censitário. A densidade demográfica da capital cearense era de 1 532,20 hab/km².

Os 20 Municípios mais populosos do Ceará, segundo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Fortaleza, 514 818; Quixadá, 81 682; Itapipoca, 79 663; Sobral, 73 716; Juazeiro do Norte, 68 494; Crato, 59 464; Acaraú, 55 385; Quixeramobim, 52 341; Iguatu, 51 570; Maranguape, 46 205; Caucaia, 42 572; Crateús, 41 491;

Aracati, 41 370; Morada Nova, 38 616; Canindé, 37 672; Ipu, 37 144; São Benedito, 35 760 e Icó, 34 976.

RIO GRANDE DO NORTE

NAS seis zonas fisiográficas — Chapada do Apodi, Litoral, Seridó, Serrana, Salineira ou Litoral e Salinas, Agreste e Centro Norte — do Rio Grande do Norte estão localizadas 84 unidades municipais constituindo o quadro da divisão administrativa do Estado. Recentemente, dois distritos, os de Montanhas e Espírito Santo adquiriram a sua autonomia administrativa, separados, respectivamente, dos Municípios de Pedro Velho e Várzea.

O território potiguar fazia parte da doação feita ao historiador João de Barros e a seu associado Aires da Cunha, que não puderam colonizá-lo. Constava de um litoral de cem léguas e ia da Baía da Traição (Acejutibiró) até Angra dos Negros. Manuel Mascarenhas, capitão-mor de Pernambuco, no tempo de Francisco de Souza, recebeu, então, aquela incumbência. Piratas franceses já incursionavam em suas costas, utilizando inclusive o seu pôrto; além disso, havia ainda as depredações que os potiguares causavam aos lavradores da Paraíba. Em 1597, Manuel Mascarenhas chegava ao Rio Grande do Norte e construía próxima à barra do Rio Grande (Potengy), sôbre o recife do lado meridional, um pequeno forte — dos Três Reis Magos —, concluído em 24 de junho de 1598. Hostilizado pelos índios Potiguares, recorreu a Jerônimo de Albuquerque, que conseguiu pacificá-los, contando, para isso, com o auxílio do índio Sorobabé, murubixaba de uma cabilda. Fundou então Albuquerque à pequena distância do forte, o núcleo da vila e capital, que se chamou Natal, pela circunstância, talvez segundo o Visconde de Pôrto Seguro, de ter sido a matriz ou o pelourinho inaugurado a 25 de dezembro. A inauguração do pelourinho importava a instalação da vila. Em recompensa pelos serviços prestados, Jerônimo de Albuquerque foi escolhido primeiro capitão-mor do Rio Grande do Norte.

Em 1631, os holandeses tentaram apoderar-se do território; repelidos, voltaram em 1633, sob o comando de Mathias Van Coulon, que tomou a fortaleza dos Três Reis Magos, impondo o domínio batavo à capitania, até novembro de 1645, quando foram

expulsos. Em 1654, parte da capitania era doada por D. João IV a Manoel Jordão; em 1687, ficava a comarca, por ordem régia, sob a jurisdição do ouvidor geral da Paraíba, até 1689, data em que foi erigida em Condado, pelo rei D. Pedro II, em favor de Lopo Furtado de Mendonça. Governada, a princípio, por capitães-mores e, depois, por governadores, dependentes do govêrno da Bahia, em 1701 ficou subordinada à capitania de Pernambuco.

Em 1755, eram criadas as vilas de Portalegre e Ceará-Mirim, esta última de território pertencente a Natal, cuja elevação a cidade se deu posteriormente, em 24 de fevereiro de 1823. Em 1758, surgiram Arês e São José de Mipibu. Seguiram-se: Canguaretama (1769) e Açú (1788). Ainda nesse ano, Natal experimentava o segundo desmembramento, com a criação de Caicó. Macaíba, em 1833, veio completar o quadro da divisão territorial da então Província do Império.

Na data da proclamação da República contava o Rio Grande do Norte com 27 municípios. Várias alterações verificaram-se, desde então, na sua divisão administrativa. Nos 72 anos de vida autônoma, como Estado da Federação, nada menos de 57 novas comunas foram criadas, 16 das quais em 1958 e 2 no ano seguinte. No início de 1962, Montanhas e Espírito Santo elevaram a 84 o número de unidades municipais potiguares

O Estado ocupa uma área terrestre de 53 015 km². A sua população atingia, em 1.º de setembro de 1960, data da última apuração censitária, 1 157 258 habitantes (435 189 na zona urbana e 722 069 na rural). Densidade demográfica: 21,83 hab/km². O número de domicílios ascendia, na mesma data, a 214 949, sendo 29 101 no Município da Capital.

Os 20 Municípios mais populosos do Rio Grande do Norte, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Natal, 162 537; Mossoró, 57 690; Santo Antônio, 36 170; Ceará-Mirim, 34 959; São Paulo do Potengi, 30 106; Caicó, 27 447; Açú, 26 432; Nova Cruz, 22 644; Macaíba, 22 104; Currais Novos, 21 300; Martins, 20 728; Alexandria, 19 466; São Miguel, 19 083; Macau, 18 147; São José de Mipibu, 18 140; Apodi, 17 607; Caraúbas, 16 872; São Gonçalo do Amarante, 16 785; Santa Cruz, 16 680; e Pau dos Ferros, 16 678.

PARAÍBA

O ESTADO da Paraíba conta atualmente com 149 Municípios e cêrca de 206 Distritos distribuídos numa área terrestre de 56 372 km² pelas nove zonas fisiográficas em que se divide aquela Unidade da Federação. O território abrange a maior parte da região setentrional da antiga capitania de Itamaracá, cujo donatário era Pero Lopes de Souza.

Em 1584, o governador-geral Manoel Teles Barreto resolveu prosseguir na conquista da Paraíba, anteriormente encetada pelo ouvidor Fernão da Silva, segundo instruções de Luís de Brito, tendo, para êsse fim, organizado uma expedição marítima confiada a Diogo Flôres Valdez, e outra terrestre, sob o comando de D. Filipe Moura e Frutuoso Barbosa, os quais, depois de fortemente hostilizados pelos indígenas e os franceses, recuaram para Olinda. Em 1585, o chefe Piragibe (Braço de Peixe), desgostando-se com os seus, aliou-se aos portugueses, o que veio consolidar definitivamente o domínio lusitano na Paraíba.

A fundação da atual cidade de João Pessoa data de 5 de agosto de 1585, dia de Nossa Senhora das Neves, com a denominação de *Cidade Filipéia*, dada pelo ouvidor-geral Martim Leitão, segundo a chamou Frutuoso Barbosa, em homenagem a Felipe II, de Espanha. Durante o domínio holandês chamou-se *Frederícia*, em honra do príncipe de Orange. Restabelecida a soberania portuguesa, voltou a denominar-se Paraíba e, mais recentemente, João Pessoa. Em 1684, era tornada capitania independente, mas em 1755 foi reunida e subordinada à de Pernambuco. Sômente em 1799 (17 de janeiro) é que se tornou definitivamente autônoma.

Em 1758, era criado o segundo Município — o de Pilar —, desmembrado do de João Pessoa. A influência civilizadora de Pernambuco já se fazia sentir. O sertão fôra, então, devassado pelas bandeiras de Oliveira Ledo, que se fixara nas ribeiras de Piranhas e Piancó. Souza e Pombal, localizadas no alto sertão, passaram, assim, à categoria de vila pela Carta Régia de 22 de julho de 1766, ao passo que outras povoações, embora mais próximas à Capital, não conseguiriam a mesma regalia. Campina Grande (1788) e São João da Cariri (1800) obtinham também sua elevação à categoria de Município, pois já formavam núcleos de civilização independentes da Capital. Dêsses

cinco Municípios é que se originaram, por desdobramento, direto ou indireto, os atuais 149.

Na data da proclamação da República contava a Paraíba com 33 comunas; em 1.º de julho de 1960 somavam, contudo, 88. No período de vinte meses, isto é, daquela data até 8 de fevereiro de 1962, o quadro da divisão territorial quase que duplicou.

A população recenseada em 1.º de setembro de 1960, data do último levantamento censitário, atingiu 1 157 258 habitantes (435 189 na zona urbana e 722 069 na rural). A densidade demográfica era de 21,83 hab/km². O Estado compreende nove zonas fisiográficas, assim discriminadas: Zona do Seridó, Litoral e Mata, Brejo, Borborema Central, Sertão de Piranhas, Sertão Alto, Sertão do Oeste, Agreste e Caatinga Litorânea e da Borborema Oriental.

Os 20 mais populosos Municípios do Estado da Paraíba, segundo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Campina Grande 207 445; João Pessoa, 155 117; Mamanguape, 66 994; Souza, 62 948; Patos, 61 178; Sapé, 48 596; Santa Rita, 47 325; Pombal, 45 569; Itabaiana, 43 365; Piancó, 39 349; Cajazeiras, 39 104; Guarabira, 38 547; Itaporanga, 33 700; Alagoa Grande, 33 269; Areia, 32 474; Alagoa Nova, 31 309; Catolé do Rocha, 29 511; Pilar, 29 441; Ingá, 27 877; Rio Tinto, 27 058.

PERNAMBUCO

As últimas alterações experimentadas pelo quadro da divisão territorial do Estado de Pernambuco datam de 1958, quando foram criados 21 novos Municípios, elevando-os a 123 e a 327 o de Distritos. Aquêl Estado nordestino ocupa uma área de 98 281 km², e seus efetivos demográficos, segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1960, ascendiam, naquela data, a 4 136 900 habitantes (1 856 689 na zona urbana e 2 280 211 na rural), com uma densidade populacional da ordem de 42,09 hab/km². Na capital pernambucana concentravam-se 797 234 habitantes, numa área de 209 km² (3 814,52 hab/km²).

O levantamento censitário de 1960 registrou, ainda, expressivo número de domicílios no Estado — 811 405 —, dos quais 153 342 no Município da capital.

Uma casa de feitoria, de Cristóvão Jacques, situada na entrada sul do canal de Itamaracá, foi o primeiro estabelecimento português no território pernambucano. Em 5 de julho de 1526, Jacques era nomeado guarda-costa, viajando ao Brasil no ano seguinte no comando de uma armada, que daria caça aos entrelopos e defenderia a costa brasileira dos desembarques de estrangeiros. Em 1534, com a divisão do Brasil em capitânias hereditárias, foi doada a de Pernambuco, com cerca de 350 km² — do rio Igarassu (Santa Cruz) até o Rio São Francisco (Opara) —, a Duarte Coelho Pereira. Compreendia boa parte do Estado de Pernambuco e todo o de Alagoas; a superfície alcançava perto de 290 mil km².

Chegando às terras de sua doação a 9 de março de 1535, Duarte Coelho levantou, no lugar da antiga feitoria, a povoação de Igarassu, assentando, algumas léguas mais ao sul, em Olinda, a capital de seus domínios (1537). Com o falecimento de Duarte Coelho, em 1554, seus descendentes governaram a capitania até 1630, quando houve a invasão holandesa, sendo governador donatário Matias de Albuquerque.

Durante o domínio batavo, que se estendeu por 24 anos, Maurício de Nassau escolheu o povoado de Recife como ponto definitivo para a capital da possessão, tendo a ilha de Antônio Vaz como centro da cidade. Expulsos os holandeses em 1654, após cruentas lutas, reverteu a capitania para o domínio da coroa, passando a ser regida por Capitães-generais. Olinda, que fôra incendiada pelos invasores em novembro de 1631, voltou, em 1654, a ser capital, até 1827, quando a mesma foi transferida para a cidade de Recife. Em 1685 eram anexados a Pernambuco a Paraíba, o território vizinho da extinta capitania de Itamaracá e, em 1701, o Rio Grande do Norte. O terceiro município pernambucano — Sirinhaém — surgiu em 1627; seguiu-se-lhe o de Goiana (1685/1742). Em novembro de 1709 o povoado do Recife, então pertencente a Olinda, era elevado à categoria de vila o que motivou a guerra civil entre os senhores de engenho, de Olinda, e os negociantes portugueses, de Recife, apelidados de “mascates”. Em 1715, aboliram-se os direitos dos herdeiros dos donatários da capitania, com a indenização ao Conde de Vimioso. Em 1718, o alto sertão do São Francisco, então subordinado à Bahia, era incorporado à capitania, bem como o Ceará, tornando-a a mais extensa em território. Em

1762 era criada a vila de Pesqueira; um ano antes de expirar o século XVIII (1799) o Ceará e a Paraíba eram desligados da administração pernambucana; em março de 1817 separou-se o Rio Grande do Norte e em setembro do mesmo ano, Alagoas; por último, o sertão do Rio São Francisco, também chamado *Sertão de Rodellas*.

A história dos Municípios pernambucanos pode ser assim resumida: após a criação de Igarassu (1535) e Olinda (1537), deu-se a elevação do povoado de Recife, então pertencente a Olinda, à categoria de vila (1709); Sirinhaém surgiu em 1627; depois, Goiana (1685/1742) e, ainda no século XVIII (1762), Pesqueira. No século XIX (1811) era criado Garanhuns; 40 anos depois (1851) aparecia Serra Talhada; Petrolândia, em 1846, Ouricuri, em 1849, e Petrolina em 1870 completaram o quadro territorial da então província do Império. Os atuais 123 Municípios e 327 Distritos originaram-se portanto, da fragmentação, direta ou indireta, dessas 10 unidades — Igarassu, Olinda, Sirinhaém, Goiana, Pesqueira, Garanhuns, Serra Talhada, Petrolândia, Ouricuri e Petrolina.

Os 20 Municípios mais populosos de Pernambuco, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Recife, 797 234; Garanhuns, 113 392; Olinda, 109 953; Caruaru, 106 231; Jaboatão, 105 261; Limoeiro, 95 596; Vitória de Santo Antão, 88 993; Bom Conselho, 61 900; Goiana, 59 122; São Bento do Una, 57 338; Bezerros, 53 900; Gravatá, 52 894; Paulista, 51 897; Cabo, 51 883; São Lourenço da Mata, 51 108; Timbaúba, 49 754; Glória do Goitá, 47 521; Águas Belas, 47 141; Nazaré da Mata, 44 943; e Surubim, 44 795.

ALAGOAS

NUM período de 12 anos — de 1950 até a presente data — praticamente duplicou o número de Municípios alagoanos, passando de 37 para 71 unidades. O povoamento do território daquele Estado nordestino teria partido de 3 focos iniciais, figurando Pôrto Calvo, ao norte, como núcleo principal de irradiação; o segundo situou-se no centro do litoral e desenvolveu-se em tôrno das lagoas, que deram nome ao povoado — Alagoas ou Alagoa do Sul e Alagoa do Norte —, prolongando-se depois pelo vale do Mundaú, a cujas margens assentara os fundamentos da

economia local — os engenhos de açúcar; o terceiro foco localizou-se no sul e teve em Penedo seu centro de expansão.

Pôrto Calvo, um dos primeiros lugares a ser habitado por colonos portugueses, foi palco de cruentas lutas durante o domínio holandês, datando o seu povoamento de 1575, talvez antes — 1560 —, segundo alguns estudiosos da História das Alagoas, quando Cristóvão Lins, considerado o fundador do povoado, penetrou-o com sua bandeira, percorrendo-o até o Cabo de Santo Agostinho, expulsando os indígenas e assenhoreando-se de suas terras. A vila foi criada a 12 de abril de 1636. É a freguesia mais antiga de Alagoas, tendo sido referida na "Fôlha Geral" que acompanha o Alvará de 10 de junho de 1617.

Marechal Deodoro, outro importante núcleo de povoamento, conquistado aos índios Caetés, foi a capital da província até 1839, quando se transferiu para Maceió, e um dos primeiros núcleos para onde Duarte Coelho Pereira enviou colonos, após a sua posse na capitania de Pernambuco, em 1535. Contudo, a existência do povoamento somente é assinalada em fins do século XVI (1591). A vila foi criada em 12 de abril de 1636 e elevada à categoria de cidade por Lei de 8 de março de 1823.

O terceiro núcleo, o de Penedo, ao sul, caminho único e natural para a Bahia, então sede do Govêrno Geral, desfrutava de excelente posição estratégica, motivo por que era cobijado pelos holandeses que, em 27 de março de 1637, estabeleceram ali o seu domínio, construindo o forte Maurício, em homenagem ao príncipe de Nassau, até 1645, quando foram expulsos por Rocha Pita, com auxílio vindo da Bahia.

Dêsses três núcleos iniciais — Pôrto Calvo, Marechal Deodoro e Penedo — é que se originaram, por desdobramento direto ou indireto, os atuais 71 Municípios e mais de 100 Distritos alagoanos. Em 1764, de território pertencente a Marechal Deodoro, era criado Atalaia, que mais tarde cederia parte de sua área terrestre para dar lugar ao aparecimento de União dos Palmares e Viçosa (1831), Palmeira dos Índios (1835) e Capela (1882). Ainda de Marechal Deodoro apareceram: Anadia (1801), Maceió (1815), Rio Largo (1830), São Miguel dos Campos (1832), Pilar (1857) e Coruripe (1866). Pôrto Calvo, por sua vez, experimentou vários desdobramentos: Pôrto de Pedras

(1815), Maragogi (1875), Colônia de Leopoldina (1901), Jacuípe (1958) e Jundiá (1960), enquanto Penedo possibilitava a criação de Traipu (1835), Pôrto Real do Colégio (1876), Piaçabuçu (1882) e Igreja Nova (1890). Ao terminar o século XIX o quadro da divisão administrativa de Alagoas era constituído por cerca de 31 Municípios. Decorridos 50 anos apenas 6 novas unidades municipais foram incorporadas ao referido quadro: Colônia de Leopoldina (1901), já mencionada, Arapiraca (1926), Junqueiro (1947), Batalha e São Brás (1947) e Major Isidoro (1949); de 1950 até a presente data quase que duplicou o número de comunas alagoanas, atingindo presentemente cerca de 71 unidades municipais e mais de 100 distritos.

O Estado ocupa uma área terrestre de 27 652 km² e seus efetivos demográficos somavam 1 271 062 habitantes em 1.º de setembro de 1960, data do último levantamento censitário. A população urbana ascendia a 428 228 almas, enquanto a rural totalizava 842 834. Densidade demográfica: 45,97 hab/km². Os domicílios recenseados atingiam 251 986, dos quais 34 986 na capital.

Os 20 Municípios mais populosos do Estado de Alagoas, de acordo com as estimativas do Recenseamento Geral de 1960, são: Maceió, 170 134; Arapiraca, 56 872; Palmeira dos Índios, 54 540; União dos Palmares, 46 844; Viçosa, 43 095; Anadia, 40 296; Murici, 37 008; Mata Grande, 35 519; Santana do Ipanema, 34 853; Atalaia, 34 370; Rio Largo, 30 704; Limoeiro de Anadia, 28 942; Penedo, 25 379; São Miguel dos Campos, 24 270; São José da Laje, 24 174; Capela, 20 662; Coruripe, 20 499; Água Branca, 20 194; Igreja Nova, 18 813 e Colônia Leopoldina, 18 181.

SERGIPE

ANTES da transferência da Capital da República para o Planalto Central, Sergipe era o menor Estado da Federação, com uma área terrestre de 21 994 km², inferior apenas à da Guanabara, cuja área é de 1 171 km². A população sergipana recenseada em 1.º de setembro de 1960, data do último levantamento censitário, ascendia a 760 273 habitantes (295 929 na zona urbana e 464 344 na rural); a sua densidade demográfica era de 34,57 hab/km². Aracaju,

a cidade mais populosa do Estado e também a de maior densidade demográfica, possui área terrestre de 176 km², onde viviam, na mesma data, 115 713 almas, praticamente concentradas na zona urbana (112 516 habitantes), ou 657,46 hab/km².

O território onde se localiza aquele Estado da Região Leste pertencera à Capitania da Bahia de Todos os Santos. Segundo relata Cândido Mendes, os franceses, que nêle se haviam estabelecido, mantinham com os indígenas o contrabando nas suas praias e nas margens do São Francisco, quando a metrópole, então sob o domínio espanhol, resolveu conquistá-lo; coube a Cristóvão de Barros, governador interino da Bahia, por ordem régia e a reclamo dos habitantes das margens dos rios Real e Itapicuru, o empreendimento da conquista. Encontrou, porém, tenaz resistência dos indígenas, sobretudo do Principal Serigy ou Sergipe, que, sucumbindo na luta com seu irmão Ceriry, legou seu nome à terra tão bravamente defendida. Estabeleceu-se, a princípio, na taba ou aldeia de Sergipe, no lugar chamado Aracaju, onde fica atualmente a capital do Estado, ponto mais tarde abandonado pelo de São Cristóvão — vizinho das margens do Irapiranga (Vaza Barris), com o que honrou o conquistador o santo do seu nome, bem como o válido português na côrte de Felipe II, Cristóvão de Moura.

A fundação de São Cristóvão data de 1590, ano em que o governador interino da Bahia empreendeu a expedição vitoriosa. Em 1637 os holandeses invadiram o território e a 25 de dezembro do mesmo ano incendiaram o povoado; posteriormente, isto é, em 1641, Maurício de Nassau completou a conquista do território estendendo o domínio holandês até o rio Real.

Em 1696, com a divisão da capitania da Bahia em duas comarcas — a da Bahia e a de Sergipe — cada uma teve o seu ouvidor. Em 1820 (8 de julho), houve a desanexação da de Sergipe, tornada definitivamente independente com a denominação de Sergipe del Rei.

Após a fundação de São Cristóvão (1590), situada sobre um istmo, na barra do Poxim ou Cotinguiba e junto a um forte primitivo, deu-se a criação de Neópolis, o segundo Município sergipano, por volta de 1697; seguiu-se, no mesmo ano, a criação de Santo Amaro das Brotas, extinto em seguida para dar margem ao aparecimento de Capela

e Maruim (1835); em 1698 apareceu Itabaiana e em 1730 — Lagarto, Propriá, à margem direita do São Francisco, surgiu em 1800.

Durante trinta anos o quadro da divisão administrativa de Sergipe não experimentou alteração; contudo, em 1831 era criado Estância; Laranjeiras e Itabaianinha apareceram em 1832, e Tobias Barreto e Pôrto da Fôlha em 1835; nesse mesmo ano, de território pertencente a Estância era criado Santa Luzia de Itanhí; Santo Amaro das Brotas, que fôra extinto, voltou a existir da fragmentação de Maruim (1835), ano em que o mesmo foi criado; Aracaju, cujo aparecimento se verificou em 1855, segundo lei provincial de 17 de março, foi elevada à categoria de cidade e capital, com a mudança da sede da vila do Socorro. Buquim, por sua vez, surgiu em 1875.

Da fragmentação, direta ou indireta, dessas 13 comunas — São Cristóvão, Neópolis, Santo Amaro das Brotas, Itabaiana, Lagarto, Propriá, Estância, Laranjeiras, Itabaianinha, Tobias Barreto, Pôrto da Fôlha, Aracaju e Buquim — é que se originaram os atuais 62 Municípios e 74 Distritos. Na data da proclamação da República o quadro da divisão administrativa de Sergipe era constituído por 34 Municípios.

Além dos 13 já citados, foram criados até aquela data, os de Itaporanga d'Ajuda, Japoatã, Capela, Maruim, Riachão dos Dantas, Simão Dias, Aquidabã, Arauá, Santa Luzia de Itanhí, Riachuelo, Garuru, N. S. do Socorro, N. S. das Dores, Japarutuba, Divina Pastôra, Santo Amaro das Brotas, Indiaroba, Siriri, N. S. das Dores, Rosário do Catete e Cristianópolis.

Os 20 Municípios mais populosos de Sergipe, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Aracaju, 115 713; Lagarto, 47 340; Itabaiana, 45 174; Simão Dias, 27 701; Estância, 24 251; Nossa Senhora das Dôres, 22 013; Propriá, 20 716; São Cristóvão, 20 332; Itabaianinha, 20 043; Capela, 19 038; Riachão do Dantas, 16 659; Campo do Brito, 16 012; Neópolis, 15 693; Aquidabã, 15 240; Itaporanga D'Ajuda, 14 469; Ribeirópolis, 13 371; Laranjeiras, 12 330; Japarutuba, 11 899; Pôrto da Fôlha, 11 697 e Buquim, 10 962.

BAHIA

O NÚMERO de Municípios baianos ascende, presentemente, a 194, e o de distritos a 681, distribuídos pelas 16 zonas

fisiográficas — do Litoral Norte, Recôncavo, Cacaueira, Extremo Sul, Nordeste, Feira de Santana, Senhor do Bonfim, Encosta da Chapada Diamantina, Jequié, Conquista, Chapada Diamantina, Serra Geral, Sertão do São Francisco, Baixo Médio São Francisco, Médio São Francisco e Barreiras — em que se divide o Estado.

A população baiana, segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1960, somava 5 990 605 habitantes — 2 083 716 na zona urbana e 3 906 889 na rural — totalizando perto de 1 milhão e 152 mil o número de domicílios existentes.

A Bahia é o berço do protomunicípio brasileiro; o seu primitivo território tinha apenas 50 léguas, segundo Carta Régia de 5 de abril de 1534, revertendo posteriormente (1548), do seu donatário, à Coroa. Era demarcado pela ponta do Padrão (S. Antônio) até a foz do S. Francisco (Opára), de acôrdo com o Foral dado a Francisco Pereira Coutinho (26-8-1534), constituindo a Capitania da Bahia de Todos os Santos, que mais tarde se estendeu para o Sul, com a incorporação das de Pôrto Seguro e dos Ilhéus.

Em 29-3-1549 chegava à Bahia o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, lançando próximo ao núcleo de população já existente desde 1537, os fundamentos da cidade do Salvador, depois S. Salvador, capital do Brasil até 1763. Em 1821 perdeu todo o território do rio Real ao S. Francisco, que se erigiu em capitania independente, para tornar-se, em seguida, província de Sergipe. Com a retirada da tropa portuguesa (2-7-1823) a Bahia conquistava a sua independência, constituindo-se província do Império. Em 1827 foi-lhe anexada a comarca do rio S. Francisco, compreendendo as vilas e povoações do S. Francisco, Pilão Arcado, Campo Largo e Carinhanha, desmembradas da do sertão de Pernambuco (3-6-1820) e que havia sido incorporada à província de Minas Gerais em 1824.

Estudando-se a genealogia municipal baiana, vê-se que, aos 3 núcleos iniciais — Pôrto Seguro (1534), Ilhéus (1535) e Salvador (1549) — vieram juntar-se os de Cairu (1608), Camamu, Cachoeira, Jaguaripe e São Francisco do Conde (1693). Em 1701, surgiu o de Caravelas; de 1722 até fins de século VIII (1797 foram criados os de Jacobina, Rio de Contas, Maragogipe, Santo Amaro, Inhambupe, Itapicuru, Paratinga, Barra, Prado, Juazeiro, Olivença, Itube-

rá, Ribeira do Pombal, Mucuri e Senhor do Bonfim e, posteriormente, Irará, Amparo, Pombal, Soure e Tucano. Dêsses Municípios é que se originaram os atuais 194.

Finalmente, cabe referir que, de 1.º de julho de 1960 até a presente data, a divisão administrativa do Estado já experimentou várias alterações, com a criação de cêrca de 50 novos Municípios, a serem instalados em 7 de abril de 1963.

Os 20 mais populosos Municípios do Estado da Bahia, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Salvador, 655 735; Vitória da Conquista, 143 486; Feira de Santana, 141 757; Itabuna, 118 417; Jequié, 112 940; Ilhéus, 104 429; Santo Amaro, 100 221; Alagoinhas, 75 422; Jacobina, 75 214; Canavieiras, 63 016; Prado, 61 854; Ibicaraí, 60 393; Serrinha, 56 750; Riacho do Jacuípe, 49 400; Ipirá, 48 422; Pôrto Seguro, 47 017; Caravelas, 46 744; Macarani, 46 097; Morro do Chapéu, 46 038 e Irará, 45 575.

MINAS GERAIS

A O contrário do que vem ocorrendo na maioria das Unidades da Federação, cujos quadros da divisão territorial estão experimentando sucessivos desdobramentos, com a criação de novos municípios, o de Minas Gerais mantém-se praticamente inalterável, desde dezembro de 1953, quando foram criadas 97 unidades municipais, elevando-as a 485 e a 1 215 o número de Distritos.

Tão logo a Coroa Portuguesa resolveu criar a nova Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, separada da do Rio de Janeiro, nomeou seu primeiro governador o capitão-general Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, que imediatamente promoveu a instalação em 1711, das três primeiras vilas em Minas Gerais: a Vila Albuquerque, cujo nome foi mudado para Ribeirão do Carmo, ao ser confirmado o ato pelo govêrno da metrópole em 14 de abril de 1712 e, posteriormente (1745), Mariana, em homenagem à rainha D. Maria Ana d'Áustria; a Vila Rica (atual Ouro Prêto) e a Vila de Sabará, esta última situada na região do rio das Velhas.

Segundo Diogo de Vasconcelos, Mariana foi o centro de onde se irradiou a conquista definitiva do território mineiro. Surgida por efeito das expedições de bandeirantes paulistas, que demandavam as Minas Gerais na

última década do século XVII, em busca do ouro, ali abundante, Mariana e Ouro Prêto (esta última descoberta por Antônio Dias e outros bandeirantes) atraíram apreciáveis contingentes de imigrantes vindos de São Paulo, Rio de Janeiro e de vários pontos, determinando o rápido crescimento de suas populações e obrigando o governador Antônio de Albuquerque e seus sucessores — D. Braz Baltazar da Silveira e D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar — a fixar residência em Ribeirão do Carmo, para onde convergia o centro de interêsse da Coroa, em virtude da intensa exploração do ouro.

Em janeiro de 1949 o quadro da divisão territorial de Minas Gerais contava com 388 Municípios; dêsses, 78 se haviam originado do desdobramento da jurisdição, da primitiva Vila do Carmo; na mesma época Ouro Prêto já tinha possibilitado a criação de 154 e Sabará — 156. Mariana, cuja área terrestre é de 1 416 km², possui uma população de 32 578 habitantes (15 730 na zona urbana e 16 848 na rural) segundo o Recenseamento Geral de 1960; de acôrdo com a referida apuração censitária, Ouro Prêto (1 274 km² de área terrestre) contava com efetivos demográficos de 33 927 almas (19 906 distribuídas na zona urbana e 14 021 na rural), enquanto Sabará (205 km²) tinha uma população de 23 098 habitantes (13 721 e 9 377 nas zonas urbana e rural, respectivamente). A sua densidade demográfica é, contudo, elevada: 112,67 hab/km², contra 23,01 para Mariana e 26,63 para Ouro Prêto.

O Estado divide-se em 17 zonas fisiográficas — do Uruçuia, Itacambira, Sul, Alto Médio São Francisco, Montes Claros, Alto São Francisco, Mucuri, Baixo Médio Jequitinhonha, Médio Jequitinhonha, do Rio Doce, Mata, Alto Jequitinhonha, Metalúrgica, Campos da Mantiqueira Mineira, Oeste, Paranaíba, Rio Grande, e zona do Triângulo.

Depois de São Paulo, Minas é o Estado que conta com maior número de municípios. Em 1.º de setembro de 1960 a população mineira somava 9 798 880 habitantes. A superfície do Estado é de 583 248 km² e a densidade demográfica de 18,80 hab/km².

Os 20 Municípios mais populosos de Minas Gerais, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Belo Horizonte, 693 328; Juiz de Fora, 182 481; Montes Claros, 132 502; Teófilo Otoni, 129 111; Governador Valadares, 122 209; Caratinga, 107 654; Patos de Minas,

97 286; Itambacuri, 95 739; Uberlândia, 88 282; Uberaba, 87 833; Ituiutaba, 71 004; Barbacena, 66 545; Ponte Nova, 65 524; Minas Novas, 64 362; Tarumirim, 63 461; Januária, 60 599; Salinas, 59 195; São João del Rei, 58 290; Conselheiro Lafaiete, 55 567 e Conselheiro Pena, 54 432.

ESPÍRITO SANTO

Os 40 Municípios e 170 distritos, que formam atualmente o quadro da divisão administrativa do Estado do Espírito Santo, originaram-se de oito unidades municipais — Espírito Santo, propriamente dito, cuja fundação remonta a 1535 (em 1931 foi anexado a Vitória e mais tarde — 1947 —, restaurado), Vitória (1545), Guarapari (1679), Fundão e Anchieta (1759), São Mateus (1764), Itapemirim (1815) e Colatina (ex-Linhares), 1833.

O território espírito-santense fôra doado por Carta de 1.º de junho de 1534 a Vasco Fernandes Coutinho. Chegando à baía de Vitória, procedente de Portugal, com cêrca de 60 homens, a 23 de maio de 1535, domingo do Espírito Santo, conseguiu fundar, não obstante a resistência dos indígenas, junto ao morro da Penha, o primeiro estabelecimento denominado “Espírito Santo”, em comemoração ao dia de sua chegada, e, pelos indígenas-“Mboab”, o que quer dizer “Aldeia de Gente Calçada” ou, simplesmente, “Calçados”. Teve de enfrentar, contudo, várias lutas contra os índios e também contra diversos fidalgos portugueses, principalmente Duarte Lemos, a quem fizera doação, em 20 de agosto de 1540, da ilha que se chamava Santo Antônio e que então tomara o nome de seu sesmeiro. Renunciando à coroa a capitania, em 1560, quando da visita do governador geral Mem de Sá, e enfraquecida a Colônia pelas muitas lutas, Coutinho veio a falecer em 1561.

Depois de pertencer a vários donatários, a capitania reverteu, finalmente, à coroa, em 1718. A criação da comarca do Espírito Santo data de 1741. Compreendia a capitania de Paraíba do Sul, incorporada à coroa em 1753. Tornou-se capitania independente em 1799.

Vitória, o segundo Município capixaba, foi criado em 1545. Está situado em uma grande ilha primitivamente chamada de Santo Antônio, cujo nome se deve à vitória alcançada pelos portugueses contra os índios Aimorés e Goitacases. Em 1551 iniciou-se a

construção do colégio de Vitória pelo jesuíta Afonso Brás, sendo na sua igreja depositado o corpo de Anchieta, primeiro apóstolo da catequese dos indígenas e falecido na aldeia de Rerityba ou Iriityba (Anchieta), no dia 9 de junho de 1597. A Capital espírito-santense é, hoje, uma progressista cidade, com vida comercial e industrial intensa. Seus efetivos demográficos somavam 85 242 habitantes (1 052,37 hab/km²), segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1960.

Da fragmentação de seu território apareceram nada menos de nove Municípios, a saber: Serra (1833), Viana (1862), êste último desdobrado em 1893 para dar lugar à criação de Domingos Martins; Santa Leopoldina (1884) e Cariacica (1890). De penúltimo surgiram Afonso Cláudio e Santa Teresa (1890) e Ibirapu (1891). Afonso Cláudio, por sua vez, possibilitava a criação de Itaguaçu, em 1914. Quanto a Guarapari, foi o único Município cujo território permaneceu incólume desde a data de sua criação. Em 1848, com o desmembramento de Fundão, surgiu Aracruz. Já Anchieta possibilitava o aparecimento, em 1891, de Alfredo Chaves e Iconha, enquanto São Mateus dava ensejo à criação de Conceição da Barra (1833), Barra de São Francisco (1943) e Nova Venécia (1953). De Conceição da Barra nasceu Mucurici (1953), ao passo que Mantênópolis e Ecoporanga (1948) eram criados de território pertencente a Barra do São Francisco. Do desmembramento de Itapemirim, apareceram Cachoeiro do Itapemirim (1864) e Rio Nôvo do Sul (1893). O primeiro experimentou sucessivas alterações. Assim é que, em 1887, surgiu Mimoso do Sul; êste, por sua vez, possibilitou o aparecimento, em 1890, de São José do Calçado, e Apiacá (1958); Iúna, Alegre e Muniz Freire (1890), Muqui (1912) e Castelo (1928). Do território pertencente a Alegre era criado, em 1928, Guaçuí e, mais recentemente, isto é, em 1958, Jerônimo Monteiro. Colatina experimentou dois desmembramentos: em 1935, com a criação do Baixo Guan- du, e em 1943, quando surgiu Linhares.

O Estado divide-se em 6 zonas fisiográficas: Norte, de Itapemirim, Serrana do Sul, Baixo Rio Doce, de Vitória e Serrana do Centro. Sua população na data do levantamento censitário de 1960 era de 1 188 665 habitantes (30,19 hab/km²). Superfície 39 368 km². O número de domicílios exis-

tentes, segundo o aludido censo, era de 206 927. A população urbana somava 379 689 almas, contra 808 976 na rural.

Os 20 Municípios mais populosos do Espírito Santo, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Colatina, 154 966; Cachoeiro do Itapemirim, 91 564; Vitória, 85 252; Linhares, 65 418; Vila Velha, 56 445; Alegre, 49 985; Afonso Cláudio, 47 240; Nova Venécia, 43 901; São Mateus, 40 786; Castelo, 40 003; Cariacica, 40 002; Mimoso do Sul, 33 042; Guaçuí, 32 577; Iúna, 32 210; Conceição da Barra, 32 059; Itapemirim, 31 960; Baixo Guandu, 28 689; Aracruz, 25 193; Santa Teresa, 25 136 e Itaguaçu, 21 893.

RIO DE JANEIRO

O ATUAL território do Estado do Rio de Janeiro ocupa uma área terrestre de 42 134 km² e é constituído pelo da antiga Capitania de São Tomé e parte da de São Vicente. Divide-se em dez zonas fisiográficas — Baixada de Goitacazes, Muriaé, Cantagalo, Alto da Serra, Resende, Baixada do Rio São João, Baixada de Araruama, Baixada da Guanabara, Baixada do Rio Guandu e Litoral da Baía da Ilha Grande — e nelas estão localizados 63 Municípios e cêrca de 268 Distritos. A população recenseada em 1.º de setembro de 1960 atingia 3 402 728 habitantes (2 077 221 na zona urbana e 1 325 507 na rural), com uma densidade demográfica da ordem de 80,76 hab/km².

Angra dos Reis, o primeiro Município fluminense, conquanto tenha sido elevado à categoria de vila em 1608, a penetração de seu território verificou-se poucos anos após o descobrimento do Brasil. A descoberta da pequena enseada, fronteira à cidade, remonta a 6 de janeiro de 1502 (dia consagrado aos Reis Magos), daí o nome de Angra dos Reis. Em 1556, para lá se dirigiram os primeiros colonos. Quatro anos depois, a antiga Vila dos Reis Magos da Ilha Grande era já uma florescente povoação, reconhecida como Distrito em 1593 e elevada à vila em 1608.

Cabo Frio (1615), considerado como o marco inicial da história do devassamento da velha província, seguiu-se a Angra dos Reis. Em 1667, de território pertencente a Angra dos Reis, era criado Parati. Ainda na segunda metade do século XVII, três novos Municípios — Campos (1673), São João da Barra (1674) e Cachoeiras de Macacu

(1679) foram acrescidos ao quadro da divisão administrativa. Campos e São João da Barra foram anexados em 1753 ao Espírito Santo; em 1832 voltaram, porém, a pertencer ao Rio de Janeiro.

No século XVIII apenas duas alterações experimentou o aludido quadro: em 1749, com a criação de Resende e em 1789, com o aparecimento de Magé, desmembrados, respectivamente, de Parati e Cachoeiras de Macacu. Resende, por sua vez, possibilitou a criação de Valença (1823) e Barra Mansa (1832). Em 1813, com a fragmentação de Cabo Frio e Campos, surgiu Macaé; no ano seguinte, de território pertencente a Cachoeiras de Macacu, apareceram Cantagalo e Maricá, enquanto Angra dos Reis possibilitava a criação (1818) de Itaguaí, mais tarde (1831) desmembrado, para dar lugar ao nascimento de Mangaratiba. Em 1820 deu-se a criação de Nova Friburgo, de território pertencente a Cantagalo. Em 1819, era a vez de Niterói. Seguiram-se Nova Iguaçu e Vassouras (1833). Ainda nesse ano Cachoeiras de Macacu cedia parte de seu território para a criação de Itaboraí, ao passo que, da fragmentação de Valença, surgia Paraíba do Sul. Em 1837, com o desmembramento de Barra Mansa, aparecia Piraí, dividido depois, em 1890, com a criação de Barra do Piraí. Cabo Frio, cujo território se mantivera intacto, experimentou duas alterações em 1841, com a criação, nesse ano, de Saquarema e Silva Jardim. Vieram, logo após, Rio Bonito, Casimiro de Abreu, em 1846, e Rio Claro, em 1849, de território pertencente a Saquarema, Macaé e Barra Mansa, respectivamente. São Fidelis (1850), Petrópolis (1857), Araruama (1859) e Santa Maria Madalena (1861) surgiram do desmembramento de Campos, Magé, Cabo Frio e Cantagalo. Em 1874 era criado Sapucaia; em 1881, Carmo; o primeiro de território pertencente a Magé e o último de Cantagalo. No ano seguinte, Santo Antônio de Pádua, com o desmembramento de São Fidelis. Itaperuna, por sua vez, apareceu em 1885, de território pertencente a Campos. Entre 1890 e 1900 nada menos de onze novas unidades municipais foram incorporadas ao quadro da divisão territorial fluminense: Rio das Flores, Barra do Piraí (já citado), São Pedro da Aldeia, Itaocara, Sumidouro (1890), Cambuci, Teresópolis, Bom Jardim, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes e Duas Barras (1891).

Do comêço dêste século até a presente data já foram criados 16 novos municípios. Resumindo: os 63 Municípios e 268 Distritos fluminenses originaram-se da fragmentação, direta ou indireta, de oito unidades municipais — Angra dos Reis, Cabo Frio, Campos, São João da Barra, Cachoeiras de Macacu, Niterói, Nova Iguaçu e Vassouras.

O Recenseamento Geral de 1960 registrou um total de 656 147 domicílios em todo o Estado, dos quais 49 833 em Niterói.

Os 20 Municípios mais populosos do Estado do Rio de Janeiro, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Nova Iguaçu, 395 364; Campos, 292 292; São Gonçalo, 247 754; Niterói, 245 467; Duque de Caxias, 243 619; São João de Meriti, 191 734; Petrópolis, 150 300; Nilópolis, 96 553; Volta Redonda, 88 740; Itaperuna, 78 130; Nova Friburgo, 70 145; Barra Mansa, 63 814; Magé, 59 076; Macaé, 58 805; São João da Barra, 54 833; Teresópolis, 52 318; Resende, 48 797; Vassouras, 46 341; Barra do Piraí, 45 367 e Três Rios, 44 565.

GUANABARA

Os mais diferentes tipos de indústria — têxtil, metalúrgica, química, de cimento, refinaria de petróleo, etc. — compõem o parque industrial da Guanabara, formado por 3 146 estabelecimentos — com 5 pessoas e mais, segundo os resultados do Registro Industrial — 1.º de janeiro de 1959. O número de operários ocupados nos referidos estabelecimentos ascendia a 142 597 em 1.º de janeiro de 1961, enquanto o valor da produção, na mesma data, era calculado em 82,2 bilhões de cruzeiros. Representavam os serviços de conservação, abastecimento e reparação de veículos 1 371 estabelecimentos, 1 392 bombas e 207 garagens; além disso, havia 123 oficinas mecânicas para reparação de máquinas e motores.

Os dados coletados pelo IBGE registraram em 1960, ainda, a existência de 910 drogarias e farmácias e 41 casas de material cirúrgico, 394 estabelecimentos de assistência hospitalar e para-hospitalar, com 31 003 leitos, ao passo que os Serviços oficiais de saúde pública contavam com 25 estabelecimentos federais e 77 estaduais; funcionavam 112 asilos e recolhimentos e 53 estabelecimentos de assistência a desvalidos. Com capacidade para 15 240 hóspedes havia, em 1.º de janeiro de 1960, 160 hotéis e pensões.

Quanto ao setor educacional, o ensino primário geral era constituído por 1 428 estabelecimentos escolares; por sua vez, o ensino primário, compreendendo os ramos “federal”, “estadual” e “particular” era representado, êste último, por 477 Unidades de ensino elementar, 353 médio e 16 superior.

O Pôrto do Rio de Janeiro, localizado à margem esquerda da Baía de Guanabara, cuja exploração se iniciou em 1910, com quase 7 mil metros de cais acostáveis, de alvenaria de blocos e estacaria de cimento armado, equipado com 217 guindastes — capacidade de 1,5 a 10,0 toneladas cada — e suas 194 pontes rolantes, ocupa posição de destaque no complexo econômico da Região Leste, como importador e distribuidor para o sudeste brasileiro de produtos manufaturados, veículos, combustíveis, etc. No âmbito das comunicações deve ser ressaltada a dupla função centralizadora da Cidade Maravilhosa, como ponto de convergência e irradiação.

Em 1965, a Guanabara completará quatro séculos de existência. Nesse ano, os seus efetivos demográficos deverão ultrapassar a casa dos 3,8 milhões de habitantes, consoante estimativas baseadas nos Censos de 1950 e 1960 e na hipótese de constância da taxa média geométrica anual de incremento no aludido período. Cabe registrar que, em 1.º de setembro de 1960, a população carioca somava 3 307 163 habitantes, contra 2 377 451 em 1.º de julho de 1950. Presentemente, êsses efetivos podem ser calculados em número nunca inferior a 3,5 milhões de almas, numa área terrestre de 1 171 km²; a densidade demográfica é, assim, de mais de 3 000 hab/km².

O Estado compreende 35 Circunscrições fiscais. Funcionam 156 bibliotecas, 157 cinemas e 23 teatros e cine-teatros, com capacidade de lotação de 142 787 pessoas, os cinemas, e 16 823, os últimos, 315 associações desportivo-recreativas, 72 associações artísticas, literárias e científicas, 53 jornais, 261 outros periódicos, 52 empresas editôras e impressoras de livros e folhetos, 31 emissoras de radiodifusão e radiotelevisão, 449 igrejas e capelas do culto católico romano, 256 templos do culto protestante ou evangélico, e 385 centros, tendas, etc. do culto espírita.

SÃO PAULO

O ESTADO divide-se em 33 zonas fisiográficas, a saber: do Litoral de São Sebastião, Médio Paraíba, Alto Paraíba, Mantiqueira, Paranapiacaba, Alto Ribeira, Litoral de Santos, Baixada da Ribeira, São José do Rio Pardo, Bragança, São Paulo, Pirassununga, Rio Claro, Piracicaba, Campos Gerais, Itaporanga, Franca, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Jaú, Botucatu, Piraju, Barretos, Rio Preto, Catanduva, Araçatuba, Bauru, Marília, Assis, Presidente Prudente, Pereira Barreto, Andradina e Presidente Venceslau, e nelas se localizam 505 Municípios e 842 Distritos.

O primeiro núcleo municipal paulista — o de São Vicente — data de 22 de janeiro de 1532, quando Martim Afonso de Souza, donatário da capitania do mesmo nome, em virtude da carta régia de D João III, de 20 de novembro de 1530, ali desembarcou, fundando a povoação na costa oriental da ilha que os índios chamavam Ingaguaçu. Encarregado de povoar qualquer ponto da costa brasileira onde pretendesse fixar-se, trazia Martin Afonso de Souza poderes para conceder terras de sesmarias; a povoação recebeu logo a categoria de vila, levantando-se o pelourinho, a cadeia, a casa do Conselho, etc.; e caminhando nove léguas pelo sertão, fundou a aldeia de Piratininga.

Em 1543, Brás Cubas fundava Santos, de território pertencente a São Vicente, a qual veio a receber o foral de vila em 19 de janeiro de 1545. Em 1553 os jesuítas Manuel de Paiva, José de Anchieta e outros estabeleceram, no cimo de um morro, uma casa de educação e catequese de índios guaianases, com a denominação de Casa de Piratininga e, posteriormente, Colégio de São Paulo de Piratininga, celebrando-se a primeira missa a 25 de janeiro de 1554. A partir dessa data, atraídos pelos jesuítas, começaram a afluir para os arredores desse colégio, onde se situa a capital paulista, os moradores de Santo André. A criação da vila verificou-se a 5 de setembro de 1558 e a instalação em junho de 1560. Em 1561, de território pertencente a São Vicente, era criado Itanhaém. Em 1600 a povoação de Cananéia, antigo pôrto dos tupis, foi elevada a vila; seguiram-se Mogi das Cruzes (1611), Santana de Parnaíba (esta desmembrada de São Paulo), Ubatuba (1637), Taubaté (1645), Guaratinguetá (1651) e Jundiá

(1655). Seis anos depois (1661) era a vez de Sorocaba. Iguape, antiga freguesia de Nossa Senhora das Neves de Iguape, foi elevada à categoria de vila antes de 1639, ignorando-se, ao certo, a data.

A genealogia municipal paulista pode ser encontrada nesses 10 Municípios: São Vicente, São Paulo, Guaratinguetá, Taubaté, Iguape, Jundiá, Mogi das Cruzes, Cananéia, Sorocaba e Ubatuba. Da fragmentação, direta ou indireta, dessas unidades é que se originaram as atuais 505. Em 1709 a capitania de São Vicente, desligada da do Rio de Janeiro, formou com a de Santo Amaro uma capitania independente, com a denominação de São Paulo, estendendo sua jurisdição sobre Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e todo sul do Brasil. Seu território foi sendo gradualmente reduzido. Primeiro, em 1720, com o desligamento do território de Minas Gerais, depois, em 1738, com os de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que formaram uma capitania subordinada ao Rio de Janeiro; em 1744 e 1748, com a separação das de Goiás e Mato Grosso. Em 1749, a sede do govêrno se transferiu de São Paulo para Santos, ficando o seu governador subordinado ao Rio de Janeiro. Em 1765 foi restabelecida a sede do govêrno em São Paulo e, por Aviso de 4 de fevereiro desse ano, a capitania se tornou independente.

O Estado de São Paulo, (247 898 km² de área terrestre) é o mais populoso da Federação. Segundo os dados preliminares do Recenseamento Geral de 1960 a população paulista somava 12 974 699 habitantes (8 148 929 na zona urbana e 4 825 770 na rural), com uma densidade demográfica de 52,34 hab/km². O número de domicílios registrados totalizava 2 631 502, sendo . . . 831 715 na capital.

Os 20 Municípios mais populosos de São Paulo, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: São Paulo, 3 825 351; Santos, 265 753; Santo André, 245 147; Campinas, 219 303; Ribeirão Preto, 147 361; Sorocaba, 138 323; Jundiá, 118 874; Piracicaba, 116 190; São Caetano do Sul, 114 421; Guarulhos, 101 273; Mogi das Cruzes, 100 194; Bauru, 93 980; Marília, 90 884; São José do Rio Preto, 84 039; Araraquara, 82 898; São Bernardo do Campo, 82 411; Araçatuba, 81 263; Taubaté, 78 744; São José dos Campos, 77 533 e São Vicente, 77 208.

PARANÁ

No período compreendido entre julho de 1960 e a presente data, nada menos de 81 novos Municípios foram acrescentados ao quadro da divisão territorial paranaense. Elevam-se atualmente a 243 as unidades municipais e a perto de 500 os Distritos que compõem o referido quadro, distribuídos pelas onze zonas fisiográficas em que se divide o Estado — Litoral, Alto Ribeira, dos Campos do Oeste, do Castro, dos Campos Gerais, de Curitiba, de Tomasina, Alto Ivaí, Irati, Oeste e Norte.

No início do século XVII, Eleodoro Ebano Pereira, Capitão das Canoas de Guerra, ao explorar terras da Capitania de São Vicente, fundou a povoação de Paranaçuá. Transpondo a Serra do Mar, estabeleceu, junto às nascentes do Iguaçu, a povoação de Curitiba. A 29 de julho de 1648 Paranaçuá foi elevada à categoria de vila e, posteriormente, à de Capitania, até 1711, quando foi incorporada ao Estado e adjudicada à Capitania de São Paulo. O atual território paranaense se compõe de parte da Capitania de São Vicente, que atingia o ponto mais meridional de Paranaçuá, e parte da de Santo Amaro, estendendo-se até as imediações da Laguna ou Terras de Sant'Ana, doada a Pero Lopes de Souza, irmão de Martin Afonso de Souza, donatário da de São Vicente. A Capitania de Santo Amaro recebeu o título e designação de Itanhaém em 1624. Em 1771 deu-se a criação de São Luís de Guaratuba da Marinha; seguiram-se, ainda no século XVIII, Castro (1779) e Antonina (1797), depois desmembrada para dar lugar ao aparecimento de Morretes (1841) e Pôrto de Cima (1872).

No século XIX criaram-se cerca de 37 unidades municipais: Vila Nova do Príncipe, Guarapuava, Ponta Grossa, Guaraqueçaba, Tibagi, Jaguariáiva, São José da Boa Vista, Pirai, Lapa, São José dos Pinhais, Campo Largo, Arraial Queimado, Votuverava, Conceição do Cercado, Colombo, Araucária, Campo Grande, Bocaiúva, Nossa Senhora do Amparo, Tamandaré, Palmas, Palmeira, Entre Rios, Pitanguí, Conchas, Imbituva, Jataí, Tomasina, Rio Negro, Glicério, Cêro Azul, União da Vitória, Clevelândia, São João do Triunfo, Ipiranga, Campina Grande do Sul e Açungui de Cima.

Várias alterações experimentou, neste século, o aludido quadro; em julho de 1960

o número de Municípios ascendia a 162. Nos dois últimos anos foram criadas mais 81 unidades municipais.

A população paranaense totalizava 4 277 763 habitantes em 1.º de setembro de 1960, segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1960. A área terrestre do Estado é de 199 060 km².

Os 20 Municípios mais populosos do Estado do Paraná, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Curitiba, 361 309; Campo Mourão, 141 157; Cruzeiro do Oeste, 135 816; Londrina, 134 821; Maringá, 104 131; Guarapuava, 96 947; Ponta Grossa, 90 889; Apucarana, 66 091; Paranavaí, 63 189; Pitanga, 56 006; Francisco Beltrão, 55 496; Manuel Ribas, 54 994; Cianorte, 53 658; Pato Branco, 51 581; Cornélio Procópio, 45 341; Rolândia, 44 461; Nova Esperança, 43 095; Jacarèzinho, 42 863; Tibagi, 40 389 e Cascavel, 39 598.

SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina tinha o quadro de sua divisão territorial constituído, em 31 de dezembro último por 139 Municípios e 331 Distritos.

Em 1658, Manoel Lourenço Andrade, natural de Lamego e procurador do Marquês de Cascais (sucessor de Pero Lopes de Souza), fundou a povoação onde atualmente se encontra o Município de São Francisco do Sul. O Alvará de 18 de dezembro de 1656 criara o Distrito e a Carta Régia de 1660 elevava-o à categoria de vila, com a denominação de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul. A primeira expedição que ali aportou data de 1504, quando foi assinalada a presença do navegador francês Binot Paulmier de Gonneville. No local, havia espessas florestas, abundância de aves e animais de várias espécies. Os índios Carijós, da nação Tupi-Guarani, povoavam a região, vivendo às margens do Babitonga.

Decorridos 11 anos, outra expedição chefiada pelo navegador espanhol João Dias de Sólis chegou a São Francisco do Sul, com intenção de encontrar passagem para as Molucas. A presença dos espanhóis foi novamente observada naquelas paragens por volta de 1553 e 1555.

Em 1714, surgiu no território catarinense o segundo Município: o de Laguna, com a denominação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. O Governador do Rio de Janeiro — Francisco de Távora —, preten-

dendo dar maior expansão aos trabalhos no sul, elevava a povoação à categoria de Município. Desmembrado de Laguna, Florianópolis foi criado em 26 de março de 1726, com o nome de Nossa Senhora do Destêrro. Sua instalação ocorrera a 10 de abril de 1728.

No século XVIII (1765) mais uma comuna — a de Lajes — era criada, não experimentando o quadro da divisão administrativa de Santa Catarina outras alterações até 1833, quando surgiram os Municípios de Biguaçu e São José. Pôrto Belo, que aparecera em 1832, foi extinto em 1859, para dar lugar à criação de Tijucas e Itajaí. Ao terminar o século XIX contava o Estado com 27 unidades municipais, as quais foram experimentando desmembramentos.

Em 1917 (25 de agosto), o Govêrno do Estado criou no território que passara à jurisdição de Santa Catarina, pelo acôrdo de limites com o Paraná (20 de outubro de 1916), os Municípios de Joaçaba, ainda hoje cognominado a "Capital do Oeste Catarinense", Pôrto União, Mafra e Chapecó. Em 1950, o número de Municípios ascendia a 51. Em onze anos, isto é, daquela data até 31 de dezembro de 1961, o quadro territorial passou a contar com 139 comunas.

O Estado tem uma área terrestre de 95 483 quilômetros quadrados. Segundo os dados preliminares do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1960, a população catarinense totalizava 2 146 690 habitantes, dos quais 695 347 se localizavam na zona urbana e 1 451 562 na rural. A densidade demográfica era de 22,48 hab/km².

Os 20 Municípios mais populosos, segundo dados preliminares do censo de 1960, são: Lajes, 121 027; Florianópolis, 98 520; Joinvile, 70 687; Blumenau, 67 092; Tubarão, 63 268; Criciúma, 62 650; Itajaí, 55 515; Chapecó, 51 981; Concórdia, 45 533; Rio do Sul, 40 291; Campos Novos, 40 067; Canoinhas, 39 262; Brusque, 35 763; Joaçaba, 34 501; Curitibanos, 33 677; Pôrto União, 32 848; São José, 31 696; Mafra, 29 923; Laguna, 29 620; Palhoça, 27 946.

RIO GRANDE DO SUL

O QUADRO da divisão territorial do Rio Grande do Sul foi acrescido, até março, de mais 6 Municípios — Catuípe, Paim Filho, Serafina Corrêa, Maximiliano de Almeida, Nova Palma e Sapucaia —, elevan-

do-se, assim, o número de unidades municipais daquele Estado a 156. As novas comunas foram desmembradas respectivamente, de Santo Ângelo e Ijuí (Catuípe), Machadinho e Sananduva (Paim Filho), Guaporé e Casca (Serafina Corrêa), Marcelino Ramos e Machadinho (Maximiliano de Almeida), Júlio de Castilhos (Nova Palma) e São Leopoldo (Sapucaia).

Os Municípios que integraram inicialmente a Capitania Geral de Rio Grande foram criados por Provisão de 27-IV-1809. Eram os de Pôrto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Dêles é que se formaram, por desdobramento, direto ou indireto, os atuais 156. Rio Pardo era o maior, compreendendo cêrca de 157 mil km², mais da metade do Rio Grande do Sul.

Em 1817, é criado o de São Borja, com nome de São Luís Leal Bragança, e em 1819, Cachoeira do Sul, com área superior à de Rio Pardo. Nos anos seguintes, foram surgindo Municípios no litoral marítimo e lagunar, na campanha e um no planalto. Apareceram: Pelotas e Piratini (1830), Alegrete, São José do Norte, Triunfo e Caçapava (1831), Jaguarão (1832) e Cruz Alta (1834). Em 1835, ao rebentar a Revolução Farroupilha, contava o Rio Grande com 14 Municípios. Em 1846, vinha o 15.º, o de São Leopoldo, de um núcleo de imigrantes alemães que se iniciara em 1824 à margem do rio dos Sinos. Em 1850, o quadro territorial já é constituído por 21 Municípios, elevando-se, em 1860, a 29. Na década de 1861 a 1870, surgiu apenas um, mas de 1871 a 1880, inclusive, foram criados mais 21, e de 1881 a 1886, mais 7.

À época da proclamação da República ascendia a 58 o número de comunas gaúchas; em apenas 6 havia origem ou predominância de imigrantes alemães; nas demais era o elemento lusitano que se destacava. De 1899 ao comêço do século XX surgiram mais sete: Júlio de Castilhos, de colonizadores luso-brasileiros; Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Veranópolis e Antônio Prado, de imigrantes italianos; Lajeado, de colonização alemã. Garibaldi (1900) e Guaporé (1903) são de colonização italiana. Em 1930, o Estado contava com 80 unidades municipais. Nesse ano, com o deslocamento dos descendentes de imigrantes alemães e italianos de regiões de grande densidade demográfica para outras menos habitadas, e com o afluxo de novos

imigrantes, inclusive de elementos eslavos, começou a fragmentação do planalto central e do noroeste. Em 1945, já atinge a 92 o número de Municípios gaúchos.

De 28-XII-1944 a 14-XII-1954 o quadro da divisão territorial não experimentou alteração. Contudo, a 15 daquele mês criaram-se 13; a 18, mais 7, e no decorrer de 1955, mais 6. A partir de 1956 até a presente data, 38 novas unidades municipais foram acrescentadas na divisão administrativa do Estado. Quanto aos Distritos, são presentemente cerca de 606.

O Estado compreende onze zonas fisiográficas. A sua área terrestre é de 267 528 quilômetros quadrados. População recenseada em 1.º-IX-1960 (dados preliminares): 5 443 823 habitantes (20,37 hab/km²).

Os 20 Municípios mais populosos do Rio Grande do Sul, segundo os dados preliminares do censo de 1960, são: Pôrto Alegre, 641 173; Pelotas, 178 265; Santa Maria, 120 975; Canoas, 104 257; Caxias do Sul, 102 702; Rio Grande, 100 378; Passo Fundo, 93 179; Cachoeira do Sul, 84 512; Bagé, 77 392; Santa Cruz do Sul, 76 854; Santo Ângelo, 76 255; Soledade, 71 550; Erechim, 65 972; São Leopoldo, 63 938; Uruguaiana, 63 713; Ijuí, 63 350; Canguçu, 57 538; Montenegro, 56 953; Palmeira das Missões, 56 693; Lajeado, 56 170.

GOIÁS

O ESTADO de Goiás conta, atualmente, no quadro da sua divisão territorial, com 179 Municípios e 242 Distritos, os quais se acham distribuídos em onze zonas fisiográficas — Paranã, Taguatinga, Araguaia — Tocantins, Norte Goiano, Alto Araguaia, Meia Ponte, Ipameri, Planalto, Alto Tocantins, Rio Verde e Zona do Mato Grosso e Goiás.

O Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1960 assinalou a presença, naquela Unidade da Região Centro-Oeste, de uma população de 1 954 862 habitantes, dos quais 599 404 se concentravam na zona urbana e 1 355 458 se distribuíam pela zona rural, com uma densidade demográfica de 5,04 hab/km². A área terrestre é de 642 036 km².

Goiânia, o Município mais populoso, possuía, em 1960, 153 505 almas (133 462 na zona urbana e 20 043 na rural). A capital goiana contava, ainda, com 27 859 domicí-

lios, contra 352 670 existentes em todo o Estado, segundo os resultados preliminares daquele censo.

Manuel Corrêa, em 1647, e Bartolomeu Bueno, em 1682, foram os primeiros bandeirantes que penetraram no território goiano, trazendo, no seu regresso a São Paulo, boa quantidade de ouro. Em 1725, Bartolomeu Bueno da Silva, filho do sertanista do mesmo nome, voltando àquele território, aliciou os índios Goyazes e, depois de iniciar algumas povoações, retornou a São Paulo, apresentando a seu governador oito mil oitavas de ouro. Foi-lhe conferida, então, por ordem régia de 14 de março de 1731, a patente de capitão-mor e o direito ao governo das terras por êle descobertas, com a faculdade ainda de distribuí-las aos que nela desejassem fixar-se. Seguiu-se, então, o afluxo, de muitos aventureiros, com o levantamento de povoações. Erigido em comarca da capitania de São Paulo a 11 fevereiro de 1736, foi o distrito de Goiás elevado à capitania geral por Alvará de 8 de novembro de 1744. A cidade de Goiás, que mais tarde viria a ser capital do Estado até a transferência para Goiânia, teve a sua origem no povoado de Santana, assim denominado por Bartolomeu Bueno em virtude de ali haver chegado quando abandonou o arraial *Ferreiro*, a 26 de julho de 1725 (dia de Santana). Elevada à vila em 1736, com o título de Vila Boa de Goiás, em memória de Bueno, seu fundador e da nação indígena *Goyá*, foi erigida em cidade no ano de 1818, com a denominação de GOIÁS. Afirma Cândido Mendes que a expressão *Goyá* ou *Goyaz* é uma corrupção da palavra *Gua-ná*, o verdadeiro nome da tribo, equivalente a *homens do campo, campônios*.

Em 1814 foram criadas duas unidades municipais — as de Paranã e Niquelândia. Seguiram-se as de Itapaci, Pôrto Nacional e Cavalcante, em 1831. No ano seguinte (1832) surgia Pirenópolis e, em 1833, seis novas comunas — Luziânia, Natividade, Catalão, Arraias, Silvânia e Santa Cruz de Goiás — eram acrescentadas ao quadro da divisão administrativa goiana. Sítio d'Abadia (1850) e Tocantinópolis (1852) completaram o quadro.

Dêses 16 municípios é que se originaram, por desdobramento direto ou indireto, os atuais 179. De território pertencente ao de Goiás surgiram, até 1958, quando a divisão administrativa do Estado experimentou alteração, nada menos de 52 comunas; Para-

nã possibilitou, por sua vez, a criação de 3, Itapaci — 10, Pôrto Nacional — 16, Cavalcante — 2, Pirenópolis — 19, Luziânia — 5, Natividade — 1, Catalão — 10, Arraias — 9, Silvânia — 24, Santa Cruz de Goiás — 4, Sítio d'Abadia — 2, e Tocantinópolis — 7.

Os 20 Municípios mais populosos de Goiás, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Goiânia, 153 505; Anápolis, 68 732; Itumbiara, 48 979; Ceres, 42 803; Rio Verde, 40 390; Goiás, 33 962; Jataí, 27 985; Luziânia, 27 884; Itaberaí, 27 304; Jaraguá, 27 240; Pirenópolis, 26 735; Catalão, 26 098; Rubiataba, 25 051; Morrinhos, 23 237; Goianésia, 23 042; Pôrto Nacional, 23 005; Formosa, 22 196; Inhumas, 21 985; Itaporanga, 20 428 e Uruau, 19 677.

MATO GROSSO

MATO Grosso é o segundo Estado brasileiro em extensão territorial. A sua área terrestre abrange 1 231 549 km², inferior apenas à do Amazonas, que ocupa 1 558 987 km². O fenômeno da rarefação demográfica, tão comum em várias Unidades da Federação, como os Territórios de Rondônia, Rio Branco, Amapá e Estados como Amazonas e Pará, é bastante acentuado naquela Unidade da Região Centro-Oeste, atingindo a densidade populacional menos de 1 habitante por quilômetro quadrado (0,74 hab/km²), segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1960.

A população matogrossense somava, naquela data, 910 262 habitantes, dos quais 364 004 se concentravam na zona urbana e 546 258 se espalhavam pela zona rural. Dourados é o município mais populoso, com 84 955 almas, colocando-se em segundo e terceiro lugares, respectivamente, os de Campo Grande e Corumbá, com 74 249 e 559 556 habitantes.

Aquidauana é talvez a mais antiga povoação matogrossense. Nas proximidades das minas de Santiago de Xares, encontrada em 1776 pelo explorador João Leme do Prado, situava-se a cidade, fundada por volta de 1579 pelo espanhol Ruy Diaz de Malgarejo, à margem esquerda do rio Mbotetein — cêrca de 180 quilômetros da confluência dêsse rio com o Miranda. Entrementes, o primeiro explorador do território foi o sertanista Antônio Pires Campos, que penetrou e devassou os sertões do rio das Mortes,

afluente do Araguaia, assim cognominado pelos destroços que o aludido desbravador fizera em 1682 e 1683 nos indígenas Carajás e Araéz.

Em 1719 a "bandeira" de Pascoal Moreira Cabral, sertanista paulista, e outros, lançou os fundamentos de uma povoação junto do rio Coxipó-mirim, no lugar denominado Forquilha. Essa povoação posteriormente se foi transferindo para o arraial, na passagem chamada das Lavras do Sutil, perto do rio Cuiabá, em 1722. Com o rápido desenvolvimento do arraial, foi o mesmo elevado à categoria de vila, em 1726.

A Carta Régia de 9 de maio de 1748 erigiu o território das minas de Cuiabá e Mato Grosso em Capitania, desanexando-a da de São Paulo. Em 19 de março de 1752 era instalada, na povoação denominada Pouso Alegre, junto ao Guaporé, outra vila, com o título de Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso. Cáceres, o quarto Município matogrossense, surgiu em 1850, e sete anos depois, em 1857, era criado o de Paranaíba. Foram estas cinco comunas que deram origem às atuais 64, por desdobramento direto ou indireto.

Cuiabá, contudo, foi a que experimentou maior fragmentação. Do seu território nasceram nada menos que 51 novas unidades municipais. O primeiro desmembramento verificou-se em 1820, com a criação de Diamantino; seguiram-se Poconé (1831), Corumbá (1850), Rosário d'Oeste (1861), Nossa Senhora do Livramento (1883), Santo Antônio de Leverger (1890), Barra do Garças (1913) e, mais recentemente, Poxoréu (1938), Várzea Grande (1948), Acorizal e Chapada do Guimarães (1953) e Jaciara (1958). Mato Grosso, por sua vez, possibilitou a criação de Alto Madeira (1911), extinto, em 1943 para dar lugar ao aparecimento de Aripuanã e do Território do Guaporé (atual Rondônia). Cáceres possibilitava a criação de Barra do Bugres (1944), enquanto Paranaíba era desdobrada em Três Lagoas (1915), Aparecida do Taboado (1948), Cassilândia (1954) e Inocência (1958).

A maioria dos Municípios vem experimentando sucessivas alterações, com a criação de novas unidades. Quanto aos Distritos, somavam em 1.º de julho de 1960 — 172. As alterações mais recentes no quadro da divisão administrativa do Estado datam de novembro e dezembro de 1958, quando surgiram os Municípios de Carapó, Inocência, Jaciara, Mutum e Nova Andradina.

O Estado divide-se em nove zonas fisiográficas, a saber: de Aripuanã, Poxoréu, Encosta Norte, Chapada, Encosta Sul, Baixada Norte, Baixada Sul, de Campo Grande e de Rio Pardo. Os domicílios existentes em todo o Estado, em 1.º de setembro de 1960, totalizavam 163 283.

Os 20 Municípios mais populosos de Mato Grosso, de acordo com os resultados do Censo Demográfico de 1960, são: Dourados, 84 955; Campo Grande, 74 249; Corumbá, 59 556; Cuiabá, 57 860; Aquidauana, 33 034; Três Lagoas, 32 023; Ponta Porã, 30 262; Cáceres, 28 078; Rosário d'Oeste, 27 365; Amambaí, 24 370; Rondonópolis, 22 554; Bela Vista, 18 411; Paranaíba, 18 290; Poxoréu, 16 968; Barra do Garças, 15 151; Poconé, 14 649; Nossa Senhora do Livramento, 14 186; Carapó, 13 758; Coxim, 12 997 e Miranda, 12 949.

BRASÍLIA

Os efetivos demográficos da Capital da República devem ascender presentemente a mais de 200 mil habitantes. Em 1.º de setembro de 1961 o principal núcleo populacional de Brasília, localizado no Plano Pilóto, foi estimado em número superior a 75 mil habitantes (37,74% dos efetivos locais). As cidades satélites e mais o Núcleo Bandeirante possuíam, na mesma data, perto de 125 mil habitantes. É interessante destacar a evolução demográfica de Brasília. No primeiro semestre de 1957, os "pioneiros" emigrados que desbravaram o local destinado à edificação da Nova Capital somavam mais de 6 mil pessoas. A 20 de julho do mesmo ano, o IBGE promoveu uma contagem, registrando a presença em todo o território do futuro Distrito Federal de 12 283 habitantes, dos quais 6 000 se achavam radicados na Zona Rural e Cidade de Planaltina. Novo inquérito censitário realizado oito meses depois registrou a presença de 28 804 pessoas, inclusive parcela estimada de 4 500 na Zona Rural. A 17 de maio de 1959, resultados mais positivos foram assinalados pelo IBGE, sendo recenseadas 64 314 pessoas. Em 1.º de setembro de 1960, data da última apuração censitária, a Capital da República contava com 141 724 habitantes.

Construída no centro do quadrilátero que constitui o Distrito Federal, formado entre os paralelos de 15º 30' e 16º 03' Sul e o curso dos rios Prêto e Descoberto,

Brasília, com sua fisionomia arquitetônica singular, suas extensas avenidas e compactos blocos de edifícios é hoje atração internacional. Segundo os "Autos de Devassa", foram os Inconfidentes Mineiros os primeiros a pensar no problema da interiorização da Capital do País; seguiram-se José Hipólito da Costa, que defendeu a mesma idéia, em 1813, no "Correio Braziliense", e Francisco Adolpho Varnhagem. A primeira Constituição da República preconizou a necessidade da transferência, sendo nomeada uma Comissão Exploradora do Planalto Central, em 1892. Essa Comissão, chefiada por Luiz Cruz, previu uma área de 14 400 km², em forma de retângulo, com 160 km de comprimento por 90 de largura. Em 1922, no Governo Epitácio Pessoa, foi assinado o Decreto Legislativo n.º 4 494, estabelecendo a mudança da Capital Federal na zona de 14 400 km², já devidamente medidos e demarcados. Em Planaltina foi lançada a 7 de setembro daquele ano a pedra fundamental da futura Capital. A Constituição de 1946 determinou a transferência para o Planalto Central, tendo o Presidente Eurico Dutra designado outra Comissão, que reconheceu a excelência da localização prevista por Cruls e antes por Varnhagem. Em 1955, no Governo Café Filho, a Comissão presidida pelo marechal José Pessoa escolheu, em definitivo, a área da Nova Capital, com 5 850 km², no local previsto por Dom João Bosco nas suas profecias. Em 18 de abril de 1956 o Presidente Juscelino Kubitschek assinou a "Mensagem de Anápolis" propondo ao Congresso Nacional a criação da NOVACAP, aprovada por unanimidade e transformada na Lei n.º 2 874, de 19 de agosto desse ano. Quatro anos depois, Brasília era oficialmente a Capital do País.

Servida por 38 empresas rodoviárias, Brasília apresenta intenso movimento de veículos em suas principais artérias. Em 31 de agosto de 1961 o Serviço de Trânsito assinalou a existência de 6 878 veículos para passageiros e carga, 2 858 automóveis comuns, inclusive "jeeps", 168 ônibus, micro-ônibus e reboques, 1 628 camionetas, 22 ambulância, 452 motocicletas e motonetas com 2 ou 3 rodas, 1 717 caminhões, 6 autos-socorro, 7 cavalos mecânicos e 20 reboques. No aeroporto local escalam os mais modernos tipos de aparelhos, procedentes de dife-

rentes pontos do território nacional, sobretudo do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Belém, bem como do estrangeiro.

Brasília possui 2 estações de radiodifusão, 3 de televisão e 3 diários. No Plano Pilôto existiam, em 1960, 3 hotéis de primeira categoria, sendo 2 de luxo. Quanto ao setor educacional, funcionam 60 estabelecimentos de ensino primário e 11 de ensino médio. Em 1960 havia 6 bibliotecas, com

cêrca de 110 mil volumes. O número de farmácias, drogarias e casas de material cirúrgico ascendia a 45. A assistência hospitalar era representada por 13 estabelecimentos (9 oficiais e 4 particulares). Os Centros Oficiais de Saúde Pública compreendiam, em 1960, 5 estabelecimentos, sendo 4 mantidos pelo Governo Federal e 1 pela Prefeitura; segundo a finalidade, 2 eram gerais e 3 especializados.

IMPÔSTO DE RENDA — *Elevou-se a 39,7 bilhões de cruzeiros a arrecadação do imposto de renda no primeiro semestre do ano em curso. Esse total evidencia um aumento da ordem de 39% sobre o montante arrecadado em idêntico período de 1961, quando alcançou 28,5 bilhões de cruzeiros.*

As maiores contribuições, na pauta, couberam aos Estados de São Paulo e Guanabara. O primeiro figurou com uma parcela de 18 721 milhões de cruzeiros (47,10% do total), e o segundo, com 11 998 milhões (30,20%). Um confronto destes dados com os do primeiro semestre de 1961 indica que houve aumentos relativos de 53 e 21%, respectivamente. Em segundo plano, com arrecadação entre 2,4 e 2 bilhões de cruzeiros e coeficientes de 6,00 e 5,10% figuram Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No mesmo período, o Paraná contribuiu com 1 158 milhões de cruzeiros (2,90%). Na faixa de 500 a 605 milhões de cruzeiros, e coeficientes de 1,30 e 2,90%, aparecem os Estados de Pernambuco, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

A arrecadação baiana situou-se em nível bastante inferior, representando apenas 436 milhões de cruzeiros, ou 1,10% do total. As demais Unidades da Federação apresentaram participação global de 1 387 milhões (3,50%). Finalmente, observou-se uma queda na arrecadação nos Estados da Paraíba, Alagoas e Sergipe, e na Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque. Nesta, o decréscimo foi da ordem de 53%.

RESPONSABILIDADES DOS PREFEITOS MUNICIPAIS

O SR. OVÍDIO BERNARDI acaba de publicar interessante monografia sob o título *Responsabilidades dos Prefeitos Municipais* (Edição da Revista dos Tribunais, 1962), na qual aprecia a conduta dos chefes de executivos municipais, sob o quádruplo aspecto político, político-administrativo, civil e criminal.

A só enunciação da matéria que o autor se propôs versar está a indicar a utilidade da obra e, mais que isso, a sua necessidade como estudo sistemático das responsabilidades que incidem sobre os prefeitos municipais.

Na primeira parte de seu livro, o jovem autor aprecia a intervenção do Estado no Município, por impontualidade no serviço de empréstimos, por insolvência de dívida fundada, e para cumprimento de decisão judiciária, e o faz sob o título das responsabilidades políticas.

Temos aqui duas objeções a opor: a primeira, quanto à classificação de tais "responsabilidades" como "políticas", quando nos parece que configuram simples responsabilidade civil, decorrente de inadimplência contratual no que tange ao serviço de empréstimo e ao pagamento da dívida fundada, e, no que toca ao descumprimento de decisão judicial, caso será de responsabilização penal do prefeito se o seu ato caracterizar desobediência a ordem legal; a segunda, quanto à atribuição dessas responsabilidades à pessoa do prefeito, quando a intervenção do Estado no Município não visa ao chefe do executivo local, mas sim ao Município como entidade estatal. Úteis, sem dúvida, os esclarecimentos trazidos pelo autor, não, porém, como responsabilidade política do prefeito.

Na segunda parte do livro, o autor aprecia a discutida Lei federal n.º 3.528, de 3 de janeiro de 1959, e tece ligeiros comentários sobre o processo de aplicação do "im-

peachment" aos prefeitos, sem, contudo, emitir com precisão a sua opinião sobre a constitucionalidade desse diploma legal. O assunto é palpante, e os tribunais ainda não firmaram jurisprudência a respeito, o que justificaria um estudo aprofundado da matéria, como subsídio para a exata interpretação da lei em exame.

"O certo seria — diz o sr. Ovídio Bernardi — a Lei Orgânica dos Municípios Paulistas conter disposições autorizando a Câmara Municipal a afastar o prefeito, ou a decretar a perda de seu mandato, sem qualquer recurso para a Assembléia Legislativa". Colhe-se desse trecho que o autor considera o "impeachment" dos prefeitos matéria da competência estadual, e, ao mesmo tempo, tem por inconstitucional o recurso de ato da Câmara para a Assembléia Legislativa. Perfilhamos, neste passo, o entender do autor, pois sempre consideramos o "impeachment", segundo a concepção do nosso direito constitucional, como penalidade político-administrativa, e não como sanção criminal, o que, aliás, já foi afirmado pelo Supremo Tribunal Federal, na Representação 96, de São Paulo. Quanto ao recurso do julgamento da Câmara para a Assembléia Legislativa, é hoje pacífico o seu descabimento.

A seguir, o autor cuida das responsabilidades civil e criminal em que pode incidir o prefeito, comentando um a um os vários crimes funcionais. Estuda, assim, sistematizadamente, a conduta do chefe do executivo municipal, perante a lei civil e o Código Penal, e conclui apreciando os meios judiciais de responsabilização do prefeito, destacadamente a ação popular e a ação de enriquecimento ilícito decorrente da Lei federal n.º 3.502, de 21 de dezembro de 1958, que no dizer do autor "tem por finalidade precípua atacar a grande corrupção que lavra nas práticas, administrativas bra-

sileiras". Oportunas, sob tôdas as facetas, as observações do sr. Ovídio Bernardi nestes dois capítulos, onde versa com os conhecimentos de jurista e a experiência de consultor de Prefeitura os aspectos doutrinários e os ângulos práticos dos problemas que enfrenta.

Finalmente, trata o autor de questões relevantes na apuração das responsabilidades do prefeito, ou seja, da aprovação de suas contas pela Câmara, das causas exonerativas de criminalidade, e da co-autoria e cumplicidade, respectivamente na esfera criminal e civil.

Como se vê a monografia ora publicada deu atenção e tratamento jurídico às várias questões da responsabilidade dos prefeitos, até agora descuidadas por nossos publicistas. O autor não se perdeu em questões bizantinas, preocupando-se, sobretudo, com as ocorrências mais freqüentes na ad-

ministração municipal, e com essa orientação atingiu plenamente o objetivo colimado e expresso em sua explicação inicial, qual seja o de "advertir, em linguagem despidida de terminologia técnica, os menos familiarizados com o Direito, sôbre as responsabilidades típicas ou mais comuns do cargo".

As divergências doutrinárias que expressamos sôbre algumas de suas opiniões em nada desmerecem o jovem autor, nem diminuem o valor inegável de seu trabalho pioneiro e bem elaborado. Livro honesto e útil, que prestará, certamente, aos nossos prefeitos e a todos os que se dedicam à administração municipal, as informações necessárias à compreensão das suas responsabilidades. — HELI LOPES MEIRELES.

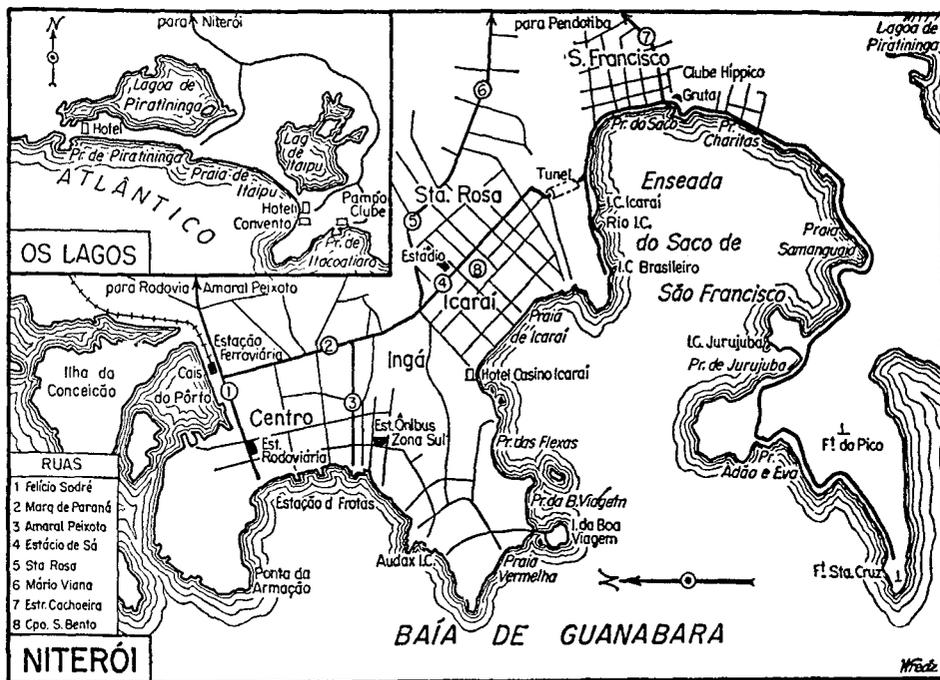
Publicado na "Fôlha de São Paulo", 19-8-62.

MOVIMENTO AÉREO COMERCIAL — O Brasil lidera o movimento aéreo comercial sul-americano, tendo suas aeronaves transportado em 1961 um total de 3 826 315 passageiros. Estatísticas da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) indicam que o número de passageiros transportados no último ano, por tôdas as companhias aéreas pertencentes aos 90 países filiados àquela Organização, aumentou de 5,43%, passando de 105 889 173 em 1960 para 111 534 695. O setor internacional foi o mais beneficiado, porquanto aparece com 25 674 870 passageiros, o que equivale a um acréscimo de 10,51% em relação ao ano de 1960, ao passo que as linhas internas experimentaram, no mesmo período, incremento da ordem de 3,87% (de 82 657 077 para 85 859 825).

A rubrica "quilômetros sobrevoados" registrou, entretanto, ligeiro decréscimo, de 0,80%, no aludido período: caiu de 3 109 619 000 em 1960 para 3 084 735 000 em 1961. O fenômeno foi observado, porém, nas linhas internas, cujo declínio atingiu 3,06% (2 040 366 000 em 1960 para 1 977 870 000 em 1961); já as linhas internacionais acusaram acréscimo de 3,52%, passando de 1 069 253 000 quilômetros sobrevoados em 1960 para 1 106 865 000 em 1961.

Finalmente, cabe referir que os países americanos transportaram no ano passado um total de 74 335 725 passageiros (66,65% de 111 534 695). No âmbito americano a colocação dos seis países que lideraram o transporte aéreo comercial em 1961 é a seguinte: 1.º Estados Unidos, com 58 874 970 passageiros; 2.º Canadá, com 4 757 560; 3.º Brasil, já citado; 4.º Colômbia, com 1 741 595; 5.º México, com 1 196 840; e 6.º Argentina, com 1 114 995.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO ZONAS E REGIÕES TURÍSTICAS



POR decreto de 3 de maio o governador do Estado do Rio de Janeiro determinou a divisão do território fluminense em zonas e regiões, assim como a criação, em cada município do Estado integrante das zonas de turismo, da Comissão Municipal de Turismo, composta de cinco membros. Tal decreto constitui importante medida em favor do turismo, e fornecerá as bases para uma organização racional da "indústria invisível".

Entre as considerações feitas para a regulamentação deste ato constam: "o território do Estado é, na verdade, em sua totalidade, um conjunto turístico, e não há, praticamente, um só município que não possua suas atrações naturais, suas festas características e folclóricas, suas exposições agropecuárias, industriais e comerciais; a criação e o desenvolvimento da indústria tu-

rística requerem a participação fundamental das classes produtoras, isto é, do comércio, da indústria, das empresas de transportes, das empresas concessionárias de serviços de utilidade-pública, e, mesmo, de determinadas repartições governamentais — como as que controlam e estabelecem o tratamento e o fornecimento de água, esgoto, construção e pavimentação de estradas de rodagem e as municipalidades; a necessidade de ser dividido o território fluminense em zonas e regiões turísticas, compostas, todas elas, basicamente, pelos municípios, de acordo com o espírito municipalista, pois, também em turismo o município é a célula viva desta indústria, porque todo turismo começa no mesmo; o zoneamento turístico permitirá a contribuição dos particulares na construção da estrutura turística do Estado,

já iniciada pelo govêrno através da Comissão de Turismo do Estado do Rio; a realidade geográfica fluminense aconselha o agrupamento das zonas turísticas em regiões, para o melhor incremento da citada indústria; e a conveniência da estruturação da ba-

se turística, através a constituição de Comissões Municipais, segundo, aliás, aconselham as maiores autoridades do turismo internacional, com larga experiência em centros onde a indústria já alcançou elevado grau de desenvolvimento”.

BRASIL 1970 — A população brasileira no ano de 1970 já deverá ultrapassar a quota dos 95 milhões, admitindo-se a hipótese de manter-se constante o incremento demográfico verificado no período 1950/1960. O número de brasileiros que, segundo o último Recenseamento Geral, gira em tôrno dos 71 milhões, deverá atingir 82,2 milhões dentro de três anos, alcançando os 95,3 milhões no final da década.

Ressalvando-se que os critérios usados pelo órgãos próprios do Conselho Nacional de Estatística (IBGE), nas estimativas adotadas separadamente para o conjunto do País e para as Regiões Fisiográficas, impedem a concordância exata entre as duas totalizações, pode admitir-se que no início dos anos 70, o Nordeste, que hoje tem 15,7 milhões de habitantes, terá, pelas previsões feitas, 19,4 milhões. De igual modo, o Norte passará de 2,6 milhões para 3,4 milhões; o Leste, de 24,8 milhões para 32,1 milhões; o Sul, de 24,8 milhões para 35,7 milhões, e o Centro-Oeste, de 3,0 para 5,1 milhões. Êstes índices permitem verificar que, para o próximo decênio, as tendências de crescimento das populações regionais são, de modo geral, conservadoras. Assim é que o Centro-Oeste será, ainda, a Região de população mais rarefeita; o Sul continuará a parte do País mais densamente povoada, com a particularidade de, até 1970, aumentar a diferença relativa que o separa da Região Leste: êste valor, que não atingia 20 mil habitantes em 1960, crescerá até pouco mais de 3,5 milhões.

No decorrer desta década, as posições relativas das Unidades da Federação no quadro demográfico do País não sofrerão, também, alterações de monta. São Paulo continuará o Estado mais populoso, com 18,1 milhões de habitantes; Minas Gerais virá em seguida com 12,2 milhões. Entre os 5 e os 10 milhões, apresentar-se-á a única transformação: o Paraná, de acôrdo com as previsões, deverá ultrapassar o Rio Grande do Sul no terceiro pôsto ao alcançar os 8,5 milhões, e praticamente dobrar o seu contingente atual, que é de 4,3 milhões.

já iniciada pelo govêrno através da Comissão de Turismo do Estado do Rio; a realidade geográfica fluminense aconselha o agrupamento das zonas turísticas em regiões, para o melhor incremento da citada indústria; e a conveniência da estruturação da ba-

se turística, através a constituição de Comissões Municipais, segundo, aliás, aconselham as maiores autoridades do turismo internacional, com larga experiência em centros onde a indústria já alcançou elevado grau de desenvolvimento".



B RASIL 1970 — A população brasileira no ano de 1970 já deverá ultrapassar a quota dos 95 milhões, admitindo-se a hipótese de manter-se constante o incremento demográfico verificado no período 1950/1960. O número de brasileiros que, segundo o último Recenseamento Geral, gira em tôrno dos 71 milhões, deverá atingir 82,2 milhões dentro de três anos, alcançando os 95,3 milhões no final da década.

Ressalvando-se que os critérios usados pelo órgãos próprios do Conselho Nacional de Estatística (IBGE), nas estimativas adotadas separadamente para o conjunto do País e para as Regiões Fisiográficas, impedem a concordância exata entre as duas totalizações, pode admitir-se que no início dos anos 70, o Nordeste, que hoje tem 15,7 milhões de habitantes, terá, pelas previsões feitas, 19,4 milhões. De igual modo, o Norte passará de 2,6 milhões para 3,4 milhões; o Leste, de 24,8 milhões para 32,1 milhões; o Sul, de 24,8 milhões para 35,7 milhões, e o Centro-Oeste, de 3,0 para 5,1 milhões. Êstes índices permitem verificar que, para o próximo decênio, as tendências de crescimento das populações regionais são, de modo geral, conservadoras. Assim é que o Centro-Oeste será, ainda, a Região de população mais rarefeita; o Sul continuará a parte do País mais densamente povoada, com a particularidade de, até 1970, aumentar a diferença relativa que o separa da Região Leste: êste valor, que não atingia 20 mil habitantes em 1960, crescerá até pouco mais de 3,5 milhões.

No decorrer desta década, as posições relativas das Unidades da Federação no quadro demográfico do País não sofrerão, também, alterações de monta. São Paulo continuará o Estado mais populoso, com 18,1 milhões de habitantes; Minas Gerais virá em seguida com 12,2 milhões. Entre os 5 e os 10 milhões, apresentar-se-á a única transformação: o Paraná, de acôrdo com as previsões, deverá ultrapassar o Rio Grande do Sul no terceiro pôsto ao alcançar os 8,5 milhões, e praticamente dobrar o seu contingente atual, que é de 4,3 milhões.

Rondônia

PÓRTO VELHO — Instalado o Curso Científico do Colégio Presidente Vargas. * Inaugurada pela VASP, a linha Cuiabá — Rio Branco. * Concluído o calçamento da Av. 7 de Setembro. * Iniciado o asfaltamento da Av. Presidente Dutra.

Acre

Cruzeiro do Sul — Concluído o serviço de energia elétrica da Vila Taumaturgo. * Criadas as escolas primárias Dr. Carlos Afonso, Dr. Kidelmir Piedade e Manoel Faustino da Rocha.

RIO BRANCO — Inaugurado o Grupo Escolar Dom Júlio Matioli. * Realizada a I Concentração Rural do Acre.

Amazonas

MANAUS — Em fase de conclusão as obras do Hospital Infantil. * Instalada uma filial do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. * Criada a Colônia Agrícola Nôvo Amazonas, na rodovia Manaus — Itacatiara.

Parintins — Instalado o Serviço Cooperativo de Saúde. * Inaugurado, em caráter provisório, o Hospital da Unidade Mista da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.

Pará

Acará — Construída uma usina para beneficiamento do arroz.

Alenquer — Inaugurada a Escola Normal Regional. * Inaugurada a Escola Doutor Paula Guimarães.

Altamira — Comemorado o cinquentenário do Município. * Concluídas a sede do Serviço Municipal de Estradas de Rodagem (SMER) e a praça Pio XII. * Inaugurada a Escola Irmã Maria Zélia.

Barcarena — Instalada em nôvo prédio a Prefeitura Municipal.

BELÉM — Instaladas Agências do Banco Nacional do Norte e do Banco Moreira

Gomes S.A. * Instalado o Banco dos Óculos, instituição que tem por finalidade a doação de óculos aos pobres.

Capanema — Fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias do Cimento, Olaria, Cerâmica, Cal e Gesso. * Inaugurada uma fábrica de cimento.

Curuçá — Concluída a pista de rolamento da rodovia estadual Castanhal-Curuçá. * Inaugurado o trapiche público da Vila Ponta de Ramos. * Instalada a Escola Normal Regional.

Igarapé-Açu — Instalada a Escola Normal Regional.

Marabá — Inaugurado o Serviço Municipal de Rádio e Telefone entre esta cidade e a Capital.

Nova Timboteua — Instalada uma máquina de beneficiamento de arroz.

Portel — Criado o Curso de Admissão Ruy Barbosa, anexo ao Grupo Escolar Paulino de Brito.

Santarém — Instalado o Curso Normal Regional, na Colônia Agrícola do mesmo nome.

Maranhão

Bacabal — Inaugurado o Grupo Escolar Estado do Ceará.

Duque Bacelar — Instalada uma Agência do DCT.

Pinheiro — Inaugurada a Escola Comercial da Associação Cultural e Recreativa dos Estudantes.

Santa Luzia — Instalada a linha telefônica entre esta cidade e as de Junco de Seridó, São Mamede e Patos.

SÃO LUÍS — Instalada a Fábrica de Calçados da Polícia Militar. * Inaugurados os Grupos Escolares Zilá Paes e Ana Adelaide Bello. * Construído um conjunto residencial para o funcionalismo do Estado. * Inaugurados a Academia de Música e o Mercado do Produtor.

PIAUI

Angical do Piauí — Inaugurado o Pôsto Médico da SESP.

Barras — Construída a ponte Governador Chagas Rodrigues, na Rodovia PI-13. * Concluída uma ponte na Rodovia Batalha — Piracuruca.

Batalha — Inaugurado o Grupo Escolar Conselheiro Saraiva.

Campo Maior — Concluída a ligação ferroviária Campo Maior — Piri-piri.

Corrente — Instalada, pelo Govêrno do Estado, uma estação de rádio-comunicação.

Nossa Senhora dos Remédios — Instalada a Exatoria Estadual do Município.

Oeiras — Construídas, pela Prefeitura Municipal e pelo DNOCS, duas barragens no interior do Município.

Parnaíba — Inaugurada a Unidade Sanitária de Serviços Cooperativos de Saúde, de acôrdo com o convênio firmado entre o Estado e o SESP. * Construído um Parque Infantil na praça Santo Antônio. * Pavimentada a rodovia Parnaíba-Buriti dos Lopes. * Fundada a Cooperativa Mista Agrícola.

Picos — Instalada a Cooperativa Agrícola Mista do Piauí Central.

TERESINA — Inaugurada a nova pista de pouso do Aeroporto Santos Dumont. * Concluídos diversos melhoramentos na Penitenciária do Estado. * Inauguradas as novas instalações do Serviço Médico de Saúde da Fôrça Policial do Estado. * Inaugurado o ambulatório de enfermidades mentais Clidendor de Freitas Santos, anexo ao Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu. * Construídas as novas sedes do DER e da Central Telefônica do Estado. * Realizado na Faculdade de Direito do Piauí um curso de férias sôbre problemas de desenvolvimento econômico, patrocinado pela SUDENE e CODESE. * Inaugurado no Bairro Cabral o Pôsto de Costura n.º 2. * Concluído o serviço de balizamento do aeroporto. * Inaugurados, pelo Serviço Social do Estado, dois postos de costura nos subúrbios desta cidade.

CEARÁ

Acaráú — Inaugurada a Biblioteca das Rosaristas na Escola Normal Rural Virgem Poderosa. * Fundado o Abrigo São José.

Alto Santo — Fundada a Cooperativa Agrícola Mista de Castanhão. * Instalado o Clube Recreativo da Vila de Castanhão.

Aracati — Inaugurado o Serviço Telefônico.

Barbalha — Inaugurados os serviços de energia elétrica fornecida pela CHESF. * Fundada a Associação Comercial.

Baturité — Inaugurada a Escola Profissional.

Bela Cruz — Concluído o Cemitério da Vila de Prata.

Campos Sales — Instalada uma Agência do Banco do Nordeste Brasileiro.

Caucaia — Instalados os cursos infantil e elementar do Ginásio Janusa Corrêa. * Funcionando, em caráter experimental, o Frigorífico Industrial de Fortaleza S.A.

Crato — Inaugurado o Centro Elétrico do Lameiro. * Realizado um Curso de Iniciação ao Estudo da Geografia em Grau Superior. * Inaugurados os serviços de energia elétrica fornecida pela CHESF. * Em funcionamento a Cooperativa Mista para Trabalhadores no Círculo Católico.

Farias Brito — Instalado o Centro Recreativo e Cultural.

FORTALEZA — Instalado o Centro de Saúde n.º 3, no bairro de Aldeota. * Fundada a Associação Cearense dos Doadores Voluntários de Sangue.

Iguatu — Instaladas a Importadora de Automóveis S.A. e a Companhia de Eletricidade do Cariri.

Ipu — Instaladas uma Serraria e uma fábrica de mozaico. * Construído o prédio do Ginásio Ipuense. * Inaugurado o Jardim Tomás Corrêa.

Irauçuba — Instalado o Serviço de Alto-Falantes São Luís.

Itaiçaba — Instalado, pela Prefeitura Municipal, um Sub-Pôsto de Saúde. * Aberto um poço arteziano no local denominado Brito.

Itapagé — Inaugurado o trecho da linha telefônica Itapagé — Uruburetama. * Fundado o Grêmio Recreativo Alvorada. * Inaugurados os novos geradores da Usina Gomes.

Limoeiro do Norte — Fundada a Escola Técnica de Comércio D. Aureliano Matos.

Maranguape — Instalados 5 aparelhos telefônicos na vila de Maracanaú. * Inaugurados o Parque Infantil Hahim Pereira Marquês, o grupo escolar Clóvis Monteiro e a Usina de Fôrça e Luz.

Meruoca — Inaugurado o Serviço de iluminação pública do povoado de Camilos.

Milagres — Inaugurado o serviço de energia elétrica fornecida pela CHESF. * Reinaugurado o Grupo Escolar Dr. Wilson Gonçalves.

Missão Velha — Inaugurados os serviços de energia elétrica fornecida pela CHESF. * Instalado o Comissariado de Menores. * Fundada a Cooperativa Agro-Pecuária.

Orós — Instalado o Ginásio Epitácio Pessoa. * Inaugurados, na Usina Eliba, instalações para extração de óleo e torta de algodão. * Iniciada a construção da igreja matriz.

Palmácia — Construídos o Matadouro Municipal e o prédio destinado à Empresa de Energia Elétrica.

Quixeramobim — Instalado o escritório da Associação Nordestina de Crédito a Assistência Rural.

Redenção — Inaugurado o prédio do Grupo Escolar Municipal.

Santa Quitéria — Inaugurada a linha telefônica Santa Quitéria-Macaraú.

São João do Jaguaribe — Instalada a Farmácia Natal. * Instalada a Coletoria Estadual.

São Luís do Curu — Instalado o Pôsto de Saúde do Serviço Cooperativo de Saúde do Estado do Ceará.

Senador Pompeu — Instalada a Cooperativa de Crédito Agro-Pecuária e Industrial. * Iniciada a construção de uma capela no bairro Pavãozinho. * — Inaugurado o Cine Patronato.

Sobral — Concluída a estação de passageiros do Aeroporto da Betânia. * Realizada em vila de Forquilha a II Exposição Agropecuária. * Instalados sinais luminosos para orientação do trânsito.

Tamboril — Instalada a Escola de Comércio Antônio de Araújo Sobrinho, da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Ubajara — Renovada a rêde elétrica do Município. * Reinaugurado, com um gerador de 56 Kw, o serviço de iluminação da cidade.

Uruburetama — Inaugurada a Cooperativa Mista.

RIO GRANDE DO NORTE

Angicos — Inaugurado o açude Riacho das Caraúbas, com capacidade de 758 mil m³.

Caicó — Fundada a Associação dos Trabalhadores em Construção Civil.

Ceará-Mirim — Realizado o IV Encontro dos Municípios do Estado.

Jardim do Seridó — Inauguradas as novas instalações do Grupo Escolar Antônio de Azevedo.

José da Penha — Inaugurada a Praça Clóvis Leite da Costa.

Luís Gomes — Organizada a Banda de Música Paroquial Dr. Vicente Lopes.

Macaíba — Inaugurado o Cine Paroquial.

Monte Alegre — Criadas mais 13 escolas pelo govêrno estadual.

NATAL — Instalada a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Estado. * Instalado um Pôsto Médico no bairro das Rocas. * Inaugurado o Parque da Lagoa Mancel Felipe. * Instalado o Escritório da ACARES. * Criada a Escola de Música da Universidade do Rio Grande do Norte. * Inaugurado o Serviço de Telegramas Fonados. * Instalado em nôvo prédio, construído pelo Lions Club, o Instituto dos Cegos e Surdos Mudos.

Nova Cruz — Fundada a Cooperativa de Economia Mútua de Nova Cruz Ltda. * Iniciada a construção da nova estrada de ferro. * Em funcionamento a Cooperativa de Economia Mútua de Nova Cruz Ltda. * — Reconhecido, pelo Ministério do Trabalho, o Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Parelhas — Instalado um escritório do Serviço de Extensão Rural.

Parnamirim — Inaugurado o serviço de luz do Povoado de Pirangi do Norte.

Pau dos Ferros — Instalado o Ginásio Estadual Quatro de Setembro.

Ruy Barbosa — Inaugurado o serviço de iluminação elétrica.

Santa Cruz — Reaberta a Maternidade Ana Bezerra.

São José de Mipibu — Fundado o Sindicato de Trabalhadores Rurais.

São Paulo do Potengi — Inaugurado o Cine São Paulo.

São Rafael — Iniciada a pavimentação da rua Senador Georgino Avelino.

São Tomé — Instalado o Sub-Pôsto da Divisão da Revenda de Material Agrícola.

Touros — Construída a Maternidade Mãe Águida. * Instalada a Comissão Estadual de Desenvolvimento.

PARAÍBA

Antenoi Navarro — Adquirida uma ambulância pela Prefeitura Municipal.

Aroeiras — Inaugurado um pequeno posto de Saúde.

Belém — Inaugurado o serviço de energia elétrica fornecido pela Paulo Afonso.

Boaventura — Instalado um posto médico-dentário. * Criada uma Escola Noturna no Grupo Escolar João Cavalcanti Sula.

Cacimba de Dentro — Instalada a Coletoria Estadual.

Campina Grande — Instalada a Casa do Estudante Felix-Araújo. * Lançada a pedra fundamental da Faculdade de Serviço Social.

Católé do Rocha — Inaugurada uma Agência do Banco do Brasil. * Concluída a pavimentação da Av. 26 de Maio. * — Adquirida uma moto-bomba para o abastecimento d'água da cidade.

Conceição — Inaugurado o aeroporto.

Cruz do Espírito Santo — Concluída a pavimentação da Rua César Cartaxo. * Inaugurado um Sub-Pôsto de Defesa Animal Fomento Agrícola, do Ministério da Agricultura.

Esperança — Inaugurados uma prensa e maquinismo de beneficiamento do sisal. * Concluída a Praça Sebastião Duarte.

Ingá — Criada a União dos Estudantes Secundários.

Itabaiana — Instalada a Cooperativa Mista Vale do Paraíba.

Itaporanga — Instalada a Cooperativa Mista do Vale do Piancó Ltda. * Inaugurada

a Fazenda Experimental de Algodão Mocó em Veludo. * Adquirido pela Prefeitura Municipal um Auto-Ambulância.

Pedras de Fogo — Inaugurado um Posto de Saúde.

JOÃO PESSOA — Em funcionamento o Hospital Regional do Câncer da Fundação Laureano. * Inaugurada a Biblioteca Especializada do Conselho Estadual do Desenvolvimento. * Fundadas a Cooperativa Cultural da Faculdade de Filosofia e a Associação Pessoaense de Estudantes Primários. * Inaugurados o Serviço de Prevenção do Câncer Ginecológico e a Clínica Cirúrgica Tomé de Arruda. * Instalada a nova Escola Municipal n.º 24.

Pombal — Instalada uma Agência do Banco do Brasil. * Comemorado o centenário de fundação do Município.

Prata — Construído o Grupo Escolar Municipal.

São Mamede — Inaugurada a ligação telefônica entre esta cidade e a de Santa Luzia.

Serra Redonda — Reinstalada a Cooperativa Agrícola Mista.

Sousa — Inauguradas as redes elétricas dos bairros de Triângulo e Bela Vista.

Teixeira — Inaugurado o novo sistema de eletrificação do Município.

PERNAMBUCO

Afogados da Ingazeira — Instalados uma Agência do Banco do Brasil e o Sistema Rádio Educativo.

Agrestina — Inaugurado o Serviço de Energia Elétrica do sistema de Paulo Afonso.

Águas Belas — Criado o Ginásio Padre Nelson.

Alagoinha — Inaugurado um artesanato com os cursos de corte, costura e alfaiataria.

Aliança — Em funcionamento 19 escolas radiofônicas. * — Inaugurado pela CHESF o serviço de energia elétrica.

Arcoverde — Concluídos os serviços de esgoto da rua Frei Caneca, o serviço de luz elétrica do povoado de Ipojuca e o Posto de Saúde do DNER. * Realizado o Congresso dos Magistrados.

Belém do São Francisco — Inaugurada a Escola Artesanal.

Belo Jardim — Colocado um chafariz na Av. José Justino. * Concluída a Ponte do Tambor, que liga a zona urbana da cidade à Av. Nossa Senhora do Bom Conselho e ao Bairro do Tambor. * Instalada a Escola Paroquial São Sebastião.

Bom Jardim — Inaugurado o Serviço de energia elétrica da CHESF.

Bonito — Inaugurado, pela CHESF, o serviço de iluminação elétrica na zona urbana e pequena parte da zona suburbana. * Funcionando, em caráter experimental, uma fábrica de produtos alimentícios.

Brejo da Madre de Deus — Em funcionamento o Ginásio São José, entidade filiada à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Cabo — Instalado pela Campanha de Ensino Secundário Gratuito o Ginásio Municipal Noturno.

Caruaru — Instalado, à Avenida Rio Branco, um telefone público. * Realizada a Noite Municipalista, promoção da Associação Pernambucana de Municípios. * Inaugurados o Seminário Diocesano, o Pôsto de Desidratação e o Pôsto de Saúde Agamenon Magalhães. * Fundada a Sociedade Caruarense de Proteção aos Animais. * Realizado o Primeiro Seminário de Jornalistas do Interior. * Em circulação o primeiro número do "Jornal do Legislativo", órgão da Câmara Municipal.

Correntes — Realizada uma Feira de Gado.

Escada — Inaugurado o refeitório da Escola Artesanal.

Gameleira — Instalada a escola de dactilografia Frei Alberto Maria de Siqueira. * Construída a Escola Cecílio Gaudêncio da Silva. * Instalado o curso de Corte e Costura Januária Maria de Carvalho. * Inaugurada a energia elétrica da CHESF.

Garanhuns — Realizados o XI Congresso Estadual de Medicina e a I Exposição de Animais e Produtos Derivados.

Ipojuca — Instalado, um ambulatório médico na sede municipal. * Construída uma escola para adultos na vila de Camela.

Jaboatão — Inaugurada a nova sede do Grupo Escolar Bernardo Vieira.

Jataúba — Instalada a Coletoria Estadual.

Nazaré da Mata — Instalados um pôsto de tratamento de endemias rurais e um curso de contabilidade.

Palmares — Inaugurado o serviço de iluminação elétrica da CHESF.

Panelas — Construído o Cemitério de São Sebastião, no povoado de São José. * Reaberto o Cine-Teatro Bandeirante. * Inaugurada a luz elétrica da Vila de Cruzes. * Construído um prédio para escola no sítio Chata.

Paudalho — Inaugurado o novo serviço de energia elétrica de Lagoa de Itaonga.

Pesqueira — Inaugurada a Cantina Maria Alfina Didier, mantida pela Liga de Proteção à Maternidade e à Infância.

RECIFE — Realizado o XIII Congresso Nacional da Sociedade Botânica do Brasil. * Inaugurado o Laboratório de Prótese Dentária de Promoção Social. * Inaugurados o Laboratório de Análises Médicas da Fundação da Promoção Social e a Maternidade Nossa Senhora de Fátima. * Construídas, pelo SESI, duas escolas localizadas em Cavaleiro e Pina. * Instalado o escritório da Comissão Educacional dos Estados Unidos. * Inaugurada a nova sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Recife. * Realizada uma conferência no Seminário Presbiteriano do Norte sob o tema "Educação e Conduta Humana" * Inaugurada a Casa do Estudante de Ciências Médicas. * Realizada a III Exposição de Artes Plásticas e Artesanato. * — Inaugurada a Biblioteca Popular de Campo Grande. * Funcionando, em caráter experimental, a Rádio da Universidade do Recife. * Inaugurada a Residência Estudantil do Recife. * Realizado o IV Congresso Nacional de Viajantes, Vendedores e Representantes Comerciais do Brasil. * Realizada a XII Jornada Brasileira de Puericultura e Pediatria. * Desapropriado, por ser de utilidade pública, o Mercado de Madalena.

Salgueiro — Criada a Legião Agrária Diocesana.

Santa Cruz do Capibaribe — Instalado o serviço de energia elétrica fornecida pela CHESF.

Santa Maria da Boa Vista — Inaugurado o serviço de abastecimento d'água.

São Caetano — Terminado na BR-25 o trecho que liga São Caetano a Caruaru.

São José do Belmonte — Instalado o Ginásio Municipal Dr. Arcônio Pereira.

Sertânia — Inauguradas as novas instalações do Hospital Regional.

Surubim — Realizada a VII Exposição de Animais.

També — Iniciada a construção de um Pôsto de Puericultura.

Taquaritinga do Norte — Iniciada a construção de um cemitério público.

Timbaúba — Inaugurada a XIII Residência Agropecuária Regional, subordinada à Secretaria de Agricultura.

Vertentes — Em funcionamento um forno de cal, localizado no Sítio Barriguda. * Instalado pela Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio um Pôsto Agropecuário * Inaugurada a Escola Normal, anexa ao Ginásio Maciel Pinheiro.

ALAGOAS

Atalaia — Inaugurados os serviços de energia elétrica fornecida pela CHESF. * Instalada uma oficina de rádio. * Criado o Grêmio Estudantil do Ginásio Nossa Senhora das Brotas. * Inaugurada a Sorveteria Guanabara.

Cajueiro — Inaugurado o fornecimento de energia elétrica de Paulo Afonso.

Delmiro Gouveia — Inaugurada a empresa de transporte Naná.

Dois Riachos — Concluída a estrada que liga o sítio Baraune ao Arraial Pai Mané.

MACEIÓ — Realizado o I Seminário de Literatura Brasileira.

Maravilhas — Criadas as escolas municipais Marcolino Constância Brandão e Professor Guedes de Miranda.

Marechal Deodoro — Instalada a Cooperativa de Artesanato de Marechal Deodoro.

Penedo — Inaugurado o Hotel São Francisco, da Cia. Melhoramentos de Penedo. * Instalado o Ginásio Dr. Alfredo Ribeiro, da Companhia Nacional de Educandários Gratuitos. * Em circulação o jornal "Correio de São Francisco".

Poço das Trincheiras — Criadas as escolas municipais Antônio Martins e Euclides Brandão, nos sítios Jorge e Patos.

Rio Largo — Fundado mais um ginásio da Companhia Nacional de Educandários Gratuitos.

Santana do Ipanema — Inaugurado, no bairro de Camexinga, o Cine Wanger

Viçosa — Inaugurada a rede distribuidora de luz e força. * Instalada uma fábrica de óleo de caroço de algodão. * Realizada a Semana Ruralista.

SERGIPE

ARACAJU — Instalada a Casa de Saúde de Santa Maria. * Inaugurados a Estação Rodoviária e o Ginásio Francisco Dantas. * Realizado o I Festival Sergipano de Escritores. * Inaugurados o Centro de Reabilitação Nonato Garcia e o Hotel Pálace Aracaju. * Inaugurados o serviço de água nos bairros Cidade Nova e XVIII do Forte e o Jardim de Infância D. Bébé. * Realizada a IV Exposição Filatélica Sergipana.

Brejo Grande — Concluída a construção de um Grupo Escolar.

Carira — Fundado o Educandário Paroquial São José.

Cedro de São João — Inaugurado o Ginásio São João Batista.

Lagarto — Instalado o Serviço Social Rural. * Em funcionamento o serviço de iluminação elétrica com energia de Paulo Afonso.

Simão Dias — Inaugurada a Viação Poço Verdense, que faz o trajeto Simão Dias-Salvador.

Tomar do Geru — Em funcionamento iluminação elétrica com energia da usina de Paulo Afonso.

BAHIA

Alagoinhas — Inaugurada a Escola Municipal José Abelha Flôres

Amargosa — Construída a Escola Armargosense Dr. Astério de Campos, para surdos.

Aratuípe — Instalada uma maternidade na vila de Maragogipinho. * Inaugurado um pontilhão ligando o distrito de Aratuípe com a Fazenda Água Doce, no município de Nazaré.

Baixa Grande — Em funcionamento o Mercado Municipal. * Instalada pelo

DNOCS uma Estação Pluviométrica. * Inaugurado um Pôsto da Polícia do Estado, no entroncamento da rodovia BR-27 com a BR-3.

Barreiras — Inaugurado o Mercado Público de Boa Vista.

Belmonte — Funcionando no Ginásio Municipal Prof. Pedro Calmon um curso preparatório de admissão.

Bom Jesus da Lapa — Fundada a Mansão do Cego Bartimeu, instituição filantrópica destinada a dar asilo a cegos pobres. * Inaugurada uma escola de datilografia. * Construída na Vila de Sítio do Mato uma escola estadual.

Cachoeira — Inaugurado o novo prédio da Agência do Banco da Bahia S.A.

Caculé — Criada a Fundação Educacional.

Camacari — Montada, pelo Ministério da Agricultura, uma usina de beneficiamento da casca do côco.

Candeias — Inaugurado o Ginásio Nossa Senhora das Candeias, localizado na Fazenda Pitanga.

Casa Nova — Instalada, pelo DCT, a Agência Telefônica da Vila Pau a Pique.

Castro Alves — Instalados o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo, o Lions Club e o grupo de escoteiros Major Avelino Macambira.

Cruz das Almas — Inaugurada a subestação abaixadora da COELBA.

Feira de Santana — Inaugurados o novo prédio da Biblioteca Pública, o Super-Mercado e a Escola de Música. * Lançada a pedra fundamental do Ginásio Vocacional Ministro Oliveira Brito. Inaugurada a nova sede da Sociedade União Beneficente dos Sapateiros. * Construído novo pavilhão do Ginásio da Casa São José

Gandu — Inaugurado o Ginásio Castro Alves.

Gentio do Ouro — Construída uma ponte de cimento sobre o rio Verde. * Terminado um prédio onde funcionará uma escola. * Inaugurada uma escola modelar construída pela CASEB, da Secretaria de Educação do Estado.

Ibicaraí — Inaugurado o Gabinete Dentário do Centro Municipal de Saúde.

Ibicuí — Instalada uma Agência do Banco da Bahia S.A.

Ibipetuba — Fundada a Sociedade Cultural.

Iguaí — Inaugurado o novo serviço de energia elétrica fornecido pela Hidrelétrica do Rio Prêto.

Ilhéus — Instalada uma fábrica de adubos da SIMAG. * Inaugurada a Faculdade de Direito. * Inaugurado um Pôsto Médico Dentário na Vila de Banco da Vitória. * Inaugurados: abrigos sob o Viaduto Catalão; calçamento do Largo do Boticário; ponte sobre o Canal de Itaípe; serviço de água encanada no Iguape; balsa de Castelo Novo; asfaltamento da Avenida do Malhado; luminária das Avenidas Bahia e Canavieiras; asfaltamento das ruas da Baixa da Boa Vista.

Ipirá — Inaugurado o Ginásio Ipirense.

Itabuna — Inaugurado o Centro Rodoviário.

Itajuípe — Concluído um trecho rodoviário de 32 quilômetros na estrada que liga essa Cidade à de Coaraci.

Itambé — Concluído o calçamento da rua Nova.

Itapebi — Construída uma ponte sobre o Rio Jequitinhonha.

Itapetinga — Inaugurada a concha acústica da Praça Dr. Guilherme Dias. * Realizada a IV Exposição Agropecuária e Industrial. * Inauguradas a Paróquia de Nossa Senhora das Graças, no bairro do Camacá, e a Casa de Saúde Santa Maria. * Inaugurada a rede de água e esgoto no bairro Nova Itapetinga. * Instalada uma Agência da Caixa Econômica Federal.

Itapicuru — Inaugurada a nova sede da Associação Rural.

Itaquara — Instalada a Comissão Central Coordenadora de Medidas contra a Sêca.

Itiúba — Instalado um moinho para o fabrico de flôr de milho e farelo.

Itororó — Inaugurada a Coletoria Federal.

Jaguaripe — Inaugurada uma usina elétrica no distrito de Barreiras do Jacuruna.

Juazeiro — Inaugurada a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco.

Livramento do Brumado — Inaugurada a rodovia Livramento do Brumado-Brumado.

Mairi — Inaugurado um Jardim da Infância anexo ao Ginásio Monte Alegre.

Maraú — Construído um Parque Infantil na Praça São Sebastião.

Miguel Calmon — Fundada a Associação Rural.

Morro do Chapéu — Instalado o Ginásio Nossa Senhora da Graça. * Instalado o Serviço de Luz Elétrica na Vila de Cafarnaum.

Mundo Novo — Construído um Parque Infantil.

Nazaré — Inaugurado, em cooperação com a LBA, o Posto Médico da Estrada de Ferro Nazaré. * Inaugurado o serviço de ônibus da Empresa Caramugipe, com a linha Nazaré-Salvador. * Inaugurado o Ambulatório da Estrada de Ferro, Nazaré S.A.

Paulo Afonso — Fundada a Associação de Pais e Mestres.

Poções — Inaugurada a Empresa de Transportes Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Pojuca — Criado o Ginásio Municipal Dr. José Gonçalves Cruz Filho.

Pôrto Seguro — Inaugurado um embarcadouro de gado.

Prado — Em construção um Posto de Puericultura.

Riachão do Jacuípe — Inaugurada uma barragem no rio Jacuípe, distrito de Gavião.

SALVADOR — Inaugurado o novo restaurante do Corpo de Bombeiros. * Criadas duas escolas nas localidades de Cachimbé e Periperi. * Assinado um convênio para o funcionamento de várias escolas nos Municípios de Barreiras, Biatã e Vitória de Conquista. * Iniciadas as obras de bombeamento das águas do Rio Joanes para a bacia de Ipitanga. * Instalado o Conselho Estadual de Menores. * Inaugurada a sede do Serviço Estadual de Assistência a Menores. * Realizado o I Encontro dos Universitários de Administração do Brasil. * Instalado um gabinete dentário na Assembléia Legislativa. * Inaugurado o Colégio Manoel Devoto, no bairro do Rio Vermelho. * Inaugurado, no Museu de Arte Moderna da Bahia, uma exposição de trabalhos do gravador brasileiro Osvaldo Goeldi. * Instalado o Instituto de Pesquisas do Recôncavo. * Inaugurada a Escola Tertuliano Góis.

Santa Cruz Cabralia — Em funcionamento o Grupo Escolar Frei Henrique de Coimbra.

Santa Inês — Criada a Cooperativa dos Produtores de Café Despolpado do Sudoeste da Bahia.

Santaluz — Iniciada a obra de recuperação do Açude Tapera.

Santana — Inaugurado, na vila do Ibiaqui, o serviço de iluminação elétrica.

Santa Teresinha — Inaugurada a Associação Beneficente de Santa Teresinha.

Santo Amaro — Inaugurado o Colégio Comercial.

Santo Antônio de Jesus — Inaugurada a rede de energia elétrica de Bananeiras. * Instalado em sede própria o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo. * Em circulação o semanário "Jornal da Cidade".

Santo Estêvão — Instalado o Hotel Santa Rita.

São Félix — Asfaltada a rodovia que liga esta cidade à de Muritiba.

Serrinha — Instalada a nova Agência do Banco Econômico da Bahia.

Tremedal — Construídos uma ponte no Riacho Mundo Novo e uma escola à rua São José.

Tucano — Em funcionamento a Guarda Noturna provisória do Comércio. * Inaugurada a Agência do Banco de Fomento do Estado da Bahia S.A. * Instalada a Comissão Municipal Coordenadora de Medidas contra a Sêca.

Uruçuca — Inaugurada a Escola Supletiva Tomaz Rodrigues Aderno.

Utinga — Inaugurados o Grupo Escolar Padre João Ramos Marinho e um Curso Infantil.

Vitória da Conquista — Fundada a Associação dos Rádio-técnicos. * Inaugurada a linha de aviões da TASS. * Criado o Grupo de Escoteiros, iniciativa do Lions Clube local. * Instalado o Educandário Duodécimo. * Inaugurado pelo governo municipal o serviço de iluminação termelétrica da Vila de Anagé. * Inaugurada uma Biblioteca Infantil. * Realizada uma exposição de desenhos e pinturas sob a designação de *Exposintex*.

Xique-Xique — Concluída a rodovia municipal ligando esta cidade à Fazenda Carnaúba.

MINAS GERAIS

Alfenas — Fundado o Lions Clube.

Araguari — Realizada a III Exposição Agropecuária e Industrial. * Instalada uma agência da Caixa Econômica Estadual. * Instalada em nova sede a Associação Comercial. * Inaugurados dois canais de microondas que ligarão o Município com Brasília e com as demais cidades do País. * Realizada uma Jornada Médica patrocinada pela Associação Médica de Minas Gerais.

Araxá — Iniciadas as obras do novo Mercado Municipal.

Barbacena — Fundada a Associação Barbacenense de Imprensa e Rádio.

BELO HORIZONTE — Instalado em nova sede o Orfanato Santo Antônio, de Venda Nova. * Inaugurada a Praça Tiradentes. * Realizada uma Exposição de Artes Escolares. * Realizado o XVIII Congresso Brasileiro de Cardiologia, o VIII Congresso Brasileiro de Veterinária e o IV Congresso Brasileiro de Patologia. * Realizado o I Seminário Latino-Americano de Estudantes de Engenharia

Caldas — Inaugurado o Caldas Tênis Clube.

Carangola — Realizada uma exposição agropecuária.

Carlos Chagas — Construídos o Super-Mercado e a Estação Rodoviária.

Cataguazes — Instalados no Colégio Cataguazes os Cursos de Orientação para Professores de Ensino Secundário, sob a orientação da CADES.

Conselheiro Lafaiete — Criada a Escola Rural Padre Machado. * Construída a barragem de Jacuba, primeira etapa dos trabalhos de instalação de água da cidade.

Curvelo — Realizada a XXIII Exposição Agropecuária do Município.

Diamantina — Remodelado o antigo Largo do Curral.

Elói Mendes — Criado o Grêmio Literário Tristão de Athayde. * Inaugurado o Mercado Municipal. * Adquirida pela Prefeitura Municipal uma motoniveladora para reforma e conservação das estradas municipais. * Inauguradas as Praças Osvaldo Cruz, Pretório, Aparecida e Triângulo.

Formiga — Realizada a V Exposição Agropecuária. * Inaugurada a ponte Coronel José Justino Rodrigues Nunes sobre o rio Mata Cavalo e a praça Luís Antônio Ribeiro. * Concluído o asfaltamento da estrada que liga esta cidade à de Arcos.

Grão Mogol — Iniciadas as obras de abastecimento de água e serviços de esgotos, a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Guaxupé — Restaurado o antigo Grupo Escolar Delfim Moreira. * Realizada a Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial. * Realizada a IV Exposição Agropecuária e Industrial.

Guidoval — Fundada a Sociedade Beneficente da Paróquia.

Itabirito — Instalada a Companhia Siderúrgica Itabirito (SIDERITA).

Itajubá — Fundada a Cooperativa dos Avicultores de Itajubá Ltda. Criado o curso científico no Ginásio Estadual de Itajubá. * Inaugurado o serviço de telefones automáticos.

Ituiutaba — Inaugurada a Cadeia Pública.

Jacinto — Instalado, pelo Governo do Estado, um Posto de Higiene.

Juiz de Fora — Realizada a II Concentração Regional de Agricultores. * Em funcionamento o Posto Médico Assistencial da Ação Social Diocesana. * Criado o Centro de Estudos Sociológicos. * Inaugurado o novo aeroporto. * Realizada a Semana de Lactinista, patrocinada pelo Instituto de Lactínios Cândido Tostes. * Instalado um telefone público na Barreira do Triunfo. * Inauguradas duas praças públicas e iluminação fluorescente no distritos de Ibitigaiá e Coronel Pacheco.

Lavras — Concluídos os serviços de asfaltamento da rua Misseno de Pádua e das travessas que a ligam a Francisco Sales.

Machado — Concluída a Capela de Nossa Senhora Aparecida. * Inauguradas a Escola Rural do Bairro dos Trezentos e as praças Dr. Antônio Cândido e Pres. Getúlio Vargas.

Matutina — Instalada uma estação de rádio-amador.

Miradouro — Instalado um Posto de Saúde mantido pelo Estado.

Montes Claros — Inaugurados os serviços de energia elétrica. * Terminada a construção de 22 apartamentos do Instituto dos Bancários.

Muzambinho — Reorganizada a Banda de Música Santa Cecília.

Paracatu — Em circulação o "Semanário Paracatuense". * Inaugurado o Pôsto do Serviço de Erradicação da Malária * Instalados os serviços telefônicos.

Pará de Minas — Em construção, moderna fonte luminosa na Praça Torquato de Almeida.

Paraguruçu — Inaugurados a Estação Rodoviária e o Mercado Municipal

Passos — Realizada uma exposição agropecuária.

Patos de Minas — Instalado o Jóia Hotel.

Patrocínio — Inaugurado o Mercado Municipal.

Pedro Leopoldo — Realizada a I Exposição Regional Agropecuária e Industrial. * Inaugurado o trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil que liga esta cidade à de Belo Horizonte.

Pequeri — Instalado o Ginásio Comercial.

Pirapora — Comemorado o 50.º aniversário de fundação do Município.

Piú — Inaugurado o Serviço Telefônico.

Poços de Caldas — Inaugurado o hospital Jorge Pio da Silva Dias.

Ponte Nova — Inaugurada nova agência postal-telegráfica.

Pouso Alegre — Instalada mais uma agência do DCT, que atende às zonas de Remonta, Rosário e bairro de São João.

Presidente Bernardes — Inaugurado o prédio do Centro Educacional.

Rio Piracicaba — Concluído o Grupo Escolar São Sebastião da Boa Vista. * Inaugurado o Hotel Santo Elói, no distrito de João Monlevade.

Rio Pomba — Inaugurado o Grupo Escolar São José.

Santana do Deserto — Concluída a ligação da rede elétrica entre Sossêgo e Silveira Lobo. * Inaugurado o serviço de luz e energia elétrica.

São João del Rei — Em construção mais uma balsa sobre o Rio das Mortes, na altura da escola agrícola Padre Sacramento.

São João do Paraíso — Concluída pelo DNOCS a abertura do poço artesiano do Povoado de Ninheira.

Teófilo Otoni — Reinaugurado o Hospital da Bahia-Minas.

Três Pontas — Inaugurada a igreja de Nossa Senhora da Ajuda.

Tupaciguara — Inaugurado o Ginásio Esperança.

Uberaba — Realizada a Semana do Folclore. * Fundado o Sindicato dos Charreteiros e Carroceiros, sob a denominação de Sindicato dos Rodeadores. * — Inaugurado o Santuário da Medalha Milagrosa. * Instalada a agência do Banco do Estado de São Paulo. * Inaugurada a estação da Estrada de Ferro Mogiana. * Instalado pelo Ministério da Saúde um hospital destinado à pesquisa e combate ao câncer. * Criada a Associação Nacional de Criadores Indubrasil.

Uberlândia — Inaugurada a Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial. * Instalada uma sub-agência do DCT.

Varginha — Inaugurada a Biblioteca Municipal.

Várzea da Palma — Criado o Ginásio Joseph Hein.

ESPÍRITO SANTO

Alegre — Em funcionamento a Escola Agrotécnica. * Criada a Cooperativa dos Cafeicultores de Alegre.

Alfredo Chaves — Instalado o serviço público e domiciliar de iluminação.

Apiacá — Instalado um Parque Infantil.

Aracruz — Inauguradas duas escolas rurais nos povoados de Barra do Riachão e Grapuana. * Em funcionamento uma Agência do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S.A. * Inauguradas escolas públicas nas seguintes localidades: Francês, Cuiabano, Grapuama e Vila da Cruz. * Inaugurada no povoado Barra do Riacho uma escola rural.

Cachoeiro de Itapemirim — Concluída a praça Francisco Ataíde, no bairro de Coronel Borges. * Inaugurados o serviço telefônico interno da Prefeitura local, a Praça Dr. Anísio Ramos e o calçamento da rua Bernardo Horta. * Instalado o LX Pôsto de

Revenda de Material Agrícola. * Realizada a XVII Exposição Agropecuária do Município. * Realizadas a XXVII Exposição Regional Agropecuária e a Exposição Municipal de Produtos da Indústria e do Comércio. * Instalada a Academia Cachoeirense de Letras, no recinto da Câmara Municipal. * Inauguradas a Praça Professor Elísio Imperial, no Bairro de Aquidabã, e as dependências do Grupo Escolar Fraternidade e Luz, no Edifício da Liga Maçônica do mesmo nome.

Cariacica — Realizada a VII Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados. * Inaugurada pela Cia. Vale do Rio Doce S.A. sua estação terminal de passageiros, localizada no Jardim América, Distrito de Itaquari. * Construído na Fazenda de Roças Velhas o patronato do mesmo nome, dedicado ao abrigo de menores abandonados. * Inaugurado um trecho asfaltado da Estrada Vitória-Cariacica.

Castelo — Criada uma escola municipal em Pedra Lisa, distrito de Aracui. * Criadas as Escolas Municipais de Bom Jardim, São Gabriel da Estrêla e Bateia, no distrito de Aracui. * Inaugurados o Grupo Escolar de Lavrinhas e o trecho da estrada que liga as localidades de Providência e Nossa Senhora da Saúde. * Concluído o serviço de água no Povoado de Venda Nova.

Colatina — Em funcionamento a estrada de rodagem municipal Vila do Alto Rio Nôvo — Vila Verde. * Inaugurados o Hospital para Tuberculosos e o Ginásio Conde de Linhares. * Instalada em nôvo prédio a Agência do Banco do Brasil

Domingos Martins — Inaugurada a Escola Rural Professor Botinha. * Fundada a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Santa Maria, distrito de Araguaia. * Inaugurados três prédios destinados a escolas primárias, localizados em Ponto do Auto, Goia-beiras e Ribeirão Capichaba.

Fundão — Inaugurada a Escola Normal.

Guaçu — Inaugurada a adutora Santa Catarina, para reforçar o abastecimento de água da cidade. * Instalado um Pôsto do DCT na vila de São Pedro de Rates.

Ibiraçu — Inauguradas três escolas.

Iconha — Em funcionamento a Escola de Pedra Lisa Alta.

Itaguaçu — Inaugurado o serviço de fôrça e luz no distrito de Sobreiro.

Itapemirim — Criada a Escola Normal Bolívar de Abreu, anexa ao Ginásio da Fundação Itapemirinese de Ensino.

Iúna — Instalado o Serviço de Assistência Médica que assistirá as sedes distritais de Ibatiba, Irupi e Pequiá.

Jerônimo Monteiro — Inauguradas as escolas de Varginha, Varjão e Barraco.

Linhares — Instalada uma Agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

Mimoso do Sul — Concluído o jardim público da Praça da Bandeira.

Muniz Freire — Concluído o calçamento da Praça Jerônimo Monteiro.

Rio Nôvo do Sul — Inaugurada a Igreja Matriz. * Construída a Igreja Batista Riorense.

Santa Leopoldina — Inaugurada a nova barragem da Suíça, para construção de mais uma usina hidroelétrica. * Concluídos, no povoado de Santa Maria, os serviços de energia elétrica, de abastecimento de água e o prédio do Grupo Escolar.

Santa Teresa — Inaugurados os serviços de abastecimento de água nas localidades do Alto Caldeirão, Várzea Alegre, Patrimônio de Santo Antônio e Vinte e Cinco de Julho.

São José do Calçado — Instalada uma escola primária na fazenda Catadupa. * Inauguradas 4 escolas rurais localizadas em Bom Sucesso, Vista Alegre, Barra do Calçado e Fazenda Velha.

São Mateus — Realizada a III Exposição Regional de Animais.

Serra — Instalado o Ginásio Serrano, mantido pela Fundação Lourenço Brás. * Inaugurada a linha de transmissão e distribuição de energia elétrica ao balneário de Nova Almeida.

Viana — Construída uma ponte sôbre o rio Jacu, na localidade de São Rafael.

Vila Velha — Instalada a rêde de água no Morro do Garrido. * Inaugurado o Parque Infantil do Núcleo Residencial Alda Santos Neves. * Inaugurada uma linha de ônibus entre o Bairro de Ataíde e a Capital do Estado. * Instalada uma Agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. * Inaugurada a nova sede do Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A. * Construída uma ponte sôbre o Rio da Costa.

VITÓRIA — Inaugurada a Avenida Princesa Isabel. * Instalada a Federação das Cooperativas de Cafeicultores do Espírito Santo. * Realizado o I Congresso Odontológico Capixaba. * Realizada a VII Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados. * Realizado o II Congresso Estadual de Lavradores. * Inaugurados o serviço de teletipos simples no Aeroporto Salgado Filho e o Edifício das Repartições Públicas, de propriedade do Governo Estadual.

RIO DE JANEIRO

Ángra dos Reis — Batida a quilha do navio Júlio Régis de 12.000 toneladas, pelos Estaleiros Verolme.

Araruama — Em circulação o "Araruama Jornal". * Inaugurado um Balneário.

Barra do Pirai — Concluída a ponte Professora Heloísa Beatriz Figueira, entre Santanésia e este Município. * Concluído o Estádio Paulo Fernandes, do Roial Sport Club. * Instalada a Maternidade da Mãe Pobre, do Centro Espírita Pai José Cambinda.

Bom Jardim — Construído o prédio do Grupo Escolar João Brasil, na Vila de São José do Ribeirão.

Cabo Frio — Realizada a I Festa do Sal da Região dos Lagos Fluminenses.

Cambuci — Inaugurada a sede social da Banda de Música. * Inaugurada a Escola Primária Estadual Santa Maria.

Campos — Instalado em sede própria o Banco dos Lavradores. * Inaugurada a Estação Rodoviária Dr. Roberto Silveira. * Concluído o monumento a Benta Pereira, promoção do Lions Clube. * Inaugurado o Internato Rural Teotônio de Araújo. * Construída a Escola Agrônômica. * Realizada a II Semana Universitária. * Inaugurados o Patronato Agrícola de Italva, a Escola Agrotécnica e o Grupo Escolar Benta Pereira. * Inaugurado no Parque Dr. Beda o conjunto residencial para Servidores do Estado. * Pavimentada a Estrada do Açúcar. * Inaugurada a praça Saturnino Braga.

Carmo — Inaugurado o Curso Técnico de Contabilidade, do Instituto Educacional Ministro Clóvis Salgado.

Cordeiro — Realizada a XXI Exposição Agropecuária e Industrial. * Inaugurado o Hórto Frutícola. * Instalado o Serviço de

energia elétrica no povoado das Lavrinhas. * Inaugurados a sede do 9.º Distrito Agropecuário e o Horto Frutícola.

Itaboraí — Inaugurado o Grupo Escolar de Itambi.

Itaocara — Construído o Ginásio de Portela.

Itaperuna — Fundada a Liga Espírita. * Criado o Banco do Livro. * Fundada a Companhia Telefônica.

Macaé — Inaugurado o serviço de energia elétrica da Vila da Quissamã.

Magé — Em funcionamento o Ginásio e Escola Normal Dedo de Deus. * Inaugurada a escola Comandante Danley, na localidade de Piabetá. * Instalado um laboratório de análises clínicas.

Mendes — Inaugurado o Grupo Escolar Dr. Cunha Leitão.

Miracema — Inaugurado o pôsto de recebimento e resfriamento de leite da Cooperativa Agropecuária da Paraoquana Ltda.

Natividade de Carangola — Instalada uma linha noturna de ônibus ligando esta cidade à Capital do Estado.

NITERÓI — Construída a Escola Primária Allan Kardec. * Instalados cursos primários na Penitenciária e na Casa de Detenção. * Inaugurado o Oratório Festivo Dom Bosco, do Colégio Salesiano Santa Rosa. * Concluída a rede de abastecimento de água da Vila Aparecida. * Instalado o Pôsto da Criança, destinado a dar assistência médica às crianças necessitadas. * Em funcionamento o Serviço de Abastecimento de água do Morro do Estado e bairro Martins Tôrres. * Instalada a Editora Engra.

Nova Friburgo — Instalada em sede própria a Academia Friburguense de Letras. * Instalado o Ginásio de Esportes. * Inaugurada a estátua de Galdino do Vale Filho.

Nova Iguaçu — Inaugurada a piscina do Esporte Clube Iguaçu. * Criados o Curso Científico no Instituto Iguaçuano de Ensino e o Curso Normal no Colégio Afrânio Peixoto. * Inaugurados dois Grupos Escolares e o Instituto de Educação. * Concluída a passagem subterrânea que liga a Av. Marechal Floriano Peixoto à rua Bernardino de Melo.

Paracambi — Instalada a Coletoria Estadual. * Concluído o calçamento da rua

Carlos Antônio de Sousa, na localidade de Cascata. * Construída uma ponte sobre o rio São José.

Paraíba do Sul — Inaugurado o novo Pôsto Telefônico.

Petrópolis — Construída a Igreja de Santa Rita de Cássia, no bairro de Lagoa de Cima. * Realizada a II Jornada Regional de Cirurgiões, promovida pelo Colégio Internacional de Cirurgiões. * Realizada a Feira Industrial. * Instalada a Universidade Católica. * Construídos os Grupos Escolares de Itaipava e Nogueira. * Instalado no Edifício Pio XII o Teatro Experimental Petropolitano. * Inaugurado o Patronato Princesa Isabel.

Rio Bonito — Iniciado o funcionamento do Hospital Regional Darci Vargas. * Inaugurados a Cooperativa Agropecuária e o Templo Batista.

Santa Maria Madalena — Comemorado o 1.º Centenário do Município.

Santo Antônio de Pádua — Realizada a I Exposição Agro-Industrial.

São Gonçalo — Instalado um pôsto telefônico em Pacheco, distrito de Ipiúba. * Adquiridas duas ambulâncias para o Pronto Socorro. * Fundado o Clube das Mães. * Inaugurados o Grupo Escolar de Sete Pontos e as novas instalações do Grupo Escolar Erasmo Braga.

São João de Meriti — Inaugurado um Pôsto de Saúde Pública.

São Pedro da Aldeia — Realizado o Quarto Encontro Rural de 1962.

Sapucaia — Realizados vários melhoramentos na Praça Barão de Aiuruoca.

Squarema — Em circulação o quinzenário "Jornal de Squarema".

Silva Jardim — Inaugurado, na Praça Interventor Amaral Peixoto, um Parque Infantil.

Três Rios — Fundada a escola de música Lira Trirriense. * Inaugurado o monumento à Mãe Prêta.

Valença — Iniciadas as obras de pavimentação da Rodovia Valença-Afonso Arinos.

Vassouras — Instalada a Escola Doméstica e Industrial dos Santos Anjos.

Volta Redonda — Inaugurada uma agência dos Correios localizada no bairro do Retiro. * Instalada a Casa de Saúde Santa

Margarida, no bairro de Niterói. * Realizado o II Seminário Sócio-Econômico, patrocinado pelo Lions Clube. * Instalado em nova sede o Clube dos Funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional.

SÃO PAULO

Adarriantina — Iniciada a construção de dois prédios destinados às repartições públicas do Estado.

Águas de São Pedro — Instalado o Instituto Apostólico Secular Nossa Senhora do Cenáculo.

Álvares Florence — Concluída a construção da Casa da Lavoura, obra do Plano de Ação do Governo Estadual.

Americana — Instalado o Clube Operário Recreativo São José. * Retificado o ribeirão Quilombo. * Concluída a Maternidade do Hospital São Francisco.

Amparo — Criada a Comissão Municipal de Abastecimento. * Em fase de acabamento as obras do Ginásio Estadual Coriolano Burgos.

Andradina — Instalada a Cooperativa Popular de Consumo.

Apiáí — Em funcionamento um pôsto do Serviço da Lepra.

Araçatuba — Realizado o IV Concurso de Novilho de Corte, patrocinado pelo Pôsto Experimental de Criação e pela Associação Rural da Alta Noroeste.

Araçoiaba da Serra — Concluído o prédio da Casa da Lavoura.

Araraquara — Inaugurado na Maternidade e Gôta de Leite o Ambulatório de Diagnóstico Precoce do Câncer Genital Feminino.

Araras — Em circulação o "Semanário de Araras". * Inaugurado o Mercado Municipal.

Atibaia — Inaugurado o novo prédio do Museu João Batista Conti. * Inaugurada a Sociedade Beneficente Nosso Lar.

Avaré — Construída uma ponte sobre o rio Paranapanema. * Inaugurada a Maternidade Paulo Araújo Novais. * Lançada a pedra fundamental do Estádio Municipal.

Bariri — Concluída a Casa da Lavoura. * Inauguradas as novas instalações do Aeroclube.

Barretos — Realizada a XI Exposição de Animais e Produtos Derivados. * Inaugurado o Hospital São Judas Tadeu.

Batatais — Fundada a Associação Cultural Brasil-Estados Unidos.

Bauru — Fundada a Associação das Donas de Casa. * Concluída a passagem superior da Estrada de Ferro Sorocabana, obra do Plano de Ação do Governo do Estado. * Inaugurado um templo da Igreja Tenrikyô.

Bebedouro — Fundado o Clube dos Homens de Côr. * Instalado em nôvo prédio o Instituto de Educação.

Botucatu — Criada a Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas. * Realizada a XII Convenção dos Industriais do Interior. Inaugurado o Mercado Municipal. * Concluído o Grupo Escolar Martinho Nogueira, obra do Plano da Ação do Governo Estadual.

Bragança Paulista — Instalado, no Pôsto de Puericultura, o Serviço de Assistência pré-Natal. * Criada a Delegacia de Ensino. * Fundada a Biblioteca Adalgisa Bittencourt. * Realizado o ciclo de estudos nacionais sob o título: "A Semana da Realidade Nacional". * Fundada a Cooperativa Rural e Consumo da Zona Bragantina.

Caçapava — Inauguradas as novas instalações do Colégio Estadual e Escola Normal Machado de Assis. * Instalado em nova sede o Pôsto de Saúde. * Inaugurada a Casa da Lavoura, obra do Plano de Ação do Governo Estadual.

Cachoeira Paulista — Construído um Pôsto de Saúde e Puericultura.

Cajuru — Inaugurada a Rádio Cultura. * Realizado o Festival da Juventude.

Campinas — Fundada a Associação Cristã de Moços. * Inaugurado o Grupo Escolar Prof. Milton de Tolosa. * Construída uma ponte de cimento armado sôbre o rio Capivari. * Realizada mostra de arte japonesa. * Inauguradas a sede social e o pôsto de puericultura Beatriz Helena, no bairro do Taquaral. * Concluídas as construções do Grupo Escolar do Jardim Ouro Branco e de um Parque Infantil no bairro de Vila Nova. * Realizada a I Exposição Campineira de Comércio e Indústria. * Concluído o Grupo Escolar Júlio de Mesquita, obra do Plano de Ação do Governo do Estado. * Concluída mais uma subadutora no bairro de São Bernardo. * Realizado o Segundo Ciclo de Estudos Nacionais.

Campos de Jordão — Concluídas a Casa da Lavoura e a Agência da Caixa Econômica Estadual, obras do Plano de Ação do Governo. * Realizada a 11.^a Festa do Pinhão. * Instalado em nova sede o Centro de Saúde. * Criado o Conselho Florestal Municipal.

Cananéia — Concluídas as obras de ligação de água potável do continente à ilha de Cananéia.

Capivari — Inaugurados a Estação Rodoviária e o Mercado Municipal.

Caraguatatuba — Lançada a pedra fundamental da Casa da Lavoura.

Casa Branca — Inaugurado o Museu Histórico Pedagógico Visconde Taunay e Afonso Taunay. * Em funcionamento a Estação Rodoviária.

Cedral — Iniciada a construção de um parque infantil.

Cerqueira César — Inaugurado um nôvo matadouro.

Charqueada — Instalada a biblioteca pública municipal Nida Dedini Ricciardi.

Chavantes — Concluído o serviço de extensão da rede de abastecimento d'água na Vila Jardim Conceição.

Colina — Aberta ao tráfego a ponte de concreto sôbre o Córrego Grande, na rodovia Colina-Monte Azul Paulista. * Adquirida, pela prefeitura, uma motoniveladora.

Descalvado — Inaugurado o nôvo galpão do Asilo de São Vicente de Paulo. * Concluída uma ponte de concreto sôbre o ribeirão Bonito. * Fundado o Centro Descalvadense de Cultura.

Divinolândia — Realizada a I Festa da Batata. * Inaugurada a Unidade Sanitária Bivalente.

Dracena — Lançada a pedra fundamental da Casa da Criança. * Iniciada a construção do prédio da Delegacia Regional Agrícola.

Estrêla d'Oeste — Inaugurados os Postos de Puericultura e de Assistência Médico Sanitária. * Concluído o prédio da Delegacia de Polícia.

Franca — Realizadas a Primeira Jornada Médica, o 7.^o Salão de Arte Fotográfica e o II Seminário de Estudos para Professores Primários. * Instalado o laboratório distrital de análises clínicas do Instituto Adolfo Lutz.

Garça — Em fase de conclusão as obras da Santa Casa da Misericórdia. * Realizada a II Exposição Agropecuária e Industrial. * Adquiridos seis mil volumes para a Biblioteca Pública. * Inauguradas as novas instalações dos Correios e Telégrafos.

Guapiara — Inaugurado um cinema

Guaraçá — Instalado em novo prédio o Posto de Assistência Médico Sanitária. * Realizada a II Mostra Agrícola Municipal

Guaratinguetá — Inaugurado o prédio da Sociedade Amigos do Bairro de Pedregulho. * Fundada a Biblioteca Circulante Lamartine Delamare.

Guarujá — Inaugurado o Hospital Maternidade e Pronto Socorro Santo Amaro.

Guarulhos — Instalado o novo conjunto do parque industrial da Philips do Brasil.

Ibaté — Recebida da Secretaria de Saúde uma ambulância para o Posto de Assistência Médico Sanitária.

Iepê — Concluídos os serviços de instalação de 50 aparelhos telefônicos semi-automáticos. * Inaugurados os prédios do Ginásio Estadual e dos Correios e Telégrafos.

Igarapava — Comemorado o 120.º aniversário de emancipação política do Município.

Iguape — Construída a Casa da Lavoura. * Inaugurada a rodovia Biguá-Iguapé

Itanhaém — Comemorado o 430.º aniversário de fundação do Município.

Itapetininga — Realizada a II Jornada Médica.

Itapira — Inaugurado o pavilhão Chiquinha Quartim Barbosa, educandário destinado a abrigar crianças desamparadas.

Itápolis — Fundada a Cooperativa Avícola.

Itaporanga — Em construção uma ponte de concreto que ligará este Município ao Estado do Paraná.

Itararé — Inaugurada a iluminação elétrica do Bairro de Santa Cruz dos Lopes.

Itu — Inaugurados a Faculdade de Filosofia e o Hospital Nossa Senhora da Candéaria. * Fundada a Orquestra Sinfônica.

Jaboticabal — Inaugurados um Grupo Escolar no Bairro de Nossa Senhora Aparecida e o Matadouro Municipal, obras do Plano de Ação do Governo Estadual.

Jacaré — Inaugurada a Casa Pastoral da Igreja Cristã Evangélica. * Inaugurados o Mercado Municipal e os Grupos Escolares João Feliciano e Barão de Jacaré.

Jacupiranga — Inaugurada uma Agência do Banco Brasileiro de Descontos.

Jaú — Fundada a Sociedade Amigos de Jaú. * Em circulação a "Fôlha de Jaú".

Joanópolis — Inaugurado o novo hospital da Santa Casa de Misericórdia

José Bonifácio — Concluído o edifício do Paço Municipal.

Jundiá — Concluído o novo edifício do Ginásio e Escola Normal São Vicente de Paulo. * Inaugurados o centro telefônico e o telefone público do bairro de Currupira. * Concluída a passagem inferior para pedestres, sob os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Juquiá — Instalado o serviço telefônico

Leme — Instalado o Serviço de telefones automáticos.

Limeira — Concluída a rodovia Limeira-Iracemópolis. * Inaugurada uma escola do SESI. * Em circulação o "Jornal de Limeira."

Lins — Concluída a ponte sobre os trilhos da Noroeste, ligando a cidade à Vila Ribeiro. * Realizado o X Congresso Regional da Associação Paulista de Medicina. * Concluída a primeira parte da rodovia asfaltada Lins-Getulina.

Lorena — Inaugurado o edifício Dom Bosco, anexo do Colégio São Joaquim. * Concluída a construção de um grupo de 6 casas destinadas a famílias pobres, na Cidade Industrial. * Concluídas as obras de construção do prédio destinado ao Colégio Estadual e Escola Normal Arnolfo de Azevedo.

Marília — Fundada uma Empresa de Cinema. * Inaugurado o Movimento a Bento de Abreu Sampaio Vidal, fundador da cidade.

Matão — Criado o Conselho Municipal de Assistência ao Menor. * Fundada a Associação Rural.

Mirassol — Concluída a nova Sede da Agência da Caixa Econômica Estadual.

Mogi das Cruzes — Realizada a VIII Festa do Caqui. * Instalado em novo prédio

o Liceu Brás Cubas. * Inaugurados o Hospital e Maternidade Ipiranga e o Dispensário de Lepra.

Monte Azul Paulista — Construído um Pôsto Bivalente.

Morro Agudo — Concluída a Casa da Lavoura, obra do Plano de Ação do Governo Estadual.

Neves Paulista — Em construção a frente da Igreja Matriz.

Nova Odessa — Inaugurado o Centro de Nutrição Animal.

Orlândia — Inaugurado o 2.º Grupo Escolar do Município.

Osasco — Concluído, dentro do Plano de Ação do Governo Estadual, o Grupo Escolar Elói Lacerda.

Pacaembu — Fundada a Sociedade Amigos de Pacaembu.

Paraguçu Paulista — Adquirida, pela prefeitura, uma motoniveladora, para construção e conserva das estradas municipais. * Em funcionamento o gabinete dentário instalado pela prefeitura para atender aos pobres do Município. * Instalados um curso científico e um ginásio noturno.

Parapuã — Entrou em funcionamento, a título de experiência, o sistema de distribuição domiciliar de água.

Pindamonhangaba — Fundado o Centro Estudantil.

Pindorama — Inaugurado o Matadouro Municipal.

Pinhal — Construídas as novas instalações do Instituto de Educação Cardeal Leme. Inaugurado o Seminário Nossa Senhora da Assunção, obra dos Padres Assuncionistas Holandeses.

Piracicaba — Instalado o Museu do Índio. * Fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais. * Inaugurado o Instituto de Genética. * Instalada em sede própria a Secção local da Associação Paulista de Medicina. * Inaugurada a Casa do Estudante Professor José Benedito de Camargo.

Pirajuí — Inaugurada a Coletoria Federal. * Realizada a III Exposição Agropecuária.

Pirapõzinho — Inaugurada uma Agência do DCT no distrito de Tarabaí. * Concluída a Unidade Sanitária, obra do Plano de Ação do Governo do Estado.

Pirassununga — Inaugurada a Telefônica Pirassununga S.A. * Criado, pela Força Pública do Estado, um Destacamento de Polícia Florestal.

Pitangueiras — Construído um Ginásio Estadual. * Concluída a Casa da Lavoura, obra do Plano de Ação do Governo Estadual.

Pompéia — Inaugurada uma unidade Sanitária. * Concluídas as obras do Colégio Estadual e Escola Normal.

Pôrto Feliz — Inaugurado o Colégio Estadual Monsenhor Secler.

Pôrto Ferreira — Iniciadas as obras do prédio que abrigará a Prefeitura e a Câmara Municipal. * Inaugurada uma Agência do Banco do Brasil.

Presidente Bernardes — Instalada a XVI Delegacia da Associação dos Trabalhadores Rurais e Similares. * Realizada a III Exposição de Produtos Agrícolas. * Em funcionamento a Casa da Lavoura, obra do Plano de Ação do Governo Estadual.

Presidente Prudente — Instalado um núcleo do Sindicato de Trabalhadores Rurais no bairro do Imburi. * Realizada a V Exposição Agrícola.

Queluz — Inaugurada a Casa da Lavoura, obra do Plano de Ação do Governo Estadual.

Ribeirão Bonito — Inaugurada a fonte luminosa do Morro Bom Jesus da Cana Verde.

Ribeirão Preto — Inaugurado o Serviço de Assistência e Seguros dos Servidores do Município. * Inaugurada a praça Dario Giudigli. * Inaugurado o Ginásio Municipal dos Campos Elísios. * Fundado o Rotary Clube. * Inauguradas as instalações do Gabinete Dentário do Serviço de Assistência e Seguro Social. * Realizada a IV Convenção Hoteleira.

Rio Claro — Instalado em nova sede o Grupo Ginástico Rioclarense. * Fundada a Frente Rioclarense de Estudantes Universitários.

Salto — Instalado em nôvo prédio o Ginásio Prof. Paula Santos. * Inaugurado um Grupo Escolar, construído pela Indústria Eletro Metalúrgica Abrasivos Salto.

Santa Bárbara D'Oeste — Criado o Departamento de Ensino Prático Profissional pela entidade recreativa Nosso Clube. * Em funcionamento o hospital da Santa Casa de Misericórdia.

Santa Branca — Realizada a I Exposição Filatélica Regional.

Santa Cruz das Palmeiras — Fundada a Associação Rural.

Santa Rita do Passa Quatro — Construído o Parque Infantil Monsenhor Porfírio.

Santo Anastácio — Realizada a I Exposição de Pintores Anastacianos. * Concluídos o Grupo Escolar Alice Maciel Sanchez, o Posto de Sementes e uma ponte sobre o rio Anastácio.

Santo André — Inaugurado o Instituto de Educação Américo Brasiliense. * Em funcionamento as novas instalações do Ginásio Santo André. * Inaugurado o Pronto Socorro Municipal.

SANTOS — Inaugurado o novo ambulatório médico, da Caixa Beneficente da Guarda Civil. * Concluída a Nova Sede Social do Jabaquara Atlético Clube. * Construída a Casa do Cientista de Amanhã.

São Bento do Sapucaí — Concluído o prédio da Casa da Lavoura.

São Bernardo do Campo — Inaugurado o novo templo da Igreja Evangélica Assembléia de Deus. * Concluídos os serviços de ajardinamento do Grupo Escolar de Vila Rosa. * Construído pela Prefeitura Municipal, um prédio para Agência do DCT. * Inaugurada a Torre Monumento da Igreja Matriz.

São Caetano do Sul — Inaugurada pelo SENAI a Escola Técnica de Cerâmica Armando de Arruda Pereira.

São Carlos — Reconhecido, por ato do Ministro do Trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico.

São Joaquim da Barra — Ampliado o serviço de abastecimento d'água.

São José do Rio Pardo — Fundadas a Cooperativa de Consumo e a Associação de Assistência Social.

São José do Rio Preto — Criado o Banco do Município de Rio Preto S. A. * Inaugurada a praça de Santa Apolônia, no distrito de Engenheiro Schmidt. * Realizada uma jornada médica patrocinada pela Sociedade de Medicina e Cirurgia.

São José dos Campos — Inaugurada a Casa do Menor, da Liga de Assistência ao

Menor. * Realizada a XIII Reunião da Comissão Brasileira de Classificação Decimal Universal.

São Miguel Arcanjo — Inaugurados Grupos Escolares em Vilas Buenos Aires, Curuçá e Vila Nitro-Operária.

SÃO PAULO — Fundado o Instituto de Estudos Rurais. * Inaugurado um posto de vacinação contra tétano, anexo ao Parque Infantil Regente Feijó. * Fundado o Instituto Nacional de Orientação Profissional. * Realizada a VI Exposição Feira de Gado Leiteiro e Cavalos Marchadores. * Realizado o II Seminário Latino-Americano de Comercialização, Armazenagem e Processamento de Produtos Agrícolas e a III Feira de Mecânica Nacional. * Realizada, no Ibirapuera, a I Exposição da República Democrática Alemã. * Inaugurado o Educandário Sampaio Viana, que abrigará 300 menores abandonados. * Concluído o Grupo Escolar Joaquim Lemos do Prado, localizado no bairro do Imirim. * Inaugurado um Grupo Escolar no Km 18 da Estrada de Osasco. * Construído pelo SESI, o Conjunto Assistencial Roberto Simonsen, no bairro do Ipiranga.

São Pedro — Fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais.

São Roque — Instalado um sub posto da Delegacia do Trabalho. * Iniciada a construção do viaduto de Mailasqui, na passagem de nível da via Raposo Tavares com a Estrada de Ferro Sorocabana. * Instalada em sede própria a agência do IBGE. * Realizada a XI Festa do Vinho.

São Sebastião — Lançada a pedra fundamental da sede da Associação Atlética Sete de Setembro.

São Vicente — Instalada uma agência da Caixa Econômica Federal.

Socorro — Reaberto o Lar Dom Bosco, antigo orfanato da cidade.

Sorocaba — Instalada a Cooperativa Popular de Consumo. * Concluída a construção da estrada municipal entre a sede do distrito de Brigadeiro Tobias e o bairro da Capotera. * Em funcionamento a Rêde Telefônica Sorocabana, que substituiu a Companhia Telefônica Brasileira. * Realizado o II Seminário de Professores Primários. * Instalada uma escola do SENAI no bairro de Santa Rosália.

Susano — Instalada a Comarca desta cidade.

Tambaú — Inaugurada a sede da Associação Rural.

Tanabi — Inaugurado, na principal via pública da cidade, o sistema de iluminação com lâmpadas fluorescentes.

Tapiratiba — Criado o Parque Infantil Municipal.

Taquaritinga — Inauguradas as instalações do Banco de Sangue, anexo à Santa Casa de Misericórdia. * Construído um Jardim público no distrito de Jurupema. * Realizada a Exposição Industrial e Agrícola.

Tatuí — Inaugurado o Museu Paulo Setubal. * Fundada a Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos.

Tietê — Criado o Conservatório Dramático e Musical.

Tupã — Inaugurada uma agência da Caixa Econômica Federal. * Inaugurada nova linha de ônibus ligando Tupã a São Paulo. * Realizada a I Exposição de Arte Infantil. * Inaugurados a estação do aeroporto internacional, o hangar do aeroclube, o 4.º Grupo Escolar do Município, o prédio da Delegacia Regional Agrícola, a Unidade Polivalente, a fonte luminosa Sonora e uma concha acústica.

Vera Cruz — Inaugurados uma unidade da Secretaria de Saúde, a Casa da Lavoura e o Serviço para Reforço e Abastecimento D'água da cidade. * Inaugurada a Casa da Lavoura.

Vinhedo — Inaugurado o hospital da Santa Casa de Misericórdia.

Viraóuro — Entregue ao tráfego uma ponte de concreto sobre o riacho Banharão

Vista Alegre do Alto — Concluídos os trabalhos de perfuração do poço arteziano que fornecerá água à cidade. * Realizada a I.ª Reunião Técnica do Mamoeiro.

PARANÁ

Alto Paraná — Instalada a Comarca de Alto Paraná. * Inaugurado o Estádio Municipal Dr. Antônio F. F. da Costa. * Inaugurado o Estádio Municipal. * Instalada a Escola Técnica de Comércio Estadual.

Apucarana — Realizado o I Congresso Ruralista do Norte do Estado. * Inaugurados quatro Parques Infantis e a Praça 28 de Janeiro.

Ararua — Inaugurada a Sede Social e o Campo Experimental Agrícola da Colônia Japonesa Fuji.

Assaí — Inaugurado o Estádio Esportivo Tomoyassu Ikeda.

Cianorte — Inaugurado o Hospital Nossa Senhora Aparecida.

CURITIBA — Realizado o I Conclave dos Produtores do Litoral.

Dois Vizinhos — Inauguradas 12 escolas primárias municipais.

Francisco Beltrão — Instalada a rede telefônica Francisco Beltrão-Marmeleiro.

Guáira — Instalado o Ginásio Municipal.

Guaratuba — Instalada a Comissão Executiva da Mobilização Estadual contra o Analfabetismo.

Jacarêzinho — Em funcionamento um Laboratório de Análise do Solo.

Londrina — Instalada a Comissão Regional da Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo. * Instalado o II Curso Volante da Universidade do Paraná. * Instalada a Faculdade Estadual de Odontologia.

Maringá — Instalada a Inspeção do Imposto de Renda. * Fundados a Associação dos Servidores Municipais e o Clube Social Beneficente dos Viajantes.

Marmeleiro — Instalada a linha telefônica Marmeleiro-Francisco Beltrão. * Inaugurado o Instituto Nossa Senhora da Consolação.

Paranavá — Inauguradas 75 salas de aula no Noroeste Paranaense, no triângulo formado pelos rios Paraná-Ivaí-Paranapanema. * Inaugurado o Hospital Santa Margarida.

Pato Branco — Instalados 100 aparelhos telefônicos automáticos. * Concluído o prédio destinado à Coletoria Estadual e Distrito Fiscal de Rendas do Estado.

Peabiru — Fundada a Escola Técnica de Comércio.

Piraquara — Construída por presidiários, foi inaugurada uma ponte de cimento armada na rodovia Piraquara-Curitiba.

Rebouças — Instalado o Hospital de Caridade D. Darcy Vargas.

Rio Branco do Sul — Doada ao Município, pelo Presidente da República, uma máquina de terraplanagem.

Rolândia — Inaugurado o serviço de telefones automáticos.

Santa Mariana — Instalada a Escola Técnica de Comércio.

Santo Antônio — Inaugurado o Serviço de Correspondência Aérea Oficial do Estado.

União da Vitória — Inaugurada a escola Lina Forte. * Inaugurada uma Granja Modélo, da Comercial Bandeirante Ltda.

SANTA CATARINA

Araquari — Criado, pelo Govêrno do Estado, o Curso Normal Regional Antenor Sprotte.

Biguaçu — Criadas pelo Govêrno Municipal três escolas de ensino primário.

Brusque — Fundado, pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, o Ginásio Professor Honório Miranda.

Camboriú — Em funcionamento a Escola Agro-técnica e o Curso Normal Regional Professor Sebastião Rocha.

Campo Belo do Sul — Instalada a Colêtorial Estadual.

Cunha Porã — Inaugurado um templo pertencente ao credo Evangélico do Sinodo Riograndense.

FLORIANÓPOLIS — Criado o Centro de Estudos Odontológicos de Santa Catarina. * Inaugurado o Hospital da Associação de Santa Catarina. * Criada, pela Legião Brasileira de Assistência, em convênio com o Govêrno do Estado e o SESC, uma escola para crianças excepcionais. * Instalada, em caráter experimental, a Emissora de Rádio Santa Catarina. * Concluídas as construções das sedes do Departamento de Obras e Saneamento e do 16.º Distrito Rodoviário Federal.

Ibirama — Criadas escolas isoladas nas seguintes localidades: Serra do Mirador, Sabugueiro, Alto Rita Palmito, Rio Deneke I e Rio Bruno.

Imbituba — Inaugurada a Capitania do Pôrto. * Construído o Cine São Luiz, no bairro da Praia.

Jaraguá do Sul — Inaugurada a Escola Roland H. Dormbusch, na localidade de Ribeirão Mólha. * Em funcionamento o Curso Normal Regional.

Joinville — Realizado o IV Congresso Sindical de Santa Catarina.

Lajes — Fundado o Serviço de Guarda Noturna. * Instalado o Curso Científico Noturno, no Instituto e Escola Normal Vidal Ramos.

Modélo — Concluída a estrada rodoviária ligando as localidades de Novo Ibiacá e Novo Horizonte.

Pouso Redondo — Instalado um grupo Diesel, destinado ao abastecimento de energia elétrica.

Rio do Campo — Criadas duas escolas isoladas nos povoados de Tamandaré e Ribeirão da Serra.

Rio Negrinho — Criado o Curso Colegial na Escola Técnica de Comércio Rio Negrinho.

Rodeio — Construídas três pontes de madeira sôbre o Rio Ipiranga e uma ponte de concreto na estrada para Arapongas.

São Carlos — Fundada a Sociedade Aliança Católica de São Carlos, com finalidades culturais e esportivas.

São João do Sul — Inaugurado o Grupo Escolar Governador Ildo Menegheti.

Sombrio — Criada uma escola de ensino primário.

Tijucas — Concluído o prédio da Associação Rural.

Timbó — Instaladas as Escolas Reunidas Virgílio Camestrini e uma Escola Normal no Ginásio Ruy Barbosa.

Urussanga — Concluído o prédio do Ginásio Municipal.

RIO GRANDE DO SUL

Antônio Prado — Realizado um Congresso Estudantil.

Bagé — Realizado o Curso Especial de História do Rio Grande do Sul. * Inauguradas 43 escolas pelo Serviço de Expansão Descentralizado de Ensino Primário.

Bento Gonçalves — Criada a Escola Normal de 2.º ciclo, funcionando junto ao Grupo Escolar Professor Ângelo Roman.

Bom Jesus — Fundado o primeiro Colégio Comercial desta cidade.

Caçapava do Sul — Concluída a nova Usina Elétrica do Município.

Cachoeira do Sul — Construído um parque de diversões junto à Praça de Borges

de Medeiros. * Inauguradas as novas instalações da Delegacia do Impôsto de Renda. Realizada a festa da cumieira do futuro hospital da cidade.

Carnaquã — Instalado o Ginásio Noturno.

Campo Bom — Inaugurados o Ginásio Estadual e o Grupo Escolar 25 de Julho.

Campo Novo — Inaugurado o Ginásio Estadual Noturno.

Candelária — Adquirida uma ambulância pela Prefeitura. * Inauguradas seis novas unidades escolares localizadas em Linha Passa-Sete, Várzea de Botucaraí, Linha Brasil, Oeiras, Roncador e Linha do Sul. * Instalada em nôvo prédio a Prefeitura Municipal.

Cangussú — Fundada a Associação dos Agricultores sem Terra. * Criado o Serviço Médico Domiciliar.

Canoas — Inaugurada uma Agência da Caixa Econômica Estadual. * Em funcionamento o Hospital Nossa Senhora das Graças.

Carlos Barbosa — Inaugurada a Escola Pe. Reus, obra do Plano de Expansão e Descentralização do Ensino Primário. * Instalada uma escola de SEDEP no distrito de Vila Rica.

Casca — Instaladas no Município 14 Escolas Municipais construídas segundo o Plano de SEDEP. * Inaugurada a sede social de Clube União Casquense.

Caxias do Sul — Funcionando, em caráter experimental, o serviço de fluoração da água da Hidráulica Municipal. * Instalada a Fundação Abramo Berle. * Inaugurada a Escola Municipal Padre Landell de Moura.

Crissiumal — Criada uma Escola Normal do 2.º ciclo. * Inaugurada a linha telefônica Crissiumal-Três Passos.

Cruz Alta — Criada a Escola Técnica Industrial.

Dois Irmãos — Inaugurado um Posto de Saúde.

Encruzilhada do Sul — Instalada uma linha de ônibus ligando o Município de Camaquã com esta sede.

Erechim — Inauguradas as novas instalações da Delegacia do SESI.

Ervai — Inaugurado o Centro de Trações Gaúchas Teófilo Amaro da Silveira.

Estância Velha — Inauguradas a Coletoria Federal e a Escola Normal Estadual.

Farroupilha — Instalado o Ginásio Noturno Senador Alberto Pasqualini, da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Feliz — Inaugurados o Ginásio Estadual e a Coletoria Federal.

Frederico Westphalen — Instalado um ginásio no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Garibaldi — Inaugurado o serviço de energia elétrica para as Vilas de Coronel Pilar e São Marcos.

Gaurama — Concluído o nôvo prédio do Ginásio Estadual.

General Câmara — Inaugurado o Cine Teatro Guarani.

Getúlio Vargas — Instalado o Ginásio Noturno Estadual.

Guaíba — Instalado em nôvo prédio o Grupo Escolar Gonçalves Lêdo.

Guaporé — Doad a pelo Ministério da Saúde uma ambulância ao Hospital Municipal.

Horizontina — Inaugurados os prédios construídos pelo Plano de Expansão e Descentralização do Ensino Primário, destinados às seguintes escolas: D. Pedro II, de Pôrto Londero; General da Legalidade, do Lajeado Sêco; Governador da Legalidade, de Esquina Bela Vista; D. Pedro I, de Pôço Redondo; Pio XII, da Capela Santo Antônio; Coelho Neto, de Barra do Pratos; Princeza Isabel, de Cascata Pratos; Castro Alves, de Mato Queimado; General Osório, de Esquina Cabriúva; Alberto Pasqualine, de Lajeado Ângelo; Salgado Filho, de Pôrto Santo Antônio; José de Alencar, de Bela Aurora; Fernão Diás, de Ponte do Guabiroba; Bela Vista, de Esquina Bela Vista, e Getúlio Vargas, de Lajeado Jacutinga. * Instalado um Ginásio Estadual.

Ibirubá — Inaugurado o Consultório Médico da Caixa de Enfermidade da União Operária Beneficiente Recreativa.

Ijuí — Em funcionamento a nova usina elétrica do Passo de Ajuricaba, no rio Ijuí

Iraí — Inaugurada a Tela Olímpica do Estádio Léo Pinto.

Itaqui — Desapropriada, pelo Govêrno Estadual, a fazenda Mata Fome.

Júlio de Castilhos — Instalado, no distrito de Pinhal Grande, um Sub-Pôsto de Higiene.

Lagôa Vermelha — Inaugurada a Hidráulica local.

Lavras do Sul — Inaugurados pela Prefeitura Municipal os serviços telefônicos.

Machadinho — Instalados o Destacamento da Brigada Militar do Estado e a Junta de Alistamento Militar.

Marau — Inauguradas as novas instalações da Associação Rural. * Instalada a Coletoria Federal. * Inaugurada uma escola do CODEP na localidade de Cantão. * Fundado o Sindicato dos Proprietários Rurais.

Montenegro — Criado o Ginásio Industrial, anexo ao Grupo Escolar da Praça da Matriz. * Reaberto o Aero-Clube.

Não me Toque — Realizada a I Exposição de Milho.

Nonoai — Em funcionamento, em caráter experimental, a Nova Usina Hidráulica para fornecimento de força e luz.

Novo Hamburgo — Realizado o I Congresso dos Proprietários de Jornais do Interior do Rio Grande do Sul.

Osório — Criada a Cooperativa dos Produtores de Leite e Derivados.

Palmeira das Missões — Reorganizada a Associação Rural Municipal. * Instalado um posto de Polícia Rodoviária Estadual.

Panamby — Inauguradas as instalações do novo Hospital de Vila Condor. * Inaugurado um monumento à Nossa Senhora de Fátima. * Instalada a Coletoria Federal.

Passo Fundo — Inaugurados o Turismo-Hotel e o Cine-Teatro Pampa. * Criados Sub-Pôstos de Saúde nos distritos de Ernestina e Campo do Meio. * Concluídas 20 casas de emergência pelo Departamento da Casa Popular, destinadas aos favelados da Vila Nova Brasília. * Instalada uma Delegacia do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. * Criado, em Vila Sertão, um Sub-Pôsto de Saúde.

Pelotas — Em conclusão as obras da ponte sobre o rio São Gonçalo. * Inauguradas as novas instalações do Serviço de Otorrino-laringologia e Oftalmologia da Santa Casa de Misericórdia. * Inaugurada a Ponte de São Gonçalo. * Realizada uma Exposição de Artes Plásticas no Clube Caixeral.

Pinheiro Machado — Construído um campo de pouso para aviões de pequeno porte. * Inaugurada a Escola Normal Regional.

PÓRTO ALEGRE — Criado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). * Inaugurados o Parque Zoológico e o Centro Juvenil do Estado. * Lançada a revista "Umbu", órgão do Departamento Folclórico da Academia de Letras da Fronteira Oeste (ALFO), Sediada em Uruguaiana. * Inaugurado o Hospital "General Ernesto Dornelles". * Realizados a III Jornada de Educação e o Seminário de Estudos Econômicos e Sociais do RS.

Rio Grande — Inaugurada uma casa de amparo à velhice, obra da Matriz Episcopal do Salvador.

Rio Pardo — Instalada a Paróquia de Pântano Grande, Distrito de Capivarita.

Roca Sales — Inaugurado, no Ginásio São José, o Curso Ginásial Noturno. * Iniciada a pavimentação das principais artérias da cidade.

Sananduva — Inaugurada a Hidráulica da cidade.

Santa Bárbara do Sul — Instalado um Grupo Escolar construído em convênio com o Estado.

Santa Cruz do Sul — Inaugurada, em caráter experimental, a primeira estação retransmissora da TV — Itacolomi.

Santo Ângelo — Inaugurada a Casa do Escoteiro.

Santo Antônio — Concluído o prédio destinado à Escola Técnica Elementar de Santo Antônio da Patrulha.

Santo Cristo — Instalada uma livraria pelos alunos do Ginásio Santo Cristo.

São Francisco de Assis — Instalada uma escola pública no Subúrbio e outra na localidade de Santa Rosa. * Criada a escola Municipal Santa Cecília, localizada em Passo do Goulart.

São Francisco de Paula — Realizado o I Congresso Estudantil. * Concluída a primeira ala da Casa Rural.

São Jerônimo — Inaugurada a travessia do Passo da Cruz, que liga esta cidade à Vila de Charqueada. * Instalada uma Agência do Banco do Brasil S.A. * Inaugurada a Escola Normal.

São Luiz Gonzaga — Inaugurado o serviço telefônico. * Criadas duas escolas do Plano de Expansão e Descentralização do Ensino Primário, no distrito de Caibaté.

Sapiranga — Concluída a pista do Campo de Pouso do Aero-Clube. * Instalada a Exatoria Federal. * Inaugurado o Templo da Igreja do Redentor, da Comunidade Luterana São Mateus.

Sapucaia — Adquirido, pela Prefeitura Municipal, um prédio destinado às coletorias estadual e federal.

Sarandi — Fundada a Secção da Frente Agrária Gaúcha.

Tapejara — Inauguradas a estrada que liga o povoado de Engenho Grande à vila de Água Santa e a linha telefônica que liga o referido povoado à Sede Municipal. * Concluído o novo edifício da Escola Santo Antônio, localizada em Cachoeira Média. * Inauguradas as novas instalações da Escola Nossa Senhora de Lourdes, no distrito de Charrua. * Instalada a Escola São Roque, localizada em Cêro Alto. * Instalada em novo prédio a Escola São Jorge, no distrito de Charrua.

Taquara — Instalada e mantida pelo Estado a Escola Técnica Industrial.

Taquari — Inaugurada a nova sede da Câmara dos Vereadores.

Três Coroas — Criada uma Escola Normal.

Três de Maio — Instalada em novo prédio a Escola Rural de Lageado Turumã.

Uruguaiana — Realizado o I.º Congresso de Líderes Estudantis da Fronteira Sudoeste. *

Venâncio Aires — Construídos nove prédios escolares pelo Serviço de Expansão Escolar Descentralizada do Ensino Primário. * Inaugurada a rede elétrica de Vila Deodoro.

MATO GROSSO

Cáceres — Concluído o Ginásio Estadual.

CUIABÁ — Instalada a Delegacia Regional da Indústria e Comércio de MT. * Reiniciada a construção da rodovia Cuiabá-Brasília. * Realizado o I Conselho Regional dos Escoteiros de Estado.

Ponta Porã — Inaugurado o Ginásio Paroquial São José.

Pôrto Murtinho — Criado o Riachuelo Clube.

Poxoréu — Inaugurada a Escola Normal Dr. Fernandes Corrêa. * Concluídos os trabalhos de calçamento da rodovia a Mutum-Poxoréu. * Instalado o Ginásio 7 de Setembro.

Rio Verde de Mato Grosso — Inaugurada a Escola Franciscana.

Santo Antônio de Leverger — Inaugurada a rede de iluminação pública e particular.

GOIÁS

Abadiânia — Construídos dois prédios escolares na zona rural.

Anápolis — Inaugurado mais um pavilhão no Aprendizado Agrícola Sócrates Diniz. * Fundada a Colônia Árabe da Palestina.

Anicuns — Iniciada a construção do Ginásio do Estado.

Aragarças — Doado, pela Fundação Brasil Central, um motor para fornecimento de energia elétrica ao Município.

Aurilândia — Inaugurado o Curso Normal Regional Estadual.

Bela Vista de Goiás — Concluída a construção de um anexo à Prefeitura, onde deverá funcionar a Cooperativa Municipal.

Bom Jardim de Goiás — Instaladas duas Escolas Isoladas.

Brasabrantés — Instalado em nova sede o Grupo Escolar São João Batista.

Buriti Alegre — Realizada a I Exposição Agro-Pecuária do Município.

Caldas Novas — Concluída uma ponte sobre o rio Pirapetinga.

Catalão — Inaugurada a nova rede elétrica entre Catalão e Goiandira. * Concluída a ponte sobre o Ribeirão Grande, na BR — 106, entre este Município e Araguari. * Recuperada a lagoa Paquetá. * Concluída a rede telefônica Catalão-Goiandira. * Inaugurado o serviço de transporte coletivo entre Catalão e Uberlândia.

Caturai — Inaugurado o novo prédio da Prefeitura Municipal.

Ceres — Entregue ao público, pela VI residência do DER — GO, uma ponte sobre o córrego Verde. * Realizado o V Congresso Vicentino do Estado de Goiás.

Corumbá de Goiás — Instalada uma escola na fazenda Mata do Gravatal. *

Concluída a arborização da Av. Roberto Muller. * — Instalada uma fábrica de cimento da Companhia Votorantim, na fazenda Cocalzinho. * Inaugurada uma escola na fazenda Mata do Gravatal.

Cristalândia — Realizada a II Exposição Agro-Pecuária, promovida pela Secretaria de Educação de Goiás, em colaboração com a Associação Rural. * Entregue ao trânsito a ponte construída sobre o Ribeirão Água Verde, no ramal Cristalândia BR/14, no povoado de Vitória do Norte. * Inaugurado o serviço de rádio-comunicação entre esta cidade e Goiânia.

Cristalina — Criadas as Escolas Isoladas das Fazendas Buriti, Martins e São Bartolomeu.

Cromínia — Concluída a nova estrada ligando Cromínia à BR-14.

Fazenda Nova — Inaugurado o Colégio São Domingos.

Fuminópolis — Realizado o Curso de Extensão e Aperfeiçoamento mantido pela Secretaria de Educação do Estado.

Formosa — Criado, pelas Religiosas dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, um curso de Jardim de Infância. * Reconstruído e aumentado o jardim público da Praça Ruy Barbosa.

Goianápolis — Criada a Cooperativa de Produção e Consumo

Goianésia — Inauguradas escolas públicas isoladas no Povoado de São José da Boa Vista, na fazenda Grupiara e no Córrego da Margarida. * Em funcionamento as escolas particulares Boa Vontade e Paroquial Coração de Maria. * Inaugurada a herma do Sr. Laurentino Martins Rodrigues, fundador da cidade.

GOIÂNIA — Realizado um curso intensivo para formação de técnicos na Escola de Formação de Operários e Mecânicos de Máquinas Rodoviárias. * Em construção o Centro Cívico. * Inaugurada a Sede da Fundação Nacional de Esportes. * Fundado o Instituto de Desenvolvimento Agrário. * Realizada a Exposição de Obras e Realizações do Plano MB. * Adquiridos, pela Secretaria de Saúde, trinta e seis gabinetes dentários para os Postos de Saúde. * Inaugurado o serviço telefônico Goiânia—Goiás.

Goiás — Construído um Parque Infantil.

Goiatuba — Instalados o Rotari Clube e o Serviço Social Rural, do Ministério da Agricultura. * Criado o Curso Normal, anexo ao Ginásio Estadual.

Iaciara — Terminados os trabalhos do açude municipal.

Inhumas — Inaugurada a Agência do DCT. Em funcionamento o Hospital João Jorge Sahium. * Inaugurada a Escola Normal do Educandário Rui Barbosa. *

Itapuranga — Reconstruída a estrada Itapuranga-Itaberaí. * Instaladas 18 escolas primárias.

Itauçu — Inaugurado o serviço telefônico ligando os Municípios de Itauçu e Itaberaí.

Itumbiara — Construída uma ponte sobre o Ribeirão Santa Maria. * Concluído o Curso de Suficiência, para professores primários leigos

Jandaia — Inaugurado o prédio do Forum. * Funcionando, em caráter provisório, o serviço de iluminação elétrica.

Jaraguá — Instalada uma filial da Companhia de Armazens e Silos do Estado de Goiás. * Prossegue a instalação de telefones. * Inaugurada a linha telefônica Jaraguá-Goiânia. * Construído um Grupo Escolar.

Jataí — Instalada a XII.^a Delegacia Regional do Ensino Primário do Estado. * Instalada a Sociedade Goiana de Máquinas e Veículos. * Inaugurado o prédio do DCT. * Inaugurado um balneário.

Leopoldo de Bulhões — Instalada a Escola Normal Regional Estadual.

Mairipotaba — Inaugurado um Grupo Escolar, do Plano MB.

Miracema do Norte — Instalados o Ginásio Normal de Tocantins e a Escola Paroquial Santa Terezinha.

Mossâmedes — Autorizado o funcionamento do Ginásio São José, criado em 1960. * Inaugurada a escola isolada municipal de Capelinha.

Niquelândia — Inaugurado um sub-pôsto do SAMDU.

Ôlho D'água — Instalado um matadouro.

Orizona — Organizada, pela prefeitura municipal, uma empresa de ônibus para o transporte de passageiros desta cidade a Egerinêo Teixeira.

Pedro Afonso — Em construção 30 pontes em diversos ribeirões do Município. * Realizado o II Congresso da CENOG (Casa do Estudante Norte Goiano).

Piracanjuba — Fundado o Clube Recreativo Jamilense, no povoado Prof. Jamil Safady.

Pires do Rio — Inaugurado o Serviço telefônico Pires do Rio—Goiânia. * Concluído o prédio destinado ao Jardim da Infância. * Fundada a Associação Profissional dos Carregadores e Transportadores de Volumes e Bagagens.

Ponte Alta do Bom Jesus — Construído um campo de futebol e organizado o Esporte Clube.

Pôrto Nacional — Instalada a 18.º Delegacia de Ensino da região.

Quirinópolis — Inaugurado o Grupo Escolar do arraial de Gouvelândia.

Rio Verde — Realizado o Curso de Extensão e Aperfeiçoamento para Professores Primários.

Rubiataba — Reconstruída a Rodovia GO-13.

Santa Cruz de Goiás — Fundadas três escolas municipais nas fazendas Dois Irmãos, Cabaça de Mel e Fleuri. * Instalado telefone público.

São Luís de Montes Belos — Instalado o Ginásio Estadual. * Inaugurado o serviço de energia elétrica da cidade.

São Simão — Fundado o Frigorífico Nacional de Goiás. * Em circulação o mensário "Jornal de Goiás".

Tocantínia — Criadas, pela prefeitura municipal, escolas nos Sítios São Bento, Esperança e Firmeza; no povoado Lajeado e na Fazenda Paciência.

Trindade — Em construção o Jockey Clube e dois prédios escolares.

Turvânia — Instaladas, pela prefeitura municipal, 6 escolas primárias.

Uruana — Instaladas 4 escolas primárias.

E NSINO SUPERIOR EM 1961 — O ensino superior no País vem sendo ministrado através de uma rede de 1 236 unidades escolares, das quais 768 em 32 universidades e 468 em estabelecimentos isolados. Dessas unidades, 44% eram oficiais e abrigavam um contingente de 56 332 alunos, dos 98 892 que constituíam a população universitária no início do ano letivo de 1961.

As parcelas mais significativas dêste total eram constituídas pelos que se dedicaram ao bacharelato em direito (24%) e filosofia, ciências e letras (23%). Engenharia (11%), medicina (11%), ciências econômicas, contábeis e atuariais (9%) e odontologia (6%) formavam um segundo grupo, sendo que os demais ramos dêste tipo de ensino não alcançavam a quota dos 5%. Em relação ao ano anterior, a matrícula inicial apresenta-se com um acréscimo de 6%, o que equivale a mais 5 690 estudantes nos diversos cursos de graduação. O maior incremento nos principais ramos de formação ocorreu no de filosofia, ciências e letras e no de ciências econômicas, mas a verdade é que, embora em ascensão, a massa universitária constitui uma parcela pouco ponderável, tendo em vista o contingente demográfico do País. A taxa relativa ao Brasil, neste particular, pode ser fixada em 16 alunos universitários por 10 mil habitantes, enquanto índice semelhante alcança 74 na Argentina, 33 na Costa Rica, 25 na Venezuela e 18 no Equador.

As conclusões de curso no ano de 1960 também apresentaram maiores quantitativos para os cursos de bacharéis em filosofia, ciências e letras (30%) e em direito (19%). Os totais de medicina (9%), engenharia (9%), odontologia (8%) e ciências econômicas (6%) eram, porém, bem menos expressivos.

DECRETO N.º 1.486, DE 7 DE
NOVEMBRO DE 1962

Dispõe sobre o Serviço Nacional de Municípios (SENAM), criado pelo Decreto n.º 50 334, de 11 de março de 1961, sua transferência para o Gabinete Civil da Presidência da República e dá outras providências.

O Presidente do Conselho de Ministros, usando da atribuição que lhe confere o art. 18, item III, do Ato Adicional à Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), criado pela Decreto n.º 50 334, de 11 de março de 1961, fica, a partir da data da publicação do presente decreto, diretamente subordinado à Presidência da República, por intermédio do Gabinete Civil.

Art. 2.º O SENAM terá um Diretor-Geral e um Sub-Diretor, que o substituirá nos seus impedimentos, designados pelo Presidente da República, além dos servidores que forem requisitados pela autoridade competente.

Art. 3.º Compete ao SENAM:

I — Estabelecer contatos administrativos entre as Autoridades Municipais e os Órgãos do Poder Executivo Federal, tendo em vista colaborar para a solução dos problemas fundamentais das Comunas;

II — Promover audiências das Autoridades Municipais com o Presidente da República, o Presidente do Conselho de Ministros e preparar a pauta das mesmas;

III — Encaminhar aos Órgãos do Governo Federal os despachos dos assuntos administrativos de interesse dos Municípios;

IV — Prestar às Autoridades Municipais assistência e informações relativas às suas Comunas;

V — Responder às consultas sobre assuntos de caráter administrativo, jurídico, econômico, financeiro e outros pertinentes aos Municípios;

VI — Elaborar, quando fôr o caso, ou a pedido expresso de Prefeitura ou Câmara

Municipal, anteprojatos de Lei relativos a problemas municipais;

VII — Promover reuniões e concentrações de Prefeitos e Vereadores das várias regiões do País, para o debate dos problemas locais, solicitando a colaboração da Associação Brasileira de Municípios (ÁBM), do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e entidades congêneres;

VIII — Organizar as Delegações Brasileiras aos Congressos Internacionais de assuntos municipais, solicitando, quando fôr o caso, a colaboração da ÁBM, do IBAM e de entidades congêneres;

IX — Organizar Grupos de Trabalho para estudar os problemas de infraestrutura do desenvolvimento econômico e social dos Municípios, serviços de abastecimento de água, energia elétrica, escolas primárias, hospitais, recuperação de alagado, casas populares, bairros operários, urbanização e planos diretores, rêdes de esgotos, crédito supervisionado, ensino profissional, transportes, comunicações e assuntos correlatos e, quando fôr o caso, executá-los através de convênio com os Municípios, Sociedades de Economia Mista, Caixas Econômicas e órgãos de financiamento em geral.

X — Participar de reuniões organizadas pelos Órgãos de planejamento de desenvolvimento regional quando aos referidos conclaves forem convocadas Prefeituras Municipais, assistindo-as tecnicamente;

XI — Organizar e manter em condições de perfeito funcionamento, em Cadastro completo da situação e necessidades prioritárias dos Municípios;

XII — Colaborar com os Governos dos Estados e Territórios, quando solicitados;

Art. 4.º Ao Diretor-Geral incumbe:

I — Dirigir os trabalhos do órgão;

II — Expedir, em nome da Autoridade competente, as convocações a que se refere o item II do artigo 2.º, dêste Decreto;

III — Organizar uma equipe de Assesores Técnicos, e de servidores especializados para o funcionamento eficiente do

SENAM, requisitados dos Quadros do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal e Autárquico, observadas as prescrições legais;

IV — Baixar Portarias, Instruções e Ordens de Serviço;

V — Apresentar, anualmente, relatório das atividades do SENAM;

Art. 5.º O Serviço Nacional dos Municípios (SENAM) manterá, até que seja regulada por Lei a sua organização definitiva, a seguinte estrutura:

- a) Gabinete;
- b) Setores de Coordenação Regional;
- c) Divisões Técnica, Administrativa, de Relações Públicas, Divulgação e Informação.

Art. 6.º Os Setores de Coordenação Regional São Escritórios Técnicos dirigidos por um (1) Delegado Regional, de livre escolha do Diretor-Geral.

Parágrafo único. Os demais servidores serão requisitados do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal e Autárquico.

Art. 7.º O Diretor-Geral do SENAM encaminhará sugestões para anteprojetos de Leis, consubstanciando providências concretas, relativas ao desenvolvimento planificado dos Municípios, respeitada a autonomia local.

Parágrafo único. Para êsse fim constituirá Grupos de Trabalho.

Art. 8.º O SENAM poderá sugerir autoridade competente à realização de estudos, levantamentos e projetos especiais, podendo contratar tais serviços com entidades de reconhecida idoneidade técnica, assim como contratar pessoal técnico e administrativo para trabalhos específicos.

Art. 9.º O Orçamento Geral da União, a partir do exercício de 1962, consignará dotações específicas para ocorrer às despesas

de manutenção, aparelhamento e funcionamento do SENAM.

Art. 10. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de novembro de 1962, 141.º da Independência e 74.º da República.

HERMES LIMA
João Mangabeira.

Publicado no "Diário Oficial", edição de 16-11-62.

LEI N.º 4 182, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1962

Dá ao atual Território Federal de Rio Branco a denominação de Território Federal de Roraima.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2.º do Art. 70 da Constituição Federal, e eu, Rui Palmeira, Vice-Presidente do Senado Federal, promulgo, de acôrdo com o disposto no § 4.º do mesmo artigo da Constituição, a seguinte Lei:

Art. 1.º O Território Federal do Rio Branco passa a denominar-se Território Federal de Roraima.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

RUI PALMEIRA

Publicado no "Diário Oficial", edição de 18-12-62.

I ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

PROMOVIDO pelo Instituto Nacional de Estudos Superiores o (INES), realizou-se de 9 a 11 de agosto, na capital paulista, o I Encontro dos Municípios de São Paulo, com a presença de cerca de 180 prefeitos do Estado, além dos de Belém, Macaé, Curitiba e Vitória, presidentes de Câmaras de Vereadores e líderes políticos municipais.

Foram aprovados 13 resoluções relativas ao desenvolvimento do municipalismo, com base em estudos feitos por uma comissão de professores, prefeitos e estudiosos dos problemas municipalistas. É o seguinte o teor dessas teses:

“Sobre a criação do Banco dos Municípios S.A. :

Reconhece-se como medida de elevado interesse para o desenvolvimento econômico das comunidades paulistas e criação do Banco dos Municípios, em caráter de urgência.

Sobre a amortização de empréstimos aos municípios:

Indica-se ao governo do Estado, através da Caixa Econômica Estadual, redução dos encargos anuais dos municípios nos empréstimos concedidos, tornando mais suaves os planos de amortização.

Sobre a autonomia tributária:

Declara-se necessário resguardar a autonomia tributária dos municípios contra a outorga de isenção de impostos municipais a quaisquer entidades, sem a expressa autorização legislativa do poder competente para tributar, sendo que os favores fiscais concedidos pelo Estado e pela União não podem perturbar as finanças municipais, devendo rever-se os favores já concedidos e considerados lesivos aos interesses dos erários municipais

Sobre a discriminação de rendas:

Representar ao Congresso Nacional no sentido de emendar-se a Constituição Federal, em seu art. 20, de modo a instituir-se igualdade de tratamento para todos os municípios do País, capitais ou não.

Sobre o sistema tributário:

É necessária a adoção, pelos municípios, dos sistemas tributários flexíveis e produtivos, cuidando-se que os impostos territorial, predial e de indústrias e profissões devem ter como base de lançamento, o valor venal dos imóveis e o movimento econômico, respectivamente, e sendo o cadastro fiscal órgão de fundamental importância á política orçamentária e tributária do município.

Sobre o pagamento das cotas da União:

Durante os trabalhos, cinco Comissões foram constituídas para o exame dos seguintes temas: 1) Lei Orgânica dos Municípios e Relações com o Estado e com o Governo Federal; 2) Bem-Estar Rural; 3) Municipalismo e Tributação; 4) Reforma Agrária; e 5) Reforma Eleitoral.

A Comissão que examinou a Lei Orgânica dos Municípios e as relações destes com o Estado e o Governo Federal apreciou diversas indicações, concluindo pela aprovação das seguintes: a) Projeto n.º 4.375-62, de autoria do deputado Cunha Bueno e outros, para criação do Banco de Desenvolvimento dos Municípios; b) Proposição do Instituto de Pesquisas Tecnológicas para regularização do Serviço de Pesos e Medidas no Estado; c) Indicação do vereador José Porfírio ao Governador do Estado e à Caixa Econômica Estadual no sentido de se encontrar fórmula contratual nos empréstimos entre os Municípios e a Caixa, objetivando maior suavidade na amortização dos empréstimos; d) Exposição do Conselho Estadual

de Turismo para o incremento do turismo nos Municípios; e) Requerimento do sr. Waldemar Cristianini, objetivando a manutenção da lei 3.649-59; f) Requerimento do mesmo congressista sobre a inconstitucionalidade da distribuição do imposto único de energia elétrica e combustíveis; g) Indicação do vereador José Porfírio, propondo estudo de novo critério de distribuição do excesso de arrecadação estadual sobre a municipal; h) Proposição do prefeito de Osasco no sentido de propiciar aos novos Municípios facilidades para a iniciação de sua vida administrativa e financeira; i) Regulamentação da Lei Orgânica, da cassação e extinção do mandato de vereador.

Foram aprovados os seguintes trabalhos pela Comissão que examinou as teses sobre Bem-Estar Rural: 1) Consignação de verbas, de Adolfo Moreira Filho, prefeito de Adolfo; 2) Eletrificação Rural de Marcelo Bugart, do Serviço Especial de Eletrificação Rural; 3) Professor-Enfermeiro Rural, de Alfredo Petriní, prefeito de São Carlos; 4) Trabalhadores Rurais reclamam a ação das Juntas Municipais do Serviço Social Rural, do INES; 5) Participação dos Municípios e Programa do Desenvolvimento Rural, de Rafael Raya Júnior e José Gomes da Silva.

Por sua vez, a Comissão que examinou as teses sobre Reforma Agrária aprovou apenas uma, com as devidas ressalvas, de autoria do prefeito de Pirajuí, sr. Sérgio Piza, sob o título "Municipalismo e Reforma Agrária". Já a Comissão encarregada de examinar os trabalhos sobre os problemas tributários dos Municípios aprovou os seguintes: 1) Autonomia Tributária dos Municípios, da Prefeitura Municipal de Santos; 2) Regularização do Serviço de Pesos e Medidas, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas; 3) Favores Fiscais concedidos pela União ou pelo Estado não podem perturbar as finanças do Município, de Abel Tenório de Oliveira, prefeito de Cubatão; 4) O Município e os tributos de sua Competência, de Ermelino Gato (IBAM); 5) Discriminação das Receitas Públicas, da Prefeitura de São Paulo, com a colaboração de Milton Improta e Waldemar Cristianini; 6) Banco do Desenvolvimento dos Municípios, de Cunha Bueno. As duas últimas teses foram aprovadas com restrições e as demais por unanimidade. Ainda na mesma Comissão foram apresentadas as seguintes indicações:

1) Imunidade municipal relativa ao imposto de consumo nas aquisições; 2) Fiscalização municipal nas arrecadações dos impostos federais e estaduais, quando tiver participações; 3) Pagamento das dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento da União às Municipalidades. O autor das indicações foi o sr. Waldemar Cristianini.

O I Encontro dos Municípios de São Paulo encerrou-se no dia 11 de agosto, com uma sessão solene, às 9 horas, na Assembléia Legislativa do Estado, com uma conferência sobre Municipalismo, proferida pelo sr. Araújo Cavalcanti, então diretor-geral do Serviço Nacional dos Municípios (SENAM)

Julga-se imprescindível que haja maior facilidade no processamento, pela União, do pagamento das cotas atribuídas aos municípios.

Sobre a criação das Juntas Municipais do SSR:

Estimando-se em mais de 1,5 bilhões de cruzeiros a quantia que se encontra recolhida em estabelecimentos competentes, à disposição do Serviço Social Rural, para aplicação, nos municípios, na assistência aos trabalhadores rurais, recomenda-se ao presidente da República, ao presidente do Conselho de Ministros e ao ministro da Agricultura determinações para a imediata criação das Juntas Municipais daquela autarquia, órgãos que, de acordo com a lei em vigor, têm a atribuição de destinar as referidas verbas.

Sobre a importância das cooperativas de eletrificação rural:

O incremento da eletrificação rural, através da criação de cooperativas de distribuição de energia é medida de importância fundamental para o desenvolvimento econômico e social das populações, sugerindo-se à Caixa Econômica Estadual e reserva de uma porcentagem dos depósitos para serem aplicados na expansão daqueles serviços.

Sobre a participação dos municípios no desenvolvimento rural:

Propõe-se a integração de nossas comunas nos programas de desenvolvimento rural que diferentes agências, com diferentes técnicas de trabalho e diversas fontes de arrecadação, estão promovendo, evitando-se,

assim, uma crescente dispersão de recursos materiais, financeiros e humanos, pela falta de coordenação.

Sôbre nôvo sistema eleitoral:

Ressalta-se a necessidade da mudança do sistema eleitoral, adotando-se a eleição através dos distritos eleitorais, representados na Assembléia Legislativa por deputados cujos, nomes sejam sufragados majoritariamente, reservando-se um número de cadeiras proporcional ás legendas mais votadas.

Sôbre o impôsto territorial rural e a reforma agrária:

Na execução da reforma agrária patenteia-se a importância fundamental do município, considerando-se igualmente que o impôsto territorial rural é o melhor e mais adequado instrumento para a realização de uma reforma agrária, devendo ter prioridade inclusive sôbre o item referente á desapropriação.

Sôbre o Encontro dos Municípios:

Diante do êxito, alcançado pelo I Encontro de Municípios de São Paulo e levando em conta a extrema utilidade de reuniões periódicas dessa natureza, propõe-se que sejam efetuados certames municipalistas nas várias regiões do Estado, periodicamente, organizados e patrocinados pelo INES, além de um conclave anual semelhante ao presente, de âmbito estadual.

Sôbre a elaboração de anteprojetos de lei:

Com base nas proposições votadas no I Encontro de Municípios de São Paulo, a assessoria técnica do INES elaborará anteprojetos de lei a serem enviados ao Congresso, aos Legislativos locais e ao Legislativo Estadual, remetendo ainda aos Executivos os assuntos votados que sejam de sua direta alçada".

ANUÁRIO — 1962

DENTRO do prazo fixado — primeiros dias de dezembro —, o CNE lançou o 23.º volume do "Anuário Estatístico do Brasil", correspondente a 1962. Repositório de dados oficiais sôbre diferentes aspectos da vida do País, essa publicação representa a mais importante iniciativa no campo da

difusão sistemática e atualizada das estatísticas nacionais. Para o seu preparo, o Conselho, por intermédio da Diretoria de Documentação e Divulgação, desenvolve um trabalho disciplinado e rigoroso de coordenação, com o concurso de centenas de repartições articuladas pelo sistema estatístico brasileiro.

Na apresentação dos dados foi obtido o máximo de atualidade, com enriquecimento da matéria habitualmente sistematizada. Algumas modificações, quanto à distribuição e extensão dos elementos numéricos da coletânea, foram introduzidas, com o objetivo de síntese, sem prejuízo, contudo, de sua continuidade e comparabilidade. Assim, certas tabelas foram condensadas a fim de evitar-se a reprodução de material apresentado pormenorizadamente em publicações especializadas e anuários anteriores.

Em compensação, foram incluídos novos conjuntos numéricos, como, por exemplo, os resultados preliminares dos Censos Agrícola e Industrial; dados sôbre fabricação de tratores e navios, armazenagem e silagem, produção, potência e consumo de energia elétrica, por Unidades da Federação, além dos resultados do último Censo Demográfico, sob novos aspectos.

VIDA BRASILEIRA

MAIS um volume — o de n.º 24 — da série "Flagrantes brasileiros", que o CNE vem editando, com fins de divulgação das realidades nacionais. Êsses volumes contêm, sempre, cinqüenta notas sucintas de análise de determinados ângulos econômicos, sociais do país, com base nos resultados de recentes inquéritos.

No último folheto saído do prelo encontram-se textos acêrca de Municípios: Salto Grande, Marília, Guararapes e Valparaíso (SP), Farias Brito e Boa Viagem (CE), São José do Mipibu (RN), Mallet (PR), Mutum (MG), Ijuí (RS) e Pesqueira (PE).

Outros assuntos de grande interesse focalizados no volume: efetivos pecuários, vida média no País, indústria automotiva, movimento editorial, comércio interestadual, reservas mundiais de petróleo, produção de chá-da-índia, banana, cacau, côco-da-baía, algodão, etc., finanças públicas, consumo de energia elétrica, organização sindical etc.

DIFUSÃO MUNICIPAL

NO propósito de ampliar o plano de difusão de elementos informativos sobre a vida municipal brasileira, com base em dados históricos e estatísticos, o CNE deu início à publicação de uma nova série de monografias, dentro de um programa de síntese e precisão, sem interrupção da primeira série, que já alcançou o n.º 259.

A nova coleção, com feição gráfica diferente, mas igualmente ilustrada com fotografias e desenhos, compreende, até agora, 24 títulos: Caetité, Jacobina, Maraú e Pôrto Seguro (BA), Eirunepé, Maués e Tefé (AM), Altamira e Itaituba (PA), Salto Grande e São José do Rio Preto (SP), Divinópolis e Rio Piracicaba (MG), Cabo e Limoeiro (PE), Riachão do Dantas e São Cristóvão (SE), Codó (MA), Icó (CE), Angicos (RN), Piancó (PB), Santa Maria Madalena (RJ) e Três Lagoas (MT), Rio Largo (AL), Areia Branca (RN), Santa Rosa (RS), Pilar (AL), Serra (ES) Cajazeiras (PB), Santa Cruz Cabralia (BA), Jardim do Seridó (RN).

IX CONGRESSO INTERAMERICANO DE MUNICÍPIOS

COM o comparecimento de delegados de tôdas as nações americanas, realizou-se em Punta del Este, Uruguai, no período de 23 a 31 de outubro de 1962, o IX Congresso Interamericano de Municípios. A sessão solene de instalação foi presidida pelo Sr. Francisco Salazar, Presidente do Conselho Departamental de Maldonado (Uruguai), a que pertence a cidade de Punta del Este, e da Junta local organizadora do Centro Interamericano de Administração Municipal (CIAM), ladeado pelo Sr. Eduardo Victor Haedo, Conselheiro Nacional da República Oriental do Uruguai, e pelos Prefeitos de Montevidéu, Buenos Aires, Los Angeles, San Diego, Pôrto Rico, Louisville, São Petersburgo, Nashville, Nova Orleans, Las Vegas, São Francisco, Baton Rouge, Santa Vitória do Palmar, Colatina, bem assim por autoridades dos vários países representados no Congresso.

O conclave apreciou e aprovou, em seis sessões plenárias, 56 contribuições, entre teses, proposições e moções, destacando-se

os seguintes: “Aplicação da Aliança para o Progresso”, prefeito Samuel Iorty; “Autonomia Municipal”, de José N. Dopacio; “Autofinanciamento” (ONGI — Panamá — Buenos Aires); “Declaração de Princípios da Aliança para a América Latina”, de Adriano Carmona Romaã; “Possibilidades e Fórmulas de Associações”, de T. Delgado de Puppo e Francisco Serra; “Desenvolvimento Econômico do Município” de Mario Bucheli; “Documentação Municipal”, de João Manoel Pinho; “Meios Econômicos e Serviços Financeiros”, de Giampietro Borrás; “Participação do Município no Programa Conjunto para Ativação do Progresso na América Latina”, de Carlos Moran; “Parques e Jardins das Américas”, de João Scasso; “Focalização da Autonomia Municipal” do uruguaio Roberto Augusto Neri; “Organizações Intermunicipais”, de Italo Tempra; “Participação do Município no Desenvolvimento Econômico”, de Alvaro Magana; “O Homem e a Civilização Urbana”, de Antonio Delorenza Neto; “Pontos de Vista Sobre a Autonomia Municipal”, de Vidal e Dias Pagé; “Serviço de Assistência Técnica aos Municípios”, de H.G. Pope; “Aos Membros do Congresso Interamericano de Municípios”, de Conrado Alves Guimarães; “Um Esquema de Lei para Modernizar os governos Locais”, de Dana Montano; “Função, do Geógrafo no Desenvolvimento da Comunidade”, de Pablo Heredia; “Uma Nova Modalidade para Atender a Determinados Serviços Públicos”, de Guilherme Aguerrondo; “Assistência Técnica Estatal aos Governos Locais”, de William Frederick; “Programa e Funcionamento Orçamentário”, de Herman Goldner; “Participação do Município no Programa Conjunto de Ativação do Progresso na América Latina”, de Fernando Gomes Pedrosa (ABM) — chefe da delegação brasileira; “A Experiência do Serviço Nacional dos Municípios (SENAM) no Brasil”, de Hugo Cantanhede (Brasília); “Criação da Mentalidade Municipalista”, de Antonio Machado Santana (Ribeirão Preto); e outros trabalhos.

Chefiou a delegação brasileira ao IX Congresso Interamericano de Municípios o sr. Fernando Gomes Pedrosa, na presidência da Associação Brasileira de Municípios. A delegação foi constituída pelas seguintes pessoas: Srs. Cleanto Paiva Leite, Diretor do Banco Interamericano de Municípios, deputado Aniz Badra (SP), Sr. Sylvio For-

tunato (Santos, SP), Sr. Hugo Cantanhede (SENAM, Brasília, DF), vereador Benedito Rodrigues Lisboa (São José do Rio Preto, SP) prefeito Moacyr Brotas (Colatina, ES), conselheiro Moreira Camargo (Vitória, ES), Prefeito Conrado Alves Guimarães (Santa Vitória do Palmar, RS), vereador Cécilio Marques Fernandes (Pôrto Alegre, RS), Max Brando (Brasília, DF), Doralice Brando (Brasília, DF), José Elias Prezado (Rio

de Janeiro, GB), Sr. Milton Furtunato (Santos, SP), conselheiro João de Paula Teixeira Filho (Goiânia, GO), Daimo Antonio de Paula Teixeira (Goiânia, GO), srta Raquel Zuckermann (São Paulo, SP), Srs. Antonio Machado Sant'Anna (conselheiro da APM Ribeirão Preto, SP), Carlos Lucio (São Paulo, SP), e Natalício Bezerra (Brasília, DF) e o conselheiro Guilherme Bittencourt (APM, São Paulo, SP).

CONSUMO DE TÊXTEIS — O consumo aparente per capita de têxteis no Brasil teve um crescimento relativamente pouco expressivo no decênio 1950/1960 e, parece, não evoluirá em ritmo mais satisfatório no decênio futuro. Dados apurados pelo Grupo de Trabalho da Indústria Têxtil assinalaram para os primeiros dez anos uma taxa que varia entre os extremos de 4,2 e 4,7 quilos por pessoa, enquanto índice semelhante a ser atingido no início dos anos setenta ficará à volta de 5,5 quilos. Os valores absolutos indicam que de 1950 a 1960 o consumo aparente cresceu de 220 mil para 314 mil toneladas, correspondentes a um incremento de 42%.

O brasileiro está vestindo mais um pouco de tecidos de algodão e utilizando menos lã em sua indumentária, pois enquanto o consumo per capita do primeiro tecido evoluiu de 3,4 em 1950 para 3,8 quilos em 1960, relativamente ao segundo, valor semelhante decresceu de 0,32 quilos para 0,24. Paralelamente, o consumo de fibras artificiais cresceu de pouco mais de 20% (de 0,43 para 0,54 quilos por pessoa), bem como o do conjunto rami-linho (de 0,09 para 0,11 quilos). Os dados apurados permitem verificar que os nacionais, neste decênio, tomaram contato com as fibras sintéticas, porque se em 1950 o consumo deste tipo de produto era inexistente, dez anos depois atingia 0,04 quilos por habitante.

Uma análise comparativa dos dados assinalados para os extremos do período demonstram que o mercado consumidor de têxteis não correspondeu aos estímulos do surto de progresso por que passou o país. Particularmente, não influíram, como normalmente acontece, nem o crescimento da população urbana nem a melhoria relativa do padrão de vida dessa população. Numéricamente, equivale dizer que o índice de industrialização do país passou de 100 em 1949 para 235 em 1958 e o ingresso per capita incrementou-se de 35%, mas apesar desse crescimento, a demanda de têxteis não foi além dos 13% de aumento.

ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - 1960

MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)
MARANHÃO		MARANHÃO (conclusão)		PIAUI (conclusão)	
Afonso Cunha..	—	Pôrto Franco	63	Itaueira.....	71
Alcântara. . .	30	Presidente Dutra..	8	Jaicós	198
Alto Parnaíba....	27	Primeira Cruz. . .	2	Jerumenha.....	132
Amarante do Maranhão	4	Riachão	57	José de Freitas	249
Anajatuba . . .	14	Ribamar.	7	Landri Sales.....	22
Araioses	189	Rosário	27	Luís Corrêa... .	334
Arari	—	Sambaíba	8	Luzilândia.	93
Axixá	4	Santa Helena	0	Matias Olímpio	26
Bacabal	30	Santa Luzia	—	Miguel Alves.....	276
Bacuri	6	Santa Quitéria do Ma-		Monsenhor Hipólito... .	19
Balsas.	182	ranhão	22	Monte Alegre do Piauí	25
Barão de Grajaú .	93	São Benedito do Rio		Nazaré do Piauí.....	25
Barra do Corda. .	18	Prêto	5	Oeiras.	161
Barreirinhas.. .	7	São Bento	39	Palmeirais.....	49
Benedito Leite.. .	5	São Bernardo	60	Parnaíba	27
Bequimão	11	São Domingos do Mara-		Paulistana	32
Brejo	34	nhão.	—	Pedro II...	26
Buriti	106	São Félix de Balsas	—	Pedro II...	176
Buriti Bravo . . .	25	São Francisco do Mara-		Picos	74
Cajapió	16	nhão.	70	Pimenteiras	76
Cajari.	16	São João Batista.	12	Pio IX	54
Cândido Mendes.. .	0	São João dos Patos ..	45	Piracuruca.	367
Cantanhede	27	SÃO LUÍS.	5	Piripiri.....	134
Carolina	65	São Raimundo das Man-		Pôrto	81
Carutapera	4	gabeiras	10	Regeneração	24
Caxias.	354	São Vicente Férrer ..	26	Ribeiro Gonçalves	54
Chapadinha	107	Timbiras	27	Santa Cruz do Piauí... .	50
Codó.	64	Timon	56	Santa Filomena.....	143
Coelho Neto	29	Tuntum	11	São Félix do Piauí	49
Colinas.	37	Turiaçu	11	São Francisco do Piauí	130
Coroatá	48	Tutóia	17	São João do Piauí	158
Cururupu	29	Urbano Santos	13	São José do Peixe.	224
Dom Pedro	—	Vargem Grande	56	São Miguel do Tapuio.	254
Duque Bacelar	30	Viana	4	São Pedro do Piauí	154
Esperantinópolis. .	—	Vitória do Mearim	35	São Raimundo Nonato.	48
Fortuna	—	Vitorino Freire	—	Simões.	107
Gonçalves Dias. . . .	—			Simplicio Mendes	42
Governador Archer . .	—	PIAUI		TERESINA	272
Graça Aranha	—	Água Branca	89	União	122
Grajaú	86	Alto Longá	10	Urufú	171
Guimarães	10	Altos	139	Valença do Piauí	180
Humberto de Campos. .	5	Amarante...	90	CEARÁ	
Icatu	7	Angical do Piauí	28	Abaiara	55
Imperatriz	42	Barras	175	Acará	183
Ipixuna	76	Batalha.	28	Acopiara.....	152
Itapecuru-Mirim. . . .	13	Beneditinos	371	Aiuaba	63
Lago da Pedra	—	Bertolinia	62	Alcântaras.....	63
Loreto	19	Bom Jesus.	36	Altaneira.....	63
Magalhães de Almeida	29	Buriti dos Lopes	457	Alto Santo.	63
Matinha	8	Canto do Buriti.	428	Antonina do Norte... .	18
Matões	55	Capitã de Campos.. .	90	Apuiarés.....	101
Mirador	75	Caracol	8	Aquiraz	98
Monção	4	Castelo do Piauí.. .	255	Aracati.	106
Montes Altos	20	Cocal	115	Aracoiaba.....	61
Morros	15	Conceição do Canindé	40	Aratuba	109
Nova Iorque.	45	Corrente	57	Arneiroz	67
Poço do Lumiar	—	Cristino Castro	430	Assaré.	157
Palmeirândia.	—	Curimatá.....	5	Aurora.....	254
Paraibano	27	Elesbão Veloso	80	Baixio.	53
Parnarama.	95	Eliseu Martins	130	Barbalha.	23
Passagem Franca	70	Esperantina...	154	Barro	93
Pastos Bons	20	Floriano	164	Batoque	203
Pedreiras.....	36	Fronteiras.	34	Baturité	83
Penalva.	10	Gilbués	61	Beberibe	117
Peri-Mirim	0	Guadalupe.....	8	Bela Cruz	287
Pindaré-Mirim	21	Inhuma	29	Boa Viagem.....	287
Pinheiro.	—	Itainópolis	45		
Pio XII	—				
Pirapemas	24				

MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)
CEARÁ (continuação)		CEARÁ (Conclusão)		RIO GRANDE DO NORTE (concl.)	
Brejo Santo	189	Fiquet Carneiro		Nísia Floresta	32
Camocim...	32	Foranga ..		Nova Cruz ..	82
Campos Sales	106	Porteiras..	23	Ouro Branco	21
Canindé ..	130	Potengi..		Parelhas ..	63
Capistrano		Quixadá ...	574	Parnamirim	2
Caridade	43	Quixeramobim	643	Patu ..	39
Cariré ..	211	Quixeré..		Pau dos Ferros	77
Caririagu	221	Redenção	166	Pedro Avelino	45
Cariús ..	82	Reriutaba	63	Pedro Velho..	9
Carnaubal		Russas ..	192	Pendências	14
Cascavel	84	Saboeiro ..	76	Portalegre	100
Catarina		Santana do Acaraú	126	Santa Cruz ..	44
Caucaia	239	Santana do Cariri	67	Santana do Matos	84
Cedro....	146	Santa Quitéria..	69	Santo Antônio..	79
Chaval ..	15	São Benedito..	209	São Bento do Norte	2
Cococi ..		São Gonçalo do Ama-	89	São Bento do Trairi	(4)
Coreau	109	rante ..		São Fernando....	42
Crateús ..	98	São João do Jaguaribe	32	São Gonçalo do Ama-	
Crato ..	195	São Luís do Curu..	3	rante ..	91
Farias Brito	121	Senador Pompeu ..	162	São João do Sabigi	72
FORTALEZA.	759	Senador Sá ..		São José do Campestre	24
Frecheirinha ..		Sobral ..	339	São José de Mipibu	46
General Sampaio		Solonópole..	128	São Miguel ..	86
Granja....		Tabuleiro do Norte	19	São Paulo do Potengi	15
Granjeiro....	157	Tamboril ..	63	São Razael ..	23
Groaíras ..		Tauá ..	239	São Tomé ..	70
Guaraciaba do Norte	181	Tianguá ..	100	São Vicente ..	16
Guaramiranga	112	Trairi ..	28	Serra Caiados..	29
Ibiapina ..	54	Ubajara ..	147	Serra Negra do Norte	70
Icó ..	137	Umari ..	46	Serra de São Bento	23
Iguatu ..	260	Uruburetama	86	Sítio Novo ..	(1)
Independência..	79	Uruoca ..	15	Taipu ..	32
Ipamirim..	102	Várzea Alegre	173	Tangará ..	8
Ipu ..	149	Vigosa do Ceará..	166	Touros ..	83
Ipueiras ..	69			Umarizal ..	15
Iracema ..	85	RIO GRANDE DO NORTE		Upanema ..	26
Irauçuba ..		Acari ..	64	Várzea ..	12
Itaiçaba ..	40	Açu ..	83	Touros ..	83
Itapagé ..	209	Afonso Bezerra	60	Umarizal ..	15
Itapipoca	132	Alexandria ..	170	Upanema ..	26
Itapiúna ..		Almino Afonso..	43	Várzea ..	12
Itatira ..	88	Angicos ..	56		
Jaguaretama	129	Apodi... ..	62	PARAÍBA	
Jaguaribara		Areia Branca	1	Água Branca ..	11
Jaguaribe..	132	Arés ..	21	Alagoa Grande	145
Jaguaruana..	185	Augusto Severo	68	Alagoa Nova ..	118
Jardim.	15	Baía Formosa	0	Alagoinha... ..	55
Jati ..	21	Barcelona..	(1)	Alhandra... ..	66
Juazeiro do Norte	143	Barreto..	(2)	Antenor Navarro	50
Jucás ..	46	Caiada ..	(3)	Araçagi ..	
Lavras da Mangabeira	148	Caicó ..	123	Araruna ..	53
Limoeiro do Norte	91	Canguaretama	19	Areia ..	105
Maranguape...	172	Campo Redondo	15	Aroeiras ..	152
Marco ..	38	Caraúbas ..	91	Bananeiras ..	105
Martinópolis		Carnaúba dos Dantas	32	Barra de Santa Rosa	
Massapé ..	91	Ceará-Mirim ..	111	Bayeux ..	
Mauriti ..	141	Cêro Corá ..	41	Belém ..	
Meruoca ..	82	Coronel Ezequiel	22	Bonito de Santa Fé	64
Milagres ..	103	Cruzeta ..	31	Boqueirão..	83
Missão Velha	130	Currais Novos	111	Brejo da Cruz	74
Mombaça ..	175	Florânia ..	54	Cabaceiras ..	28
Monsenhor Tabosa	25	Goianinha ..	37	Cabedelo ..	1
Morada Nova	499	Grossos ..	6	Cacimba de Dentro	
Moraújo ..		Ipanguaçu ..	34	Caicara ..	57
Morrinhos ..		Itaú ..	42	Cajazeiras..	223
Mucambo ..	22	Januário Cicco ..	5	Campina Grande	513
Mulungu ..	131	Japi... ..	13	Carnoió ..	
Nova Olinda ..	36	Jardim de Piranhas	32	Catingueira..	31
Nova Russas	74	Jardim do Seridó..	46	Catolé do Rocha	70
Novo Oriente	28	João Câmara	11	Conceição ..	47
Orós ..	9	José da Penha	23	Congo ..	
Pacajus ..	54	Jucurutu..	78	Coremas ..	22
Pacatuba ..	113	Lajes ..	73	Cruz do Espírito Santo	78
Pacoti ..	166	Lajes Pintadas	(4)	Cubati ..	10
Pacujá ..		Luís Gomes ..	53	Cuité ..	81
Palhano ..		Macaíba ..	18	Destêro ..	
Palmácia ..		Macau... ..	3	Dona Inês ..	
Paracuru ..		Marcelino Vieira	50	Esperança ..	58
Parambu..	54	Martins ..	41	Guarabira ..	189
Paramoti ..		Maxaranguape	(5)	Gurinhém ..	33
Pedra Branca	143	Monte Alegre	7	Ibiara ..	
Penaforte ..		Mossoró ...	130	Ingá ..	136
Pentecoste ..	216	NATAL ..	11	Itabaiana ..	449
Pereiro ..	56				

(1) Incluída na arrecadação do Município de São Tomé. — (2) Incluída na arrecadação do Município de Touros. — (3) Incluída na arrecadação do Município de Serra Caiada. — (4) Incluída na arrecadação do Município de Santa Cruz. — (5) Incluída na arrecadação do Município de Taipu.

MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)
BAHIA (continuação)		BAHIA (conclusão)		MINAS GERAIS (continuação)	
Cícero Dantas.....	75	Nilo Peçanha.....	738	Andradas..	2 254
Cipó.....	43	Nova Soure.....	257	Andrelândia ..	992
Coaraci.....	2 192	Olindina ..	123	Antônio Carlos ..	811
Côcos.....	151	Oliveira dos Brejinhos ..	47	Antônio Dias ..	738
Conceição da Feira..	117	Palmas de Monte Alto ..	107	Araçuaí ..	764
Conceição do Almeida.	382	Palmeiras ..	33	Araguari ..	3 715
Conceição do Coité..	260	Paramirim.....	400	Araújos ..	294
Conde.....	199	Paratinga ..	41	Araxá ..	1 002
Condeúba ..	295	Paripiranga ..	87	Arceburgo ..	635
Coração de Maria...	199	Paulo Afonso....	18	Arcos ..	1 916
Coribe.....	122	Piatã ..	173	Areado.....	1 217
Correntina ..	197	Pilão Arcado ..	17	Astolfo Dutra ..	602
Cotegipe ..	138	Pindobaçu ..	94	Ataléia ..	164
Cruz das Almas ..	208	Pi itiba.....	353	Baependi ...	1 947
Curaçá.....	55	Poções ..	1 832	Baldim ..	452
Encruzilhada ..	743	Pojuca ..	171	Bambuí ..	2 262
Entre Rios ..	365	Pôrto Seguro...	1 154	Barão de Cocais ..	265
Esplanada ..	181	Portiraguá ..	778	Barbacena ..	2 546
Euclides da Cunha ..	116	Prado ..	1 200	Barra Longa ..	775
Feira de Santana ..	1 143	Queimadas ..	31	Barroso ..	136
Gandu ..	1 255	Remanso ..	57	BELO HORIZONTE.	842
Gentio do Ouro ..	77	Riachão do Jacuipé..	1 012	Belo Vale ..	668
Glória ..	58	Riacho de Santana.	142	Betim.....	2 375
Guanambi ..	290	Ribeira do Amparo ..	77	Bias Fortes ..	835
Iaçú ..	51	Ribeira do Pombal.	190	Bicas.....	462
Ibicaraí ..	2 369	Rio de Contas ..	189	Boa Esperança ..	1 496
Ibicuí ..	1 276	Rio Real ..	158	Bocaina de Minas (ex-	
Ibipetuba ..	28	Rui Barbosa ..	1 097	-Armatéia)	458
Ibiquera ..	238	SALVADOR.....	160	Bocaiúva ..	1 127
Ibitiara ..	147	Santa Cruz Cabralia ..	237	Bom Despacho ..	1 283
Ibotirama ..	29	Santa Inês ..	223	Bom Jardim de Minas	824
Igaporã ..	117	Santaluz ..	78	Bom Jesus do Amparo	235
Iguai ..	944	Santa Maria da Vitória	139	Bom Jesus do Galho	1 463
Ihêus.....	6 429	Santana ..	211	Bom Repouso ..	413
Inhambupe ..	236	Santa Teresinha ..	155	Bom Sucesso ..	1 514
Ipiã ..	1 527	Santo Amaro ..	1 417	Bonfim.....	1 233
Ipirá ..	449	Santo Antônio de Jesus	218	Borda da Mata ..	1 984
Ipuirara ..	9	Santo Estêvão ..	500	Botelhos.....	1 539
Irará ..	412	São Félix ..	137	Brasília ..	773
Irecê ..	333	São Filipe ..	160	Brás Pires ..	368
Itaberaba ..	610	São Francisco do Conde	261	Braúnas (ex-Braúnas de	
Itabuna..	8 571	São Gonçalo dos Cam-		Guanhães)	483
Itacaré ..	2 140	pos ..	480	Brazópolis ..	2 551
Itajibá ..	857	São Miguel das Matas.	162	Brumadinho ..	1 093
Itajuípe.....	3 246	São Sebastião do Passé	504	Bueno Brandão	1 105
Itambé ..	1 668	Sapeaçu ..	171	Buenópolis ..	737
Itanhém ..	572	Sátiro Dias ..	90	Cabo Verde ..	1 617
Itaparica ..	320	Saúde ..	315	Cachoeira de Minas...	1 418
Itapebi ..	1 068	Seabra ..	152	Caetanópolis (ex-Cedro)	85
Itapetinga ..	1 261	Senhor do Bonfim ..	94	Caeté ..	1 152
Itapicuru ..	305	Sento Sé ..	130	Caldas ..	2 437
Itaquara ..	196	Serra Preta ..	162	Camanducaia ..	1 814
Itiruçu ..	126	Serrinha ..	486	Cambuí ..	1 204
Itiúba ..	22	Tanquinho ..	179	Cambuquira ..	1 052
Itororó ..	551	Taperoá ..	299	Campanha ..	923
Ituaçu ..	416	Tremedal ..	102	Campestre ..	2 829
Ituberá ..	331	Tucano ..	105	Campina Verde ..	2 409
Jacaraci ..	275	Uaú ..	35	Campo Belo ..	2 445
Jacobina ..	634	Ubaíra ..	258	Campo do Meio ..	481
Jaguaquara ..	224	Ubatuba ..	1 292	Campo Florido ..	1 342
Jaguarari ..	54	Ubatã ..	310	Campos Altos ..	288
Jaguaripe ..	67	Una ..	1 600	Campos Gerais ..	2 514
Jandaíra.....	177	Urandi ..	182	Cana do Reino ..	339
Jequié ..	1 837	Uruçuca ..	1 186	Canápolis ..	1 299
Jeremoabo ..	83	Utinga ..	81	Candeias ..	1 446
Jiquiriçá ..	80	Valença.....	355	Capela Nova ..	276
Juazeiro ..	50	Valente ..	318	Capelinha ..	318
Laje ..	166	Vitória da Conquista...	3 901	Capetinga ..	770
Lençóis ..	81	Xique-Xique ..	103	Capim Branco ..	281
Livramento do Brumado	424			Capinópolis ..	1 368
Macajuba.....	187	MINAS GERAIS		Capitólio ..	632
Macarani.....	3 340	Abadia dos Dourados ..	988	Caraf ..	261
Macaúbas.....	136	Abaeté ..	1 513	Carandáí ..	1 342
Mairi ..	437	Abre Campo ..	2 415	Carangola....	2 566
Maracás ..	565	Açucena ..	1 075	Caratinga ..	2 843
Maragogipe ..	238	Água Boa ..	678	Careaçú ..	782
Marad ..	508	Água Comprida ..	476	Carlos Chagas ..	1 812
Mata de São João ..	371	Águas Formosas...	90	Carmo da Cachoeira.	1 009
Medeiros Neto ..	678	Aimorés ..	996	Carmo da Mata ..	1 105
Miguel Calmon ..	530	Aiuruoca.....	1 091	Carmo de Minas (ex-Sil-	
Monte Santo ..	45	Além Paraíba.....	2 165	vestre Ferraz)	1 015
Morro do Chapéu.	414	Alfenas ..	2 636	Carmo do Cajuru ..	863
Mucugê ..	184	Almenara.....	467	Carmo do Paranaíba	2 908
Mucuri ..	429	Alpinópolis.....	1 098	Carmo do Rio Claro ..	1 646
Mundo Novo ..	712	Aterosa ..	1 578	Carmópolis de Minas ..	972
Muritiba ..	544	Alto Rio Doce ..	1 345	Carrancas ..	588
Mutuípe ..	198	Alvinópolis.....	1 720	Carvalhos.....	443
Nazaré ..	158			Cascalho Rico ...	642

MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)
MINAS GERAIS (continuação)		MINAS GERAIS (continuação)		MINAS GERAIS (continuação)	
Cássia	1 944	Guaxupé	1 387	Mato Verde	216
Cataguases	2 431	Guia Lopes	1 152	Matozinho	1 026
Caxambu	416	Guidoval	630	Matutina ..	321
Centralina	572	Guiricema	1 200	Medina	804
Chiador	592	Heliodora (ex-Senador		Mendes Pimentel (ex-	
Cipotânea	499	Lemos)	756	-Bom Jesus de Man-	
Claraval (ex-Garimpo	733	Iapu	941	tena)	81
das Canoas)		Ibiá	1 406	Mercês	837
Cláudio	1 073	Ibiraci	870	Mesquita	2 109
Coimbra	353	Iguatama	1 458	Minas Novas .	617
Coluna .	473	Ilicínea	624	Minduri	242
Comendador Gomes	1 073	Indianópolis	550	Miradouro	625
Comercinho	218	Inhapim	1 119	Miraf	1 001
Conceição da Aparecida	1 068	Inhaúma	690	Moeda	272
Conceição das Alagoas	1 970	Ipanema	921	Moema	234
Conceição de Ipanema	348	Ipuiúna	696	Monsenhor Paulo.	614
Conceição do Mato		Itabira	1 123	Monte Alegre de Minas	1 115
Dentro	1 331	Itabirito	577	Monte Azul	345
Conceição do Rio Verde	995	Itaguara	855	Monte Belo	1 363
Conceição dos Ouros	720	Itajubá	3 250	Monte Carmelo . . .	2 645
Congonhal	1 192	Itamarandiba	569	Monte Santo de Minas	1 964
Congonhas	387	Itambacuri	2 028	Montes Claros	1 898
Conquista	1 395	Itamogi	1 057	Monte São	1 315
Conselheiro Lafaiete	2 972	Itamonte	1 183	Morada Nova de Minas	
Conselheiro Pena	1 329	Itanhandu	224	(ex-Moravânia)	526
Contagem	511	Itanhomi	681	Morro do Pilar	220
Coqueiral	878	Itapagipe	1 306	Munhoz . . .	458
Coração de Jesus	579	Itapecerica	3 828	Muriaé	2 728
Cordisburgo	753	Itaúna	1 891	Mutum . . .	948
Corinto	1 287	Itinga	417	Muzambinho	2 830
Coroaci	227	Itueta	487	Nanuque	1 051
Coromandel	1 371	Ituiutaba	3 682	Natércia (ex-Santa Ca-	
Coronel Fabriciano	1 374	Itumirim	779	tarina)	1 162
Coronel Murta	274	Iturama	2 442	Nazareno	452
Córrego Danta	726	Itutinga	329	Nepomuceno	2 408
Córrego do Bom Jesus		Jaboticatubas	1 137	Nova Era	758
(ex-Bom Jesus do		Jacinto	239	Nova Lima	779
Córrego)	603	Jacui	1 537	Nova Ponte	875
Cristais	1 100	Jacutinga	1 919	Nova Rezende	1 548
Cristina	1 060	Jaguaraçu	171	Nova Serrana (ex-Cer-	
Crucilândia	349	Janaúba	599	cado)	400
Cruzília	500	Januária	482	Nôvo Cruzeiro	653
Curvelo.	2 020	Jeceaba	323	Oliveira . . .	2 618
Delfim Moreira	1 209	Jequeri	1 385	Oliveira Fortes . . .	348
Delfinópolis	981	Jequeri.	1 385	Ouro Branco	442
Descoberto	589	Jequitaí	488	Ouro Fino	3 462
Destêro de Entre Rios	470	Jequitibá	443	Ouro Preto . . .	1 042
Diamantina	838	Jequitinhonha	956	Pains . . .	1 299
Dionísio	725	Jesuânia	543	Paiva	183
Divino	1 736	Joaina	863	Palma	1 651
Divinópolis	1 408	Joanésia	509	Papagaios	229
Divisa Nova	1 538	João Pinheiro	946	Paracatu.	1 117
Dom Joaquim	646	Jordânia.	61	Pará de Minas	2 319
Dom Silvério	923	Juiz de Fora	6 495	Paraguaçu	1 234
Dom Viçoso	335	Juramento	524	Paraisópolis	2 190
Dores de Campos	199	Juruiaia	1 162	Paraopeba	745
Dores do Indaiaí	1 558	Ladainha . .	199	Passa Quatro . . .	721
Dores do Turvo	629	Lagoa da Prata	1 003	Passa Tempo	732
Elói Mendes	1 563	Lagoa Dourada	706	Passa Vinte	328
Entre Rios de Minas		Lagoa Santa	539	Passos	3 695
(ex-João Ribeiro)	775	Lajinha.	1 007	Patos de Minas . . .	4 118
Ervália.	1 238	Lambari	756	Patrocínio	2 064
Esmeraldas	1 878	Laranjal	889	Patrocínio do Muriaé.	286
Espera Feliz	1 386	Lassance	402	Paula Cândido (ex-São	
Espinosa	221	Lavras . .	2 342	José do Barroso) . .	760
Estiva	1 037	Leopoldina	2 630	Paulistas	478
Estréla Dalva.	434	Liberdade	428	Peçanha	1 539
Estréla do Indaiaí	824	Lima Duarte	2 807	Pedra Azul	1 230
Estréla do Sul	1 542	Luminárias	654	Pedralva	861
Eugenópolis	918	Luz	1 642	Pedro Leopoldo	920
Extrema	1 066	Machacalis (ex-Norte)	8	Pequeri	189
Fama . . .	365	Machado	2 153	Pequi . . .	610
Faria Lemos	481	Madre de Deus de Mi-		Perdigão.	346
Felixlândia	430	nas (ex-Cianita) . .	331	Perdizes	1 188
Ferros	1 674	Malacacheta	387	Perdões	1 875
Formiga . . .	2 916	Manga	391	Piau	674
Francisco Sá	1 316	Manhuaçu . . .	2 357	Piedade do Rio Grande	
Frutal	2 887	Manhumirim	1 363	(ex-Arantes) . . .	254
Galiléia	1 360	Mantena	29	Pimenta	491
Gouvêa	175	Maravilhas	218	Piracema (ex-Rio do	
Governador Valadares .	3 621	Mar de Espanha	1 307	Peixe)	651
Grão Mogol	436	Maria da Fé	733	Pirajuba . . .	464
Guanhães	1 973	Mariana	1 581	Piranga	1 094
Guapé	950	Marliéria . . .	355	Pirapetinga . . .	315
Guaraciaba	948	Martinho Campos. . .	1 076	Pirapora . . .	7 208
Guaranésia	1 311	Mateus Leme	1 371	Piraúba . . .	512
Guarani	971	Matias Barbosa	999	Pitangui	10 145
Guarará	500	Matipó	1 174	Piúli	7 368

MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)
SÃO PAULO (continuação)		SÃO PAULO (continuação)		SÃO PAULO (continuação)	
Assis	1 610	Diadema	(6) 977	Itatiba	1 218
Atibaia	1 554	Divinolândia	977	Itatinga	757
Auriflâma	1 070	Dois Córregos	1 247	Itirapina	1 216
Avaf.	843	Dolcinópolis	360	Itirapuã	433
Avanhandava	1 050	Dourado	621	Itobi	491
Avaré	2 957	Dracena	1 254	Itu	
Balbino	288	Duartina	642	Ituverava	2 009
Balsamo	592	Echaporã	953	Jaborandi	1 357
Bananal	1 971	Eldorado	255	Jaboticabal	3 816
Barbosa		Elias Fausto	746	Jacaréí	2 222
Bariri	983	Embu	(7) 1 075	Jaci	507
Barra Bonita	618	Estréla d'Oeste	815	Jacupiranga	87
Barretos	6 329	Fartura	1 478	Jaguariúna	432
Barinhã	1 006	Fernandópolis	724	Jales	723
Barueri	479	Fernando Prestes	414	Jambeiro	589
Bastos	824	Ferraz de Vasconcelos	490	Jardinópolis	2 227
Batatais	2 159	Flora Rica	609	Jarinu	469
Bauru	1 405	Floreal	691	Jaú	2 374
Bebedouro	2 660	Flórida Paulista	677	Joaópolis	693
Bento de Abreu	815	Florinea	3 332	João Ramalho	117
Bernardino de Campos	625	Franca	883	José Bonifácio	2 135
Bilac	519	Franco da Rocha	464	Júlio Mesquita	308
Birigui	1 935	Gabriel Monteiro	1 289	Jundiaí	2 808
Boa Esperança do Sul	879	Gália	2 024	Junqueirópolis	1 275
Bocaina	681	Garça	761	Juquía	357
Bofete	700	Gastão Vidigal	1 331	Lagoinha	339
Boituva		General Salgado	1 831	Laranjal Paulista	
Bom Jesus dos Perdões	(2) 437	Getulina	559	Lavínia	1 692
Boracéia	732	Glicério	884	Lavrinhas	594
Borboleta	1 812	Guaçara	514	Leme	1 315
Borhorema	2 068	Guaimbé	2 427	Lençóis Paulista	884
Botucatu	3 167	Guaíra	912	Limeira	3 793
Bragança Paulista	406	Guapiaçu	599	Lins	2 665
Braúna	608	Guapiara	786	Lorena	1 320
Brodósqui	1 079	Guapuã	1 928	Lucélia	1 062
Brotas	640	Guará	2 063	Lucianópolis	399
Buri	642	Guaraçá	1 187	Luis Antônio	551
Buritama	331	Guarani d'Oeste	2 894	Luisiânia	335
Buritizal	1 359	Guarantã	715	Lupércio	528
Cabrália Paulista	1 079	Guararapes	2 520	Lutécia	1 355
Cabreúva	1 679	Guararema	1 035	Macatuba	685
Caçapava	2 132	Guaratinguetá	789	Macaubal	806
Cachoeira Paulista	1 097	Guareí	3 124	Magda	633
Caconde	508	Guaribá	1 267	Mairinque	
Cafelândia	(3) 1 055	Guarulhos	1 156	Mairiporã	1 087
Caibabu	(4) 1 890	Herculândia	1 111	Manduri	397
Caieiras	4 694	Iacanga	849	Marabá Paulista	861
Caiuá	2 411	Iacri	1 145	Maracá	2 792
Cajamar	578	Ibaté	631	Mariápolis	354
Cajobi	331	Ibirá	2 037	Marília	3 953
Cajuru	1 797	Ibitinga	1 051	Martínópolis	3 519
Campinas	1 995	Ibiúna	3 205	Matão	2 627
Campos do Jordão	2 887	Icém	285	Matá	2 409
Campos Novos Paulista	537	Iepé	1 972	Mendonça	422
Cananéia	945	Igaracu do Tietê	1 972	Meridiano	276
Cândido Mota	1 387	Igarapava	569	Miguelópolis	2 275
Cândido Rodrigues	425	Igaratá	325	Mineiros do Tietê	386
Capão Bonito	1 395	Iguape	285	Miracatu	510
Capivari	(5) 537	Ihabela	1 972	Mirandópolis	2 568
Caraguatuba	945	Idaiatuba	79	Mirante do Paranapa- nema	3 021
Cardoso	1 387	Indiãna	547	Mirassol	1 097
Casa Branca	425	Indiaporã	443	Mirassolândia	430
Cássia dos Coqueiros	1 395	Itápolis	210	Mococa	2 940
Castilho	1 746	Itapetininga	724	Mogi das Cruzes	3 490
Catanduva	567	Itapeva	887	Mogi-Guaçu	1 596
Catiguá	1 181	Itapiranga	1 422	Mogi-Mirim	1 540
Cedral	553	Itararé	3 387	Mongaguá	18
Cerqueira César	1 011	Itariri	1 531	Monte Alegre do Sul	233
Cerquilho	1 079	Itatiba	640	Monte Alto	1 775
Cesário Lange	686	Itatinga	4 511	Monte Aprasivel	1 960
Charqueada	1 998	Itapetininga	887	Monte Azul Paulista	1 196
Chavantes	2 425	Itapeva	1 422	Monte Castelo	502
Clementina	345	Itapiranga	3 387	Monteiro Lobato	318
Colina	874	Itápolis	1 531	Monte Mór	829
Colômbia	843	Itaporanga	640	Morro Agudo	1 907
Conchal	722	Itapuí	646	Muritinga do Sul	700
Conchas	764	Itaquaquecetuba	420	Natividade da Serra	287
Cordeirópolis	598	Itararé	420	Nazaré Paulista	596
Coroados	608	Itariri	420	Neves Paulista	921
Corumbataí	2 164	Itatiba	977	Nhandeara	1 554
Cosmópolis	1 868	Itatinga	757	Nipoá	402
Cosmorama	1 079	Itirapina	1 216	Nova Aliança	559
Cotia	1 686	Itirapuã	433	Nova Europa	437
Cravinhos	1 861	Itobi	491	Nova Granada	2 034
Cruzeiro	1 449	Itu		Nova Guataporanga	53
Cubatão		Ituverava	2 009	Nova Odessa	124
Cunha		Jaborandi	1 357	Novo Horizonte	3 623
Descalvado		Jaboticabal	3 816		

MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	
PARANÁ (continuação)		PARANÁ (Conclusão)		SANTA CATARINA (conclusão)		
Cambará	636	Pinhalão	211	Guaramirim	457	
Cambé	968	Firaí do Sul	132	Guaraciaba	—	
Campina Grande do Sul	221	Piraquara	414	Herval d'Oeste	363	
Campo Largo	650	Pitanga	1 161	Ibirama	293	
Campo Mourão	6 640	Ponta Grossa	458	Ilhota	81	
Cândido de Abreu	416	Porecatu	545	Imaruf	191	
Capanema	19	Pôrto Amazonas	78	Inibituba	85	
Carlópolis	136	Primeiro de Maio	440	Indaial	387	
Cascavel	3 106	Prudentópolis	590	Itá	237	
Castro	429	Quatiguá	99	Itaiópolis	563	
Centenário do Sul	831	Querência do Norte	949	Itajaí	178	
Céero Azul	264	Rebuças	184	Itapiranga	373	
Chopinzinho	602	Reserva	202	Ituporanga	598	
Cianorte	233	Ribeirão Claro	414	Jacinto Machado	197	
Clevalândia	2 357	Ribeirão do Pinhal	321	Jaguaruna	208	
Colombo	119	Rio Azul	181	Jaraguá do Sul	424	
Colorado	436	Rio Branco do Sul	196	Joaçaba	1 304	
Congonhinhas	281	Rio Negro	372	Joinville	502	
Contenda	178	Rolândia	820	Laguna	154	
Cornélio Procopio	1 468	Rondon	1 042	Lajes	3 321	
Coronel Vidua	76	Sabáudia	200	Lauro Müller	121	
Cruz Machado	277	Santa Amélia	113	Lebon Régis	288	
Cruzeiro do Oeste	2 790	Sta. Cruz do M. Castelo	587	Luis Alves	95	
Cruzeiro do Sul	275	Santa Fé	293	Mafra	914	
CURITIBA	1 313	Santa Isabel do Ivaí	1 010	Major Vieira	295	
Curiúva	483	Santa Mariana	558	Maravilha	264	
Engenheiro Beltrão	549	Santo Antônio	562	Mondai	469	
Faxinal	788	Santo Antônio da Pla-		Nova Trento	143	
Floraí	159	tina	579	Nova Veneza	218	
Florestópolis	780	Santo Inácio	666	Orleães	356	
Foz do Iguaçu	4 143	São Carlos do Ivaí	321	Palhoça	390	
Francisco Beltrão	930	São Jerônimo da Serra	655	Palmitos	550	
Goio-Erê	2 694	São João do Caiuá	567	Papanduva	438	
Guafra	1 117	São João do Triunfo	249	Penha	49	
Guaraci	602	São Jorge	330	Piratuba	414	
Guaraniaçu	676	São José dos Pinhais	737	Pomerode	300	
Guarapuava	2 168	São Mateus do Sul	689	Poute Serrada	432	
Guaraqueçaba	231	São Pedro do Ivaí	220	Pôrto Belo	56	
Guaratuba	152	Sengés	455	Pôrto União	1 095	
Ibaiti	693	Sertaneja	274	Pouso Redondo	206	
Ibiporã	571	Sertanópolis	701	Praia Grande	87	
Iguaraçu	252	Siqueira Campos	353	Presidente Getúlio	383	
Imbituva	315	Tamboara	256	Rio das Antas	307	
Ipiranga	247	Teixeira Soares	283	Rio d'Oeste	142	
Irati	433	Terra Boa	217	Rio do Sul	479	
Itaguajé	270	Terra Rica	1 090	Rio Fortuna	209	
Itambaracá	268	Tibagi	729	Rio Negrinho	109	
Jaboti	178	Tijucas do Sul	171	Rodeio	324	
Jacarezinho	776	Toledo	3 798	Santa Cecília	537	
Jaguapitã	1 012	Tomazina	376	Santo Amaro da Impe-		
Jaguariaíva	188	União da Vitória	309	ratriz	258	
Jandaia do Sul	583	Uraí	439	São Bento do Sul	307	
Japira	112	Venceslau Braz	341	São Carlos	509	
Jataizinho	495	SANTA CATARINA (*)			São Francisco do Sul	432
Joaquim Távora	342	Abelardo Luz	478	São João Batista	161	
Jundiá do Sul	393	Água Doce	508	São Joaquim	964	
Jussara	116	Anita Garibaldi	8	São José	349	
Lapa	611	Araguari	263	São José do Cedro	211	
Laranjeiras do Sul	702	Araranguá	471	São Lorenzo d'Oeste	318	
Leópolis	471	Armazém	104	São Miguel d'Oeste	1 123	
Loanda	2 085	Biguaçu	153	Seara	584	
Lobato	197	Blumenau	448	Siderópolis	231	
Londrina	2 766	Bom Retiro	479	Sombrio	362	
Lupionópolis	170	Braço do Norte	177	Taió	650	
Mallét	123	Brusque	203	Tangará	564	
Mandaguaçu	676	Caçador	584	Tijucas	145	
Mandaguari	763	Camború	109	Timbó	229	
Mangueirinha	284	Campo Alegre	183	Três Barras	306	
Manoel Ribas	757	Campo Erê	771	Trombudo Central	315	
Marialva	885	Campos Novos	678	Tubarão	730	
Maringá	1 632	Canoinhas	423	Turvo	528	
Morrétes	109	Capinzal	1 212	Urubici	294	
Munhoz de Melo	158	Chapeçó	1 169	Urussanga	258	
Nova Esperança	997	Concórdia	133	Vidal Ramos	148	
Nova Fátima	241	Corupá	542	Videira	760	
Nova Londrina	1 693	Criciúma	403	Xanxerê	356	
Ortigueira	539	Cunha Porã	403	Xaxim	882	
Palmas	485	Curitibanos	1 245	RIO GRANDE DO SUL		
Palmeira	282	Descanso	445	Agudo	133	
Paraíso do Norte	887	Dionísio Cerqueira	455	Alegrete	6 129	
Paranacity	739	Fachinal dos Guedes	277	Antônio Prado	139	
Paranaguá	353	FLORIANÓPOLIS	195	Aratiba	83	
Paranavaí	4 067	Gaspar	207	Arroio do Meio	35	
Pato Branco	353	Grão Pará	131	Arroio Grande	1 032	
Paulo Frontim	93					
Peabiru	630					

(*) Dados referentes a 1961.

MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)	MUNICÍPIOS	Arrecadação (Cr\$ 1 000)
GOIÁS (continuação)		GOIÁS (continuação)		GOIÁS (conclusão)	
Corumbá de Goiás	(1) 9	Jaraguá	—	Pilar de Goiás	—
Cristalina	37	Jataí	314	Pirenópolis	5
Cristianópolis	2	Jaupaci	—	Pires do Rio	—
Cromínia	—	Joviânia	—	Pium	—
Cumari	(1) 22	Juçara	—	Piracanjuba	—
Damianópolis	0	Leopoldo de Bulhões	3	Pontalina	33
Damolândia	2	Lizarda	—	Ponte Alta do Bom Jesus	—
Dianópolis	6	Luziânia	150	Ponte Alta do Norte	—
Dueré	—	Mairipotaba	4	Porangatú	—
Edéia	6	Marzagão	4	Pôrto Nacional	—
Filadélfia	—	Mateira	—	Quirinópolis	13
Firminópolis	(1) 45	Mineiros	90	Rialma	—
Formosa	51	Miracema do Norte	—	Rio Verde	—
Galheiros	—	Moiporá	—	Rubiataba	—
Goianópolis	—	Monte Alegre de Goiás	0	Santa Cruz de Goiás	0
Goianira	17	Morrinhos	361	Santa Helena de Goiás	—
Goianésia	2	Mossâmedes	—	Santa Rita do Araguaia	34
GOIÂNIA	—	Mutunópolis	—	São Domingos	—
Goianira	—	Natividade	1	São Francisco de Goiás	—
Goiás	—	Nazaré	5	São João da Aliança	0
Goiatuba	—	Nazário	6	São Luiz dos Montes	—
Hidrolina	—	Nerópolis	19	Belos	—
Hidrolândia	11	Niquelândia	78	São Miguel do Ara-	—
Iaciara	—	Nova América	—	guaia	—
Inhumas	x	Nova Aurora	—	São Simão	36
Ipameri	38	Nova Roma	—	Serranópolis	7
Iporá	—	Nova Veneza	—	Silvânia	12
Israelândia	—	Novo Brasil	0	Taquatinga	2
Itaboraí	—	Novo Acôrdo	—	Tocantina	—
Itacajá	—	Olho d'Água	—	Tocantinópolis	16
Itaguarú	(1) 1	Orizona	—	Três Ranchos	—
Itaguarins	(1) 4	Ouvidor	—	Trindade	—
Itajá	10	Palmelo	29	Tupiratins	—
Itapaci	—	Palmeiras de Goiás	4	Turvânia	—
Itapirapuã	—	Panamá	8	Uruçu.	—
Itapuranga	34	Paraná	4	Uruana	0
Itarumã	2	Paraúna	4	Urutaí	20
Itauçu	1	Pedro Afonso	0	Varjão	—
Itumbiara	213	Peixe	—	Veadeiros	—
Ivclândia	—	Petrolina de Goiás	1	Vianópolis	—
Jandaia	4	Piaca	—	Xambicá	—

(1) Dados referentes a 1959.

O QUE É O IBGE

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA é uma entidade de natureza federativa, instituída segundo os princípios de cooperação interadministrativa para coordenar e supervisionar as atividades estatísticas e geográficas desenvolvidas no País. Compõe-se de dois Conselhos — o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia — que desenvolvem atividades de modo coordenado. Reúnem-se anualmente em Assembléias-Gerais, no interregno das quais funcionam como órgãos dirigentes a Junta Executiva Central, quanto ao CNE, e o Diretório Central, quanto ao CNG. Participam das Assembléias-Gerais representantes dos órgãos federais e regionais integrantes do sistema.

As repartições centrais de estatística dos Ministérios constituem o quadro executivo do CNE no plano federal; no âmbito regional os Departamentos Estaduais de Estatística. Existem, ainda, com as atividades devidamente supervisionadas, os órgãos especializados de diversas instituições econômicas e administrativas. Todos os levantamentos do Conselho apoiam-se basicamente na rede nacional de agências municipais, mantidas em regime de convênio com as municipalidades.

A Junta Executiva Central é integrada pelos representantes ministeriais e do sistema de órgãos filiados. Conta o Conselho com um quadro de consultores técnicos e outros de Comissões Técnicas, que se incumbem do estudo sistemático das estatísticas brasileiras, além de uma Comissão Técnica de Revisão das Campanhas Estatísticas. Nas Unidades Federadas estão instaladas Juntas Executivas Regionais. A Secretaria-Geral do CNE funciona como órgão centralizador e executa, em caráter supletivo, as tarefas que, por qualquer circunstância, não possam ser realizadas por outros órgãos do sistema. Nas Unidades da Federação, coordena a ação das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal, supervisionando, também, a rede de agências municipais de estatística.

O Conselho Nacional de Geografia mantém uma Secretaria-Geral, que coordena a atividade de quatro órgãos: Divisão de Geografia, Divisão de Geodésia e Topografia, Divisão de Cartografia, Divisão Cultural e Divisão Administrativa. O Diretório Central é composto pelo Presidente do IBGE, Secretário-Geral do Conselho, Secretário da Mesa, um membro honorário, representantes dos Ministérios militares, da Fazenda, Educação e Cultura, Saúde, Agricultura, Previdência e Trabalho, Justiça e Relações Exteriores, bem como por um representante do CNE. Em alguns Estados funcionam Diretórios Regionais.

Subordinados diretamente ao Presidente do IBGE, estão o Serviço Nacional de Recenseamento, responsável pela realização dos censos decenais; a Escola Nacional de Ciências Estatísticas, cuja finalidade é ministrar o ensino estatístico em vários níveis, e o Serviço Gráfico, que observa regime industrial.

Cabe à Comissão Censitária Nacional, instituída pelo Decreto n.º 44 229, de 31 de julho de 1958, a tarefa de organizar o plano do Recenseamento Geral e supervisionar sua execução. Integram a CCN o Presidente do IBGE, os Secretários-Gerais dos dois Conselhos, os membros da Junta Executiva Central do CNE, e, como assessor, o Diretor do SNR.